



Universidade Federal do Amazonas
Programa De Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Marcos Lucas Abreu Braga

Anos Vermelhos:
Classe, Gênero e Nacionalidade no Movimento Operário de
Belém do Pará, 1917-1920

Manaus
2023



Universidade Federal do Amazonas
Programa De Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Marcos Lucas Abreu Braga

**Anos Vermelhos:
Classe, Gênero e Nacionalidade no Movimento Operário de
Belém do Pará, 1917-1920**

*Dissertação de Mestrado apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do
Amazonas, como exigência para a obtenção do
título de Mestre em História.*

Orientador:
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Manaus
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B813a Braga, Marcos Lucas Abreu
Anos vermelhos : classe, gênero e nacionalidade no movimento operário de Belém do Pará, 1917-1920 / Marcos Lucas Abreu
Braga . 2023
209 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. História social do trabalho. 2. Movimento operário. 3. História operária. 4. Mundos do trabalho. 5. História da Amazônia. I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Resumo/ Abstract

Resumo:

Os quatro anos finais da década de 1910 foram marcados em Belém do Pará, assim como em diversas partes do mundo, por uma forte onda de agitação do operariado urbano, com o empreendimento de pelo menos três greves gerais e dezenas de outras localizadas, além de outras formas de manifestação classista; foram verdadeiros “anos vermelhos”. Com base na análise temática dos jornais da imprensa operária publicados naquela conjuntura (periódicos como *Jornal do Povo*, *A Revolta*, *O Semeador* e *A Voz do Trabalhador*), a presente dissertação procura evidenciar a constituição humana da classe e do movimento operário na capital amazônica naquele instante, identificando as categorias profissionais mais mobilizadas e organizadas, e analisando sua composição de gênero – avaliando as possibilidades e limitações das mulheres no interior destas manifestações – e étnico-nacional, analisando as relações de tensão e de solidariedade entre os trabalhadores de origem nacional e os imigrantes estrangeiros nas ações classistas na “cidade das mangueiras”.

Palavras-chave:

História social do trabalho; Movimento operário; História operária; Mundos do trabalho; História da Amazônia.

Abstract:

The final four years of the 1910s were marked in Belém do Pará, as well as in various parts of the world, by a strong wave of agitation among the urban workers, with the undertaking of at least three general strikes and dozens of localized ones, in addition to other forms of class manifestation; they were true “red years”. Based on the thematic analysis of the working press newspapers published at that juncture (journals such as *Jornal do Povo*, *A Revolta*, *O Semeador* and *A Voz do Trabalhador*), this dissertation seeks to highlight the human constitution of the class and the labor movement in the Amazonian capital at that time. instant, identifying the most mobilized and organized professional categories, and analyzing their gender composition – assessing the possibilities and limitations of women within these manifestations – and ethnic-national, analyzing the relations of tension and solidarity between workers of national origin and foreign immigrants in class actions in the “city of mangos”.

Keywords:

Social history of work; Labor movement; Labor history; Worlds of work; History of the Amazon.

*Aos trabalhadores e
trabalhadoras da Amazônia, em
especial à dona Martinha Braga.*

*A um espírito indeciso
¿ Como pode isto ser, como se pode viver
assim nesta contradição, se a tanta dor a
que ninguém acode, se a tanta boca que
não tem pão?
¿ Como se pode amar, como se pode abrir
nossa alma a lírica canção, ante a esta
cólera que nos sacode, e crispa os braços
p'ra revolução?
Expande-te no amor e na verdade. Nos
nobres ímpetos da mocidade sente-se
bem a vida palpitar
Luta com quanta força o ideal te der, e
sabereis então o que é viver, e sabereis
então o que é amar.*

Manoel Ribeiro

*É das mãos calosas do operário
Que a estátua do progresso há de surgir
Este século é o grande itinerário
De um século de luz que há de vir!*

Ignácio Baptista de Moura

Termo de Aprovação

Esta dissertação foi submetida à avaliação da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para a obtenção do título de Mestre em História em 9 de maio de 2023, obtendo ali sua aprovação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Presidente (PPGH/UFAM)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva
Membro (PPGH/UNICAMP)

Prof. Dr. Anderson Vieira Moura
Membro (PPGH/UFAM)

Sumário

<i>Listas de Quadros e Tabelas</i>	9
<i>Agradecimentos</i>	10
<i>Considerações Iniciais</i>	13
Capítulo 1: Cidade em Transe:	
<i>Aspectos de Belém na Decadência Econômica da Borracha</i>	26
<i>Mundos do trabalho na cidade em escombros</i>	33
<i>Trabalhadores em tempos de crise</i>	41
Capítulo 2: Das Classes à Classe:	
<i>Ofícios e categorias profissionais na mobilização operária.</i>	53
<i>Artistas e artífices: Os trabalhadores qualificados</i>	59
<i>Operários da Construção Civil</i>	69
<i>Operários dos Transportes</i>	76
<i>Empregados no comércio</i>	96
Capítulo 3: Trabalhadoras em movimento:	
<i>As mulheres no movimento operário belenense</i>	102
<i>As Mulheres nos Mundos do Trabalho belemenses: breve panorama</i>	104
<i>Presença feminina nas greves e nos sindicatos</i>	107
<i>Mulheres e a Imprensa Operária</i>	120
Capítulo 4 – “Nossa Pátria é o Mundo Inteiro”:	
<i>Nacionais e estrangeiros no movimento operário belenense</i>	137
<i>Os imigrantes na classe e no movimento operário paraenses</i>	139
<i>Alguns percursos singulares</i>	148
<i>Os “indesejáveis” nas representações da imprensa paraense</i>	153
<i>A bandeira verde-oliva: o nacionalismo entre os trabalhadores paraenses</i>	157
<i>Esforços em busca do internacionalismo</i>	173
Considerações Finais	183
Referências	194

Listas de Tabelas, Quadros e Imagens

<i>Tabela 1</i>	<i>Indústria Paraense entre 1918 e 1920</i>	<i>34</i>
<i>Tabela 2</i>	<i>Operários por unidades produtivas em Belém (1920)</i>	<i>35</i>
<i>Tabela 3</i>	<i>Estabelecimentos industriais existentes em Belém em 1919</i>	<i>36</i>
<i>Tabela 4</i>	<i>População de Belém segundo os ramos de profissão (1920)</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 5</i>	<i>Despesas diárias de um operário em 1918.</i>	<i>42</i>
<i>Imagem 1</i>	<i>Motorneiros e condutores da Pará Electric em greve (fev. 1917)</i>	<i>81</i>
<i>Imagem 2</i>	<i>Diretoria da União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Eletric em 1917</i>	<i>82</i>
<i>Quadro 1</i>	<i>A mulher na imprensa operária paraense (1918-1920)</i>	<i>121</i>
<i>Imagem 3</i>	<i>José Marques da Costa</i>	<i>147</i>

Agradecimentos

Todo resultado de trabalho é fruto de um esforço social, seja a produção de mercadorias ou de estudos acadêmicos; mesmo que esses últimos, em geral, venham assinados por uma única pessoa, eles são impossíveis de serem realizados sem o suporte coletivo das redes de sociabilidade dos indivíduos que o produzem e das instituições a qual estes se ligam. Neste sentido, agradeço inicialmente à família Rocha Braga por todo o apoio e suporte dado ao longo de toda a minha formação, em especial à minha avó, Martinha da Rocha Braga, e ao meu tio, Marcos Paulo da Rocha Braga, com o qual compartilho o nome, a data de nascimento e o ofício de historiador/professor de História. Mas Meire, Ana, Júnior, Luciana, Aline, Maria Fernanda, Rebeca, João Vítor e Pedro Augusto, todos são fundamentais na minha vida. Ao meu irmão, David Abreu de Vasconcellos Dias, agradeço por me dar um sentido de vida e um motivo para lutar.

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) por permitirem a oportunidade da realização da pesquisa científica em História no Estado do Amazonas. Quanto ao PPGH/UFAM, destaco o companheiro Jaílson Soares, sempre solicito quando necessário para responder dúvidas ou encaminhar os tramites burocráticos, e os professores doutores Glauber Biazio, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Nelson Tomelin, pelos ensinamentos nas disciplinas por eles ministradas (*História, memória e esquecimento*; *Migração e movimentos sociais na Amazônia*; e *Seminário de Dissertação*, respectivamente) ao longo de 2020 e 2022. Em conjunto, trouxeram leituras e contribuições fundamentais para a reflexão sobre o nosso tema de pesquisa.

Ao professor doutor Davi Avelino Leal um agradecimento especial, tanto pelo que aprendi na disciplina por ele ministrada (*História e movimentos sociais na Amazônia*) quanto pelo apoio e estímulo ao longo de toda formação e também pelos vários livros emprestados (nem todos ainda devolvidos!). Aos colegas de pós-graduação, Raphaela Martins, César Aquino, Priscila Diógenes, Larissa Leite e Evellyn Ramos, que as circunstâncias históricas da pandemia global da *Covid-19* impossibilitaram um contato literalmente mais próximo, devido às medidas que foram necessários para freá-la, externo meus agradecimentos pelas discussões, reflexões e diálogos muito profícuos, mediados pelas telas dos computadores nas tardes quentes amazônicas.

Um outro agradecimento especial ao professor doutor Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro pelo estímulo e apoio desde o período da graduação; e pela orientação sempre paciente e atenciosa. À professora doutora Edilza Joana Fontes e ao professor doutor César Augusto Bubolz Queirós, por terem participado da banca de qualificação, com críticas e sugestões muito pertinentes e construtivas à versão preliminar deste trabalho. Ao professor doutor Fernando Teixeira e ao professor doutor Anderson Vieira Moura, por aceitaram compor a banca de defesa e agregarem considerações significativas para a versão final.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, pela concessão da bolsa de estudos essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos companheiros de trajetória acadêmica com os quais compartilhei vivências e experiências para além das paredes da sala de aula, mas igualmente importantes para a formação humana, política, profissional e intelectual, como as conversas nos corredores da Universidade, na cantina, nas filas e mesas do “RU” e nos bares do centro da cidade ou no *Cabelo*, meus agradecimentos por terem feito parte da minha trajetória, mesmo que com alguns o contato tenha enfraquecido ao longo dos anos. Com o risco de cometer alguns esquecimentos, destaco os nomes de Marcos Vinicius Alvarenga, Avelino Pedro Nunes, Matheus Mendonça, Paulo Henrique Sabóia (o “Dois”), Lucas Hyury, Lucas Moura, Thalia Souza, Angra Hinessa Girlane Santos, Raescla Ribeiro, Joel Patrício, Fredson Silva, Thayana Negreiros, Lucas Teixeira, Mhayra Torres, Kerolen Roberta, Gisele Assis de Almeida, Davi Valente, Alisson Souza e Railson Roger.

Aos colegas de trabalho da *Escola Estadual Marcio Nery*, meus agradecimentos pelo apoio mútuo e solidariedade de classe. Talvez o ofício de professor seja um labor um pouco menos *estranhado* do que a maioria dos outros na sociedade atual, principalmente quando encontramos uma equipe unida e solidária e apesar das condições de trabalho. Estendo à toda a equipe da escola destacando os professores e as professoras Jussara Benarrós, Lindemberg Santos, Leila, Sideny de Paula, Edson Soares, Juliana Limeira, Wellison Rafael, Alan Clayton, ao gestor José Sebastião Maciel, ao pedagogo Ednilson Beltrão e ao nosso querido “Super Homem”, Vítor. Às centenas de alunos aos quais tive a oportunidade de ministrar aulas ao longo desses quatro anos, meus agradecimentos pelos aprendizados que me deram, inclusive sobre *Classe e Consciência de Classe*, pois, citando Paulo Freire, “Quem ensina, aprende ao ensinar. E quem aprende, ensina ao aprender”.

Por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos à equipe da *Associação de Memória Operária do Rio de Janeiro* (AMORJ) por, muito cordialmente, ter enviado cópias digitalizadas dos periódicos que foram amplamente utilizados ao longo das páginas seguintes. O mesmo agradecimento faço ao *Centro de Memória da Amazônia* (CMA) por disponibilizar *online* os estatutos das organizações classistas paraenses.

Considerações Iniciais

O contexto entre 1917, iniciado com a greve geral em São Paulo, e 1920 é apontado com unanimidade pela historiografia social do trabalho como os anos de maior intensidade do movimento operário brasileiro, pelo menos até a década de 1930. Assim, ainda no final da década de 1980, Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi já afirmaram que “o movimento operário brasileiro, acompanhando a vaga revolucionária internacional, esteve em ascenso entre 1917-1920”¹. Na década de 1990 foi a vez de Lená Medeiros de Menezes, referindo-se especificamente ao Rio de Janeiro, qualificar o período como “*anos vermelhos*”, vendo-o como a “fase mais ativa do movimento” na então capital federal; período que se estendia, segundo a autora, de 1917/18 a 1920/21.² Seguindo o diapasão, Cláudio Batalha qualificou como o “ápice da mobilização operária durante a Primeira República” os anos finais da década de 1910, principalmente entre 1917 e 1919.³

Mais recentemente outros estudos seguiram na mesma direção, com Edilene Toledo apontando o quadriênio entre 1917 e 1920 como “os anos de maior mobilização dos trabalhadores na Primeira República”⁴, e César Augusto Bubolz Queirós, ao estudar a mesma conjuntura em Porto Alegre, a qualificou também como “anos vermelhos”, asseverando que esta foi “uma época de particular importância para os estudos relativos ao mundo do trabalho e (...) ao universo do movimento sindical e operário, em função do ciclo de agitações sociais que percorreu o país pelos eventos já mencionados que se desencadeavam no cenário externo”.⁵ Por muitos motivos me pareceu apropriado tomar o termo “*anos vermelhos*” emprestado a dois desses autores, para também assim categorizar a conjuntura que investiguei em Belém.

Como alguns desses autores também apontaram, o movimento brasileiro acompanhou um momento de grande agitação operária global, iniciado com a Revolução

¹ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global editora, 1982. p.350.

² MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: protesto, crime e expulsão na capital federal*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 102.

³ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.49.

⁴ TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Revista Estudos Históricos*, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017. p.515.

⁵ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “*Desvarios anarquistas na Rússia rio-grandense*”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016, p. 35.

Russa de outubro de 1917, que estabeleceu o primeiro Estado socialista do século XX. Segundo Eric Hobsbawm, “uma onda de revolução varreu o globo nos dois anos após Outubro”, cujos ecos foram sentidos na Espanha, onde os anos entre 1917 e 1919 são conhecidos como “biênio bolchevique”; em Pequim, na China, e Córdoba, na Argentina, onde irromperam movimentos estudantis revolucionários; na Europa Central, com uma onda de greves políticas contra a Grande Guerra e tentativas de revoluções diretamente influenciadas pelos bolcheviques russos, como a República Socialista da Baviera, na Alemanha em 1918; e o estabelecimento da breve República Socialista Húngara, de março a julho de 1919.⁶ Na Itália ocorreu uma série de greves e ocupações de fábricas, principalmente nas regiões mais industrializadas do Norte, entre os anos de 1919 e 1920, que ficaram conhecidos como *Biennio Rosso* (biênio vermelho). Marcel van der Linden afirmou que “entre 1917 e 1921, período que assistiu um surto de ações em escala global que não tinham origem em interesse próprio de curto prazo, mas sim na aspiração de criar uma ordem social nova e mais justa.”⁷

No caso do Estado do Pará, nesses anos de intensa movimentação, a cidade de Belém – maior centro urbano, comercial e industrial da Amazônia brasileira e aquele em que o movimento da classe trabalhadora se mostrou mais forte – foi algumas vezes paralisada por greves gerais: três nesse período, em outubro e novembro de 1918 e em maio de 1919, além das diversas greves de categorias específicas (que frequentemente contavam com a adesão de outras categorias, com greves de solidariedade), fazendo com que as autoridades municipais e estaduais, dos subprefeitos ao chefe de polícia, ficassem sobressaltados, mobilizando a cavalaria e “praças embaladas” (*i.e.* policiais armados com autorização para atirar). Chegou-se a empregar, por vezes, soldados do 27º batalhão de caçadores do exército e os praças da marinha, sediados na cidade, para reprimirem os movimentos e garantirem a propriedade do patronato e o “direito ao trabalho” dos fura-greves, daqueles que não quisessem aderir às “paredes”.

Para nossa sorte, esses movimentos eram detalhadamente noticiados pelos jornais da grande imprensa local, embora ali aparecessem com um misto de surpresa e receio, quase sempre em reportagens estampadas na primeira página, o que também nos dá a dimensão de sua relevância. Os *meetings* das paredes, assim como as comemorações

⁶ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.71-77.

⁷ LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013, p. 294.

do 1º de Maio, levaram milhares de trabalhadores aos espaços públicos da capital paraense, principalmente à Praça da República e à Praça Floriano Peixoto; enquanto que as assembleias ordinárias e extraordinárias, bem como os festivais, palestras, conferências, seções especiais e peças teatrais organizados pelas instituições operárias, levavam dezenas, por vezes centenas, de trabalhadores às sedes de seus respectivos sindicatos; ao mesmo tempo em que os jornais operários eram impressos as centenas, passando de mão em mão, e lidos – ou ouvidos – cotidianamente pelos trabalhadores belenenses.

Contextos como esse facilitam a apreensão de determinados processos históricos. Avaliando os benefícios da emergência dos conflitos sociais, dos tumultos às revoluções, para o estudo histórico “a partir de baixo”, Eric Hobsbawm argumentou que:

(...) certos problemas importantes não podem ser estudados exceto em presença e em função de momentos de erupção, que não apenas trazem à luz muita coisa normalmente latente, como também concentram e ampliam os fenômenos para o benefício do estudioso, geralmente multiplicando – o que não é a menor de suas vantagens – nossa documentação a seu respeito.⁸

O comentário do historiador inglês pode ser aplicado à conjuntura em tela já que, embora talvez não se possa considerá-la um momento revolucionário ou pré-revolucionário, foi um período de recrudescimento das atividades sindicais e grevistas, trazendo à público as organizações subterrâneas que se articularam em momentos anteriores, de tranquilidade social, e evidenciando os militantes e as lideranças que atuaram previamente e continuariam atuando pelos anos seguintes. Também multiplicou as fontes com a cobertura que os grandes jornais diários fizeram das greves, ou com as matérias e editoriais referentes à “questão social”; com a publicação dos jornais operários que foram amplamente consumidos naquele instante e com a documentação oficial produzida a partir da repressão policial aos trabalhadores organizados.

Tendo isso em vista, optou-se por este recorte temporal por considerá-lo privilegiado, já que ele amplificou as referências sobre a classe trabalhadora paraense. No entanto, há de levar em consideração a advertência do próprio Hobsbawm, para quem “o perigo desse tipo de estudo reside na tentação de isolar o fenômeno de crise manifesta do contexto mais amplo de uma sociedade em transformação”.⁹ Neste sentido, embora os anos de 1917 a 1920 sejam os marcos temporais desta pesquisa, não foram barreiras intransponíveis, já que ao longo do texto final foram feitos avanços e recuos no tempo,

⁸ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 101.

⁹ *Idem, Ibidem.*

conforme a pertinência para análise de certas questões, como, por exemplo, a do papel destacado que os trabalhadores da construção civil tiveram na organização da classe ao longo de duas décadas ou da manifestação do anticlericalismo entre as mulheres que fizeram parte do movimento.

É neste amplo contexto que nosso trabalho buscou se situar, ao procurar identificar nas movimentações de Belém dos “anos vermelhos” essas relações – de tensão, conflito, interação, colaboração – no interior da classe operária, ou mais precisamente de seus setores organizados. É importante reconhecer que nossa escolha recaiu, consciente e deliberadamente, sobre o *movimento operário* em suas organizações formais e correntes ideológicas, pois houve, segundo Eric Hobsbawm, na chamada *história vista de baixo*, uma tendência entre historiadores a substituírem a história da classe operária propriamente dita pela história dos movimentos e organizações que lideravam e representavam a luta dos trabalhadores.¹⁰

Assim, optamos aqui por uma abordagem sobre o *movimento*, embora reconheçamos que a história da *classe* operária não pode ser reduzida a história de suas manifestações organizadas, apesar de ambas estarem intimamente ligadas. Além do mais, já existe uma historiografia relativamente extensa sobre o tema do movimento operário, a nível nacional, com a qual foi possível dialogar. Outro fator que também pesou em nossa deliberação foi o da necessidade de realizar delimitações necessárias em uma pesquisa com prazo fixo e corrido, como são atualmente as realizadas no âmbito de um mestrado.

* * *

Do reconto espacial e temporal, vamos ao estabelecimento da problemática ou das perguntas que orientaram essa pesquisa. O historiador francês Marc Bloch, em um dos livros mais influentes na historiografia no século XX, definiu o objeto da História como “os homens, no tempo”¹¹. Segundo este autor, “são os homens que a história quer capturar”; eles (e elas) que diferenciariam a História dos historiadores da história do sistema solar, da alçada dos físicos; da história das transformações geomórficas da terra, da alçada dos geólogos; ou das transformações dos demais seres vivos, à cargo da biologia ou de outras “histórias”. Décadas depois, Hobsbawm trilhou o mesmo sentido de Bloch, ao referir-se especificamente à história da classe operária e afirmar que os historiadores desse campo, do qual ele foi um dos maiores expoentes, não deveriam correr o risco de

¹⁰ HOBSBAWM, E. *Sobre história*, op. cit., p. 218-219.

¹¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001, p. 55.

esquecer que o sujeito e o objeto de suas pesquisas são os seres humanos, “pois são pessoas – não o ‘trabalho’, mas homens e mulheres trabalhadores reais, mesmo que frequentemente ignorantes, míopes e preconceituosos – o que o nosso estudo focaliza”.¹²

Adotando as considerações desses dois historiadores, a presente dissertação visa identificar as pessoas diretamente envolvidas no objeto histórico do qual nos concentramos neste momento. Por trás do movimento, pode-se enxergar os homens e mulheres reais, trabalhadores e militantes, pois concordamos com Ícaro Bittencourt quando, em balanço da produção historiográfica sobre o movimento operário na Primeira República, afirmou que:

A pergunta que todos os historiadores da classe operária devem fazer sobre o seu tema é justamente quem é o trabalhador que se está pesquisando, sua origem, sua profissão, sua descendência, seu gênero. Mesmo que muitas vezes os indícios disponíveis nos dificultem uma afirmação categórica e até mesmo uma noção geral sobre esse assunto, é imprescindível pensarmos sobre ele.¹³

Tal perspectiva parece ser bastante recorrente no presente momento. Em artigo recente de balanço sobre como a História Social se desenvolveu nos últimos anos e qual futuro se pode esperar para ela, Cláudio Batalha argumentou que

Nas últimas décadas, sem deixar inteiramente de lado o estudo das classes subalternas e seus movimentos, a história social ganhou considerável variedade temática. (...) Como traço comum há a ênfase nas dimensões relacionais. E dentro das relações sociais, as classes – que durante muito tempo tiveram predomínio incontestado – foram acrescidas de novos recortes como gênero e raça. Com isso a classe, antes vista como homogeneizadora, ganhou abordagens mais matizadas que introduziram diversidade na sua manifestação como fenômeno histórico.¹⁴

A visão de Batalha parece ser compartilhada por amplos setores do campo, já que no mesmo número do periódico em que escreveu, o artigo de Clara E. Lida, historiadora argentina que estuda o movimento operário espanhol, vai na mesma direção, expondo que uma das tendências da História Social

(...) ha sido recurrir a categorías generales, olvidando que a menudo estas podrían ocultar diversidades y desigualdades. Por ejemplo, al hablar del mundo del trabajo, se ha recurrido a términos como clases subalternas, asalariados, obreros, campesinos, sin precisar sobre quiénes hablamos ni cuáles son sus perfiles específicos. Las categorías generales pueden ser atajos útiles, pero las

¹² HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 33.

¹³ BITTENCOURT, Ícaro. O operariado no Brasil da primeira república: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, RS, v. 20, n. 1, p. 141-151, 2007.

¹⁴ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Qual futuro para a história social? *Trashumante. Revista Americana de História Social*, nº 20, 2022, p. 287.

particularidades importan para comprender la pluralidad de los actores, su heterogeneidad estructural, sus realidades socio-ocupacionales, tan poco homogéneas y tan complejas como la sociedad misma. Al hablar de los trabajadores, solemos referirnos a los obreros y artesanos urbanos, a campesinos y a mineros sin precisar quiénes componen cada categoría ni sus particularidades. Si nos centráramos específicamente en lo ocupacional, la pluralidad de cualificaciones, condiciones de trabajo, ingresos y demás factores laborales, incluyendo el género y la edad, resultarían enormes.¹⁵

Tal preocupação da articulação da identidade de classe com outras identidades, notoriamente como as de gênero e as étnico-raciais ou de nacionalidade, não é assim tão recente: em artigo sobre a greve geral de 1906 em Porto Alegre – em que discute as relações entre trabalho fabril e artesanal, masculino e feminino e entre os trabalhadores imigrantes e os de origem nacional na parede porto-alegrense – a brasilianista Joan Bak concluiu que “a compreensão da evolução das identidades de etnicidade e gênero e as múltiplas formas em que elas podem interagir com a identidade da classe emergente são essenciais para a compreensão do complexo processo de formação de classes no Brasil”.¹⁶

Como não podia deixar de ser, o panorama historiográfico atual é diferente daquele que Cláudio Batalha apontou há alguns anos, quando a imagem que era associada à classe operária brasileira no período da Primeira República – por parte da historiografia e do senso comum – era a de que teria sido “branca, fabril e masculina”, embora, ainda segundo o autor, “cada um desses atributos falseia a realidade a seu modo”. Conforme exposto por Batalha, se por um lado a visão de um operariado branco, formado por imigrantes europeus, pode ser em alguma medida assertiva para São Paulo e estados do Sul, por outro desconsidera o peso dos nacionais no restante do país, com significativa participação de pretos, pardos e caboclos nas outras regiões e em especial na região Norte; no que tange a dimensão fabril, aquela visão escamoteava os trabalhadores em pequenas manufaturas e oficinas artesanais, que eram predominantes no período, para não falar dos trabalhadores urbanos do comércio, transportes e serviços; já no que concerne a dimensão masculina, a visão criticada ignora a forte presença, por vezes a predominância, do trabalho feminino em alguns ramos da economia do período, como o têxtil.¹⁷

¹⁵ LIDA, Clara E. Desigualdades y jerarquías en el mundo del trabajo. Ingresos y género en los albores del anarquismo español. *Trashumante. Revista Americana de História Social*, n. 20, p. 300-304, 2022, p. 300.

¹⁶ BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906. Porto Alegre. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 4, p. 181-224, 2003.

¹⁷ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (col. O Brasil Republicano, vol. 1), p. 165.

Com base nessas considerações, a presente dissertação, intitulada “*Anos Vermelhos: Classe, Gênero e Nacionalidade no Movimento Operário de Belém do Pará, 1917-1920*”, tem como objetivo analisar criticamente a classe operária e, principalmente, o movimento operário – levando em conta as suas manifestações políticas, sociais e culturais – na cidade de Belém do Pará entre os anos de 1917 e 1920, período marcado por várias greves e outras atividades classistas, que acompanharam o momento de recrudescimento de agitação operária que ocorreu em várias partes do país, até mesmo do mundo.

Partindo do pressuposto que a classe e os movimentos operários são extremamente heterogêneos em sua composição, e procurando justamente evidenciar esta diversidade humana que os marcam, a pergunta geradora e problematizadora que orientou a pesquisa pode ser enunciada nas seguintes questões: “quem eram os trabalhadores que se movimentaram naquele momento?”, ou seja, quais eram os elementos humanos, em termos de categorias profissionais, gênero e nacionalidade/etnia que compunham o movimento operário naquele instante? e como, apesar dessa heterogeneidade significativa em sua composição, tantos elementos humanos se viram como pertencentes a uma classe social específica? O intuito é evidenciar seus nomes, vozes, cores e, quando possível, os rostos dos trabalhadores que se movimentavam naquele momento. Identificar os *sujeitos sociais* por trás do processo histórico, os segmentos de trabalhadores e trabalhadoras mais atuantes no movimento na conjuntura estabelecida.

É claro que os critérios escolhidos e trabalhados na pesquisa não esgotam a questão da diversidade e heterogeneidade da classe trabalhadora, uma vez que, na prática, haviam outras diversidades e identidades a partir das quais os trabalhadores poderiam ser classificados ou eram percebidos, como em relação as suas faixas etárias, seus credos religiosos, suas posições diante da política local da capital paraense, onde a oposição entre “lauristas” e “lemistas” chegou também ao meio operário, dentre outras diferenças. No entanto, as questões das categorias profissionais, do gênero e da nacionalidade parecem ter tido papel central na conformação da classe e são, atualmente, as questões mais recorrentes no debate acadêmico, não apenas na história social do trabalho como também em outros campos das ciências humanas e sociais.¹⁸

¹⁸ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, PR, v. 20, n. 2, p. 27, 2015.

* * *

A base documental utilizada na dissertação se consistiu, em grande medida, de um conjunto de jornais operários – portanto publicados pelos próprios sujeitos-alvos da pesquisa – ligados ao sindicalismo revolucionário. Este conjunto é composto pelos periódicos *Onze de Janeiro*, edição especial em comemoração ao quarto aniversário da *União Geral dos Trabalhadores* (UGT), publicado em 1918; o *Jornal do Povo*, semanário independente que veio a lume entre maio de 1918 e maio de 1919, com os exemplares preservados datando de agosto e setembro de 1918, também ligado à UGT; *O Semeador*, periódico semanal de propaganda sindicalista animado pelo grupo *Os Semeadores*, que circulou entre abril de 1919 a janeiro de 1920, tirando quarenta e quatro edições nesse meio tempo; *A Revolta*, semanário dirigido pelo grupo *Aurora Libertária*, distribuído em Belém no segundo semestre de 1919; e o *A Voz do Trabalhador*, surgido da fusão dos dois anteriores e que se tornou porta-voz da *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará* (FCT), publicando cerca de vinte números ao longo de 1920.

Enquanto produção dos próprios trabalhadores, ou pelo menos de lideranças e militantes engajados nos movimentos, a imprensa operária continua a ser fonte privilegiada para os estudos da história operária¹⁹, já que deu vazão a questões que dificilmente foram registradas ou receberam a atenção de outros suportes documentais. Suas páginas registraram muitas atividades que não foram descritas, retratadas ou representadas em nenhum outro lugar, como é o caso da rotina de assembleia das associações, os artigos doutrinários que expressam os projetos, aspirações e reivindicações operárias, a vida cultural do setor organizado do proletariado, as denúncias das situações que os trabalhadores consideravam injustas nos ambientes e nas relações de trabalho, os pontos de divergência de grupos no interior do próprio movimento, dentre outros aspectos de extrema relevância.

Além dos jornais operários, a grande imprensa diária da capital paraense, notavelmente o diário *Estado do Pará*, um dos maiores e mais populares jornais do período analisado nesta dissertação e cujas cópias digitalizadas estão disponíveis para a consulta *online* na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, foi extensivamente utilizada ao longo das páginas que seguem, já que ele noticiava, esporadicamente, manifestações operárias, como greves, comícios, *meetings*, eleições de

¹⁹ Lembremos que foi basicamente através deste suporte documental que boa parte dos estudos históricos sobre a classe e o movimento operário foram desenvolvidos desde os anos finais da década de 1970.

associações classistas, prisões de trabalhadores envolvidos em conflitos trabalhistas ou atividades “subversivas”, fornecendo desta forma muitos dados importantes que permitiam o cruzamento com outros registros documentais.

Os documentos oficiais do Estado, como os relatórios do governador do Pará nesta conjuntura, Lauro Nina Sodré, ou o Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1920 pelo Departamento de Estatística, além de relatórios da Marinha, também foram consultados e citados, já que trouxeram alguns dados sobre os mundos do trabalho belemenses deste período, sobretudo em seus aspectos numéricos, o que permitiu que também fossem cruzados com outras fontes.

Os estatutos de algumas das sociedades e sindicatos belemenses que estiveram em atividade naquele momento – cujas cópias podem ser consultadas no site do *Centro de Memória da Amazônia (CMA)*²⁰ – também foram consultados para a elaboração desta pesquisa. Por mais “(...) redigidos seguindo uma fórmula pré-estabelecida que sejam, costumam conter algumas informações fundamentais sobre a associação e, no caso dos sindicatos e associações mutualistas de ofício, sobre a categoria que a representam”, conforme anotou Batalha.²¹ De qualquer forma, acabaram proporcionando dados interessantes, na medida em que trazem em seus muitos artigos as determinações de quem, por exemplo, poderia se associar à eles, em termos de gênero, de nacionalidade, de ofício e, em alguns casos, de idade, assim indicando ao pesquisador o perfil de seus sócios e, por conseguinte, daqueles que tomavam parte das movimentações operárias daquele momento.

As fontes da imprensa periódica – tanto da operária quanto da empresarial e diária – foram as mais amplamente citadas ao longo da dissertação, sendo, portanto, as que demandaram uma reflexão metodológica maior acerca de suas apropriações pela pesquisa. Neste sentido, segui as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto – em artigo que visa problematizar os usos correntes que os historiadores fazem da imprensa e sugerir um roteiro de procedimentos para eles encararem os periódicos – que apontam que, embora amplamente usados, tanto como *fontes* quanto como *objetos*, bem como recursos didáticos, os jornais tinham recebido poucas reflexões teórico-metodológicas por parte dos historiadores. As autoras sugerem que a imprensa seja encarada como uma “força social ativa na história do capitalismo”,

²⁰ <https://www.cma.ufpa.br/acervo.html> consultado em 07 de abril de 2023.

²¹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, 1997.

recusando a ideias correntes como a de “espelho da realidade”, ou de ser “depositário de acontecimentos”, uma vez que ela se configurou, por todos os lugares onde se inseriu, em um agente capaz de interferir e modificar a sociedade.²²

É quase desnecessário ressaltar que essa perspectiva afasta completamente a percepção da imprensa alvo da pesquisa histórica ser considerada como uma documentação histórica neutra ou imparcial. Por outro lado, seu comprometimento – político, econômicos, etc. – não diminui sua importância enquanto fonte, sendo precisamente essa sua parcialidade um dado extremamente significativo para o esclarecimento de seus posicionamentos e, por conseguinte, também daqueles indivíduos e segmentos sociais que a produzem ou que nela orbitam.

As mesmas autoras ainda sugerem um roteiro de procedimentos para analisar a imprensa periódica – que ao invés de serem passos lineares, devem ser simultâneos – que incluem: a identificação do periódico, do seu projeto gráfico e do seu projeto editorial: produção e distribuição, grupos produtores, circulação, posicionamentos políticos em conjunturas específicas. Estes nos parecem procedimentos extremamente pertinentes aos nossos objetivos.

Procurar perceber os grupos produtores e consumidores dos jornais por nós analisados nos ajudou a identificar os segmentos de trabalhadores atuantes no movimento. Dessa forma, ao analisarmos *A Revolta* (1919), identificamos muitas referências aos trabalhadores da construção civil, marceneiros e carpinteiros; seja pela presença de textos direcionados a eles²³ ou que se referiam a estas categorias ou membros específicos delas, trazendo anúncios de acidentes de trabalho²⁴, ou de falecimentos, como o do marceneiro Jozé Árias, que “pertencia à União dos O. Marceneiros e Artes Correlativas”²⁵; ou ainda com cartas enviadas por membros delas e publicadas no jornal.²⁶ Um olhar mais atento sobre os grupos produtores do periódico revela que pelo menos dois deles, o redator-principal José Marques da Costa e o administrador Alexandre Queiróz, eram membros destas categorias. Estas informações nos levaram a crer que estas categorias eram algumas das mais atuantes e organizadas do movimento naquele período.

As considerações de Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto sobre tomar-se a

²² CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n° 35, p. 253-27, 2007.

²³ “Chicote. Aos Marceneiros”. *A Revolta*, Belém, n° 2, 9 ago. de 1919.

²⁴ “Acidentes de trabalho”. *A Revolta*, Belém, n° 5, 20 set. 1919.

²⁵ “Jozé Árias”. *A Revolta*, Belém, n° 6, 4 out. 1919.

²⁶ BARRROS, Manoel Ferreira. “Companheiros redatores do jornal A Revolta”. *A Revolta*, Belém, n° 4, 6 set. 1919.

imprensa como uma “força ativa da história” nos parecem bem próximas, ou pelo menos não contraditórias, com as assumidas por Maria do Pilar de Araújo Vieira e outras pesquisadoras sobre considerar a imprensa como “constituinte da práxis social dos grupos que a produziram”.²⁷ Nesse artigo, as autoras relataram a experiência na disciplina “Pesquisa Histórica” do curso de História da PUC-SP e fornecem várias considerações teórico metodológicas sobre o uso da imprensa como fonte histórica. Entre elas, e a que nos pareceu mais interessante, consta uma ficha para a classificação de dados que as autoras aplicaram aos editoriais da grande imprensa paulista, com o intuito de analisar seus discursos. A ficha procurava buscar nos editoriais três aspectos: o diagnóstico da sociedade contemporânea (aos jornais), a concepção ideal de sociedade e o(s) método(s) para chegar a ela apresentados pelos textos-editoriais. Esse método nos parece útil se aplicado ao nosso *corpus* documental, com as devidas adaptações, para avaliar por exemplo a concepção dos trabalhadores que se movimentaram naquele momento em relação a como deveria ser (e como encaravam que fosse) as relações de gênero e entre nacionais e estrangeiros no interior do movimento operário e da própria sociedade.

Já René Barata Zicman – em artigo de certo pioneirismo no Brasil sobre o uso da imprensa periódica como fonte histórica – apresentou um instrumento metodológico que nos parece muito útil aos nossos objetivos: o método de análise temática de conteúdo. Esse método “desenvolve-se a partir de temas ou itens de significação relativos a um determinado objeto de estudo e analisados em termo de sua presença e frequência de aparecimento nos textos analisados”.²⁸ Na obra, a autora propõe três fases desse método, sendo a primeira referente ao enunciado das hipóteses e à formulação dos objetivos, que serão os guias-gerais da análise (nossos objetivos já foram enunciados anteriormente). A segunda, refere-se à definição do campo de observação/constituição do *corpus* documental: é a fase que define o conjunto de documentos a ser analisado. Esse conjunto deve obedecer dois critérios básicos: os textos devem pertencer a uma mesma categoria de imprensa (no nosso caso, a imprensa operária belenense) e devem possuir um “referente constante”, ou seja, o tema de interesse de cada pesquisa.

Ainda de acordo com Zicman, a terceira fase consiste na “operação da classificação de elementos levantados nos artigos segundo critérios anteriormente

²⁷ VIEIRA, Maria do Pilar et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História*, São Paulo, v. 3, p.47-54, 1984. ZICMAN, René Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 4, p.89-102, 1985.

²⁸ ZICMAN, René Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 4, p.89-102, 1985.

definidos”, em um primeiro momento levantando os vários elementos constitutivos dos artigos e depois os redistribuindo em grupos ou tipos análogos (distribuindo os artigos e editoriais em categorias como “referentes à questão de gênero” ou “referentes a questão da nacionalidade dos trabalhadores”, por exemplo); por fim, os codificando, ou seja, procurando perceber três aspectos: a presença – ou ausência – de citações das categorias estabelecidas; sua frequência; e sua orientação ou tonalidade (posição do jornal em relação ao tema: se é positiva, negativa, neutra ou ambivalente). Este processo demanda a construção de tabelas e quadros de classificação dos textos.

A análise temática de conteúdo foi aplicada, com as devidas adaptações, às nossas necessidades e fontes, por exemplo, quando buscamos identificar os segmentos de trabalhadores mais atuantes no movimento operário de Belém criamos tabelas para classificar os textos dos jornais que citam “categorias profissionais específicas”, ou “trabalhadores estrangeiros” e a partir delas identificamos sujeitos que, se não foram mais atuantes, pelo menos foram os que mais apareceram nas páginas dos jornais analisados.

Além disso, a aplicação da análise temática de conteúdo na imprensa periódica proposta por Zicman nos pareceu pertinente para evitar um risco apontado por Ana Maria Camargo de se utilizar destas fontes. Camargo o estabelece como sendo o de “(...) buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade maior”²⁹, pois com esse método abordamos os impressos de uma forma tanto quantitativa (por enumerar a frequência de citações de determinada categoria), quanto qualitativa.

Temos consciência de que, por conta da atenção a essas considerações, em alguns momentos o texto da dissertação ficou algo truncado, com várias citações seguidas sobre o mesmo aspecto, mas achamos ser isso necessário para demonstrar que as afirmações apresentadas expressavam tendências gerais, não sendo apenas citações específicas catados ao acaso para ilustrar proposições dadas *a priori*, conforme advertido por Camargo. Embora as autoras mencionadas acima não tenham sido recorrentemente citadas ao longo do texto, as considerações metodológicas delas estiveram subjacentes ao longo de todo o processo de manejo e interpretação das fontes.

²⁹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. *Anais do Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo: FFCH-USP, p. 225-239, 1971.

* * *

A dissertação segue a seguinte estrutura: o primeiro capítulo, intitulado “*Cidade em Transe: Aspectos de Belém na Decadência Econômica da Borracha*”, faz um panorama contextual da capital paraense na segunda década do novecentos e em especial no que designei de *anos vermelhos*, ou seja, entre 1917 e 1920. Nele, buscou-se assinalar os efeitos da dupla crise econômica gerada pela queda do preço da borracha somada aos efeitos da Grande Guerra, a crise política que assinalou a mudança nos grupos oligárquicos no poder, os mundos do trabalho na “cidade das mangueiras” – como também é conhecida Belém – naquela conjuntura, e a reação da classe operária na cidade à todos esses acontecimentos, trazendo um breve resumo das principais greves ocorridas nos quatro anos finais daquele segundo decênio do século XX.

O segundo capítulo, intitulado “*Das Classes à Classe: Ofícios e categorias profissionais na mobilização operária*”, buscou, como se vê, identificar as categorias profissionais mais atuantes naquela conjuntura, tomando como parâmetro a organização em sindicatos ou associações classistas, o empreendimento de greves, o apoio à greves gerais e de solidariedade e o diálogo com os jornais operários que circulavam naquele momento. Ali também se buscou levantar hipóteses sobre os fatores que levaram ao protagonismo das categorias identificadas; para tanto, partiu-se do pressuposto que a identidade profissional (“de ofício”, de “corporação”) era um dos primeiros passos para – e se articula com – a identidade de classe mais ampla. Neste momento, foi importante estabelecer diálogos com a discussão trazida por autores marxistas, como o Gramsci e Hobsbawm, em especial sobre os graus de consciência de classe³⁰, e com as reflexões de Edward Palmer Thompson acerca do mesmo tema e em relação a sua referência à “consciência vertical dos ofícios específicos”³¹, perspectiva esta que, aliás, já havia sido igualmente desenvolvida no contexto do Estado do Pará pela pesquisa recente de Adriano Craveiro de Oliveira.³²

O terceiro capítulo buscou trazer debate sobre as relações entre gênero e classe, evidenciando a atuação das mulheres no recorte proposto, tanto nas greves quanto nos sindicatos, assim como nos jornais da imprensa operária belenense, procurando

³⁰ BADARÓ, Marcelo. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

³¹ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 57-62.

³² OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

identificar as características gerais dessa atuação e como ela diferia e/ou interagia com as dos trabalhadores homens, bem como as específicas da condição de gênero, destacando as possibilidades e limitações que elas enfrentavam no interior das lutas proletárias, as relações entre elas e seus companheiros de classe. Sobre o tema da mulher no movimento operário, dialogamos com referências historiográficas diversas, desde as hoje *clássicas* abordagens de Michelle Perrot sobre o contexto francês, até a produção acadêmica *nacional e local* – termos um tanto quanto imprecisos e impróprios – mais recente, como a de Gláucia Fraccaro ou de Edilza Fontes, ambas abordando o operariado feminino da Primeira República.

Por fim, o quarto capítulo, “*‘Nossa Pátria é o Mundo Inteiro(?)’: Nacionais e estrangeiros no movimento operário belenense*”, teve como objetivo discutir a conformação étnica e nacional dos segmentos da classe que se organizavam em Belém naquele momento, buscando identificar tanto os momentos de tensão e conflito quanto os de solidariedade, cooperação e apoio mútuo entre os trabalhadores imigrantes (sobretudo portugueses, espanhóis e italianos) e os brasileiros, estes últimos também pensados em sua heterogeneidade, que incluía negros, descendentes de indígenas, tapuios, caboclos, mestiços, brancos pobres e migrantes de outras regiões do país. Para tanto, além da bibliografia que trata sobre a imigração estrangeira para o Estado do Pará, retomamos algumas considerações teóricas de Eric Hobsbawm sobre as relações entre as identidades de classe e de nacionalidade³³, bem como os estudos sobre classe e nação em outros contextos brasileiros, como São Paulo e Amazonas, o que muito ajudou a interpretar o caso paraense.

³³ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 89-112 (Cap. “Qual é o país dos trabalhadores?”).

Capítulo 1:

Cidade em Transe:

Aspectos de Belém na Decadência Econômica da Borracha

É muito difícil falar da sociedade amazônica no segundo decênio do século XX sem mencionar logo de início a profunda crise que se abateu sobre o comércio da borracha; e isso não deriva de adesão a determinismos econômicos ou a visões economicistas, mas porque ela realmente teve impactos muito significativos na sociedade amazônica da época, já que a seiva da *hevea brasiliense* tinha sido a principal pauta de exportação e seu comércio a principal atividade produtiva e mercantil durante as três décadas precedentes, gerando transformações muito significantes na região. À rigor, o que se desenvolveu na economia da Amazônia a partir de 1911 vai bem mais além do que poderia descrever a noção de *crise*; trata-se, na verdade, de uma *decadência* econômica. Seus efeitos afetaram desde a arrecadação das receitas dos estados do Norte até as possibilidades de emprego nos mundos do trabalho das capitais regionais, Belém e Manaus, impactando, inclusive, suas dimensões demográficas.

A década tinha começado, na verdade, de forma muito auspiciosa para a economia gomífera. No primeiro semestre de 1910, um ano antes do desastre, o preço da borracha – produto responsável por mais de 80% das receitas do Pará, Acre e Amazonas – havia chegado ao seu apogeu nos mercados internacionais, animando as elites diretamente ligadas à sua produção e comercialização, dos seringalistas aos grandes comerciantes das casas aviadores, com grandes perspectivas de lucro. Apesar do clima de euforia, logo no ano seguinte a sorte mudou de forma radical, com a queda quase vertical dos preços da goma elástica, fazendo com que muitas das fortunas acumuladas nas décadas anteriores de desfizessem no ar de forma muito rápida.

O motivo de tão devastadora queda na cotação da mercadoria foi a entrada no mercado internacional da borracha produzida na Ásia por firmas europeias, já que as seringueiras cultivadas metodicamente na região do sudeste asiático, Ceilão e Malásia, especialmente, eram comparativamente muito mais produtivas e baratas do que a extração nos sertões da Amazônia, realizadas por métodos extrativos rudimentares e pouco eficientes. Os números são eloquentes: em 1910, no auge dos preços, o Brasil produziu cerca de 40.800 toneladas do produto, enquanto a Ásia lançou no mercado algo próximo de 8.750 toneladas. Já no ano seguinte, a produção brasileira ficou em torno de 37.730

toneladas, ao passo que a asiática quase dobrou para 15.800 toneladas. Em 1913, os números da Ásia superam os do Brasil, com 47.618 e 39.560 toneladas, respectivamente. Já no final da década, em 1919, a diferença tornou-se acachapante: 381.860 toneladas asiáticas contra 34.285 brasileiras. Embora a produção brasileira tenha se mantido estável e a demanda internacional tenha até aumentado no final da década, o fator determinante para a crise foi a queda quase vertical dos preços, de 964 libras ou 2.267 dólares por tonelada em 1911 para 227,4 libras ou 885,6 dólares por tonelada em 1919.³⁴

Segundo Bárbara Weinstein, “não houve um membro da comunidade mercantil do Pará que escapasse à crise totalmente ileso”, já que dezenas de casas aviadoras – entrepostos comerciais responsáveis por levar as pelias de borracha às casas exportadoras e as mercadorias, alimentos e ferramentas, importadas e indispensáveis a sobrevivência, aos seringueiros – faliram nos anos imediatamente posteriores a grande queda de preços de 1911, e as que conseguiram se manter tiveram fortes reduções em seus capitais. Pelas grandes folhas diárias das duas capitais amazônicas (Belém e Manaus), tornaram-se recorrentes os anúncios da venda de propriedades rurais, imóveis urbanos e navios a vapor, pertencentes aos donos seringais ou aos aviadores, que procuravam se desfazer desses bens para tentar quitar dívidas, já que todo o sistema de aviamento era altamente dependente de créditos, que por sua vez eram em sua maioria irrealizáveis. Muitos desses investidores se retiraram da região para seus países de origem ou para outros estados do país, e os que permaneceram em Belém tiveram de viver em condições mais modestas, participando, numa escala bem menor, do comércio local.³⁵

Destinos muito parecidos teve uma grande parte dos trabalhadores imigrantes, tanto nacionais quanto estrangeiros, que nas décadas anteriores haviam se dirigido para a região em busca de uma vida melhor ou, quem sabe, de acumular fortunas com o tão propalado *ouro branco*: grande parte dos migrantes nordestinos que se deslocaram para trabalhar nos seringais fez, posteriormente, o caminho de volta aos seus estados de origem, ou abandonaram os seringais para se estabelecer nos núcleos urbanos, como Belém, ao passo que muitos dos imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e de outras nacionalidades, também retornaram aos seus países de origem, ou migraram novamente em direção a outras regiões do Brasil ou para outros países.

³⁴ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 236 (Quadro IX-2).

³⁵ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha da Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993, p. 261-271.

A situação da economia e da sociedade paraense ainda foi agravada, nessa conjuntura, pelos efeitos deletérios da Grande Guerra, que eclodiu em meados de 1914 e se estendeu até o final de 1918, desorganizando tanto a produção quanto o comércio de mercadorias europeias, além de reduzir a demanda por muitos produtos primários (como a borracha e a castanha-do-pará) produzidos em outros países, gerando desabastecimento, carestia e desemprego por todo o mundo, incluindo até mesmo países não foram diretamente envolvidos no conflito.³⁶

O governo estadual do Pará e a intendência municipal de Belém sofreram um duro golpe com a crise e a conseqüente redução drástica da receita dos impostos. Para se ter uma ideia do drama, a receita do estado do Pará, que tinha sido estimada em 20.255 contos de réis em 1910, caiu para módicos 8.517 em 1920.³⁷ Nesta conjuntura, o governo do estado teve de apelar para a contração de empréstimos na tentativa de equilibrar as contas públicas e pagar os empréstimos contraídos nos anos anteriores de bonança, o que não impediu calotes, reduções e atrasos nos pagamentos dos salários do funcionalismo estadual e municipal (como os dos professores, prestadores de serviços urbanos, aposentados, funcionários das repartições públicas e até mesmo os juizes), jogando alguns desses empregados em uma situação quase falimentar³⁸; o que, por seu turno, gerou mobilizações e greves entre os servidores públicos estaduais e municipais, como do pessoal da limpeza pública e dos vigilantes noturnos.

O início da decadência econômica no Pará foi acompanhado de uma crise política que acabou produzindo um reordenamento de grandes proporções nas instâncias do poder, com a deposição do grupo oligárquico que gravitava em torno do intendente municipal de Belém e líder do Partido Republicano do Pará, Antônio José de Lemos. Logo após o domínio dos “republicanos históricos”³⁹ nos anos iniciais do regime que se instaurou em 1889, representado pelo governo interino de Justo Leite Chermont (1889-1891) e dos governos eleitos de Lauro Nina Sodré (1891-1897) e José Paes de Carvalho (1897-1901), o grupo que gravitava em torno de Antônio Lemos passou a dominar o cenário político local ao longo de toda a primeira década do novo século. O próprio Lemos, originário do Maranhão, havia migrado ainda muito jovem para o Pará, onde se

³⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 29.

³⁷ SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*, op. cit., p. 240.

³⁸ WEINSTEIN, B. *A borracha da Amazônia*, op. cit., p. 280-282;

³⁹ Isto é, o grupo de políticos que haviam aderido à República antes de sua proclamação, e que haviam gravitado tanto no *Club Republicano do Pará* (1886) quanto no *Partido Republicano Paraense*, surgido no mesmo ano.

tornou um dos principais membros do Partido Liberal, nos tempos do Império. No alvorecer da República ocupou por longo período o cargo de intendente (correspondente ao do atual prefeito) de Belém, sendo eleito sucessivamente entre 1897 e 1911. Essa atuação fez com que ele acabasse por se tornar ali um dos principais símbolos das administrações modernizadoras dos *tempos áureos* da borracha, sendo responsável por levar a cabo o processo de reordenamento urbano de Belém, com a implantação de serviços, realização de reformas estruturais e paisagísticas, com o calçamento de ruas e a construção, ampliação e/ou alargamento de praças e avenidas.⁴⁰ Debita-se também a ele a implementação de legislação e de ações que visavam o controle de hábitos e costumes dos moradores da cidade, a partir de rígidos códigos de conduta municipais que, quase sempre, voltavam-se à repressão dos valores e das práticas (hábitos e costumes) tradicionais da população local, afetando sobretudo as classes populares e os trabalhadores.⁴¹

Os governadores do estado nesse período, Augusto Montenegro (1901-1909) e João Antônio Luís Coelho (1909-1913), foram ambos aliados, mais ou menos próximos de Lemos, e eleitos com o apoio do intendente, a partir da mobilização de seus currais eleitorais, pelo menos até o final da administração de Coelho, quando então se processa uma importante ruptura política. Além de apoiar a eleição de governadores e deputados, Lemos também influenciou na política local com a indicação de homens de sua confiança para a ocupação de cargos nas instâncias municipal e estadual, com a concessão de serviços públicos municipais à aliados, prática clientelista bastante comum na Primeira República. Os ditos “republicanos históricos” foram em sua maioria perseguidos ou se auto exilaram do estado neste meio tempo, com os remanescentes se organizando em torno do jornal *Folha do Norte*, dirigido pelo jornalista e político Enéas Martins. Do jornal, a oposição desferia ataques constantes e ferinos ao governo municipal.⁴² Em 1911, outra folha diária, o *Estado do Pará*, de oposição a Lemos e apoio à Sodré, veio à lume, sendo basicamente constituída por dissidentes do *lemismo* (adeptos de Antônio Lemos), que gravitavam em torno de João Coelho, aderindo posteriormente ao *laurismo*.

⁴⁰ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas criando a Belle Époque*. Belém: Paka-tatu, 2002.

⁴¹ NASCIMENTO, Sérgio da Silva do. *Trabalhadores de Belém: tempos de modernização na virada do século XIX para o XX*. Monografia (Licenciatura em História), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade da Amazônia, Belém, 2017.

⁴² SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*, op. cit.; WEINSTEIN, B. *A borracha da Amazônia*, op. cit.

Após mais de uma década de hegemonia política em Belém e no Pará, a sorte de Antônio Lemos mudaria radicalmente no início dos anos de 1910, uma vez que, entre o final deste mesmo ano e o início do seguinte, a cidade foi sacudida por uma série de revoltas populares que recaíram contra a intendência: em 30 de dezembro de 1910, populares destruíram e incendiaram as latas de lixo que o poder municipal tinha determinado como obrigatórias; no dia 2 de janeiro de 1911 foi a vez dos peixeiros se revoltarem contra a obrigatoriedade do uso dos tabuleiros da *Empresa Americana de Veículos*, destruindo e depredando todos os que encontraram pela frente; nos dias seguintes, os revoltosos se direcionaram contra os quiosques do centro da cidade, cuja construção e exploração haviam sido dadas, em concessão da intendência, ao engenheiro Francisco Bolonha, aliado próximo de Lemos. Algumas dezenas desses quiosques foram incendiados, havendo um número não determinado de presos e feridos nos enfrentamentos daqueles dias; bondes elétricos também sofreram ataques. Com o recrudescimento da oposição, em junho daquele ano, Antônio Lemos renunciou ao cargo de intendente e se retirou temporariamente de Belém.⁴³

Nas eleições do ano seguinte, os dois líderes políticos rivais – Lauro Sodré e Antônio Lemos – aportaram em Belém para mobilizar seus prestígios políticos em favor dos candidatos que cada um apoiava, muito embora houvesse um clima de hostilidade contra o segundo. Sodré acabou sofrendo um atentado a tiros, em episódio obscuro que gerou muitas interpretações⁴⁴, mas cuja responsabilidade foi imediatamente atribuída à Lemos e aos seus partidários. Uma multidão solidária à Sodré empreendeu nova revolta em 29 de agosto, fuzilando, empastelando e incendiando o jornal *A Província do Pará* – fundado por Lemos em 1876 e principal porta-voz dos lemistas – e, a seguir, invadindo e depredando o palacete residencial de Lemos, que por pouco não foi linchado pela população, não fosse a intervenção do intendente Virgílio de Mendonça – ex-lemista que se voltou contra o chefe do PRP. De qualquer forma, o episódio parece ter sepultado definitivamente a carreira política de Antônio Lemos.

Muitos trabalhadores estiveram presentes nestes movimentos. Weinstein relatou que “nos doze meses que se seguiram [ao início da crise], o contingente de trabalhadores

⁴³ COIMBRA, Adriana Modesto. O clarão que iluminou a cidade: as concessões Bolonha e a derrocada da “era lemos” - modernização e disputas políticas na cidade de Belém do Pará. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-154, 2013.

⁴⁴ O episódio dividiu opiniões, tanto dos contemporâneos quanto da historiadores que o analisaram. Para alguns, foi um atentado real, organizado pelas forças lemistas, para assassinar Sodré. Para outros, foi uma conspiração, uma farsa forjada pelos lauristas para incriminar Lemos e gerar solidariedade à Sodré.

e funcionários públicos desempregados ou não pagos aumentou enormemente, fornecendo uma fonte de protesto popular contra o chefe político por todos desprezado [no caso, Lemos]” e “no dia seguinte [ao atentado contra Sodré], uma multidão de funcionários públicos, marinheiros, estivadores e trabalhadores desempregados atacou a casa de Lemos e arrastou o antigo chefe para a rua.”⁴⁵

Roberto Santos também destacou a participação de segmentos da classe trabalhadora nos movimentos que selaram o fim da hegemonia de Lemos no Pará. Para o historiador, os *lauristas* (adeptos de Lauro Sodré) usaram como massa de manobra “(...) uma parte da massa de trabalhadores expulsos do mercado, de funcionários descontentes com os atrasos salariais e de eleitores sectários trabalhados incessantemente por editoriais de uma imprensa que pedia sangue”. Santos ainda anotou que:

Os mortos e feridos [na revolta que depôs Lemos] com profissão registrada eram todos humildes trabalhadores de um porto praticamente sem função, de embarcações paradas numa longa espera de carga de estabelecimentos comerciais porventura fechados ou ameaçados. Afora esses, um carpinteiro, um marceneiro e um funcionário público completavam a lista de 21 vítimas entre mortos e feridos. A exceção era de dois comandantes da marinha mercante; em todo caso, trabalhadores, certamente na mira do desemprego também.⁴⁶

Registra-se ainda que nas agitações do início de 1911, antes da renúncia de Lemos, chegou a circular na imprensa local uma convocação de greve geral direcionada aos trabalhadores⁴⁷ e em 1912 circulou um panfleto dirigido aos engraxates italianos para que não comprassem ou revendessem os exemplares do *A Província do Pará*⁴⁸, demonstrando claramente a intenção do grupo de oposição a Lemos de mobilizar segmentos das classes populares contra os seus rivais governistas. As classes subalternas não devem ser vistas como passivas nesse processo, pois menos do que serem usadas como “massa de manobra” pelo grupo político laurista, elas podem ter visto nesse momento de profundas dificuldades econômicas e recrudescimento das disputas oligárquicas a oportunidade para a expressão de seus protestos e para o entabulamento de suas reivindicações.

Tanto Weinstein quanto Santos compartilham a interpretação de que, apesar de coincidirem, a crise política não foi causada ou não pode ser explicada exclusivamente pela crise econômica, mas também por fatores propriamente políticos, tanto internos

⁴⁵ WEINSTEIN, B. *A borracha da Amazônia*, op. cit., p. 179, 280.

⁴⁶ SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*, op. cit., p. 258, 245-246.

⁴⁷ COIMBRA, A. M. *O clarão que iluminou a cidade*, op. cit., p. 147.

⁴⁸ SARGES, M. N. *Belém: riquezas criando a Belle Époque*, op. cit., p. 78-79.

quanto ligados à política de âmbito nacional.⁴⁹ Seja como for, o retorno do grupo laurista⁵⁰ aos postos-chaves do estado foi marcado pela eleição de Enéas Martins em 1912 e coroado com a do próprio Sodré no pleito seguinte. Foi sob os governos lauristas que a crise econômica recrudescceu e que a classe trabalhadora belenense entabulou a maior série de manifestações populares vistas na cidade, pelo menos desde a Cabanagem.

MUNDOS DO TRABALHO NA CIDADE EM ESCOMBROS

Belém era, em fins da década de 1910, um dos maiores centros urbanos do Brasil, embora as estimativas sobre a sua população sejam imprecisas e conflitantes. Pelo recenseamento realizado em 1920, a população de Belém foi estimada em 236.402 habitantes, o que a qualificaria como a quinta cidade mais populosa do país, atrás apenas de Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. O fato de o censo ter sido acusado de superestimar os números da cidade, pouco alteraria essa importância e sua posição neste ranqueamento. Menos preciso, o *Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 1919 indicou a população da cidade em aproximadamente 150.000 habitantes, apesar deste número estar provavelmente desatualizado, já que vinha sendo repetido desde a edição de 1916. Pela mesma publicação, a população de Belém subiu a 180.000 na edição de 1921 e atingiu a marca de 237.000 habitantes na de 1924.⁵¹ Assinando importante estudo demográfico, Antônio Penteado estimou (sem, no entanto, citar fontes) em 200.000 habitantes a população da capital paraense em 1919 e 236.400 habitantes em 1920.⁵² Por fim, remetendo ao *Anuário Estatístico do Pará*, de 1926, Rosana Fátima Padilha de Souza expõe a cifra de 144.692 para o ano de 1920.⁵³

Conforme os anos passaram, a crise foi se aprofundando e piorando a situação da cidade, precarizando os serviços que a população utilizava cotidianamente. Em paralelo, ocorreu o agravamento de alguns problemas que afetavam mais diretamente as classes subalternas – que, diga-se de passagem, não tinham sido equacionados nem mesmo no

⁴⁹ SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*, op. cit., p. 243-246; WEINSTEIN, B. *A borracha da Amazônia*, op. cit., p. 276-277.

⁵⁰ Lauro Sodré já estivera à frente do governo do Estado do Pará entre os anos 1891 e 1897.

⁵¹ *Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial*, Rio de Janeiro, 1919, p. 3.118; *Almanak Laemmert*, 1921, p. 3.560; *Almanak Laemmert*, 1924, p. 3.582.

⁵² PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Vol. II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968, p. 207.

⁵³ SOUSA, Rosana de Fatima Pad

ilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. 2009. 112f. 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) –Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, p. 66

momento de maior fausto da economia da borracha –, como as questões da falta e/ou precariedade das habitações⁵⁴ e do saneamento básico.⁵⁵ Como se não bastasse, a população de Belém ainda teve de enfrentar os efeitos da epidemia da *gripe espanhola* que assolou a cidade – e o mundo – naquele fim de década, afetando sobretudo as classes populares e subalternas, cujos corpos estavam sempre vulnerabilizados pela miséria.⁵⁶

A crise também afetou a composição dos mundos do trabalho na cidade. Conforme destacou Weinstein, em meio à decadência generalizada, alguns poucos ramos da economia sofreram menos esse impacto ou até mesmo tiveram um leve florescimento, como os setores do comércio importador e o industrial; este último deveu seu incremento em parte à Guerra, que ao desorganizar o comércio mundial acabou estimulando a substituição de importações. A consulta dos dados oficiais, tanto nos relatórios do governador do estado quanto no censo de 1920, sustentam a assertiva da autora, como se pode perceber pela Tabela 1 a seguir:

Tabela 1:
Indústria Paraense entre 1918 e 1920

	1918*	1919	1920
Estabelecimentos industriais	186	297	168
Operários empregados	2.242	2.563	3.033
Capital investido	10:662:614\$000	13:879:850\$000	21.330.848\$000
Valor anual de produção	15:268:384\$000	18:668:284\$000	36:424:408\$000

(*) Refere-se somente a cidade de Belém.

Fontes: ESTADO DO PARÁ. *Mensagem...*, 1918, p. 40; ESTADO DO PARÁ. *Mensagem...*, 1919, p. 99-100; BRASIL. *Recenseamento de 1920*, (1927), p. 284-285.

Não se pode, todavia, tomar estes dados como retrato fiel da realidade, mas muito mais como estimativas. A primeira consideração a ser feita é a de que os dados são provenientes de duas fontes diferentes, o que implica metodologias e critérios distintos na obtenção dos resultados – isso fica patente na discrepância nos números dos estabelecimentos industriais, muito provavelmente devido às diferenças de parâmetro do que vem a ser um “estabelecimento industrial”, utilizados pelos produtores de cada um desses documentos. Assim, os números levam a inferência de que a produção fabril e

⁵⁴ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém - 1870-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p. 121-135.

⁵⁵ VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

⁵⁶ MARTINS, Maria José Moraes. *A gripe espanhola em Belém, 1918: cidade, cotidiano e medicina*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação e História Social da Amazônia. Belém, 2018.

manufatureira paraense teve um modesto crescimento no período, principalmente se for levado em consideração o capital empregado e o valor anual de produção.

O termo “indústria” deve também ser utilizado com cuidado, já que a maioria destes estabelecimentos não correspondia à grandes unidades produtivas da época fordista, que empregava milhares, às vezes dezenas de milhares de trabalhadores. Já o *recenseamento geral de 1920* é o mais detalhado dos levantamentos que se dispõe e por meio dele é possível inferir algumas características gerais da indústria e do operariado fabril locais. Dessa forma, conforme os números coletados por ele (e organizados na Tabela 2, reproduzida abaixo), dos 168 estabelecimentos industriais paraenses arrolados, 73 empregavam até 4 operários; 65 empregavam de 5 a 19 operários; 14 estabelecimentos empregavam de 20 a 49 trabalhadores; 10 indústrias empregavam de 50 a 99 assalariados; e apenas 6 fábricas empregavam mais de 100 proletários.⁵⁷ A partir dessas informações, é possível induzir que a indústria local era formada majoritariamente por oficinas artesanais e pequenas manufaturas ao lado de algumas poucas fábricas de grande porte. Tal característica não é exclusiva do setor industrial da capital paraense, mas na verdade parece ter sido a regra em diversas regiões do Brasil, e até mesmo nos centros tidos como mais industrializados, como Rio de Janeiro e São Paulo.⁵⁸

Tabela 2:
operários por unidades produtivas em Belém (1920)

Operários por estabelecimento	Operários empregados neles
Até 4	174
De 5 a 9	257
De 10 a 19	298
De 20 a 49	457
De 50 a 99	683
De 100 a 199	339
De 200 a 499	825
Total:	3.033

Fonte: BRASIL, *Recenseamento de 1920*, (1927), p. 284-285.

No entanto, a distribuição de trabalhadores entre as unidades produtivas era muito desigual: dos 3.033 operários enumerados no censo, 1.164 (mais de um terço) trabalhavam nos seis estabelecimentos com mais de 100 operários, ao passo que apenas 729 trabalhavam em estabelecimentos que empregavam menos de 20 operários (estes por

⁵⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. V (1ª Parte): População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927, p. LXXXIII.

⁵⁸ Ver por exemplo: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Difel, 1986.

sua vez perfaziam um total de 138 estabelecimentos, cerca de 82% dos elencados pelo censo); as manufaturas de porte médio, de 20 a 99 operários, empregavam um total de 1.140 trabalhadores. A média era de 18 trabalhadores por unidade produtiva.⁵⁹

Os dados oficiais apresentados pelo governador Lauro Sodré à Assembleia Legislativa paraense em 1919 permitem um olhar detalhado do número de manufaturas, fábricas, e oficinas da capital paraense, assim como das mercadorias que produziam, conforme se vê na Tabela 3, como se segue:

Tabela 3:
Estabelecimentos industriais existentes em Belém em 1919.

Produtos fabricados	Quantidade de fábricas
Águas gasosas, vinhos de frutas, refrigerantes e vinagres;	08
Artefatos de barro;	01
Artefatos de cera;	05
Artefatos de cimento;	02
Artes Gráficas	01
Bonets	02
Caixas para Borracha;	05
Caixas de papelão;	02
Calçados;	15
Carroças;	01
Chapéus de palha;	01
Chapéus de sol;	05
Cigarros;	12
Colchões;	06
Cordas, barbante e estopilha;	01
Espelhos;	01
Gelo;	01
Malas, baús, colchões e móveis;	09
Massas alimentares, bolachas, chocolate e café;	02
Móveis;	07
Óleos e águas gasosas;	02
Obras de mármore;	03
Obras de vime;	02
Perfumarias;	02
Pregos;	02
Roupas;	04
Sabão e óleos;	08
Sacos de papel;	02
Tigelinhas de folha para borracha;	02

⁵⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. V (1ª Parte): População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927, p. 284-285.

Usinas de beneficiamento de algodão, arroz, café, farinha, milho, óleos, sabão e tabaco;	14
Vassouras;	01
Veleiros;	04
Total	133

Fonte: SODRÉ, L. *Mensagem...*, 1919, p. 99-100.

No começo de 1918, o *Grêmio Literário e Comercial Português* promoveu em Belém uma exposição comercial e industrial, cujo relatório publicado no diário *Estado do Pará* permite a identificação de algumas das principais indústrias da capital paraense: a fábrica de fumos *Girafa* empregava “perto de 200 operárias e 50 operários”; a *Fábrica de Roupas Aliança* ocupava cerca de “400 operários e operárias externas e internas”; na *Freitas Dias* labutavam cerca de 400 operários, espalhados por suas oficinas de produção de pregos, de marcenaria, ferraria, carpintaria, de polidores, estofadores, entalhadores, torneiros e etc.; na *Manoel Pedro & C^a*, firma de construção civil e de exportação de madeira que possuía oficinas de serraria, carpintaria, marcenaria, ferraria e mecânica, “trabalha[va]m constantemente em suas oficinas e obras cerca de 500 operários”.⁶⁰ Na ocasião da greve dos trabalhadores das oficinas de reparação naval da *Port of Pará* em Val-de-Cães, mais de 700 empregados daquela companhia paralisaram suas atividades⁶¹, indicando que aquela era uma grande unidade produtiva em termos de trabalho empregado, talvez a maior da cidade.

Se forem levados em consideração apenas os operários fabris, a classe trabalhadora compunha uma parcela muito pequena dos mais de duzentos mil habitantes de Belém, uma vez que mesmo o censo se referindo a todo o Estado do Pará, é bastante provável que a maioria das fábricas e dos operários se concentrassem no maior centro urbano do estado. No entanto, conforme destacam vários autores – dentre eles o sociólogo Ricardo Antunes⁶² e o historiador Marcelo Badaró de Mattos⁶³ –, a classe trabalhadora não se restringe somente ao operariado fabril, mas inclui na prática todos aqueles trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário para sobreviver, o que inclui efetivamente os trabalhadores do comércio, do setor de serviços e os assalariados rurais, além de outros ramos. É novamente o *recenseamento geral de 1920*

⁶⁰ “A grande exposição comercial e industrial promovida pelo Grêmio Literário Português”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.506, 22 mar. 1918, p. 3.

⁶¹ OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930)*, op. cit., p. 98.

⁶² ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁶³ MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

que permite vislumbres mais amplos sobre os mundos do trabalho belenense, aos discriminar as ocupações profissionais de seus habitantes, conforme a Tabela 4:

Tabela 4:
População de Belém segundo os ramos de profissão (1920)

Ramos de Profissão	#
Produção de matéria prima (agricultura, caça e pesca, criação e extração mineral).	29.724
Transformação e emprego da matéria prima (Indústria, transportes e comércio).	40.795
Administração e profissões liberais (militares, funcionários públicos – municipais, estaduais e federais –, religiosos, intelectuais, artistas e profissionais liberais)	9.454
Diversas (pessoas que vivem de rendas, serviços domésticos, mal definidas, profissões não declaradas e sem profissões).	156.429
Total:	236.402

Fonte: BRASIL, *Recenseamento de 1920*.

Interpretar estes números é uma tarefa difícil, já que são pouco detalhistas e podem conter uma miríade de matizes, além de se referirem a um momento específico em uma realidade sempre cambiante. Conforme notado por Sheldon Leslie Maram, “(...) a apuração foi feita em relação a quantidade total de empregados, incluindo o pessoal administrativo e os próprios patrões”, o que não chega a modificar amplamente a proporção já que o número de trabalhadores sempre é maior do que o dos patrões.⁶⁴ Apesar destas observações, esses números têm seu valor pela sua amplitude e podem contribuir para uma visão – seguramente turva e opaca – dos mundos do trabalho daquele momento.

Os 40.795 empregados na transformação de matérias primas, isto é, na indústria e nos serviços (transportes e comércio) parecem corresponder claramente ao núcleo do que tradicionalmente se qualifica como *classe trabalhadora*. A categoria “produção de matéria prima” pode comportar um bom número de trabalhadores assalariados ou que mercantilizavam sua força de trabalho de alguma forma (pagos por empreitada ou vendendo o produto do seu trabalho), bem como alguns pequenos proprietários e pessoas que produziam para a sua própria subsistência, além das situações intermediárias. A categoria “administração e profissões liberais” correspondem, grosso modo, ao que é categorizado como “segmentos médios urbanos” e os militares de diversos níveis (até os praças e oficiais de menor patente).

⁶⁴ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 16.

Já a categoria “diversas”, como o próprio nome sugere, é residual, e inclui desde os 445 belenenses que viviam de suas rendas (quase certamente pertencentes e/ou aproximados às classes dominantes), até os 79.424 menores de 14 anos sem profissão definida. O grosso desse número inclui trabalhadores, como 6.596 empregados em serviços domésticos (em sua grande maioria mulheres), e o “exército industrial de reserva”, isto é, os trabalhadores em potencial, temporariamente desempregados, que viviam do comércio autônomo e ambulante de mercadorias variadas ou de trabalhos intermitentes (os “bicos”), passando pelas pessoas que praticavam atividades de subsistência, como a criação de animais ou o plantio de pequenas hortas, até o conjunto dos *pobres*, dos que viviam uma vida realmente precária, no limiar da subsistência; e isso para não falar dos miseráveis, dos desvalidos, sobrevivendo da mendicância ou por intermédio de alguma atividade ilícita, bem mais próximos do que Marx designou por *lumpemproletariado*.⁶⁵

No entanto, tal quadro não pode ser tomado de forma muito rígida, já que na prática havia uma grande mobilidade social nas camadas mais baixas: um trabalhador poderia sofrer algum infortúnio e acabar tendo de mendigar e um *lupem* poderia conseguir um emprego fixo e se estabilizar; a dimensão temporal também tem de ser levada em conta, já que poderia haver momentos em que as possibilidades de emprego se ampliavam e outras em que regrediam, jogando muitos trabalhadores no desemprego. Daí a pertinência da crítica estabelecida por June Hahner à certas abordagens da história social brasileira

Ao invés de simplesmente estudar a organização sindical, o debate entre as tendências ou a liderança trabalhista, é necessário examinar as realidades concretas e complexas das vidas dos trabalhadores brasileiros: as dimensões precisas de sua pobreza, as formas específicas de exploração a que eram submetidos e as maneiras pelas quais demonstravam seu sofrimento.⁶⁶

Seja como for, o fato é que, em um entreposto comercial como Belém, as zonas portuária e comercial concentravam uma grande quantidade de trabalhadores⁶⁷; e foi

⁶⁵ O conceito de lumpemproletariado aparece em Marx de forma negativamente contrastante ao de proletariado, e isso tanto em suas dimensões associadas a vida material, quanto em sua capacidade de autonomia diante a dominação e dinâmica política. MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 91. Uma análise aprofundada de ambos os conceitos aparece em: LINDEN, Marcel van der. O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.6, n1: 87–110, abril, 2016.

⁶⁶ HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: UDUNB, 1984, p. 10.

⁶⁷ Em tese recente, Caio Paião, ancorando-se em números da Capitania [do Porto] do Pará, demonstrou o peso expressivo da marinhagem radicada na capital paraense no início do século XX. Referindo-se a 1913, ano em que os impactos da queda da borracha começavam a se fazer sentir, o autor registra que “Naquele

precisamente nestas áreas que os trabalhadores urbanos sofreram os maiores impactos da crise da borracha. Barbara Weinstein assinalou que “a situação da embrionária classe trabalhadora do Pará – que já fora a mais bem paga do Brasil – provavelmente também se deteriorara, uma vez que as oportunidades de emprego na área portuária haviam decrescido acentuadamente”.⁶⁸

Pode-se confirmar as asserções da autora por meio da consulta dos relatórios do Ministério da Marinha. Segundo estes documentos, em 1918 haviam se matriculado na Capitania do Pará 896 homens, sendo 713 brasileiros e 19 estrangeiros na primeira categoria e 164 brasileiros na segunda.⁶⁹ Uma redução considerável se compararmos com os dados de 1909 (no auge do ciclo da borracha), quando 6.760 trabalhadores, “nas diversas profissões marítimas”, se matricularam apenas na cabotagem, ao passo que os indivíduos empregados no tráfego do porto somavam 388 e 165 na pesca⁷⁰; embora os números de 1918 representassem um aumento em relação aos de 1916, quando o pessoal matriculado somava apenas 731 indivíduos.⁷¹

Estes números referem-se aos empregados em embarcações, como pilotos, maquinistas, foguistas, taifeiros, cozinheiros, marinheiros, moços e práticos; a situação talvez tenha sido melhor para os trabalhadores em terra, como estivadores e carroceiros, já que estes eram de fundamental importância para a distribuição das mercadorias importadas pelo comércio da cidade, tanto quanto para o embarque de produtos regionais para a exportação. Mas mesmo entre estes últimos, é possível induzir indiretamente que as oportunidades de emprego devem ter ficado mais escassas. Se forem tomados como certos os dados compilados por Luiz Cordeiro, o número de toneladas movimentadas no porto de Belém caiu de cerca de 1.264.683 em 1909 e 1.472.198 em 1910 para algo em torno de 644.046 em 1918 e 858.293 em 1919.⁷² A redução da carga movimentada indica a redução de braços necessários para transportá-las, conseqüentemente o número de

momento, o Pará possuía 25.768 matriculados e o Amazonas 1.058. O porto de Belém sozinho detinha a maior marinhagem do país, deixando a capital federal em segundo lugar, com 22.698 matriculados”. PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2022, p. 91.

⁶⁸ WEINSTEIN, B. *A borracha da Amazônia*, op. cit., p. 269.

⁶⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918, p. 197.

⁷⁰ BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 96-97.

⁷¹ BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1916, p. 136.

⁷² CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu comércio e indústrias de 1719 a 1920*. Belém: Tavares Cardoso & CA, 1920.

trabalhadores requisitados. Embora os números sejam muito imprecisos, a tendência de redução é claramente perceptível. Localizado em uma cidade que era um entreposto portuário e comercial, o porto de Belém mantinha, todavia, uma importância fundamental para uma parcela significativa das pessoas que viviam da venda de sua força de trabalho.

O mesmo pode ser dito para o setor comercial, das lojas de atacado e varejo espalhados pela cidade, especialmente concentrados nos bairros do Comércio, do Reduto e da Cidade Velha. Belém concentrava uma amplíssima gama de estabelecimentos comerciais, lojas, bares, botecos, botequins, tavernas, farmácias, lojas de ferragem e toucador, lojas de roupas, de secos e molhados, quiosques, biroskas e mercadinhos, que disponibilizavam para venda as mercadorias que se tornaram novas necessidades à vida dos trabalhadores com a consolidação do capitalismo, além de se configuravam em um importante ramo de oportunidades para quem precisava vender sua força de trabalho, empregando alguns milhares de caixeiros, ajudantes e comerciários.

TRABALHADORES EM TEMPOS DE CRISE

Estivessem empregados onde estivessem, muitos trabalhadores urbanos de Belém reagiram de forma coletiva e organizada à esta conjuntura de profunda dificuldade econômica, da qual eles foram os principais prejudicados. Nos jornais operários publicados nos “anos vermelhos”, eram muito recorrentes artigos e editoriais protestando contra a carestia de vida, a miséria e o desemprego na cidade, reivindicando ações do poder público que sanassem, ou pelo menos aliviassem, a situação, todos textos que se configuram em importantes testemunhos de como essa decadência foi encarada pelos trabalhadores urbanos. Um artigo em um deles fez uma descrição da situação na cidade, onde pode-se perceber alguns dos problemas pelos quais a classe trabalhadora e as demais classes subalternas enfrentaram e estiveram sujeitadas naquela conjuntura:

Uma crise enorme assoberba todas oficinas, todos os misteres.
Os gêneros de primeira necessidade aumentam de dia para dia, assombrosamente, o seu preço já elevado, e mesmo com toda a sua falsificação. A máquina arremessa continuamente braços para a rua, num aumento sempre crescente que em vão procuram quem os alugue.
Os preços exorbitantes das habitações forçam a olhos vistos à promiscuidade famílias numerosas, em exíguos cubículos sem ar e sem luz.
A horas mortas encontra-se dormindo pelos portais e pelos bancos dos jardins, mulheres, homens, até crianças, que por aí vagueiam sem teto, sem abrigo algum, sem pão e sem roupa!⁷³

⁷³ “A nossa miséria”. *O Semeador*, Belém, nº 16, 6 set. 1919, p.2.

Carestia, desemprego, falta de moradia (além da precariedade das existentes) e indigência são apontados como parte da vivência destes sujeitos. Em outro momento, o alfaiate R. Oliveira faz um panorama da cidade:

Quem se der ao trabalho de percorrer Belém, à noite, assistirá o quadro mais horroroso que ver se possa.

O cais do porto está transformado em vasto albergue; vendo-se ali, com especialidade o trapiche da Empresa de Navegação Mosqueiro e Soure, indivíduos em cujo semblante estão estampados fome, doenças, miséria, enfim as privações que têm passado.

Sob o alpendre do Teatro da Paz abrigara-se dezenas de infelizes, na maioria rapazes novos, rotos, de aspecto doentio, crianças que enveredaram para o caminho do crime, guiados por esta sociedade de facínoras encasacados e de luvas de pelica, que depois de verem a sua obra consumada, bradam aos quatro ventos: “é preciso sanear a cidade”.⁷⁴

Em uma matéria noticiando a greve dos mecânicos e metalúrgicos das oficinas de reparação naval da *Port of Pará*, em setembro de 1918, o *Jornal do Povo* divulgou uma tabela com as despesas diárias “(...) de um operário que tenha uma família de seis pessoas e ganhe seis mil reis por dia”; sendo a mesma apresentada em uma das sessões permanentes do comitê grevista por um camarada do movimento, reproduzida abaixo.

Tabela 5:
Despesas diárias de um operário em 1918.

Mercadorias	Preços
Carne e peixe	1\$800
Pão 300 gramas	\$360
Açúcar	\$300
Água	\$200
Lenha	\$300
Verdura	\$100
Sabão	\$100
Querosene	\$160
Fósforos	\$40
Temperos: sal, pimenta, cominho, alho, cebola e vinagre	\$200
Café	\$150
Farinha	\$300
Aluguel da casa	1\$000
Cigarros	\$300
Bonde	\$200
Roupa ou fazenda	\$500
Fruta	\$100
Calçado	\$400
Total	6\$510

Fonte: “A greve de Val-de-cães”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 20, 14 set. 1918, p. 1.

⁷⁴ OLIVEIRA, R. “Misérias”. *O Semeador*, Belém, nº 27, 22 nov. 1919, p. 1.

Como se constata, esta despesa diária somava 195\$100 mensais, “e o operário o máximo que trabalha durante o mês são 24 dias a 6\$000 que somados dão 144\$000”, perfazendo um déficit mensal de 51\$000, esclarece a matéria. Embora estes dados não possam ser tomados como reflexos fiéis da realidade, já que haviam diferenças entre receitas e despesas de cada família de trabalhadores, conforme a quantidade de pessoas vendiam sua força de trabalho (mãe, pai e filhos), bem como o total de integrantes delas, assim como também havia diferenças salariais entre as diversas categorias profissionais⁷⁵ e variações nos preços das mercadorias em diversos estabelecimentos, dentre outras tantas variáveis, os dados da tabela não deixam de ser um registro de um trabalhador que viveu aquele momento, sendo, portanto, bastante representativo da situação enfrentada por parte dos trabalhadores da cidade. Embora algumas famílias proletárias pudessem estar melhores do que outras, todas enfrentavam uma situação bem difícil naquele momento.

Pelos seus jornais, os trabalhadores também expressaram suas angústias e protestos contra o encarecimento das mercadorias de primeira necessidade, frequentemente responsabilizando os comerciantes pelo aumento gritante dos preços, os acusando de açambarcamento. Em um artigo publicado no *Onze de Janeiro*, o articulista acusou os atravessadores – “esta classe de parasitas hediondos” – de não permitirem o comércio direto entre os consumidores e os lavradores.⁷⁶ Meses depois, em outro jornal operário, foi possível ler o questionamento:

É possível viver?

Eis o grito que parte de todas as bocas, exceção feita da dos comerciantes ricos, que sendo os únicos responsáveis de tal carestia, tentam por todos os modos e meios justificá-la, o que se torna impossível, por já ser demais conhecida a exploração torpe que estão fazendo com os gêneros de primeira necessidade.⁷⁷

Por vezes, os protestos saíam da esfera da imprensa para as praças públicas da cidade. Em meados de 1917, setores do operariado promoveram um *meeting* na Praça da República contra a carestia de vida, evento que contou com o apoio de diversas organizações classistas como a *Federação das Classes da Construção Civil* (FCCC), a *União dos Sapateiros*, a *Classe dos Alfaiates*, a *Liga Operária*, a *União dos Chauffeurs*,

⁷⁵ Os dados parecem ser de um trabalhador bem pago, já que provavelmente feito por um mecânico ou metalúrgico das oficinas da *Port of Pará*, que na sua condição de trabalhador qualificado/especializado recebia um salário maior do que os não especializados. Adriano Craveiro de Oliveira registrou que “a *Port of Pará* também afirmava que entre os mais inflexíveis estavam, principalmente, alguns operários, que recebiam salários dentro dos limites máximos (...)”. OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará*, op. cit., p. 103.

⁷⁶ “Actos e Factos”. *Onze de Janeiro*, Belém, ed. única, 11 jan. 1918, p. 3.

⁷⁷ “A carestia da vida”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 19, 7 set. 1918, p. 3.

da *Sociedade dos Cigarreiros do Pará*, a *Associação dos Manipuladores de Pão* e a *União Protetora dos Condutores e Motorneiros*; na ocasião, foi entregue ao governador do estado uma moção de protesto contra a alta dos preços.⁷⁸

No primeiro semestre de 1920, a FCCC promoveu uma série de comícios de propaganda associativa, “durante os quais se tem protestado de modo veemente contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade”; o porta-voz da FCT informou o quantitativo deste comício ocorrido na Praça da República, estimando os presentes na ocasião – “incluindo representantes da polícia civil e militar” – em cerca oitocentas pessoas.⁷⁹ Um articulista do *Estado do Pará* registrou, algumas semanas antes e de forma bem menos simpática, o que parece ter sido outro desses comícios em que compareceu “ansioso de lavrar um protesto contra a carestia de vida”, realizado na Praça da República, em que estiveram presentes cerca de duzentas pessoas em sua estimativa, sendo que “os formadores do *meeting* eram os mesmos de sempre: os agitadores que encontramos há meses, no mesmo lugar, a sombra daquela estátua [da República] e ainda na praça Floriano Peixoto, pregando credos subversivos (...)”, e onde supostamente um dos oradores sugeriu “como remédio contra a carestia, o saque às casas comerciais!”.⁸⁰

Comentando o aumento do preço do pão em \$200, mais ou menos no mesmo período, o carpinteiro José Marques da Costa expôs que frente a ele “os produtores (...) levantaram o seu protesto veemente, pela imprensa e praça pública” e se perguntavam se deixariam de se reunir aos domingos, à volta da estátua da República, “os chefes dessas milhares de famílias esfaimadas, habitantes deste Pará”, por ter sido noticiada uma grande remessa de farinha de trigo que breve chegaria dos Estados Unidos que ajudaria a amenizar a situação e a baixar o preço.⁸¹ Todos estes indícios sugerem que em 1920, quando não se realizaram tantas greves quanto nos dois anos anteriores, a principal pauta pela qual os trabalhadores de Belém se mobilizavam coletivamente era a da redução nos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Conforme Edward Thompson, os “modos de exploração variaram enormemente, não apenas entre uma época e outra, mas em momentos diferentes no interior de cada uma delas”, sendo percebidas de formas distintas pelas classes subalternas. A título de exemplo, o autor citou os mineiros e trabalhadores manufatureiros da Inglaterra no século

⁷⁸ OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará*, op. cit., p. 89.

⁷⁹ “Um grande comício”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 4, 22 maio 1920, p. 3.

⁸⁰ “O ‘*meeting*’ de ante-hontem”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.263, 20 abr. 1920, p. 1.

⁸¹ COSTA, Marques da. “O pão”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 3, 15 maio 1920, p. 2.

XVIII, que “eram muito mais conscientes de ser explorados como consumidores pelos capitalistas agrários e pelos atravessadores do que pelos seus empregadores por meio do trabalho assalariado”.⁸² A consciência de exploração enquanto consumidores também esteve presente entre o operariado de Belém de fins da década de 1910, conforme pode ser percebido nos protestos que frequentemente eles fizeram publicar em seus jornais e em suas manifestações públicas contra o aumento abusivo dos preços das mercadorias mais básicas para a própria reprodução da vida.

Ainda conforme Thompson, a consciência de classe se desenvolve não apenas como uma identidade de interesses entre um grupo de pessoas, mas também a partir da percepção do antagonismo de interesses entre este grupo e outros. Neste sentido, os grandes comerciantes foram percebidos pelos trabalhadores belenenses daquela conjuntura – tanto ou mais que os industriais – como um grupo antagonico a ser combatido, sendo por eles (des)qualificados como “apóstolos da roubalheira”, “uma quadrilha de malfeitores sem entranhas”, e que estava “possuída por uma ganância desmedida”.⁸³

A alta nos preços pode ser atribuída à dupla crise (da borracha e da guerra), mas conforme Bárbara Weinstein, embora a decadência da borracha tenha afetado toda a comunidade comercial do estado, alguns setores conseguiram até mesmo prosperar, como os comerciantes importadores, responsáveis por suprir as demandas de um mercado consumidor não desprezível de cerca de 200.000 habitantes – número bastante expressivo naquele momento – com gêneros alimentícios e produtos manufaturados que haviam se tornado novas necessidades indispensáveis na vida destas dezenas de milhares de pessoas.⁸⁴ Ainda conforme a autora, naquele momento a própria elite econômica do estado era formada majoritariamente por comerciantes.

Assim, ao mesmo tempo em que sofreu as consequências da crise, a capital paraense também foi palco por uma intensa onda de organização e agitação trabalhista ao longo de toda a década de 1910, sobretudo em seus anos finais. Consultando os estatutos de associações classistas dos arquivos do *Centro de Memória da Amazônia* (CMA), em Belém, Adriano Craveiro de Oliveira indicou a fundação de pelo menos vinte e seis sociedades mutualistas e nove sindicatos entre 1910 e 1919, maior incidência por década

⁸² THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 165-166.

⁸³ “Cortar o mal bem pelo fundo”. *O Semeador*, Belém. n° 34, 10 jan. 1920, p. 4.

⁸⁴ WEINSTEIN, B. *A borracha da Amazônia*, op. cit., p. 168-170.

dentre os períodos analisados pelo autor (1840 a 1929).⁸⁵ Somam-se às agremiações fundadas nessa década aquelas que já existiam, como a *Sociedade Beneficente Mecânica Paraense*. Nunca é demais salientar que os números podem ser maiores, uma vez que nem todas as organizações classistas tiveram os seus estatutos preservados ou arquivados no CMA.

Muito significativo nesse processo de organização foi a instalação da *União Geral dos Trabalhadores* (UGT) em 11 de janeiro de 1914, sendo ela uma das primeiras tentativas de fundação de uma central sindical de orientação sindicalista revolucionária em Belém, organizada por um grupo de militantes, em sua maioria anarquistas, que vinha atuando desde o início daquela década. Foi a UGT que, em grande medida, coordenou as atividades classistas na cidade, como a série de greves ocorridas entre 1913 e 1914, violentamente reprimidas pelo governo do estado com a deportação de militantes estrangeiros, prisões de centenas de grevistas, impedimento ou dispersão a pata de cavalo de *meetings* operários e invasões de sedes sindicais.⁸⁶

Apesar de terem arrefecido devido as ondas de repressão, as atividades da UGT permaneceram nos quatro anos seguintes, quando a central apoiou as greves dos trabalhadores da *Port of Pará* e da *Pará Eletric*, em 1918. Após seu fechamento, no final de 1918, a UGT foi substituída pela *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará* (FCT), não por acaso fundada no dia 11 de janeiro de 1919, congregando, grosso modo, os mesmos sindicatos que formavam a anterior.⁸⁷ A FCT, por sua vez, manteve-se em atividade até pelo menos o início da década de 1930.

Seja como for, os anos de 1915 e 1916 parecem ter sido de relativo refluxo das manifestações classistas, com os movimentos paredistas se tornando mais escassos e localizados, provavelmente devido a intensificação da crise econômica em decorrência da Grande Guerra. No entanto, após esse breve interregno, os anos imediatamente posteriores foram marcados por um grande recrudescimento das atividades classistas dos trabalhadores da “cidade das mangueiras”.

Um levantamento parcial das greves ocorridas na cidade de Belém nesse quadriênio, feito com base tanto no jornal diário *Estado do Pará*, quanto nos jornais

⁸⁵ OLIVEIRA, A. C. Trabalhadores na Primeira República no Pará, op. cit., p. 36-37.

⁸⁶ FONTES, Edilza. *Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimentos sociais em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese (Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 246-280.

⁸⁷ “Estatutos da Federação das Classes Trabalhadoras”. *O Semeador*, Belém, nº 10, 26 jul. 1919, p. 2.

operários que circularam no período e na monografia de Adriano Craveiro de Oliveira⁸⁸, mostram a dinamicidade da agitação operária. Nele pode ser incluída a sequência de paredes entabuladas pelos motoristas e condutores de bondes da *Pará Elétric*, em fevereiro, março, junho e julho de 1917, reivindicando aumento salarial, redução da jornada de trabalho e a readmissão dos demitidos nas greves anteriores; dos estivadores, em junho de 1917; dos padeiros, em setembro; uma greve de dimensões significativas realizada pelos trabalhadores marítimos entre novembro e dezembro, e que teve como epílogo o estabelecimento de uma tabela de salários; e outra dos choferes da *garagem Napier*, em dezembro do mesmo ano.

Em 1918, uma greve dos operários da *fábrica Proença*, em janeiro; dos foguistas, em fevereiro; dos carroceiros, em março; uma dos marceneiros das oficinas *Freitas Dias* em maio e outra dos trabalhadores *Marcenaria Portuguesa*, em julho; uma greve dos mecânicos e metalúrgicos das oficinas de reparação naval da *Port of Pará* em Val-de-Cães⁸⁹, que teve grandes proporções e chegou a contar com a solidariedade de outras categorias, e outra das costureiras da *fábrica Aliança*, ambas em setembro; uma “greve geral” iniciada pelos motoristas e condutores da *Pará Elétric* e que contou com adesão de uma parcela significativa de trabalhadores de Belém, em meados de outubro; e outra “greve geral” no dia final novembro e no início de dezembro do mesmo ano, iniciada pela UGT em protesto contra o fechamento de sua congênere no Rio de Janeiro.

Em 1919, o ano iniciou com um movimento dos mecânicos das *oficinas Botelho*; seguida por uma greve dos choferes e outra dos alfaiates, em março; dos trabalhadores da construção civil e marceneiros das *oficinas Mesquita*, que se estendeu por quase todo o mês de abril; uma grande greve geral iniciada em 2 de maio, envolvendo diversas categorias profissionais reivindicando a jornada de 8 horas diárias e pautas específicas de cada grupo de trabalhadores que aderiu, se estendendo até praticamente o fim daquele mês, quase paralisando a cidade por vários dias, sendo certamente uma das mais importantes do período; e, por fim, uma greve de pequenas dimensões dos horteleiros, em outubro daquele ano.

⁸⁸ OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *As Lutas Operárias em Belém da Primeira República: As Greves de 1917 a 1919*. Monografia (Graduação) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Graduação em História, Belém, 2013.

⁸⁹ Adriano Craveiro de Oliveira fez uma análise desse movimento, indicando que se tratava de uma greve dos estivadores. No entanto, a cobertura do *Jornal do Povo*, de seus números 19 a 22, publicados entre 7 e 21 de setembro de 1918, indica que se tratava, na verdade, de um movimento empreendido por mecânicos e metalúrgicos.

Em 1920, quando a onda de agitações já demonstrava sinais de refluxo, ainda registraram-se greves na cidade: dos estivadores da *Booth Line*, em janeiro; dos artífices das oficinas da *Port of Pará* em Val-de-Cães, pela readmissão de um trabalhador demitido, em meados de março; dos marítimos do vapor *Zé Florêncio*, em abril; dos vigilantes noturnos, em meados de maio; dos marítimos, no início de julho; outra da tripulação do vapor *Sertanejo*, uma dos padeiros e, por fim, uma dos lixeiros municipais, todas em setembro. Todas elas foram movimentos bastante localizados que não geraram mobilização de outras categorias em solidariedade, como aconteceu em alguns dos movimentos dos anos anteriores.

Nos capítulos que se seguirão, alguns desses movimentos serão abordados de forma mais verticalizada e aprofundada. Pode-se indicar de antemão que eles tiveram causas e reivindicações bastante variadas, indo desde a exigência por aumento dos salários, passando pela redução da carga horária de trabalho ou pelo estabelecimento das oito horas, até protestos contra o atraso dos vencimentos ou contra condições de trabalho específicas – como, no caso dos motoristas e condutores, contra os uniformes que eram obrigados a utilizar. Os trabalhadores de Belém parecem ter seguido a mesma tendência que os de Manaus, submetidos à um contexto muito parecido de crise da borracha, já que, segundo Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Pinheiro, naquela década “(...) em Manaus, os trabalhadores tentaram defender-se dos efeitos da crise, ampliando suas reivindicações e resistindo às propostas de cortes de pessoal e salários com uma onda de mobilizações e greves jamais vista na cidade”.⁹⁰

Em diversos momentos, esses movimentos deixaram as autoridades municipais e estaduais – dos subprefeitos aos chefes de polícia – sobressaltadas, fazendo com que fossem continuamente mobilizadas a cavalaria e “praças embaladas”, além de soldados do Exército e praças da Marinha, como já mencionamos. Também tivemos a oportunidade de mencionar que a realização de *meetings*, paredes e celebrações de 1º de Maio foram extremamente concorridas em Belém, levavam milhares de trabalhadores aos espaços públicos da cidade.

O que se percebe, portanto, é que o proletariado de Belém acompanhou a grande onda de agitação operária que se não varreu todo o país, pelo menos materializou-se em vários estados naquela conjuntura, como tivemos a oportunidade de registrar nas páginas

⁹⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017, p. 144.

iniciais desta dissertação, através das indicações de estudos fundamentais para a história social do trabalho no Brasil.⁹¹ Também ali mencionamos o fato dessa “onda de revolução”, como a categorizou Hobsbawm, ter marcado a vida de diversos países, mundo afora.⁹² A Revolução Russa triunfante, as revoluções húngara e alemã derrotadas, a onda de greves que varreu as principais capitais brasileiras no mesmo período (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, Manaus, dentre outros centros urbanos) foram todos processos contemporâneos e correlatos aos “anos vermelhos” belenenses, servindo de inspiração para os operários locais.

A influência das ações dos trabalhadores de outros países foi um poderoso estímulo subjetivo para os operários belenenses – tanto quanto, ou talvez mais, que os efeitos da decadência econômica pela qual a cidade passava – principalmente se considerarmos o forte sentimento internacionalista presente no movimento operário entre o final do século XIX e a Grande Guerra, bem como a significativa presença de imigrantes estrangeiros ocupando muitos cargos nos mundos do trabalho da cidade. Em diversos momentos, os próprios proletários da cidade demonstraram estarem atentos às agitações de seus congêneres de outros países. Certamente, muitos deles ouviam falar do que se passava em outras paragens, seja pelos jornais da grande imprensa comercial e diária que reproduziam mensagens telegráficas das agências de notícias internacionais, seja pelos próprios jornais operários, ou ainda pelos comentários dos trabalhadores estrangeiros que aportavam em Belém.

Os operários da construção civil, em ofício direcionado a patrões dos ramos de construção e marcenaria e publicado no jornal *Estado do Pará* na ocasião da greve de abril de 1919, assim argumentavam:

Enquanto o mundo europeu, a América do Norte, a República Argentina e mesmo o Brasil sofrem profundas agitações, algumas das quais sangrentamente epilodadas, nada tendo resolvido até hoje, teremos nós aqui, se assim o quiserdes, solucionada a questão operária em harmonia e paz.⁹³

Apesar do tom conciliador, a referência aos protestos em outros países serviu também como uma espécie de ameaça implícita ao patronato, alertando-os que “caso não

⁹¹ BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República*, op. cit., p. 49; TOLEDO, Edilene. *Um ano extraordinário*, op., p. 515; MENEZES, L. M. de. *Os Indesejáveis*, op. cit., p. 102; HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, op. cit., p. 350.

⁹² HOBBSAWM, E. J. *A era dos extremos*, op. cit., p. 71-77; LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013, p. 294.

⁹³ “A Greve dos Operários”. *Estado do Pará*, Belém, nº 02885, 06 abr. 1919.

atendam as nossas reivindicações, podemos fazer como nossos companheiros argentinos, norte-americanos e europeus”.

Em outra ocasião, o motorista Antônio Cesar de Azevedo usou um jornal operário para, ao informar as notícias que chegavam sobre a Rússia pelo telégrafo, estimular os trabalhadores de Belém a seguirem o exemplo dos revolucionários soviéticos. Azevedo não expressava localismos, mas aspirações bem mais amplas: “...não basta só rejubilarmo-nos com as vitórias dos nossos irmãos de além mar”, dizia ele, “é preciso que façamos também alguma coisa por essa causa que tem por fim redimir a todos indistintamente”.⁹⁴ A passagem demonstra a consciência dos trabalhadores de Belém de pertencerem a um movimento mais amplo, de escala internacional. Apesar da situação econômica calamitosa, foram anos de esperança em uma transformação social e econômica em favor das massas e dos excluídos, alimentada pelas notícias dos eventos que se configuravam em outras regiões e que pareciam confirmar a concretização da emergência de um novo mundo.

Os eventos poderiam trazer esperanças para uns, mas causavam temores em outros. Nesta mesma conjuntura, as classes dominantes locais, respondendo à ação dos trabalhadores, passaram também por um processo de organização, sendo fundadas diversas sociedades patronais⁹⁵, que vieram somar-se a já tradicional *Associação Comercial do Pará* (ACP), fundada ainda no século XIX. Dentre as novas agremiações registram-se a *Associação dos Merceeiros do Pará*, em 1915; a *Liga dos Panificadores do Pará*, em 1916; a *Liga dos Proprietários de Barbearia*, em 1919; a *Associação dos Proprietários de Botequins*, em 1920, e, talvez a mais importante de todas, o *Centro Industrial e Comercial do Pará*, articulado em outubro de 1918 “com a presença de 22 representantes de firmas industriais” e instalado formalmente em julho de 1919, e cujo o objetivo era “defender os interesses das classes associadas”.⁹⁶

Além das expressões tradicionalmente associadas ao movimento operário – a formação de organizações classistas, sindicatos associações mutualistas, e o empreendimento de greves – os trabalhadores belenenses também levaram a cabo um conjunto de manifestações que podem ser classificadas como do âmbito cultural, como a encenação de peças teatrais com conteúdo ideológicos, como alguns temas caros aos

⁹⁴ DE AZEVEDO, Cesar. “À Luta!!”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 16, 14 ago. 1920, p. 2.

⁹⁵ Cópias digitalizadas dos estatutos de algumas delas podem ser consultadas online no site do *Centro de Memória da Amazônia*: <https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html> Consultado em 14 abr. 2022.

⁹⁶ *ESTATUTOS do Centro Industrial e Comercial do Pará*. Belém: Tavares Cardoso&Cia, 1919.

anarquistas e socialistas tais como a propaganda antialcoólica ou anticlerical, e cujos valores arrecadados eram revestidos em campanhas de solidariedade; a circulação de livros, opúsculos e panfletos de romances sociais; a construção de bibliotecas pelos sindicatos, estimulando a leitura entre os seus associados; a produção de poemas e contos, a realização de palestras, discursos e conferências – com temas variados, mas em geral ligados ao mundo do trabalho – proferidas nas sedes dos sindicatos e direcionadas aos seus filiados, festas e comemorações, dentre outras expressões culturais.⁹⁷

Quase todas essas expressões ligavam-se e eram articuladas pela imprensa operária, que, como é sabido, possuía uma importância fundamental para a organização classista, apesar de suas tiragens serem relativamente pequenas – se comparadas aos grandes jornais burgueses –, e de suas trajetórias serem, em geral, efêmeras e irregulares. Um levantamento parcial de jornais operários que foram nos “anos vermelhos” inclui o *Artística Paraense*, publicado em 1917 provavelmente em referência ao aniversário da *Sociedade Beneficente Artística Paraense*;⁹⁸ o *Onze de Janeiro*, publicado no início de 1918 em comemoração ao quarto aniversário da UGT; o *Jornal do Povo*, que circulou entre 1918 e 1919; o periódico *O Semeador*, que veio a lume em 1919 e perdurou até o ano seguinte; o *A Revolta*, que saiu na segunda metade de 1919; o *A Voz do Trabalhador*, publicado ao longo de 1920; o *Boletim da Federação Marítima*, que ocupava uma parte do diário *O Estado do Pará*, além de alguns que não foram encontrados exemplares, mas que se pode tomar conhecimento por meio de pequenas notas e anúncios em outros jornais, como *O Cosmopolita*⁹⁹ e o *Correio Marítimo*¹⁰⁰.

Os jornais operários tinham uma gama muito ampla de conteúdo. Conforme já percebido e exposto por Maria Nazareth Ferreira, nas redações da imprensa operária daquele período:

Não existia a figura do repórter, do profissional da notícia. Ao invés do jornal procurar a notícia, esta é que procurava o jornal. As “salas de redação”

⁹⁷ Abordamos com mais detalhes essas atividades culturais em: BRAGA, Marcos Lucas Abreu. A cultura operária em Belém do Pará nos “anos vermelhos” (1917-1920). *Muiraquitã: revista de Letras e Humanidades*, v. 10, n. 2, 2022.

⁹⁸ Infelizmente, não se teve contato com esse periódico e sabe-se de sua existência apenas pelo catálogo de jornais digitalizados da Biblioteca Arthur Vianna, disponível no site desta instituição.

⁹⁹ Publicado no município de Bragança, pelo *Centro Cosmopolita Bragantino*, no final de 1919, foi anunciado pelos seus congêneres contemporâneos: “O Cosmopolita”. *A Revolta*, Belém. n° 8, 25 de outubro de 1919, p. 3; “O Cosmopolita”. *O Semeador*, Belém. n° 21, 13 de outubro de 1919, p. 2.

¹⁰⁰ Órgão da Sociedade Beneficente dos Marinheiros da Amazônia, foi anunciado mais de uma vez pelo diário *Estado do Pará*: “Boletim Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. n° 3270, 27 abr. 1920, p. 5. “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n° 3378, 13 de agosto de 1920, p. 4.

recebiam farto material sobre o movimento operário e notícias afins, o que demonstra uma relação integrada entre o jornal e o leitor.¹⁰¹

Esta relação orgânica entre os jornais operários e outras entidades classistas também pode ser percebida no Estado do Pará: além dos artigos doutrinários, das notícias do movimento sindical e dos editoriais, é possível encontrar, ao folhear folhas classistas que circularam na cidade, outros documentos referentes ao universo organizativo dos trabalhadores, como estatutos e regimentos internos de sindicatos e associações; atas de assembleias e reuniões dos sindicatos; cartas abertas ou particulares vindas de leitores e de militantes de outros estados ou países; transcrições de palestras, falas em comícios ou de conferências, bem como de boletins e panfletos colados ou distribuídos pela cidade; denúncias de abusos de patrões e capatazes ou de acidentes de trabalho; poesias, contos, crônicas e poemas de trabalhadores que liam e colaboravam com as folhas, enfim, uma gama de registros escritos que tornam o jornal operário uma espécie de “colcha de retalhos” de documentos diversos – produzidos não apenas por seus editores e redatores, mas também por muitos leitores e “trabalhadores comuns” – que não seriam, como muitos outros não o foram, preservados se não tivessem sido veiculados das páginas dos jornais dos trabalhadores, e que permitem alguns vislumbres sobre muitos desses sujeitos.¹⁰²

Feita esta exposição contextual, levantamos as perguntas que serão os fios condutores dos próximos capítulos: quem eram os trabalhadores que se manifestaram de forma tão intensa, por meio das greves, dos sindicatos e associações classistas e da imprensa operária em Belém no Pará naqueles “anos vermelhos”? Quais eram as suas categorias profissionais e ofícios? Eram apenas homens ou era possível a participação de mulheres naquelas agitações? Eram todos, ou pelo menos a maioria, imigrantes estrangeiros, como a imprensa e parte da historiografia brasileira sobre o movimento operário sugeriram, ou os trabalhadores de origem nacional também participaram daquele movimento?

¹⁰¹ FERREIRA, Maria de Nazaré. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978, p. 106

¹⁰² O tema da cultura operária vem ganhando cada vez mais a atenção da historiografia e a publicação de trabalhos bastante diversificados como, por exemplo: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983; BATALHA, Cláudio et al (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. Pioneira em muitos aspectos, a obra de Hardman ganhou edição (3ª) revista e ampliada em 2002, mudando o subtítulo para: “memória operária, cultura e literatura no Brasil”.

Capítulo 2

Das *Classes* à *Classe*:

Ofícios e Categorias Profissionais na Mobilização Operária

Há diversas definições de quem deve ser incluído na “classe trabalhadora”, desde visões mais restritas que consideram apenas os operários manuais e fabris ou aqueles que transformam elementos da natureza em valores de uso¹⁰³ até àquelas mais abrangentes, como a proposta pelo sociólogo Ricardo Antunes, da *classe que vive do trabalho*¹⁰⁴, o que englobaria a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho, tanto produtivos (*i.e.*, que produzem mais-valia) quanto os “improdutivos”¹⁰⁵; ou a *classe dos trabalhadores subalternos*, proposta pelo historiador Marcel van der Linden, que incluiria todas as pessoas que são coagidas à mercantilizar a sua força de trabalho, o que incluiria não apenas os trabalhadores assalariados, mas também algumas condições de trabalho híbridas entre assalariamento, escravidão e trabalho autônomo.¹⁰⁶

Edward Palmer Thompson deslocou o foco da definição dos condicionantes econômicos para a agência dos sujeitos, encarando a classe não como uma estrutura nem como uma categoria, mas como “algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”, quando um conjunto de pessoas criam entre si uma percepção de interesses comuns e em oposição à interesses de outros grupos de pessoas. Sem negar completamente os condicionantes econômicos, Thompson afirma que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua história e, ao final, esta é a única definição”.¹⁰⁷

Aqui, adotamos definições mais alargadas de classe, o que inclui não apenas os operários fabris, mas também os assalariados dos setores dos serviços e aqueles que mercantilizavam sua força de trabalho de outras formas. Esta parece ter sido a definição que aqueles homens e mulheres que viveram esta história usaram, já que no movimento operário do período aqui analisado os trabalhadores assalariados sentiam uma identidade

¹⁰³ LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

¹⁰⁴ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*, op. cit.

¹⁰⁵ Vale mencionar as críticas feitas ao conceito de trabalhadores “improdutivos”, como o da pensadora ítalo-americana Silvia Federici, para quem o trabalho doméstico das mulheres, considerado como “improdutivo”, foi de fundamental importância para a produção capitalista, já que ele é responsável pela própria manutenção e reprodução da força de trabalho. FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

¹⁰⁶ LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo*, op. cit.

¹⁰⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

de interesses não apenas entre si, mas também com os trabalhadores que mercantilizavam sua força de trabalho de outras formas, como aqueles que eram pagos por empreitada ou que estavam submetidos ao trabalho avulso (caso de alguns estivadores), aqueles que eram proprietários de seus instrumentos de trabalho e labutavam de forma semiautônoma, como ocorreu com parte dos carroceiros e catraieiros, ou ainda com alguns trabalhadores autônomos, já que houve uma tentativa de sindicalização dos vendedores ambulantes nos anos iniciais da UGT.¹⁰⁸

Isso remete à um ponto já mencionado no primeiro capítulo e que diz respeito à heterogeneidade que marcou os mundos do trabalho de Belém, e, na verdade, de todos os centros urbanos brasileiros daquele período. Pelas ruas da capital amazônica, todos os dias circulavam milhares de trabalhadores, exercendo atividades nos setores primário, secundário e terciário. Eram trabalhadores de diversas categorias profissionais, conhecidas na época como *corporações*, *ofícios* ou *classes*.

Com efeito, no léxico brasileiro do final do século XIX para o início do século XX, o termo *classe* era utilizado pela sociedade em geral, e pelos trabalhadores em particular, em duas acepções a depender do contexto: para designar as classes sociais (burguesia, proletariado) ou para se referir às categorias profissionais específicas (“classe dos padeiros”, “classe dos sapateiros”, por exemplo). Tais *classes* estavam submetidas a condições e relações de trabalho diferenciadas, mas integrantes de muitas delas desenvolviam um sentimento de pertencimento ao conjunto mais amplo da classe trabalhadora – do qual a própria fundação da UGT é uma prova – atuando em ações comuns com membros das outras, se bem que algumas delas tenham se destacado nesse processo.

A identificação das categorias profissionais mais atuantes e mobilizadas nos parece extremamente importante para a análise do movimento operário, uma vez que o que se pode chamar de *consciência corporativa/profissional/categorial* é um passo fundamental para o desenvolvimento da consciência mais ampla de classe e, conseqüentemente, da própria classe operária e de seu movimento. Neste sentido, acompanhamos Adriano Craveiro de Oliveira quando argumenta que:

[...] a identidade de ofício não pode ser subestimada, pois a construção de identidades estritas de classe no meio do operariado é o primeiro passo para a sua união e, posteriormente, para a formação da classe operária. A existência

¹⁰⁸ O *Sindicato dos Vendedores Ambulantes* foi um dos fundadores da UGT e chegou a contar cerca de 60 associados. Ver: “Brazil Operário”. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro. nº 51-52, 1 de abril de 1914, p. 3-4.

de identidades estritas de classe não afasta de modo algum a hipótese de comunicação entre as classes, uma vez que essa existia e permitia a construção de práticas e de discursos comuns.¹⁰⁹

Antes de se ver como pertencente a uma classe social, o trabalhador pode se ver como pertencente a determinada categoria profissional, principalmente quando ele exercia o mesmo ofício por um período relativamente longo de tempo. Com efeito, vários autores indicaram níveis de consciência de classe que perpassam a identidade profissional. Um deles é o pensador italiano Antônio Gramsci, que defendeu haver vários momentos do desenvolvimento da consciência coletiva dos grupos sociais que se manifestaram na história ao longo do tempo. Em seus termos, contata-se que

O primeiro e mais elementar [momento] é o *econômico corporativo*: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, *sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la*, mas ainda não a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda meramente no campo econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados.¹¹⁰

Marcelo Badaró de Mattos argumentou que, embora Gramsci estivesse se referindo à burguesia no trecho citado, na verdade “(...) mirava diretamente na questão da consciência de classe do proletariado”.¹¹¹ De fato, pode-se parafrasear a citação de Gramsci substituindo os segmentos das classes dominantes por segmentos da classe operária; desta forma, no grau “econômico corporativo”, um sapateiro sente que deve ser solidário com outro sapateiro, um padeiro com outro padeiro, mas o sapateiro não sente que deve ser solidário com o padeiro e vice-versa. Já no segundo momento, “se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social”, pelo menos no âmbito econômico; neste sentido, o sapateiro sente que deve ser solidário com o padeiro, com o pedreiro e com o alfaiate, na busca da lei pela jornada de oito horas, por exemplo.¹¹²

¹⁰⁹ OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará*, op. cit., p. 20-21.

¹¹⁰ *Apud* MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora*, op. cit., p. 52. (grifo nosso)

¹¹¹ MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora*, op. cit., p. 53.

¹¹² *Idem, Ibidem*, p. 53-54.

Eric Hobsbawm é outro historiador que segue a mesma trilha de Gramsci, afirmando que “cada classe possui dois níveis de aspirações, ao menos até que se torne politicamente vitoriosa: as exigências específicas, imediatas, do dia-a-dia, e as exigências mais gerais pelo tipo de sociedade que lhes convém.” No caso da classe operária em específico, Hobsbawm, remetendo a Vladimir Lênin, distinguiu os dois níveis de consciência que correspondem a cada um desses níveis de aspirações: a chamada “consciência sindical”, que representa o primeiro nível, e a “consciência socialista” (“ou, de forma mais rara, algum outro tipo de consciência que prefigura a transformação total da sociedade” – como a anarquista, por exemplo), representando o nível mais alto. Ainda segundo o autor, a forma mais rudimentar da “consciência sindical” se desenvolve de forma espontânea no interior da classe operária, mas é a mais limitada, ao passo que, sem a última, “a consciência de classe da classe operária é, historicamente falando, incompleta, e sua própria presença como classe pode ser questionada”.¹¹³

Apesar de possíveis divergências entre os autores materialistas dialéticos, Gramsci e Hobsbawm (remetendo a Lênin) parecem apontar na mesma direção no que diz respeito à consciência de classe e seus diversos graus. A “consciência sindical”, de Hobsbawm, parece corresponder ao momento “econômico-corporativo” de Gramsci; já a “consciência socialista”, ao momento em que “se coloca em questão o Estado”, em Gramsci.

Nos é particularmente interessante o comentário de Gramsci sobre o grau inicial de consciência “econômica-corporativa” e a de Hobsbawm sobre a “consciência sindical”. Esse momento inicial se expressa principalmente no âmbito dos companheiros de categorias profissionais ou de ramos de indústria específicos, pois eles estão diretamente ligados por estarem submetidos às mesmas condições e relações de trabalho, compartilhando diretamente as mesmas experiências, as mesmas “exigências específicas, imediatas, do dia-a-dia” e é no âmbito da categoria profissional, ou do ramo de indústria, que esses sujeitos empreendem os *movimentos puramente econômicos*, como greves objetivando reduções da jornada de trabalho ou aumento de salários.

O certo é que, em nenhum momento da história a totalidade absoluta dos trabalhadores de determinada sociedade fez parte ativamente do movimento de sua classe, embora tenha havido muitos momentos em que parcelas realmente significativas o fizeram. Defendemos aqui que alguns setores da classe trabalhadora podem ter se

¹¹³ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 50-52.

mostrado mais propensos do que outros a se envolverem no movimento, por conta de condicionantes de suas próprias situações materiais de sobrevivência e de trabalho, como relações de trabalho particularmente revoltantes, dimensão numérica da categoria, importância relativa e estratégica da categoria no funcionamento da sociedade mais ampla, grau de instrução e acesso à educação formal ou concentração numérica por unidade produtiva, dentre outros possíveis fatores a serem analisados em cada caso, contexto e recorte específico, já que eles também se modificam ao longo do tempo.¹¹⁴

Na historiografia brasileira sobre movimento operário da Primeira República, por exemplo, é reconhecido o papel destacado dos tipógrafos e dos caixeiros na publicação de jornais operários. Nesses casos, uma exigência própria do ofício, a necessidade desses trabalhadores serem alfabetizados para exercerem suas atividades laborais, contribuiu para esse papel de destaque na imprensa militante. Já os estivadores, trabalhadores portuários e marítimos foram particularmente ativos quanto ao empreendimento de greves em cidades comerciais e portuárias, como Santos¹¹⁵ e Manaus¹¹⁶; isso se deve, em grande medida, à importância destas categorias para o fluxo das mercadorias que deveriam ser movimentadas nessas cidades, uma vez que se eles parassem a cidade também parava.

Um estudo particularmente interessante sobre os condicionantes do ofício – das relações e condições de trabalho – que pré-dispunham uma categoria profissional à militância política e social foi empreendido por Eric Hobsbawm e Joan W. Scott sobre a fama, merecida segundo os autores, de radicalidade e intelectualidade dos sapateiros europeus do final do século XVIII e ao longo do século XIX. Os autores argumentam, com base em uma amplíssima gama de fontes – que inclui expressões populares à memória pessoal de um deles – que algumas características próprias deste ofício, como sua pobreza, relativa independência (se comparada a outras categorias), o caráter individual do processo de trabalho, o baixo grau de especialização, a mobilidade geográfica de seus praticantes e aprendizes, o contato constante com outras pessoas mais pobres, dentre outros fatores, influenciavam os sapateiros em direção ao radicalismo político e, principalmente, à dissidência intelectual; tal radicalidade era anterior à

¹¹⁴ Claro que esses condicionantes não podem se configurar em leis históricas imutáveis e inquestionáveis, e mesmo trabalhadores que não fazem parte dos setores mais propensos a se envolverem nas agitações operárias podem fazê-lo. São fatores condicionantes, não determinantes. A identificação dos fatores condicionantes pode, inclusive, fornecer orientações políticas práticas para a atualidade.

¹¹⁵ GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

¹¹⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.

revolução industrial, mas foi potencializada por ela, entrando em declínio no início do século XX devido à mudanças no próprio processo de produção de calçados.¹¹⁷

Isto não significa, todavia, que adotamos aqui uma perspectiva economicista nem determinista. Como mencionado, esses fatores são condicionantes, não determinantes.¹¹⁸ Seguimos ainda Thompson quando afirma que a formação de uma classe é um processo tanto cultural quanto social e econômico; se deve tanto aos condicionamentos sociais quanto à ação humana, já que a classe está presente no seu próprio fazer-se.¹¹⁹ Desta forma, a grande movimentação de trabalhadores em Belém no final da década de 1910 se deve tanto a fatores estruturantes e condicionantes, quanto a própria agência e experiência dos sujeitos que vivenciaram o próprio processo, acumuladas desde pelo menos as décadas finais do século XIX.

O presente capítulo visa identificar as categorias profissionais mais atuantes no contexto específico de Belém entre os anos de 1917 a 1920, e fazer considerações acerca dos motivos do protagonismo delas, analisando alguns aspectos como o mercado de trabalho, dimensões numéricas das categorias e relações ou condições de trabalhos específicas que poderiam estimular a participação no movimento ou impulsionar de alguma forma a organização. É importante pontuar que indivíduos das mais diversas categorias, bem como de segmentos externos à classe, como intelectuais e profissionais liberais dos segmentos médios urbanos podiam participar – e efetivamente participaram – do movimento, de forma que não é possível reduzir este à ação de algumas categorias específicas. No entanto, pode-se perceber por meio da documentação consultada que membros de algumas categorias profissionais participavam de forma mais assídua nas manifestações de classe, seja de forma individual ou coletivamente.

Segundo Cláudio Batalha, a formação da classe operária é “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de

¹¹⁷ HOBBSAWM, E. J. *Mundos do trabalho*, op. Cit, p. 175-225.

¹¹⁸ O questionamento sobre se – ou até que ponto – os seres humanos agem autonomamente ou se são condicionados/determinados por fatores externos ou não controláveis (sociais, econômicos, geográficos, ambientais, genéticos) consiste, talvez, em uma das principais perguntas das Ciências Humanas e Sociais, além da Filosofia. Embora alguns autores deem mais ênfase na ação humana enquanto outros ao peso das condições legadas pelo passado, pode-se afirmar, no geral, que a maioria deles concorda – assim como nós – com a famosa formulação de Marx, no sentido de que: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 25.

¹¹⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit.

classe”¹²⁰. Para Francisco Foot Hardman, a consciência de classe pode ser “apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos etc.)”.¹²¹ Neste sentido, para a identificação das categorias profissionais mais atuantes naquele momento, usaremos como critérios gerais – não muito rígidos ou absolutos – a indicação daquelas em que são mais visíveis as ações organizadas e coletivas onde se percebe as “manifestações que afirmam seu caráter de classe” ou que estiveram mais intimamente ligadas às “instituições criadas pela classe”, como:

- a) A identificação das categorias profissionais que possuíam organizações classistas ativas (sindicatos, associações ou ligas) mais atuantes, estáveis, longevas e com o maior número de associados naquele momento; bem como àquelas que aderiam às federações de sindicatos locais e regionais.
- b) Aquelas que empreenderam movimentos paredistas ou de protestos coletivos mais significativos; ou que aderiram com maior frequência às greves gerais ou de solidariedade à outras categorias, já que nestes momentos pode-se notar quando a consciência de solidariedade entre trabalhadores transcende o nível puramente categorial/corporativo e atinge o mais amplo, *de classe*.¹²²
- c) Aquelas que produziam, consumiam, apoiavam ou dialogavam com mais frequência com os jornais operários publicados entre esses anos.

Evidentemente, afirmativas numéricas ou estatísticas exatas são praticamente impossíveis de estabelecer com base nas fontes disponíveis. Por isso, a documentação será abordada de forma qualitativa para a obtenção de informações acerca da participação dos trabalhadores. Embora esses parâmetros não esgotem o assunto, servem de balizas gerais.

ARTISTAS E ARTÍFICES: OS TRABALHADORES QUALIFICADOS

Leôncio Martins Rodrigues, analisando as mudanças na composição interna da classe operária brasileira entre a Primeira República e a Era Vargas, argumentou que, esquematicamente, o que se poderia denominar de proletariado no Brasil das primeiras décadas do século XX era o agrupamento composto de “trabalhadores qualificados que,

¹²⁰ BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva, op. cit., p. 170.

¹²¹ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983 p. 29.

¹²² Estes não são os únicos momentos onde se pode captar isso. Outro seria no voto aos partidos ou aos candidatos que levantavam as bandeiras classistas. Mas, como nesta conjuntura não havia um partido operário de massas, este caso será aqui desconsiderado.

embora assalariados, realizavam um trabalho de tipo artesanal que utilizava mais ferramentas do que máquinas”, sendo que o próprio movimento associativo refletia esta composição, com a nítida predominância das organizações (ligas, uniões, sociedades de resistência, etc.) baseadas em ofícios.¹²³ Talvez seja uma visão parcial, pois desconsidera o número expressivos de trabalhadores informais, não qualificados, os funcionários públicos, os empregados do setor terciário, dos serviços, do comércio e dos transportes, além dos assalariados rurais, que compunham uma parte expressiva da classe trabalhadora brasileira naquele período e que também se organizavam de forma classista, como já expressado por Ângela de Castro Gomes¹²⁴, dentre outros autores.

Cláudio Batalha parece apontar na mesma direção que Rodrigues, ao defender que “os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício”.¹²⁵ Em outra ocasião, o mesmo autor, analisando o processo de identificação de classe dos trabalhadores, argumentou que

Nesse processo de elaboração dessa identidade e no seu desdobramento natural, que é a separação do operariado do conjunto dos pobres, há categorias de trabalhadores que parecem levar nítida vantagem sobre outras. Os trabalhadores qualificados, orgulhosos do seu saber de ofício, adquirido após um período – muitas vezes árduo – de aprendizagem, precisam de menor esforço para demonstrar sua condição do que aquele necessário aos trabalhadores sem qualificação.¹²⁶

Mais adiante, Batalha ainda afirma que “(...) a transformação do trabalho num elemento central da identidade é uma construção historicamente determinada, que pode ser observada em algumas categorias – especialmente de trabalhadores qualificados – antes que outras”.¹²⁷ Pode-se sugerir também a hipótese de que a especialização profissional poderia garantir aos trabalhadores que a detinham uma maior estabilidade na manutenção do seu emprego, já que não seria facilmente substituído quando demitido, o que contribuiria para o desenvolvimento da consciência de classe, já que a experiência do trabalho específico faria parte da vida dos artífices por períodos de tempo mais longos.

No caso específico da região amazônica, foram muito recorrentes nos discursos das autoridades, como relatórios de presidentes de província e governadores dos estados,

¹²³ RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária: 1930-1964. In: FAUSTO, Bóris. (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1997, p. 518-519.

¹²⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 119.

¹²⁵ BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva, op. cit., p. 170.

¹²⁶ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, 1991.

¹²⁷ Idem, *Ibidem*.

as reclamações sobre a ausência de mão de obra qualificada na região. Além disso, também foram recorrentes as políticas públicas voltadas para a atração ou formação dos artífices levadas a cabo pelas províncias e posteriormente estados que a compunham, como subsídios para migração de trabalhadores qualificados ou a criação de instituições educacionais que os formassem. Percebe-se desta forma que os artífices – trabalhadores especializados – eram muito valorizados na Amazônia, já que relativamente escassos.

Eric Hobsbawm, analisando as manifestações trabalhistas inglesas do século XIX, já havia percebido no contexto europeu o mesmo que Batalha e Rodrigues perceberam no brasileiro, ao afirmar que “o artífice especializado foi o núcleo dos movimentos operários organizados” e que é relativamente aceito que, no mesmo período, “o quadro político dos movimentos de massas no continente europeu, com frequência abertamente social-revolucionários, também consistia (...) em artífices especializados e em sua maioria com aprendizagem, como marceneiros, gráficos, charuteiros e metalúrgicos”.¹²⁸

Havia, nas primeiras décadas no novecentos e em períodos anteriores, até mesmo no léxico, uma divisão da classe trabalhadora entre os chamados *artistas* ou *artífices* – entendidos enquanto trabalhadores especializados, com qualificação profissional, praticantes das chamadas *artes manuais* ou *artes mecânicas* – e os *operários*, entendidos enquanto trabalhadores manuais não qualificados. Entre os primeiros, figuravam sapateiros, tipógrafos, alfaiates, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, dentre outros; já entre os segundos, se encontravam estivadores, jornaleiros, catraieiros, carroceiros, cocheiros, dentre outros.¹²⁹

Em Belém do Pará de fins da década de 1910, diversas categorias de trabalhadores especializados estavam organizadas ou em processo de organização em associações de classe por ofício, e muitas delas compuseram as bases da UGT e da FCT. Isso não significa que o movimento operário foi composto exclusivamente por trabalhadores qualificados, mas eles seguramente formavam um dos esteios centrais dele. Na coluna “União Geral dos Trabalhadores”, veiculada pelo *Jornal do Povo*, entre agosto e setembro de 1918, divulgava-se o endereço das sedes das organizações classistas aderentes à UGT,

¹²⁸ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 367.

¹²⁹ Particularmente, discordamos desta distinção, para acompanhar Antônio Gramsci quando de sua argumentação de que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. Mesmo em categorias profissionais não qualificadas enquanto de “artistas”, como catraieiros e estivadores, seus praticantes são portadores de um conjunto de habilidades específicas, adquiridas por meio da experiência e que fazem com que exerçam seus ofícios de forma mais eficiente do que um não praticante, sendo também “especializados”. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos de cárcere*. vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 18.

e dentre elas constavam a *Federação das Classes da Construção Civil*, o *Sindicato dos Marceneiros e Artes Correlativas*, a *Federação da União dos Operários Sapateiros*, a *Federação dos Mecânicos e Metalúrgicos* e a *União dos Carpinas Navais e Calafates*. Percebe-se que, exceto pela *União dos Chauffeurs* e pelo *Sindicato dos Ofícios Vários*, a maioria das sete organizações que compunham a UGT naquele momento era ligada a categorias de trabalhadores qualificados.

Folheando as colunas “Vida Sindical” e “Movimento Sindical”, veiculadas pelo *O Semeador* e *A Voz do Trabalhador*, respectivamente, para ali acompanhar não apenas a divulgação dos endereços das sedes sindicais como também as notas sobre a vida associativa deles, pode-se listar como organizações com funcionamento regular destes segmentos da classe trabalhadora ligadas à FCT em Belém a *União dos Carpinteiros e Calafates Navais do Pará*, a *Federação dos Mecânicos e Metalúrgicos*, a *Federação das Classes da Construção Civil*, o *Sindicato dos Alfaiates e Costureiras*, a *Federação dos Operários Sapateiros*, a *União dos Marceneiros e Artes Correlativas*¹³⁰ e o *Sindicato dos Caldeireiros de Ferro*.¹³¹

Os mecânicos e metalúrgicos da oficina de construção e reparação naval da *Port of Pará*, localizada em Val-de-Cães, protagonizaram uma das greves mais expressivas da conjuntura. Reivindicando o aumento salarial de 30% e que o pagamento fosse semanal e aos sábados, a greve se iniciou no dia 2 de setembro de 1918 e se manteve por mais de 15 dias, recebendo a solidariedade dos seus congêneres da *oficina Camelier*, que se levantaram em parede com as mesmas reivindicações, sendo rapidamente atendidos. Este movimento mobilizou cerca de 700 operários e se deu de forma pacífica – apesar da mobilização da polícia pelo gerente da fábrica –, terminando no dia 19 de forma vitoriosa para os trabalhadores.¹³² O artigo do *Estado do Pará* que noticiou o início da greve dá uma ideia da diversidade de ofícios presentes em uma unidade produtiva de construção naval; pode-se ler no jornal que “todas as classes empregadas nos estaleiros de Val-de-Cães, como as que se compõem de ferreiros, serralheiros, caldeireiros, carpinteiros e

¹³⁰ Fundada oficialmente em 1º de janeiro de 1919. *ESTATUTOS da União dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas*. Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/caixas/caixas.html>.

¹³¹ Fundado oficialmente em 15 de agosto de 1918. *ESTATUTOS do Sindicato dos Caldeireiros de Ferro*. Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/caixas/caixas.html>.

¹³² Adriano Craveiro de Oliveira fez uma análise desta greve em sua dissertação de mestrado, embora informe que se tratava de uma greve dos estivadores. OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará*, op. cit.

calafates conservam-se em absoluto retraimento, como que aguardando os acontecimentos”.¹³³

Belém foi, desde o período do Império, um dos principais centros de construção naval do Brasil, concentrando centenas de trabalhadores especializados neste ramo e onde se empreendeu um dos primeiros movimentos trabalhistas¹³⁴ do Pará, quando em 1822 os trabalhadores do Arsenal da Marinha exigiram a demissão do intendente desta empresa, por este praticar abusos de autoridade com os trabalhadores.¹³⁵ É possível perceber, portanto, uma tradição anterior de mobilizações deste segmento da classe trabalhadora na cidade, que se manteve pelo menos até a conjuntura ora em análise.

Além dos trabalhadores das oficinas de Val-de-Cães, os empregados na oficina metalúrgica de *A. Gonçalves Rodrigues & Cia* também empreenderam algumas paredes no mesmo período. Em 12 de agosto do de 1918, os carpinteiros navais dessa firma paralisaram os trabalhos reivindicando um aumento de 20% em seus vencimentos, sendo posteriormente seguidos pelos mecânicos e metalúrgicos da mesma empresa, que pararam em solidariedade aos primeiros; a greve terminou no dia 16 daquele mês, sendo os trabalhadores atendidos em seus reclames.¹³⁶ No final do mesmo ano, eles grevaram, desta vez contra a demissão de vários operários empregados na reparação de embarcações, reivindicando a readmissão deles.¹³⁷

Na greve geral de outubro do mesmo ano, o *Estado do Pará* noticiou que “os operários da *Port of Pará*, em Val-de-Cans, em número superior a 500, (...), comunicaram à gerência que, por solidariedade, abandonavam os trabalhos, prometendo voltar logo que fosse solucionado o caso dos motorneiros e condutores da *Pará Eletric*”.¹³⁸ O mesmo artigo ainda informou que 22 operários da oficina metalúrgica *Gonçalves Rodrigues* e um número não informado de operários da oficina *Camelier* também aderiram ao protesto.

Nesta conjuntura, muitos destes trabalhadores estavam ligados à *União dos Carpinteiros e Calafates Navais do Pará*, ao *Sindicato dos Trabalhadores da Port of Pará* e ao *Sindicato dos Caldeireiros de Ferro*, todos aderentes à FCT e cujas atividades

¹³³ “A greve dos operários da Port”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2672, 5 set. 1918, p. 1.

¹³⁴ Apenas para evitar possíveis incompreensões, ao longo de toda a dissertação o termo *trabalhista* foi empregado num sentido bastante genérico, como sinônimo de alguma ação/posição “de trabalhadores”, não guardando, portanto, nenhuma relação com a terminologia conceitual mais específica associada ao modelo de relações de trabalho proposto e difundido no período varguista.

¹³⁵ SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*: esboço do pensamento político-revolucionário do Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992, p. 149-153.

¹³⁶ “Greve nas oficinas A. Gonçalves Rodrigues & C^ª”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 16, 17 ago. 1918, p. 2.

¹³⁷ “Greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.789, 31 dez. 1918, p. 1.

¹³⁸ “A Greve dos motorneiros e condutores da *Pará Eletric*”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.713, 16 out. 1918, p. 1.

eram recorrentemente anunciadas pelos periódicos *O Semeador* e a *Voz do Trabalhador*. É bastante significativo do grau de organização dos operários especializados da construção naval que o *Sindicato dos Carpinteiros Navais e Calafates do Pará* tenha enviado um representante – Jorge Adalberto de Jesus – para o III Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920 no Rio de Janeiro.¹³⁹

Uma observação que precisa ser feita é que – apesar de ser um momento de maior agitação operária – a conjuntura de 1917 a 1920 não pode ser divorciada ou analisada sem referência ao período de mobilização e organização anterior, pois ela é, em grande medida, sua consequência, resultado e continuação. Muitas destas categorias de artífices já tinham experiência de associação corporativa desde as décadas finais do século XIX. Conforme já observou Edilza Fontes, “algumas Associações Mutuárias do Pará foram organizadas a partir de grupos de operários que se identificavam como artífices e/ou artísticas”, como a *Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense*, a *Associação Tipográfica Paraense*, a *Benemérita Sociedade Mecânica Paraense*, e *Sociedade Beneficente Artística dos Sapateiros* e a *Sociedade Beneficente Artística dos Pedreiros e Carpinas*, todas mencionadas pela historiadora e fundadas entre meados da década de 1860 e o final da de 1880.¹⁴⁰

Nesse sentido, não é de se espantar que os sapateiros tenham sido uma das categorias mais ativas na conjuntura estudada, pois já passavam por um processo de organização desde o início daquela década de 1880. Na verdade, a organização classista destes trabalhadores no estado data pelo menos de 1881, quando foi fundada a *Sociedade Artística Beneficente dos Sapateiros*¹⁴¹, embora não se possa traçar uma evolução linear entre esta primeira organização e as subsequentes.

Na década de 1910, os sapateiros paraenses apresentavam um alto grau de organização. A *União dos Operários Sapateiros* havia sido fundada em 20 de abril de 1913 e logo se tornou uma das principais e mais atuantes associações classistas da cidade de Belém. Os sapateiros participaram da greve geral de 1914, ao lado dos carroceiros, e horteleiros, disponibilizando sua sede para as assembleias dos paredistas.¹⁴² A *União* foi a única organização operária a representar o Estado do Pará no II Congresso Operário

¹³⁹ Todas as outras categorias aderentes à FCT foram representadas por João Plácido e Albuquerque e José da Silva Gama. Ver: LONER, Beatriz Ana. 3º Congresso Operário Brasileiro: Relato de Santos Barboza. *História em Revista*, Pelotas, v. 4, 161-199, dezembro de 1998, p. 9.

¹⁴⁰ FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 195-201.

¹⁴¹ SALLES, V. *Memorial da Cabanagem*, op. cit., p. 161.

¹⁴² FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 146-180.

Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1913, enviando como delegados Ângelo Sperduto e Célio de Brito.¹⁴³

No que tange as dimensões numéricas desta categoria, pode-se ter alguns indicativos com base na quantidade de estabelecimentos que os empregavam. O relatório do governador do estado, datado de 1919, indicou a existência, naquele ano, de pelo menos quinze estabelecimentos industriais voltados para a produção de calçados.¹⁴⁴ Já o recenseamento nacional realizado em setembro de 1920 apontou a existência de 40 estabelecimentos de *fabricação de calçados* em Belém naquele ano, uma diminuição em relação aos 60 arrolados no ano de 1912.¹⁴⁵ Muito provavelmente, não se tratavam todos de grandes estabelecimentos fabris, mas de uma ampla gama de pequenas e médias oficinas artesanais e manufatureiras, que empregavam um número pequeno de trabalhadores, ao lado de algumas poucas fábricas de dimensões maiores.

Em discurso no ato de fundação da UGT, Antonino Domingues, representante do sindicato dos sapateiros, afirmou que “como delegado dos sapateiros tinha a honra de fazer sentir que seu sindicato, *embora com pouco número*, está apto para fazer valer os seus direitos”.¹⁴⁶ O baixo número de associados naquela data provavelmente se justifica pelo fato de que o sindicato da categoria era de fundação recente, embora ela fosse numerosa. Anos mais tarde, em maio de 1920, um redator de um impresso operário calculou o número de presentes em uma assembleia de sapateiros e sandalheiros em cerca de 400 pessoas.¹⁴⁷ Quando da agressão à um sapateiro, Samuel Barboza, em 1920, seus companheiros de categoria foram à imprensa avisar o agressor, Antônio Manoel Lopes, que teria de lutar contra “uma classe composta por mais de 2000 homens, capazes de esfolá-lo como um suíno”.¹⁴⁸

Na conjuntura que ora nos importa, foi possível encontrar dezenas de sapateiros na linha de frente do movimento operário, atuando de diversas formas, fosse colaborando ou consumindo jornais operários, empreendendo greves de solidariedade a outras categorias, contribuindo financeiramente para organizações de classe, estando presentes

¹⁴³ HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, op. cit., p. 312.

¹⁴⁴ ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919, pelo Governador Lauro Sodré*. Pará [Belém]: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. 99-100.

¹⁴⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. V (1ª Parte): População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927, p. XLI.

¹⁴⁶ A ata da fundação da referida organização foi publicada integralmente em: *Onze de Janeiro*, Belém. Edição única, 11 jan. 1918, p. 1-2. Grifo nosso.

¹⁴⁷ “Pelos Sindicatos” *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 4, 22 maio 1920, p. 4.

¹⁴⁸ “Feio&forte”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 9, 22 jun. 1920, p. 2.

nas campanhas de solidariedade ou participando de eventos culturais levados à cabo pelas organizações classistas, dentre outras formas.

Embora não tenha sido identificado nenhum sapateiro entre as equipes redacionais dos jornais operários consultados, pode-se perceber a atuação dos trabalhadores desta categoria no apoio aos periódicos classistas de outras formas, como contribuições financeiras por meio de doações, compra e venda dos números das folhas e difusão de suas unidades entre os trabalhadores. O *Jornal do Povo* informou em 1918 a doação de 7\$000 “pelos sapateiros” para o seu funcionamento.¹⁴⁹ Em meados do ano seguinte, a *União dos Sapateiros* doou 6\$100 para a redação d’*O Semeador* continuar seus trabalhos.¹⁵⁰ Já o *A Voz do Trabalhador*, fazendo um balanço da venda de seus dois primeiros números, informou que foram vendidos aos sapateiros 117 exemplares do número 1 e três do número 2¹⁵¹; quanto ao número 13, a redação do jornal arrecadou 11\$000 de venda dos exemplares aos sapateiros – segunda categoria que mais consumiu aquela edição, segundo o balancete, atrás apenas dos trabalhadores da construção civil, que foram responsáveis por 36\$800 de arrecadação do jornal.¹⁵² Percebe-se que a contribuição financeira dos sapateiros aos jornais operários era uma prática recorrente – e pode ter havido muitas outras que não foram captadas pela documentação – além de que, embora poucos artigos publicados nos jornais operários tenham sido produzidas pelas mãos dos sapateiros, suas páginas foram frequentemente folheadas por elas.

Os sócios da *União dos Operários Sapateiros* também deram uma contribuição fundamental para a manutenção da *Escola Racional Francisco Ferrer*, fundada em outubro de 1919, sendo destinada à instrução de filhos de trabalhadores. Entre dezembro de 1919 e janeiro de 1920, foram arrecadados 26\$140 entre os sapateiros em favor da escola.¹⁵³ Em fevereiro de 1920, o sindicato doou 26\$300 à direção da instituição para a manutenção das suas aulas.¹⁵⁴ No mês seguinte, mais 14\$000.¹⁵⁵ Em agosto do mesmo ano, o grupo *Os Semeadores*, fundador e até então responsável pela escola, abriu mão da direção da instituição educacional em favor da *União dos O. Sapateiros*.¹⁵⁶

¹⁴⁹ “Conta Corrente”. *Jornal do Povo*, Belém. n° 19, 7 de set. 1918, p. 3.

¹⁵⁰ “Apelo d’O Semeador”. *O Semeador*, Belém. n° 7, 5 jul. 1919, p. 4.

¹⁵¹ “Conta Corrente”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n° 5, 29 maio 1920, p. 3.

¹⁵² “Balancete do n° 13 da Voz do Trabalhador. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n° 18, 28 ago. de 1920, p.4.

¹⁵³ “Os Semeadores”. *O Semeador*, Belém. n° 36, 24 jan. 1920, p.6.

¹⁵⁴ “Escola de E. Racional Francisco Ferrer”. *O Semeador*, Belém, n° 39, 14 fev. 1920, p. 3.

¹⁵⁵ “Escola Racional Francisco Ferrer”. *O Semeador*, Belém, n° 42, 6 mar. 1920, p. 4.

¹⁵⁶ “Sapateiros e Semeadores”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n° 17, 21 ago. 1920, p. 4.

Já em relação ao empreendimento de greves pela categoria na conjuntura que ora nos importa, foram mapeados poucos movimentos paredistas empreendidos por eles. Edilza Fontes já indicou que “em abril de 1917, a União dos Operários Sapateiros declararam a greve, reivindicando aumento salarial e limitação das horas de trabalho”.¹⁵⁷ Em fevereiro de 1919 o *Estado do Pará* noticiou que cerca de 40 sapateiros da fábrica *Boa Fama* paralisaram suas atividades laborais entabulando o aumento de salário.¹⁵⁸ Não foi possível verificar mais informações sobre o movimento, como por quanto tempo durou ou qual foi o seu resultado. Outros movimentos localizados podem ter sido empreendidos por eles na conjuntura, mas como as oficinas de sapateiros eram em geral pequenas, não foram noticiadas na grande imprensa.

Apesar dos sapateiros terem iniciado poucas greves neste momento, eles estiveram constantemente presentes nas greves gerais de solidariedade à outras categorias profissionais. Em setembro de 1917, “400 padeiros decidiram grevar e realizaram um *meeting* com a presença numerosa de sapateiros (...)”.¹⁵⁹ Na greve geral de outubro de 1918, em apoio aos motoristas e condutores de bondes da *Pará Eletric*, o *Estado do Pará* – contabilizando os trabalhadores que se levantaram em à favor dos primeiros – informou que “estão também em greve os sapateiros de todas as oficinas”.¹⁶⁰ Já na greve geral de maio de 1919, “grupos de sapateiros percorreram várias oficinas, intimando os operários a abandonar o serviço. Em cada uma delas se fazia ouvir um orador”.¹⁶¹ No final do mesmo ano, dois sapateiros – Deolindo Martins e Aurélio Pereira – foram detidos pela chefatura de polícia por terem distribuído, junto ao jornalista Carlos Amorim, um boletim de propaganda anarquista.¹⁶²

Na já referida argumentação de Hobsbawm e Scott sobre a explicação da radicalidade dos sapateiros europeus no oitocentos, os autores afirmam que a militância e o ativismo de esquerda deles não os distinguem de outros artífices que foram, em determinadas épocas, pelo menos igualmente destacados nestes aspectos e que muitos dos argumentos sobre os sapateiros poderiam se aplicar a outros artífices de aldeias. É o caso dos alfaiates, mencionados várias vezes no referido estudo de Hobsbawm e Scott, que compartilhavam muitas vivências dos sapateiros: ambos eram ofícios escolhidos por

¹⁵⁷ FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 279.

¹⁵⁸ “Greve de Sapateiros”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.832, 12 fev. 1919, p. 1.

¹⁵⁹ FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 179.

¹⁶⁰ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.713, 16 out. 1918, p. 1.

¹⁶¹ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.928, 20 maio 1919, p. 2.

¹⁶² “Contra o anarquismo”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.127, 6 dez. 1919, p. 1.

homens mais fracos fisicamente, desenvolveram a instituição do “leitor” (um aprendiz que lia jornais e livros enquanto os outros trabalhavam), eram bastante numerosos, ocupavam uma escala baixa na pirâmide social – mesmo entre os próprios trabalhadores – e exerciam ofícios que permitiam que se “filosofasse” enquanto os executava.¹⁶³

No contexto belemense do final dos anos dez, os alfaiates estavam também ao lado dos sapateiros nas lutas sociais – embora de forma mais modesta que aqueles. No contexto da greve geral de 1919, o *Estado do Pará* noticiou em sua edição de 13 de maio, que “logo pela manhã, vários grupos de alfaiates e sapateiros percorreram as casas de alfaiataria e oficinas de sapateiros, convidando os operários a aderirem ao movimento”.¹⁶⁴ Alguns membros deste ofício foram assíduos colaboradores dos jornais operários e lideranças ou militantes de destaque, como Ayres de Azevedo Pimentel, Elias Brito e Armando Baptista e Raimundo Oliveira, que assinaram alguns artigos no *O Semeador* e no *A Voz do Trabalhador*, além de atuarem em outras frentes. Eles se organizavam, desde 1913, em torno do *Sindicato dos Artistas Alfaiates*, posteriormente incluindo as costureiras na organização. Membros da categoria empreenderam pelo menos uma greve corporativa, em março de 1919, quanto os empregados de diversas alfaiatarias da capital conseguiram impor aos proprietários uma tabela de preços por peças.¹⁶⁵

Outra categoria de trabalhadores especializados reconhecidamente bastante atuante no período, em diversas capitais do país, foi a dos tipógrafos, também chamados na época de “artistas gráficos”. Essa atuação era tão marcante que dois historiadores, em obra ainda hoje crucial sobre a temática, chegaram a afirmar que “os gráficos teriam (...) em todos os centros urbanos do país, maiores ou menores, *pelas próprias características de seu ofício*, um papel pioneiro na aglutinação da vanguarda operária, através da imprensa classista e do sindicalismo combativo”.¹⁶⁶ Mas no que tange ao recorte aqui analisado, os gráficos tiveram uma atuação mais tímida do que se poderia imaginar de antemão.

Em 1917 foi fundada a *Cooperativa Tipográfica*, associação que pretendia congrega os praticantes do ofício de Belém, que rapidamente estabeleceu ligações com a FCT. Essa organização, no entanto, parece ter tido uma trajetória instável, já que no início de 1920 foram publicados apelos na imprensa operária local para que os gráficos

¹⁶³ HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 175, 178-179, 189-190, 193, 196.

¹⁶⁴ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.921, 13 maio 1919, p. 2.

¹⁶⁵ “A greve dos alfaiates”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.858, 10 mar. 1919, p. 2.

¹⁶⁶ HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, op. cit., p. 314. (Grifos nossos).

reorganizassem seu sindicato profissional, no que parecem ter sido atendidos com a organização da *Associação Gráfica do Pará*, em maio do mesmo ano.¹⁶⁷ Não foi localizada nenhuma greve empreendida pela categoria no período analisado, nem manifestações de apoio e solidariedade às greves de outros segmentos dos mundos do trabalho belenense.

Embora coletivamente a categoria tenha demonstrado uma organicidade relativamente baixa, alguns de seus membros individuais foram destacados militantes do movimento naquele momento. Foram os casos do poeta e encadernador Bruno de Menezes, que atuou nos jornais *O Semeador* e *A Voz do Trabalhador*, também como orador em palestras e conferências para público de trabalhadores, além de ser professor na Escola Racional Francisco Ferrer.¹⁶⁸ José da Silva Gama também foi um dos principais redatores de ambos os jornais, assinando inúmeros artigos e textos, sendo também um dos representantes dos sindicatos e trabalhadores paraenses no III COB, em 1920. Ou ainda, o tipógrafo e poeta Ernani Vieira, filho do também tipógrafo e militante Artúrio Vieira e um dos principais nomes do movimento literário modernista no Pará¹⁶⁹, que assinou poesias no *A Voz do Trabalhador* e organizou comícios e palestras com a temática do internacionalismo e do combate ao nacionalismo xenofóbico.

OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Os trabalhadores do ramo de construção civil – mestres, pedreiros, carpinteiros e marceneiros; seus respectivos aprendizes; pintores; estucadores; calceteiros; serventes; torneiros; serralheiros; etc., também considerados como especializados/qualificados, foram, ao lado dos sapateiros, um dos esteios das movimentações classistas naquele instante. Na já citada fundação da UGT em 1914, dos sete sindicatos fundadores da *União*, três eram de categorias da construção civil: o *Sindicato dos Pedreiros*, representado por Domingos P. Maia e Antônio das Neves; o *Sindicato dos Carpinteiros*, representado por José Pereira da Rocha e Manoel Côrrea Martins; e o *Sindicato dos Pintores*, representado por Silvestre Costa e João dos Santos Ronda. Os trabalhadores do ramo também já tinham precedentes longínquos de organização na cidade, pelo menos

¹⁶⁷ “Associação Gráfica do Pará”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n° 16,14 ago. 1920, p. 4.

¹⁶⁸ Sobre a participação de Menezes no movimento, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Rubra poesia: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. *Asas da palavra*, Belém, v. 10, n° 1, p. 69-77, 2005.

¹⁶⁹ Sobre Vieira, ver: SALLES, V. *Memorial da Cabanagem*, op. cit., p. 246.

desde 1884 quando foi fundada a *Sociedade Benficiente Artística dos Pedreiros e Carpinteiros*.¹⁷⁰

Os sindicatos das diversas categorias do ramo se uniram, posteriormente, na *Federação das Classes da Construção Civil* (FCCC), sediada inicialmente na rua 28 de Setembro, nº 9, e posteriormente na avenida 29 de Agosto, nº 67, e na rua General Gurjão, nº 44. A FCCC constituía, por sua vez, uma das principais vigas de sustentação da UGT e posteriormente da FCT. Por meio das já mencionadas colunas “Vida Sindical” e “Movimento Sindical”, respectivamente dos jornais operários *O Semeador* e *A Voz do Trabalhador*, pode-se acompanhar a rotina regular de assembleias semanais ou mensais da FCCC entre 1919 a 1920, quase sempre com “número regular” de participantes, demonstrando sua estabilidade ao longo desses anos

Não foi possível detectar a data exata de fundação da FCCC, mas ela já estava ativa no início de julho de 1917, quando promoveu uma manifestação pública de protesto contra a carestia de vida que assolava a cidade naquele instante. Desde aquele momento, a FCCC já se colocava como organização agregadora de outras categorias, pois o *meeting* promovido por ela nesta ocasião contou com o apoio da *Liga Operária* e das associações dos choferes, dos alfaiates, dos manipuladores de pão, dos cigarreiros, dos motorneiros e condutores, além, é claro, da dos sapateiros.¹⁷¹ Os marceneiros criaram organização própria em 1919 – a *União dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas*¹⁷², também filiada à FCT – que congregou, além dos próprios marceneiros, os entalhadores, torneiros, polidores, estofadores e empalhadores.

No que tange a área da construção civil na época da crise da borracha, Roberto Santos faz as seguintes considerações:

Não é possível avaliar-se seu avanço ou retrocesso em termos físicos. A renda certamente caiu na atividade. Por meio muito indiretos infere-se que a construção fora do mercado, constituída por edificações extremamente pobres, ter-se-á expandido bastante, particularmente na cidade de Belém.¹⁷³

Embora não tenha indicado as fontes, o autor ainda citou o aumento do número de domicílios no Pará, de 75.853 em 1900 para 128.814 em 1920¹⁷⁴, o que sugere que o

¹⁷⁰ FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 198.

¹⁷¹ “A Carestia da Vida”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.245, 2 jul. 1917, p.1.

¹⁷² *ESTATUTOS da União dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas*. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/caixas/caixas.html>. consultado em 28/03/2023.

¹⁷³ SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*, op. cit., p. 274.

¹⁷⁴ Idem, *Ibidem*.

número de trabalhadores empregados na área era elevado.¹⁷⁵ Com efeito, dois dos estabelecimentos industriais elencados pelo recenseamento de 1920 são classificados como “indústrias da edificação”, dos quais um empregava 9 trabalhadores e o outro empregava 67, totalizando 76 operários. Talvez se deva considerar como sendo do ramo da construção civil parte dos 5 estabelecimentos classificados como “indústrias da madeira”, que empregavam, segundo o censo, 461 assalariados; e os 7 da “indústria do mobiliário”, que somavam 40 empregados.¹⁷⁶ Em outro volume, o censo de 1920 também classificou os habitantes de Belém segundo suas profissões, indicando que no momento de sua aferição havia 4.216 pessoas empregadas no ramo da “Indústria da edificação”¹⁷⁷ na cidade, sendo a quarta categoria mais numerosa, segundo os dados da mesma fonte.

Os construtores civis demonstraram em mais de uma ocasião a sua disposição em paralisarem os trabalhos em solidariedade à outras categorias: na greve geral de outubro de 1918, o *Estado do Pará* noticiou que “Os operários da firma de construção dos srs. Salvador Mesquita, em número de 180, abandonaram o serviço, comunicando ao gerente que voltariam assim que o movimento terminasse”, que “prometendo voltar logo que terminasse a greve, retiraram-se das *Officinas Freitas Dias*, à travessa Benjamin Constant, 320 operários das diversas seções das oficinas”, e, mais adiante, que “também tiveram o mesmo procedimento cerca de 350 operários das oficinas de construção dos srs. Manoel Pedro & C^a, à Rua Bragança”¹⁷⁸; a matéria pontuou que nem todos os operários do ramo da construção aderiram ao movimento. Se bem que não de todo confiáveis, os números citados pelo diário dão uma dimensão da força numérica desta categoria. No ano seguinte, os trabalhadores da construtora *Salvador Mesquita* iniciaram uma greve que durou mais de um mês, em abril, além de terem sido os pivôs da greve geral de maio, que reivindicou a jornada de oito horas diárias.

A condição de trabalhadores qualificados dos mestres pedreiros, carpinteiros e marceneiros também conferiam a eles um poder de barganha maior nos conflitos contra os patrões, já que não eram facilmente substituíveis quando demitidos. Vieram também

¹⁷⁵ Essa relação é, obviamente, importante para se aferir a dimensão e importância do setor da construção civil e, por consequência, de seu conjunto de trabalhadores, como bem demonstram estudos realizados acerca de outras localidades, como, por exemplo: SILVA, Fernando Teixeira da; GITAHY, Maria Lúcia Cairá. O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial. *História Social*, Campinas, SP, n° 3, p. 87-124, 1996.

¹⁷⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. V. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927, p. 284-285.

¹⁷⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. 134-137.

¹⁷⁸ “A greve de motorneiros e condutores da Pará Electric”. *Estado do Pará*, Belém, n° 2.713, 16 out. 1918.

das categorias da construção civil vários líderes ou militantes destacados do movimento operário daquela conjuntura, que atuavam tanto como dirigentes sindicais quanto como redatores dos jornais operários e oradores. José Marques da Costa, Alexandre Queirós, Tito Salgado, David Ottoni, Silvestre Costa, Antônio Leite, dentre outros, são nomes de indivíduos que pertenciam ao ramo e que podiam ser lidos com frequência nas páginas dos jornais operários da cidade.

Dessa forma, ao se analisar o periódico *A Revolta*, que circulou no segundo semestre de 1919, pode-se identificar muitas referências aos trabalhadores da construção civil – pedreiros, marceneiros e carpinteiros –, seja com textos direcionados a eles¹⁷⁹, ou que se referiam a estas categorias ou membros específicos delas, como os anúncios de acidentes de trabalho¹⁸⁰, ou notas de falecimento, como a do marceneiro Jozé Árias, que “pertencia à União dos O. Marceneiros e Artes Correlativas”¹⁸¹; ou ainda por meio de cartas enviadas por membros delas e publicadas no jornal.¹⁸² Um olhar mais atento sobre os grupos produtores do periódico revela que pelo menos três deles, o redator-principal José Marques da Costa e o administrador Alexandre Queirós, além de Tito Salgado, eram membros do ramo da construção civil, ocupando cargos nas diretorias dos sindicatos e associações mutualistas dos trabalhadores do ramo. Portanto, embora pretendesse dialogar com a classe trabalhadora em geral, pode-se considerar que este periódico estava ligado organicamente aos trabalhadores da construção civil.

O jornal *A Revolta* ainda noticiou diversos acidentes de trabalho envolvendo operários do ramo. Logo em seu número de estreia, pode-se ler um artigo que noticiou o acidente de um operário empregado da firma de Ernesto Martins, que na ocasião não prestou auxílio ao acidentado.¹⁸³ Quase um mês depois, o jornal deu publicidade a mais dois sinistros: um ocorrido na seção de marcenaria da fábrica de Manoel Pedro e Cia, vitimando o marceneiro Manoel Teixeira, que teve um dedo amputado por uma serra circular; e outro acidente de um operário da oficina de reparos navais de Val-de-Cães, que foi recolhido na Santa Casa.¹⁸⁴

No seu quinto número, o jornal voltou à história do empregado de Ernesto Martins, detalhando que o pedreiro caiu de uma altura de cerca de quatro metros e que o

¹⁷⁹ CHICOTE. “Aos Marceneiros”. *A Revolta*, Belém, n° 2, 9 ago. 1919.

¹⁸⁰ “Acidentes de trabalho”. *A Revolta*, Belém, n° 5, 20 set. 1919.

¹⁸¹ “Jozé Árias”. *A Revolta*, Belém, n° 6, 4 out. 1919.

¹⁸² BARRROS, Manoel Ferreira. “Companheiros redatores do jornal A Revolta”. *A Revolta*, Belém, n° 4, 6 set. 1919.

¹⁸³ “De leve...”. *A Revolta*, Belém, n° 1, 26 jul. 1919, p. 3.

¹⁸⁴ “Acidentes no trabalho”. *A Revolta*, Belém, n° 3, 23 ago. 1919, 4.

empreiteiro teve de pagar à vítima o soldo de 30 dias, à razão de 5\$000. Na mesma matéria, noticiou o acidente do servente de obras Frederico Vehino, que quebrou uma perna ao ser atropelado por um carro elétrico enquanto conduzia uma barrica de cimento; a *Manoel Pedro & Cia*, empreiteira em que o servente era empregado, e a *Pará Eletric*, proprietária do carro do atropelador, polemizaram sobre de quem foi a responsabilidade do acidente, ambas se recusando a arcar com os custos médicos de Vehino; na mesma oficina, o carpinteiro João Guimarães Sobrinho perdeu quatro dedos da mão direita ao usar uma serra para improvisar um calçado, sendo internado na Santa Casa; mais uma vez, a empreiteira se recusou a arcar com as despesas médicas do trabalhador acidentado, sendo necessário que o *Sindicato dos Carpinteiros* abrisse uma subscrição que arrecadou 60\$000 para auxílio à Sobrinho.¹⁸⁵ No ano seguinte, outro jornal operário – o *A Voz do Trabalhador* – também noticiou diversos acidentes envolvendo trabalhadores da construção civil, como o de Joaquim Assunção, que caiu de um andaime enquanto trabalhava, tendo se ser internado na Beneficente Portuguesa.¹⁸⁶

Além de demonstrar o contato frequente da equipe redacional com o cotidiano dos trabalhadores da construção civil, as matérias ainda escancaram uma das faces mais terríveis do ramo: a frequência dos acidentes de trabalho, não raras vezes graves, e a falta de auxílio dos patrões aos trabalhadores acidentados. A frequência de acidentes poder ser verificada em outras regiões do país; Marília Cánovas, por exemplo, informou que o ramo foi campeão de acidentes em São Paulo, segundo um levantamento feito pelo Departamento Estadual do Trabalho em dezembro de 1911.¹⁸⁷

A recorrência dos acidentes para a categoria nos leva a refletir a partir de Edward Palmer Thompson, para quem “experiência” seria uma “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”¹⁸⁸. Ora, os acidentes de trabalho eram um tipo de acontecimento que se repetia frequentemente entre os trabalhadores da construção civil, como verificado nas várias notícias dos jornais operários, ou seja: eram parte da vivência destes trabalhadores, bem como a denúncia deles na imprensa

¹⁸⁵ “Acidentes no Trabalho”. *A Revolta*, Belém, nº 5, 20 set. 1919, 3-4.

¹⁸⁶ “Acidentes no Trabalho”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 8, 9 jun. 1920, p. 2.

¹⁸⁷ CÁNOVAS, Marília Klaumann. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana (1890-1920)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009, p. 170.

¹⁸⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 15.

trabalhista eram uma das respostas que eles davam a estes acontecimentos, o que indica que a imprensa operária fazia parte da experiência da categoria.

Além do mais, a frequência dos acidentes pode ter contribuído para o grau relativamente alto de organização que eles tinham naquele momento, principalmente das sociedades mutualistas e beneficentes que prestavam socorro aos sócios acidentados, os trabalhadores poderiam se ver mais estimulados a aderirem às estas entidades como também para apoiar a imprensa operária, já que ela dava visibilidade àquela realidade, por meio das denúncias nos periódicos. A pressão nos jornais também foi associada às exigências de cumprimento do decreto legislativo nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, primeira lei sobre acidentes do trabalho no Brasil, que determinava que os patrões deveriam pagar uma indenização aos operários que sofressem acidentes no exercício do trabalho.¹⁸⁹

Seja como for, os trabalhadores da construção civil permaneceram sendo uma das principais vigas de sustentação da FCT, mesmo após o momento de grande agitação trabalhista no final da década de 1910: no primeiro semestre de 1920, a FCCC organizou uma série de “comícios de propaganda associativa”, durante os quais protestou “de modo veemente contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade”; já o quarto comício, realizado em maio na Praça da República, foi acompanhado por cerca de 800 pessoas segundo as estimativas de um articulista do *A Voz do Trabalhador*.¹⁹⁰ Em setembro do mesmo ano, a FCCC ainda promoveu um “grandioso espetáculo”, a ser realizado no início do mês seguinte, onde seriam encenadas três peças teatrais.¹⁹¹ Alguns anos depois, no dia 1º de maio de 1927, a *União dos Operários de Construção Civil*¹⁹² promoveu, com o patrocínio da FCT, uma sessão para comemorar a chegada do novo ano, onde estiveram presentes diversas organizações classistas e “muitas centenas de trabalhadores acompanhados de suas famílias”, além de assinar um manifesto aos operários paraenses e uma moção de solidariedade ao proletariado em geral, ambos transcritos pelo periódico paulistano *A Plebe*.¹⁹³ Membros desta organização ainda estiveram presentes no cortejo organizado pela FCT na ocasião do 1º de maio do mesmo ano.¹⁹⁴

¹⁸⁹ BRASIL. *Decreto nº 3.724*, de 15 de janeiro de 1919. Publicação Consultado em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096.pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Consideram%20Dse%20accidentes%20no,parcial%2C%20permanente%20ou%20temporaria%2C%20da>.

¹⁹⁰ “Um grande comício”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 4, 22 maio 1920, p. 3.

¹⁹¹ “Teatro Moderno”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 21, 25 set. 1920, p. 3.

¹⁹² Não foi possível identificar se foi a sucessora da FCCC ou uma organização nova.

¹⁹³ “Mundo Operário”. *A Plebe*, São Paulo. nº 247, 12 mar. 1927, p. 4.

¹⁹⁴ “Do Pará proletário”. *A Plebe*, São Paulo. nº 254, 25 jun. 1927, p. 2.

Os trabalhadores deste ramo profissional parecem ter tido um papel de destaque no movimento operário não apenas no Estado do Pará, mas em diversas regiões do país ao longo das primeiras décadas do novecentos. Sheldon Leslie Maram já havia destacado que “antes da Primeira Guerra Mundial os trabalhadores da construção civil constituíam, provavelmente, a indústria mais organizada do país”, tendo atuações muito marcantes nas cidades de Santos, São Paulo e Porto Alegre.¹⁹⁵ No caso do Rio de Janeiro, Ângela de Castro Gomes apontou que a *União dos Operários da Construção Civil* se tornara “o mais forte bastião libertário na década de 1920”.¹⁹⁶ No que tange a cidade de Santos, Fernando Teixeira da Silva já assinalou que “durante as duas primeiras décadas do século XX, os operários da construção civil ocuparam um lugar de centralidade no processo de organização dos trabalhadores”¹⁹⁷, devido a fatores como a fragmentação do patronato, a qualificação dos trabalhadores e o predomínio do trabalho ocasional, situação que mudou ao longo da década seguinte devido à introdução de uma nova forma de organização do trabalho proposta pelo engenheiro Roberto Simonsen.

Já no Estado da Bahia, o *Sindicato dos Pedreiros Carpinteiros e Demais Classes*, fundado em 1919, “deflagrou aquela que viria a ser a mais importante paralisação do trabalho no Estado da Bahia durante toda a Primeira República: a greve geral de 1919” e a partir daí ele se tornou “uma das mais ativas agremiações operárias do pós-guerra (1919-1922) da Bahia, progressivamente conquistando novos filiados, auxiliando na organização de novos sindicatos e fundando sucursais pelo interior do estado”,¹⁹⁸ além de ter atuado com destaque, entre 1919 a 1922, na organização Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos, na criação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), na organização do Partido Socialista Baiano, na publicação de dois jornais operários (*Germinal* e *A Voz do Trabalhador*), além da fundação de uma escola proletária.¹⁹⁹ Neste sentido, o contexto paraense parece compartilhar muitos aspectos em comum com o baiano no que diz respeito à participação deste segmento da classe operária.

¹⁹⁵ MARAM, S. L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, op. cit., p. 51-53.

¹⁹⁶ GOMES, A. C. *A invenção do Trabalhismo*, op. cit., p. 156.

¹⁹⁷ SILVA, Fernando Teixeira. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 29.

¹⁹⁸ GUIMARÃES, Luciano. Negros e vermelhos: classe, raça e anarquismo no pós-abolição da Bahia (1920-1922). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, PR, v. 22, n. 234, p. 73-84, 1 maio 2022, p. 81.

¹⁹⁹ GUIMARÃES, Luciano de Moura. Pela lei e contra a lei: lutas e organização dos trabalhadores da construção civil de Salvador (1919-1922). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-30, 2020.

OPERÁRIOS DOS TRANSPORTES

O setor dos transportes se tornou fundamental na composição e consolidação do sistema capitalista contemporâneo. Ele intensificou enormemente o fluxo de circulação de mercadorias para os mercados consumidores longínquos, bem como o de pessoas, sobretudo trabalhadores, para áreas distantes ou no interior das próprias cidades modernas, que por sua vez aumentaram significativamente de dimensões. Hobsbawm já chamou a atenção para a importância deste setor nos países europeus ao longo da *Era dos Impérios* (1875-1914), argumentando que “(...) os transportes por estradas de ferro ou por mar, embora muito diferentes, tinham em comum a sua crucial importância estratégica para a economia das nações, que se poderiam paralisar, caso eles cessassem.”²⁰⁰

Neste sentido, com o processo de modernização ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século XIX, os meios de transporte tradicionais – as catraias, canoas, alvarengas, os barcos a velas e a sirga, no caso do transporte marítimo e fluvial; os carros, carroças, carrinhos, carruagens e charretes movidos pela tração animal, no caso do transporte urbano terrestre –, bem como os trabalhadores que os manejavam, embora não tenham sido completamente suplantados²⁰¹, foram em grande medida substituídos pelos meios de transporte que se utilizavam da energia a vapor e, posteriormente, à energia elétrica e motores à combustão: os navios a vapor, no caso do modal aquático; os bondes elétricos e os automóveis, no caso do transporte urbano; e seus respectivos manobreadores.

Com a penetração e difusão das relações de trabalho capitalistas na região, a questão da disciplinarização das atividades laborais e das altas cargas horárias diárias tornaram o transporte em bondes ou em automóveis uma necessidade básica para a própria reprodução da força de trabalho dos operários urbanos, já que eles tinham rigorosos horários a cumprir²⁰² em uma cidade cujas dimensões, tanto populacionais quanto de perímetro territorial, haviam crescido substancialmente nas primeiras décadas do século XX, fazendo com que as distâncias entre o local de moradia e o de labuta de muitos destes trabalhadores aumentasse significativamente.

²⁰⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios* (1875-1814). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.178.

²⁰¹ Podem ser vistos com frequência nos álbuns de fotografias da cidade.

²⁰² Basta lembrar que o estopim para a Greve Geral de 1919 foram os descontos no salário dos trabalhadores de uma firma de construção civil por conta dos atrasos de alguns deles no início do turno da manhã. Guardadas as devidas proporções, na Amazônia se passava um processo muito semelhante de controle do trabalho e da própria vida das classes subalternas, tal como verificado na Inglaterra nos séculos anteriores. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

Essa importância sempre foi lembrada nas ocasiões das greves dos trabalhadores deste setor. Em uma delas, o articulista do *Estado do Pará* que noticiou uma paralisação dos motoristas e condutores dos bondes elétricos escreveu que “uma cidade sem bondes é uma cidade quase morta”.²⁰³ Meses depois, em um artigo que noticiava outra paralisação da categoria pode-se ler que:

Belém não é mais um burgo restrito, capaz de quedar-se dias seguidos na indiferença a propósitos que se lhes prejudicam e danificam a vida, é uma cidade em que se precisa trabalhar onde há regularidades de horário e obrigações firmadas e ligadas a horas certas, um número considerável de trabalhadores às primeiras horas do dia precisa responder o ponto dos seus empregos, gente pobre que procura os bairros novos e afastados, de habitação barata (...), contando vencer a distância no veículo rápido.²⁰⁴

No interior de cada um desses veículos de transporte – máquinas representativas da modernidade que a cidade ostentava – era possível encontrar trabalhadores responsáveis pelo seu funcionamento, mesmo que deles pouco se falasse, e sempre sem a mesma exaltação.²⁰⁵ Seja como for, e de acordo com o recenseamento geral de 1920, haviam entre os 236.402 habitantes de Belém naquele ano, 8.805 trabalhadores cuja profissão fora classificada como no setor de “transportes”, sendo 6.014 nos “marítimos e fluviais”, 2.505 nos “terrestres e aéreos” e 286 nos “correios, telégrafos e telefones”, o que tornava as categorias do setor de transportes uma das mais numerosas entre os habitantes com profissão assinalada.²⁰⁶

É necessário pontuar que, ao contrário das categorias vistas anteriormente – dos trabalhadores especializados de tradição artesanal, cujos ofícios eram exercidos desde o período colonial e que já contavam com organizações mutualistas desde o final do século XIX –, as categorias de trabalhadores dos transportes terrestres eram de formação recente na capital paraense, já que os próprios meios de transportes nos quais trabalhavam – automóveis à combustão e bondes elétricos – só apareceram na cidade nos primeiros anos

²⁰³ “A greve de ontem”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.113, 19 fev. 1917, p.1.

²⁰⁴ “A greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.228, 15 jun. 1917, p.1.

²⁰⁵ Maria de Nazaré Sarges dirá que nos últimos anos do século XIX, os bondes viriam “compor o quadro da modernidade em Belém. O serviço de viação urbana por bondes elétricos se constituiu num dos ‘grandes’ exemplos de transformação na dinâmica da vida urbana de Belém no início do século XX, pois o bonde era uma das obras nascidas do progresso técnico, representando-se de um modo fantasmagórico, quando causa impactos tecnológicos nas mentalidades da população e quando mostra suas articulações internas na medida em que características como tamanho e automatismo acabaram redundando em construções monstruosas”. SARGES, M. N. Belém: riquezas criando a Belle Époque, op. cit., p. 186-187.

²⁰⁶ Atrás apenas dos trabalhadores em agricultura (28.181), dos empregados no comércio (10.583) e dos trabalhadores nas indústrias de vestuário e toucador (9.584). BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. 134-137.

do século XX.²⁰⁷ É improvável que os carroceiros e condutores de charretes tenham se tornado choferes ou motoristas de bondes elétricos ou que estes últimos tenham herdado as tradições dos primeiros. A observação não se aplica aos marítimos, que também se organizavam desde o século XIX, tendo uma tradição de movimentação ou uma “cultura de trabalho”, conforme demonstrado por Caio Giulliano Paião a partir do caso dos práticos.²⁰⁸

Os trabalhadores de transporte tiveram ao longo do século XX um peso fundamental no movimento operário em diferentes países. Beverly J. Silver, consultando o banco de dados do *World Labour Group* (WLG)²⁰⁹, apontou que eles foram responsáveis por cerca de 35% de todas as menções à protestos de trabalhadores entre 1870 e 1996, sendo proporcionalmente o maior setor em número de manifestações em quase todas as décadas tomadas separadamente (exceto em três: 1870 e 1930, quando as manufaturas lideraram, e em 1990, quando a categorias de serviços passou a frente).²¹⁰

Associada à essa posição estratégica no interior no modo de produção capitalista, ou mesmo se aproveitando dela, os empregados nos transportes tomaram atitudes ativas e conscientes de enfrentamento ao capital, fosse reivindicando melhorias pontuais nas relações e condições de trabalho fosse se engajando nos movimentos que propunham transformações políticas e sociais mais amplas. O patronato, por sua vez percebeu esta importância estratégica e, com o auxílio do poder público, tomou medidas de controle e disciplinarização dos empregados deste setor. Conforme Hobsbawm, “o transporte era agora [isto é, na virada do XIX para o XX] considerado elemento crucial na luta de classes”.²¹¹ Na onda de agitação trabalhista que tomou as ruas de Belém na segunda metade da década de 1910, também estiveram presentes centenas de trabalhadores do

²⁰⁷ A composição da classe trabalhadora não é estática, sofrendo modificações ao longo do tempo. Edward Thompson expõe algumas mudanças, em termos de categorias profissionais e especializações, verificadas na classe operária inglesa entre o final do século XVIII e o início do XIX, numa dinâmica de ascensão e extinção de categorias profissionais inteiras devido às mudanças tecnológicas ou da própria organização do trabalho. O autor ainda adverte que não se deve esquecer que “(...) as antigas e as novas habilidades foram quase sempre protagonizadas por pessoas diferentes”. Ver: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit., p. 88-89.

²⁰⁸ PAIÃO, Caio Giulliano. Culturas de trabalho e associações de práticos em Manaus e Belém (anos finais do século XIX). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-22, 2019.

²⁰⁹ Banco de que teve origem nos esforços de alunos de pós-graduação e professores do *Centro Fernand Braudel*, da Universidade de Binghamton (EUA) nos anos de 1980, baseados nas informações jornalísticas do *The New York Times* e do *The Times*. O *Centro* já tinha mapeado até 2005 cerca de 92.000 menções à manifestações trabalhistas – que incluíam não apenas greves, mas também operações-tartaruga, faltas coletivas ao trabalho, sabotagens, revoltas e ocupações em fábricas, entre outras formas de atuação – em 168 países no período entre 1870 a 1996.

²¹⁰ SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 102-107.

²¹¹ HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*, op. cit., p. 179.

setor de transportes, principalmente condutores e motoristas de bondes elétricos, choferes e marítimos.

Se forem levadas em consideração apenas as greves como parâmetro de participação no movimento, a categoria que, de longe, mais se destacou na conjuntura em tela foi a dos motoneiros e condutores de bondes da empresa concessionária *Pará Electric*. Nada menos do que quatro paredes desta categoria foram mapeadas a partir da consulta de jornais locais, entre fevereiro e julho de 1917. Além disso, eles também foram os pivôs da “greve geral” de outubro de 1918, ao iniciarem o movimento que desaguou na paralisação de outras categorias em solidariedade a eles, além de, inversamente, prestarem apoio à diversas categorias quando elas se declararam em parede.

A *Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd*, empresa inglesa concessionária do serviço de transporte em bondes elétricos, foi inaugurada em 1902 e recebeu do governo do estado a concessão do monopólio do fornecimento de luz elétrica e do transporte por bondes na cidade de Belém, se tornando muito rapidamente uma das principais empresas prestadoras de serviço do estado, empregando alguns milhares de trabalhadores ao longo dos anos. Os bondes elétricos foram instalados e começaram a funcionar regularmente apenas no final de 1907, mas rapidamente se configuravam no principal meio de transporte cidadão, deslocando trabalhadores e populares na cidade em crescimento. Os motoristas e condutores de bonde, por sua vez, se tornaram uma das categorias com maior poder de barganha, já que, em grande medida, deles dependia a própria movimentação interna da cidade.

Edilza Fontes apontou o histórico de empreendimentos de greves desta categoria, sendo que as primeiras ocorreram no final do século XIX, quando o serviço de bondes ainda era feito a partir da tração animal – puxados por burros ou mulas – e seus trabalhadores eram denominados cocheiros de bondes. A primeira greve, ocorrida em 1890, reivindicava aumento salarial, enquanto outra, em 1892, ocorreu como reação à medidas punitivas tomadas pela direção da empresa. De acordo com Fontes, “os condutores e cocheiros da Companhia dos Bondes que faziam viagens para [o bairro] Batista Campos declararam-se em greve devido uma multa de 0\$600 que lhes foi imposta pela diretoria, o que os trabalhadores consideraram uma injustiça”.²¹² A autora ainda apontou, sem mais detalhes, outro movimento paredista empreendido pelos motoneiros

²¹² FONTES, E. *Preferem-se portugueses(as)*, op. cit., p. 212-213.

e condutores em agosto de 1908, quando o serviço já era feito por bondes movidos à energia elétrica.²¹³

No que tange ao movimento associativo, em 30 de janeiro de 1913 foi fundada a *Liga Beneficente dos Empregados da Parah Eletric*, sociedade mutualista direcionada a todos os empregados da companhia, na qual os motoristas e condutores poderiam fazer parte; efetivamente, muitos deles aderiram à Liga. Esta era uma organização de viés claramente conciliatório, já que organizada pela própria empresa. Logo no primeiro artigo dos seus estatutos, ela reconheceu como presidente honorário o então gerente da companhia e seus sucessores; os artigos 72 e 73 garantiam a *Pará Eletric* o direito de determinar a dissolução da Liga nos casos em que se verificasse “no seio da mesma haja qualquer insubordinação contra a disciplina da Companhia”. O contexto em que a Liga foi criada, em 1913, quando a crise da borracha já se manifestava com força, indica uma tentativa de acomodação da empresa frente às contestações que começavam a se manifestar entre os trabalhadores.

Com o recrudescimento da crise da borracha, associado aos efeitos econômicos da guerra que logo eclodiria, os motoristas e condutores passaram a entabular com maior frequência movimentos paredistas. No final de janeiro de 1917, alguns deles fundaram a *Sociedade União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Eletric*, com o objetivo de defender os interesses das categorias profissionais dos transportes de bondes, diferindo da anterior devido à sua independência em relação à empresa. Embora fosse, como a *Liga*, uma sociedade formalmente beneficente, voltada principalmente para o auxílio pecuniário aos seus sócios, foi através dela que organizaram os movimentos grevistas que se seguiram a partir daquele momento.²¹⁴ O caso desta sociedade serve para matizar a divisão entre sociedades “de resistência” e mutualistas ou beneficentes, já que na prática, houveram muitas sociedades híbridas, beneficentes que coordenaram movimentos grevistas e sindicatos ou sociedades de resistência que também ofereciam serviços beneficentes aos seus sócios.

No mês seguinte à fundação da *União*, os motoristas e condutores de bondes entabularam o primeiro da série de movimentos grevistas da categoria nesta conjuntura de crise econômica, quando cerca de 300 empregados da *Pará Eletric* paralisaram suas atividades, entre 18 a 20 de fevereiro, reivindicando a diminuição da jornada de trabalhos

²¹³ Idem. Ibidem, p. 260.

²¹⁴ Adriano Craveiro de Oliveira analisou as relações e diferenças entre as organizações dos motoristas e condutores. Ver: OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará*, op. cit., p.70-76.

para nove horas diárias; exigindo o fim da revista do fardamento; protestando contra a perseguição aos participantes das greves anteriores; e o retorno das diárias de 6\$000 e 7\$000 réis para os trabalhadores da 1ª e da 2ª classe, respectivamente. Eles obtiveram uma vitória quase total, sendo atendidos na maioria das suas reivindicações, inclusive com um compromisso do gerente da companhia de não haver represálias aos participantes do movimento, exceto pela jornada diária que ficou acordada em 10 horas.²¹⁵

Um ponto interessante desta greve que merece ser destacado foi que ela contou com o amplo apoio do diário *Estado do Pará*, que dedicou editoriais de primeira página à defesa dos trabalhadores e à exposição de suas reivindicações, reiterando o caráter pacífico do movimento, inclusive publicando fotos dos operários grevistas e da diretoria da *União dos Motoristas e Condutores*, disponibilizando desta forma dois raros registros imagéticos das manifestações operárias em Belém (Imagens 1 e Imagem 2, respectivamente).

Imagem 1

Motorneiros e Condutores da *Pará Electric* em Greve (fev.1917)



Fonte: *Estado do Pará*, Belém, nº 2113, 19 fev. 1917, p. 1 (Editada).

A imagem 1 evidencia uma das pautas do movimento: o fardamento dos trabalhadores, aparentemente de tecido grosso, o que certamente causava incomodo em uma cidade de clima quente e húmido como Belém. Além disso, a fotografia denota um

²¹⁵ *Estado do Pará*, Belém, nº 2113 e 2114, de 19 e 20 fev. 1917.

sentido de unidade entre estes trabalhadores, já que há algumas dezenas deles em atitude ativa de protesto coletivo.

Imagem 2

Diretoria da *União Protetora dos Condutores e Motorneiros da Pará Electric* em 1917.



Fonte: *Estado do Pará*, Belém, nº 2115, 21 fev. 1917, p. 1.

Tal aquiescência de um jornal da grande imprensa às reivindicações operárias – que no caso dos motoristas e condutores belemenses não se repetiu nos movimentos posteriores – também foi percebida por Maria Luiza Ugarte Pinheiro no caso das greves dos estivadores em Manaus, ocorridas mais ou menos no mesmo período, quando estes também receberam o apoio da linha editorial de jornais diários, como o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Notícias*, em seus movimentos. Segundo a autora, o apoio destes jornais acompanhou a posição de pequenos e médios comerciantes locais, cujos interesses eram frequentemente contraditados pelas grandes firmas inglesas de comércio e navegação contra as quais os estivadores manauaras protestavam.²¹⁶ Isso significa que o apoio de parte da grande imprensa aos operários não era gratuito, mas antes partia de uma convergência momentânea de interesses políticos e econômicos entre ambos.

Algo neste sentido pode ter acontecido também no caso dos motoristas e condutores belemenses, uma vez que ali também pode ser percebido um forte campo de

²¹⁶ PINHEIRO, M. L. U. *A cidade sobre os ombros*, op. cit., p. 151-217.

tensão entre o segmento do comércio local e as empresas concessionárias dos serviços públicos, principalmente naquele momento de crise de precarização desses mesmos serviços. Seja como for, apesar do apoio de parte da grande imprensa e de um acordo feito com a gerência, a companhia de transportes não cumpriu o estipulado em relação aos salários, fazendo com que os trabalhadores voltassem a paralisar suas atividades nos primeiros dias de março de 1917. Com a intervenção do intendente de Belém, Dr. Martins Pinheiro, e do governador do Pará, Lauro Sodré, os motoristas e condutores retornaram ao trabalho no mesmo dia, com a promessa da interseção das autoridades públicas junto à *Pará Eletric*.²¹⁷

Em meados de junho, os motoristas e condutores pararam novamente, em solidariedade aos estivadores da *Port of Pará* que se encontravam em greve reivindicando aumento salarial, e com isso, retribuía o apoio que estes deram aos primeiros quando grevaram alguns meses antes. Após a vitória dos estivadores, os empregados da *Pará Eletric* se mantiveram em parede, protestando contra a demissão de um motorneiro e de um condutor por terem participado de greves anteriores e, novamente, reivindicando a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Após três dias de paralização, a greve teve termo no dia 15 daquele mês, sem o estabelecimento da jornada de oito horas, mas com o compromisso do gerente da empresa de não demitir os operários que participaram do movimento.²¹⁸

Cabe salientar que neste momento, estava eclodindo a greve geral em São Paulo, fato que, certamente, tornou-se do conhecimento dos trabalhadores paraenses, uma vez que os grandes jornais de Belém reproduziram telegramas e matérias noticiando o movimento. As notícias da greve em São Paulo podem ter sido um estímulo subjetivo a mais para os trabalhadores de Belém – e de outras localidades do país – entabularem os seus próprios movimentos.

Apesar do compromisso reiterado da empresa de não dispensar os trabalhadores que se envolveram nos movimentos paredistas, as demissões continuaram, o que fez com que os motoristas e condutores planejassem e aprovassem em assembleia um novo movimento grevista em meados do mês seguinte. Com efeito, no dia 12 de julho, eles – por meio da *União* – enviaram um ofício ao *Estado do Pará*, anunciando a greve e

²¹⁷ “Ainda greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.125, 3 mar. 1917, p. 2.

²¹⁸ “A Greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.229, 16 jun. 1917, p. 1.

reivindicando a readmissão de vinte um trabalhadores pela *Pará Eletric*, que haviam sido dispensados quando da greve anterior.²¹⁹

A polícia se movimentou contra a paralização ainda na madrugada daquele mesmo dia, mobilizando amplo aparato de repressão que, de fato, impediu que os grevistas fizessem piquetes para convencer os fura-greves à adesão, chegando mesmo a prender os condutores Waldemar Oliveira, José Bezerra da Rocha e Manoel C. Barroso, e os motoristas João Vicente e Eugênio Fernandes, sendo este último, um dos demitidos.²²⁰ A greve foi abortada devido tanto à repressão quanto a não adesão de parte dos trabalhadores da empresa.

Após o fracasso do movimento, os trabalhadores da categoria ficariam mais de um ano sem entabular novos movimentos paredistas, em parte devido às próprias derrotas sofridas nas duas últimas greves e à repressão, fosse ela estatal, com a polícia impedindo os *meetings*, fosse da empresa, por meio demissões dos que se mobilizavam. Eles voltaram a empreender movimentos de protesto e reivindicação significativos apenas em 1918, quando iniciaram uma das maiores greves da conjuntura, que chegou a paralisar mais de sete mil trabalhadores de várias categorias em seu auge, segundo um articulista do *Estado do Pará* que noticiou o movimento.

Os boatos sobre aquela parede iniciaram em 7 de outubro daquele ano, quando então se aventava que os choferes, motoristas e condutores de bondes planejavam uma paralização para o dia do Círio de Nazaré.²²¹ Apesar de inicialmente desmentirem o boato, os motoristas e condutores – além dos eletricitistas empregados da *Pará Eletric* – iniciaram o movimento entre os dias 8 e 9, antes, portanto, do evento religioso, não obtendo grande cobertura da imprensa. A escolha da data parece ter sido estratégica, já que a festividade religiosa movimentava milhares de pessoas que demandavam o transporte coletivo, e com isso, aumentavam o poder de barganha daquele segmento de trabalhadores.

Nos dias iniciais da greve, nem todos os motoristas e condutores aderiram, gerando conflitos entre estes e os grevistas, prisões dos segundos pela polícia e a antipatia da imprensa pelo movimento que parava e “prejudicava” a comerciantes a cidade; os bondes eram escoltados por “praças embaladas” para evitar que paredistas convencessem

²¹⁹ “Os motorneiros e conductores da Pará Eletric: vae rebentar nova greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.255, 12 jul. 1917, p. 2.

²²⁰ “Os motorneiros e conductores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.256, 13 jul. 1917, p. 2.

²²¹ Uma das maiores manifestações do catolicismo paraense, realizada desde o século XVIII, todos os anos reúne milhares de pessoas em devoção a Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, ocorrendo geralmente no segundo domingo de outubro.

os fura-greves a aderir. Suas reivindicações neste movimento eram o aumento salarial para 7\$000 e 5\$000 para 1ª e 2ª classe, respectivamente, e a facultatividade da contribuição ao médico da empresa, até então obrigatória, descontando 2\$000 rs mensais de seus ordenados.

Os motoristas e condutores procuraram a diretoria da UGT em busca de apoio, no qual foram prontamente atendidos, e no dia 15 de outubro os trabalhadores de diversas categorias profissionais paralisaram suas atividades em protesto contra a intransigência do gerente da empresa, Walter Binns, e em apoio aos trabalhadores dos bondes. O articulista que noticiou o movimento escreveu que naquele dia estiveram “(...) em greve mais de 7.000 operários, todos eles pertencentes à União Geral dos Trabalhadores”; pela manhã, foi realizado um grande comício na *Praça da República* e uma comissão composta por representantes dos metalúrgicos, choferes, barbeiros, caldeireiros de ferro, marceneiros, cigarreiros, maquinistas, eletricitas, costureiras, carpinas, motorneiros, condutores, engomadeiras, estivadores e trabalhadores da construção civil se reuniu com o governador Lauro Sodré para discutir as reivindicações dos grevistas.²²²

O movimento terminou no dia 16 de outubro com a vitória quase total dos trabalhadores, com aumentos salariais para motoristas, condutores, eletricitas, carpinas, montadores e metalúrgicos da *Pará Eletric*, além do compromisso de não haver demissões por conta da parede. A contribuição para o médico da empresa passou a ser facultativa e os trabalhadores tiveram assegurado o direito de pertencerem a quaisquer sociedade ou organização.²²³

Na greve geral do final do mês seguinte, em protesto contra o fechamento da UGT carioca, “solidários à União, aderiram ao movimento 350 motorneiros e conductores da *Pará Eletric* e alguns eletricitas da mesma companhia”²²⁴, quase paralisando o movimento na cidade até o dia 28, quando retornaram ao trabalho com a deliberação da UGT paraense de encerrar o movimento. Por conta da participação na parede geral, cerca de cem motoristas e condutores foram demitidos da empresa de bondes.

²²² “A greve dos motorneiros e conductores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.713, 16 out. 1918, p. 1. A edição deu ampla cobertura ao movimento, dedicando quase toda a sua primeira página e mudando a linha editorial anterior, de oposição à greve, para, agora, destacar o caráter “pacífico e ordeiro” dos paredistas. O jornal também destacou a atuação do senador Virgílio de Mendonça na mediação entre os grevistas e o gerente da fábrica, além de sublinhar o papel de Lauro Sodré, o que é compreensível já que o jornal se alinhava ao grupo político de ambos.

²²³ “A greve de motorneiros e conductores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.714, 17 out. 1918, p. 1-2.

²²⁴ “Greve geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.755, 27 nov. 1918, p. 1.

Já em maio de 1919, os empregados da *Pará Elétric* não aderiram em nenhum momento ao longo dos mais de vinte dias que a greve geral durou, embora tenha havido muitos boatos em contrário. É possível que a categoria estivesse dividida. Um jornal que noticiava as movimentações paredistas publicou um artigo onde relata um episódio envolvendo um “colaborador da polícia civil” que acompanhava a greve. De acordo com a matéria, ao pegar um bonde elétrico no dia 18, auge da greve,

O motorneiro Joaquim Ferreira, n. 415, dirigiu-se a elle e perguntou se era grevista. O colaborador, como era natural, respondeu afirmativamente. Em vista disso, o motorneiro disse que ele fosse apressadamente à Federação e lá dissesse que fossem mandados cinco homens forçosos afim de obrigar a todos os outros motorneiros a virar as taboletas dos veículos para a [avenida] Nazareth, recolhendo-os à oficina ficando assim declarada a greve. Disse mais o n. 415 que o “colega” fosse de pressa que queria ser o primeiro a mudar a taboleta.²²⁵

Após a jornada de greves do final de 1918 e ao longo do primeiro semestre de 1919, os motoristas e condutores entraram em um momento de desorganização formal do seu sindicato, como se pode constatar pelos sucessivos apelos lançados pela imprensa operária para que se reorganizasse a agremiação sindical. No final de junho de 1919, Honório Santos apelou a exemplos de outras categorias para tentar estimulá-los: “munir-vos do escudo forte da vontade térrea de liberdade e fundai e reorganizai o vosso sindicato, como acabam de fazer os manipuladores de pão”.²²⁶ O chamamento parece não ter surtido efeito, já que alguns meses depois novas convocatórias foram lançadas pelas páginas do *A Voz do Trabalhador* para que eles reagrupassem sua associação, lembrando os movimentos anteriores como forma de estimular a reorganização.²²⁷ Ao que parece, a categoria ficaria um longo período sem entabular movimentos grevistas, pelo menos até o 1º de maio de 1928, quando paralisaram por algumas horas.²²⁸ De qualquer forma, isso não significa que não tenha havido, nesse longo intervalo, a ocorrência de outras formas de lutas e resistências cotidianas, porém mais discretas.

Outra categoria profissional do ramo dos transportes bastante atuante nesta conjuntura – e cuja atuação foi mais estável e contínua do que os anteriores – foi a dos motoristas de automóveis particulares, mais conhecidos na época como choferes ou, na

²²⁵ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.926, 18 maio 1919, p. 1.

²²⁶ “Aos motorneiros e condutores”. *O Semeador*, Belém, nº 6, 28 jun. 1919, p. 2.

²²⁷ “Pela Pará Elétric”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 17, 21 ago. 1920, p. 3.

²²⁸ ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 14ª legislatura a 7 de setembro de 1930, pelo Governador Eurico de Freitas Valle*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 71.

grafia inglesa corrente, *chauffeurs*. Pela coluna “Avisos Sociais”, do *Jornal do Povo*, pode-se constatar que a *União dos Chauffeurs*, fundada em 13 de maio de 1913, pertencia às bases da UGT, reunindo-se todas as terças-feiras em sua sede, na rua Bailique, nº 49. Com o fechamento da UGT em novembro de 1918, os choferes organizados na *União* aderiram à FCT, em janeiro do ano seguinte. A *União dos Chauffeurs* esteve constantemente presente nas já mencionadas colunas “Vida Sindical” e “Movimento Sindical”, indicando uma relativa estabilidade desta organização ao longo destes anos.

As condições e relações de trabalho dos motoristas de automóveis variavam. Eles poderiam trabalhar em firmas prestadoras do serviço de transporte em automóveis, as chamadas garagens ou *garages*, que funcionaram na década de 1910, como a *Central*, a *Comercial*, a *Cole*, a *Napier*, a *Coelho* e a *Apollo*, que, juntas, deviam empregar algumas dezenas de motoristas. A *Comercial* demitiu todos seus funcionários, em número de nove, na ocasião de uma das greves gerais de 1918; já a *Apollo*, em anúncio que fez publicar na imprensa no mesmo ano, automeando-se “a maior do Norte do Brasil, a que maior número de carros possui para poder servir ao público”, declarava possuir vinte e oito automóveis de diversos modelos²²⁹, o que é um indicativo da quantidade de motorista que empregava.

Os choferes podiam ainda trabalhar como motoristas particulares para os indivíduos e famílias mais abastadas de Belém, ou mesmo para profissionais liberais como médicos e advogados, como se pode depreender do art. 12, cap. III dos estatutos da *União dos Chauffeurs*, que determinava que os choferes que quisessem ser admitidos teriam de declarar, entre outras informações, “qual casa ou *garage* onde está trabalhando”; o artigo 28 do mesmo estatuto indicava que nas casas onde trabalhavam mais de dois choferes, estes deveriam escolher entre si um delegado para representá-los na *União*.²³⁰

Em dezembro de 1917, os choferes da garagem *Napier* iniciaram uma greve reivindicando o pagamento de 20% das receitas dos respectivos automóveis aos motoristas que não tivessem ordenado – este era o percentual pago pelas outras garagens; a *Napier* pagava somente 15%.²³¹ Percebe-se que eram praticadas duas formas de pagamento aos motoristas: por comissão e por pagamento fixo. Com a recusa do proprietário da *Napier* em dialogar, o conflito continuou e gerou apoio corporativo de

²²⁹ “Ao público: a garage Apollo”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.686, 19 set. 1918, p. 3.

²³⁰ *ESTATUTOS da União dos Chauffeurs. Diário Oficial*, Belém, nº 6.326, 1 jun. 1913, p. 431-432.

²³¹ “Chauffeurs em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.418, 22 dez. 1917, p. 4.

ambos os lados: em uma reunião da categoria, “foi resolvido que quota entre os chauffeurs que estavam trabalhando, para ajudar o sustento da família dos colegas em greve”²³²; já entre o patronato, o proprietário da garagem *Coelho* acompanhou o da *Napier* na ameaça de fechar as portas caso os paredistas continuassem o movimento.²³³ Ao que tudo indica, os motoristas não lograram o aumento desejado e alguns deles foram demitidos devido ao protesto.

Apesar da solidariedade, houve também a presença de fura-greves: três funcionários da garagem não quiseram aderir ao movimento, pois além dos 15% sobre as rendas também recebiam ordenados fixos de 100\$000 por mês, sendo desligados da *União dos Chauffeurs* devido a esta conduta; posteriormente, um deles, Thomé d’Assumpção, voltou atrás e aderiu aos companheiros, sendo por isso demitido da garagem.²³⁴ Ocorreram confrontos físicos entre os fura-greves e os paredistas.²³⁵ O episódio acabou gerando uma rixa que se estendeu pelo início do ano seguinte, quando alguns dos motoristas demitidos da *Napier* devido à greve – Thomé de Assumpção e outro, alcunhado de *Mucura* – trocaram tiros com um dos fura-greves, Nestor Soares da Silva, em plena avenida Nazaré.²³⁶ Thomé foi detido na chefatura da polícia.

Em princípios de março de 1919, os *chauffeurs* das diversas garagens entraram novamente em greve. O estopim da parede foi a ordem do prefeito auxiliar (não especificado) para que eles “descrevessem com seus veículos uma curva em frente ao prédio da Assembleia Paraense antes de deixar na sede daquela associação as pessoas destinadas ao baile que ali se efetuava”. Segundo o relato do jornal que noticiou o movimento, a autoridade prendeu os motoristas que erraram a manobra ou que não a cumpriram por desconhecer o trajeto, sendo detidos o chofer Antônio dos Santos e o motorista do dr. Penna de Carvalho. A arbitrariedade gerou protesto dos membros da *União*, que recolheram seus veículos às respectivas garagens como reação.²³⁷

À reivindicação inicial, se somaram reclamações sobre outras arbitrariedades policiais na fiscalização do uso da buzina: se deixavam de tocá-las em ruas movimentadas, pagavam a pena municipal de \$10; se tocavam, incorriam em multa por perturbação da ordem pública, de forma que “já quase ignoram a utilidade da buzina e os

²³² “A greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.419, 23 dez. 1917, p. 1.

²³³ “A greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.421, 25 e 26 dez. 1917, p. 6.

²³⁴ “Aos chauffeurs”. *Onze de Janeiro*, Belém, nº único, 11 jan. 1918, p. 4.

²³⁵ “Greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.422, 27 dez. 1917, p. 1.

²³⁶ “Ocorrências policiais”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.455, 29 jan. 1918, p. 4.

²³⁷ “Greve dos ‘chauffeurs’”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.852, 4 mar. 1919, p. 2.

casos em que devem usá-las”. O movimento teve fim na madrugada do dia seguinte, com a soltura dos motoristas presos e, provavelmente, com algum acordo entre os trabalhadores e as autoridades sobre as arbitrariedades cometidas.²³⁸

A identidade de interesses enquanto trabalhadores se espalhava para além dos limites da categoria profissional e os choferes – como os sapateiros – foram bastante propensos a aderirem às greves gerais ou de solidariedade à outras categorias. Em meados de junho de 1917, a *União dos Chauffeurs* hipotecou solidariedade aos estivadores dos portos de Belém quando estes se levantaram em parede por aumento de salários.²³⁹ Também aderiram às greves gerais de 1918: na greve dos mecânicos e metalúrgicos das oficinas da *Port of Pará*, de Val-de-Cans, em setembro, a *União dos Chauffeurs* contribuiu com a quantia de 150\$000 para a manutenção dos grevistas.²⁴⁰ No mesmo ano, na ocasião da greve geral de outubro, um dos diários de maior circulação da cidade comentou que “também os ‘chauffeurs’ dos automóveis da praça declararam-se solidários com os grevistas, abandonando os autos nas respectivas garages.”²⁴¹ Na ocasião da greve geral do mês seguinte, o mesmo periódico, fazendo um balanço das adesões, relatou que “Todas as garages existentes na capital tiveram os autos recolhidos, visto como os ‘chauffeurs’ se recusaram a trabalhar; alguns ‘chauffeurs’ de automóveis particulares também aderiram à greve.”²⁴² Por conta da participação neste movimento, todos os choferes da garagem *Comercial*, em número de nove, foram demitidos por seu proprietário, Antônio Moreira da Costa.²⁴³

Na grande greve geral de maio de 1919 os motoristas também demonstraram sua solidariedade às demais classes em luta, declarando-se em greve no dia 13 e, apesar da presença de fura-greves na categoria e dos conflitos entre estes e os grevistas, se mantiveram em parede até pelo menos o dia 21, quando a greve já dava sinais de enfraquecimento.²⁴⁴

A fama de radicalidade que os choferes acabaram pegando foi expressa pelo *Estado do Pará*, que noticiando as comemorações do 1º de maio de 1920, expôs que:

No parque João Coelho, em frente a estátua da República, houve um *meeting* promovido pela classe dos chauffeurs.
Falaram dois operários nacionais e três estrangeiros.

²³⁸ “Ecos da greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.853, 5 mar. 1919, p. 2.

²³⁹ FONTES, E. *Preferem-se portugueses(as)*, op. cit., p. 279.

²⁴⁰ “A greve de Val-de-Cães”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 20, 14 set. 1918, p. 1.

²⁴¹ “A greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.712, 15 out. 1918, p. 1.

²⁴² “Greve geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.755, 27 nov. 1918, p. 1.

²⁴³ “Greve geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.758, 30 nov. 1918, p. 1-2.

²⁴⁴ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.922 e nº 2.930, 14 e 22 maio 1919, p. 1.

Estes últimos, exceção do chauffeur Cesar, usaram a mesma linguagem violenta que costumam empregar quando se referem aos nossos governos, ao regime e ao povo brasileiro, que taxam de ignorante.²⁴⁵

Em termos numéricos, os choferes provavelmente eram em quantidade menor que os motoristas e condutores de bondes, embora de seu seio tenham saído lideranças operárias que se projetavam para além das atividades da categoria. Dentre os cinco militantes e líderes operários estrangeiros expulsos de Belém em março de 1915, pelo menos dois deles, Júlio Durval (as vezes grafado como Duval ou Dorval) e Eduardo Guerra, ambos portugueses, trabalhavam como choferes.²⁴⁶ Os dois eram destacados líderes em protestos e oradores em manifestações públicas: Eduardo Guerra manteve uma intensa troca de correspondências com o jornal anticlerical e libertário paulistano *A Lanterna*, nos anos imediatamente anteriores à sua expulsão. Outras lideranças operárias, nacionais, saídas das fileiras dos choferes foram Antônio Cesar de Azevedo e Benito Rodrigues, este último também conhecido pelo pseudônimo *Picota*. Ambos pertenceram ao grupo sindicalista revolucionário *Os Semeadores*.²⁴⁷

Benito Rodrigues ocupou o cargo de secretário-geral da FCT em 1919.²⁴⁸ Na greve geral de maio deste ano, Rodrigues teve um papel destacado, sendo inclusive preso por conta desta atuação. Um diário belenense, acompanhando a greve geral, noticiou que ele foi detido no quartel do 1º corpo, suspeito de colocar bombas de dinamite nos trilhos de bondes da *Pará Eletric*.²⁴⁹

Cesar de Azevedo foi o representante da União dos Choferes no comitê que se reuniu com Lauro Sodré na ocasião do comício contra a carestia de vida organizado por diversas organizações classistas em julho de 1917.²⁵⁰ Também fez parte de uma comissão que foi à redação do *Estado do Pará* levar alguns exemplares do boletim que concitava o público de Belém a boicotar os automóveis da garagem *Napier*, após a derrota da greve do final do ano anterior.²⁵¹ Em diversos momentos, foi chamado à chefatura de polícia para dar explicações sobre as atividades coletivas dos choferes, já que ele foi o secretário geral da organização da categoria ao longo destes anos. Também foi um assíduo colaborador da imprensa operária belenense, assinando artigos no *Jornal do Povo*, em *O Semeador* e no *A Voz do Trabalhador*.

²⁴⁵ “O 1º de maio”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.275, 2 maio 1920, p. 3.

²⁴⁶ FONTES, E. *Preferem-se portugueses(as)*, op. cit., p. 277.

²⁴⁷ “Grupo os Semeadores”. *O Semeador*, Belém, nº 6, 28 jun. 1919, p. 4.

²⁴⁸ *ESTATUTOS da Federação das Classes Trabalhadoras. O Semeador*, Belém, nº 10, 26 jul. 1919, p. 2.

²⁴⁹ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.924, 16 maio 1919, p. 1.

²⁵⁰ “Carestia da vida”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.245, 2 jul. 1917, p. 1.

²⁵¹ “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.452, 26 jan. 1918, p. 4.

A atuação de Cesar de Azevedo, bem como a dos próprios choferes como categoria, transcendeu o momento de grande agitação trabalhista do final da década de 1910 e atravessou a seguinte. Ele esteve entre os organizadores do *Centro Internacional dos Motoristas do Pará*, fundado no segundo semestre de 1927, onde assumiu o cargo de secretário geral de sua diretoria.²⁵² No 1º de maio do ano seguinte, fez um discurso em memória do estivador Paulo Victor, assassinado em 1914 na ocasião de uma das greves da categoria portuária.²⁵³ A organização dos choferes foi responsável pela publicação, em 1928, do periódico *O Motorista*, citado por Hardman e Leonardi como de “tendência anarco-sindicalista”.²⁵⁴ Em 1931, o *Centro Internacional* ainda estava atuando, sendo um dos principais – senão um dos últimos – baluartes da FCT: um dos eventos da programação organizada pela *Federação* no 1º de maio daquele ano foi a sessão solene de posse da associação dos choferes.²⁵⁵

Choferes, motoristas e condutores de bondes formavam, junto aos trabalhadores qualificados, os esteios centrais da UGT e posteriormente da FCT. Estas organizações adotavam posições sindicalistas revolucionárias ou mesmo anarquistas, como fica expresso pelos jornais que eram seus porta-vozes (*Jornal do Povo*, *O Semeador* e *A Voz do Trabalhador*), priorizando a ação direta como estratégia de atuação. Os trabalhadores de um outro ramo do mundo do trabalho paraense, também do setor de transportes, apresentavam nesse período um alto grau de organização, embora em perspectivas mais moderadas e reformistas, ou mesmo francamente conservadoras e nacionalistas: trata-se dos trabalhadores da marinha mercante, mais comumente referenciados, à época, como *marítimos*.²⁵⁶

Como não poderia deixar ser, em uma cidade portuária, os trabalhadores marítimos formavam uma das categorias mais numerosas de assalariados em Belém de fins da década de 1910. Segundo o recenseamento de 1920, no que se refere a classificação profissional da população da cidade, 6.014 belemenses foram apontados

²⁵² *ESTATUTOS do Centro Internacional dos Motoristas do Pará*. Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/caixas/caixaestatutos3A/caixa%203A.htm> Consultado em 26/02/2022.

²⁵³ HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, op. cit., p. 313.

²⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁵ “Federação das Classes Trabalhadoras do Pará”. *Guajarina*, Belém, nº 50, 1º maio 1931.

²⁵⁶ Lida parcialmente no momento da escritura final desta dissertação, a tese de Caio Paião – *Os lugares da marinhagem...*, citada anteriormente (e ainda não formalmente disponibilizada) – emerge, desde logo como uma referência importante aos estudos sobre os marítimos na Amazônia, embora seu recorte indique a cidade de Manaus como locus prioritário da ação daquele segmento.

como tendo profissões classificadas na área dos transportes “marítimas e fluviais”.²⁵⁷ Os marítimos tinham dimensão de seu peso numérico, como fica expresso em um artigo assinado por um comandante de embarcações e publicado em um grande diário de Belém, sobre a fundação da *Federação Marítima*, em 1917:

(...) São 5.000 homens que exercem a sua profissão a bordo para manter suas famílias em terra. Demos uma média de três pessoas para a família de cada profissional marítimo e veremos que a família marítima do Pará atinge a 20.000 almas, ou seja, um quinto da população de Belém.²⁵⁸

Embora imprecisos, os números expressam a autoconsciência desses trabalhadores do peso numérico destas categorias. Estes operários se distribuíam em diversas embarcações que circulavam rios acima ou oceano a fora; um memorialista contemporâneo elencou cinco firmas que colocavam Belém em comunicação com o interior do Estado do Pará, com os outros estados brasileiros e com portos localizados em outros países em funcionamento no ano de 1916: a *Lloyd Brasileiro*, a *Booth Line*, a *Hamburg Amerika Line* – com as atividades paralisadas devido à Grande Guerra –, a Companhia de Comércio e Navegação e a *The Amazon River Steam Navigaton Company Limited*.²⁵⁹ Em cada uma das linhas dessas firmas haviam dezenas de trabalhadores marítimos das variadas categorias. Além das firmas de navegação, também haviam vapores particulares que empregavam embarcadiços. De fato, com a inexistência do transporte aéreo e a precariedade do transporte terrestre de longo alcance, as vias marítimas e fluviais se configuravam enquanto principais vias de transporte, tanto de pessoas quanto de mercadorias da e para a cidade de Belém.

No entanto, além do peso numérico, os marítimos também ocupavam um lugar central na dinâmica da vida econômica da capital amazônica, possuindo um poderosíssimo poder de barganha estrutural no local de trabalho. Como operadores dos navios a vapor, os marítimos detinham a capacidade de, literalmente, parar toda a cidade, caso cruzassem seus braços, repetindo no Pará a tendência identificada por Beverly Silver:

Trabalhadores do transporte tiveram, e continuam a ter, um poder de barganha no local de trabalho relativamente grande. Isso fica especialmente claro quando consideramos como local de trabalho toda a rede de distribuição em que estão inseridos. Por isso, a fonte deste poder de barganha se deve menos ao impacto

²⁵⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. 134-137.

²⁵⁸ LOUREIRO, João Baptista. “Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.387, 21 nov. 1917, p. 2.

²⁵⁹ BRAGA, Theodoro. *Guia do estado do Pará*. Belém: Typ. Lauro Sodré, 1916, p. 67-74.

direto de ações sobre os empregadores imediatos (...) do que o impacto sobre o fluxo, de uma ponta a outra, de bens, serviços e pessoas, que não chegariam ao seu destino se houvesse uma paralisação.²⁶⁰

Bem como outras categorias profissionais, os marítimos paraenses já passavam por um processo de organização de associações classistas ou beneficentes desde pelo menos o final do século XIX e inícios do século XX, como fica expresso nas fundações do *Grêmio Sindical dos Maquinistas* do Pará, em 1888; do *Club Naval do Grão-Pará*, em 1891; da *União Beneficente dos Práticos da Amazônia*, em agosto de 1905; e da *União dos Foguistas do Pará*, fundada em 1906, para citar apenas algumas associações ligadas à categorias do ramo.²⁶¹

Também foram produtores e alvos de diversos jornais publicados neste meio tempo: talvez o mais antigo periódico ligado aos trabalhadores deste ramo tenha sido *O Timão*, semanário, “órgão da Classe Marítima”, que veio a lume entre 1897 e 1899; anos depois surgiu a *Gazeta Marítima*, “jornal de publicação semanal, órgão da Classe Marítima, propriedade da Liga Marítima”, cujo primeiro número foi publicado em 26 de janeiro de 1901; outra *Gazeta Marítima*, esta quinzenal e órgão do Clube Naval do Grão Pará, foi publicada entre o final de 1906 e 1907; em 1908 foi a vez de *O Marítimo*, semanal qualificado como “órgão da Classe Marítima da Amazônia” circular pelas ruas de Belém – e talvez pelos rios do Pará – no dia 3 de maio.²⁶² A frequência da publicação de jornais ligados aos trabalhadores do ramo pode ser explicada tanto pelo peso numérico deles quanto pelo fato de que a alfabetização era um requisito para algumas categorias – como práticos, pilotos e comandantes – o que fazia constituía um potencial público leitor que foi aproveitado.

No que tange na conjuntura em tela, os marítimos acompanharam este momento de grande agitação ao unirem suas diversas organizações corporativas específicas na *Federação Marítima do Pará*, instalada oficialmente em outubro de 1917, com a adesão

²⁶⁰ SILVER, B. J. *Forças do trabalho*, op. cit., p. 104.

²⁶¹ Cópias digitalizadas dos estatutos dessas organizações estão disponíveis no site do Centro de Memória da Amazônia: <https://www.cma.ufpa.br/caixas/caixaestatutosIA/estatutosCx1-A.htm> consultado em 18/02/2022.

²⁶² ESTADO DO PARÁ. Biblioteca Pública do Pará. *Jornais Paraoaras*: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985, p. 164; 186; 223; 234; 257. Não foram preservados exemplares da maioria desses jornais, podendo ser conhecidos apenas por catálogos e compêndios ou por notas e anúncios em outros jornais. O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) informa, no catálogo do seu site, que possui os vinte dois primeiros exemplares do *Gazeta Marítima*, publicados entre outubro de 1907 e dezembro de 1908. Já o catálogo de jornais e revistas da Biblioteca Nacional de Portugal menciona os números 2 e 9 do *O Timão*, indicando que alguns exemplares deste periódico podem ter sido preservados na instituição lusitana. Cf. SANTOS, Manuela; RAFAEL, Gina Guedes (org.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Vol. II. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, p. 299.

do *Club Marítimo do Gram-Pará*, do *Club dos Maquinistas*, da *Associação Beneficente dos Práticos da Amazônia*, da *Associação Beneficente dos Marinheiros da Amazônia*, da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas* e da *Sociedade dos Empregados de Câmara*.²⁶³ Em seus estatutos, a *Federação* estabelecia entre os seus fins, além do socorro pecuniário aos sócios em caso de moléstias ou desemprego, a fundação do Hospital da Marinha Mercante do Pará; a criação de aulas noturnas de instrução primária, profissional e militar; a publicação de um boletim que fosse porta-voz dos trabalhadores do ramo; a organização de um serviço de estatística do pessoal marítimo federado e a criação de uma cooperativa médico-farmacêutica para atender os seus associados.²⁶⁴

Os marítimos também se lançaram à imprensa, mas, diferente de outros segmentos do movimento operário no Pará desse momento – que empreenderam a publicação de jornais independentes –, eles optaram pela publicação de um Boletim – o *Boletim da Federação Marítima* –, no interior do *Estado do Pará*, um jornal comercial e diário de grande tiragem e circulação de Belém, ocupando em geral a quarta ou quinta página daquele periódico. Por meio desse boletim, foi possível acompanhar a rotina regular de assembleias das diversas organizações dos marítimos, além das da própria *Federação*. O primeiro número do *Boletim* foi publicado em 11 de outubro de 1918, na edição número 2.708 do *Estado do Pará*, e perdurou por mais de 600 números, pelo menos até a edição 3.258, de 15 de abril de 1920, com isso se configurando como o periódico operário mais longo deste contexto. A opção pela publicação em um jornal da grande imprensa e a concessão do espaço pelo periódico reforçam a ideia de que os marítimos adotavam posições mais moderadas e reformistas.

Além do *Boletim*, eles também levaram a cabo a publicação do *Marítimo*, mencionado em uma carta direcionada para e publicada pela redação do *A Voz do Trabalhador*.²⁶⁵ Talvez fosse o mesmo *Correio Marítimo*, cuja publicação de exemplares fora anunciada mais de uma vez pelo *Estado do Pará*, informando que o periódico era “defensor da classe marítima e de propriedade da Associação B. dos Marinheiros da Amazônia”.²⁶⁶ Em outra ocasião, o diário belemense comentou o conteúdo do *Correio*:

Depois de amanhã circulará mais um número do “Correio Marítimo”, que além de farta colaboração traz a transcrição dos estatutos da Liga Nacionalista do Pará; a chapa provável da nova diretoria da Federação Marítima; o caso do

²⁶³ “Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.340, 5 out. 1917, p. 3.

²⁶⁴ “Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.315, 10 set. 1917, p. 2.

²⁶⁵ “Ao público”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 18, 28 ago. 1920, p. 2-3. Na carta, o remetente critica a redação do *Marítimo* por ter publicado um anúncio da Liga Nacionalista do Pará em suas páginas.

²⁶⁶ “Boletim Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3.270, 27 abr. 1920, p. 5.

vapor Muruzinho; o manifesto da carga do vapor Alves de Carvalho com uma crítica dum caixeiro viajante e os retratos dos vogaes do Conselho Deliberativo da Federação Marítima e que nesse dia se instalará os seus trabalhos com toda a solenidade do estilo.²⁶⁷

A ausência de números preservados nos arquivos ou de outras referências a eles nas folhas diárias ou operárias indica que provavelmente tenham tido vidas efêmeras, tendo publicado poucos números.

A moderação dos marítimos também pode ser atestada pelo reduzido número de greves empreendido por eles, mesmo considerando seu poder de barganha, bem como a não adesão às greves gerais de outubro e novembro de 1918 e de maio de 1919. No próprio estatuto da *Federação*, são colocados muitos obstáculos e condições para declaração ou adesão às greves. Bastante significativo da rejeição da diretoria da *Federação* ao recurso da greve foi a negação de apoio ao *Centro Marítimo União Culinária*, do Rio de Janeiro, quando este iniciou uma greve no segundo semestre de 1920. A recusa argumentava que haviam “contínuas greves desnecessárias”, o que gerou elogios do diário que noticiou o episódio, referindo-se à *Federação* e ao “pensamento conservador que a domina”.²⁶⁸

No entanto, um movimento paredista empreendido por estes trabalhadores foi particularmente importante: a greve de novembro e dezembro de 1917, cuja reivindicação central foi o estabelecimento de uma tabela com o aumento dos soldos para as tripulações das embarcações que navegavam pelos rios da Amazônia, da qual saíram vitoriosos arrancando o acordo dos patrões. A *Federação Marítima* apresentou a tabela aos armadores no dia 22 de novembro, poucas semanas após sua instalação formal, sendo quase imediatamente aceita pela maioria das firmas de transporte marítimo e proprietários de vapores particulares, exceto pela *Amazon River*, fazendo com que os trabalhadores daquela companhia cruzassem os braços.

O conflito foi mediado pela *Associação do Comércio do Pará*, representada pelo seu presidente, o comerciante Francisco Batista de Oliveira, e quase diariamente acompanhado pelo *Estado do Pará* na coluna “*A Federação marítima e os Armadores*”, se estendendo por todo o mês seguinte. Após diversas propostas e contrapropostas da Federação e da *Amazon River*, e com a atuação de Lauro Sodré na arbitragem do conflito, a empresa de vapores aceitou a tabela proposta pela *Federação*, que aumentava os ordenados mensais de algumas categorias e diminuía os de outras.²⁶⁹

²⁶⁷ “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.378, 13 ago. 1920, p. 4.

²⁶⁸ *Estado do Pará*, Belém, nº 3.399, 3 set. 1920, p. 1.

²⁶⁹ O salário dos comandantes foi de 1:062\$500 para 900\$000; dos imediatos de 354\$200 para 350\$00; dos mestres permaneceram em 200\$000; dos escrivães de 300\$000 para 260\$000; dos práticos e primeiros

Após esta grande greve, eles ainda empreenderam alguns outros movimentos paredistas, pequenos e localizados, como a dos foguistas em fevereiro 1918, que paralisaram seus serviços por conta da recusa do maquinista do vapor *Sapucaia* em aceitar os trabalhadores enviados pela *União dos Foguistas* para guarnecer aquela embarcação²⁷⁰ ou a dos foguistas, carvoeiros, moços e marinheiros do vapor *Zé Florêncio*, em abril de 1920²⁷¹, todas debeladas em poucos dias. Em nenhum momento as diretorias da *Federação Marítima* ou das associações federadas aderiram às greves gerais ou de solidariedade à outras categorias lideradas pela UGT e pela FCT. Embora suas diretorias em geral adotassem tons moderados, poderia haver, em suas bases, trabalhadores que adotavam posições mais radicais e próximas ao sindicalismo revolucionário ou ao anarquismo, ou que nutrissem simpatia pela UGT e pela FCT.

A *Federação Marítima* foi uma das mais sólidas, estáveis e longevas organizações classistas naquele momento e atravessou a década seguinte em atividade. No início de 1920, ela ainda inaugurou a Casa de Saúde Marítima, hospital para atender os trabalhadores do ramo e especialmente os associados às organizações filiadas. Logo em seus primeiros meses de funcionamento, ela tratou 161 enfermos e aviou mais de duas mil receitas em sua farmácia, segundo os números oficiais²⁷², funcionando regularmente ao longo de toda a década de 1920, por vezes recebendo verbas do governo estadual.

EMPREGADOS NO COMÉRCIO

Como uma cidade eminentemente portuária e comercial, era de supor que Belém tivesse uma parcela significativa de seus trabalhadores empregados no comércio, fosse a varejo ou a retalho, e de fato, segundo o recenseamento geral de 1920, cerca de 10.583 habitantes da cidade foram classificados como tendo profissões enquadradas no “comércio propriamente dito” – além de 386 empregados em “bancos, câmbio, seguro,

maquinistas de 425\$000 para 440\$000; dos segundos maquinistas de 318\$000 para 338\$000; dos terceiros maquinistas de 290\$000 para 300\$000; dos marinheiros de 80\$000 para 100\$000; dos moços de 65\$000 para 75\$000; dos despenseiros de 300\$000 para 260\$000; dos foguistas de 120\$000 para 130\$000; dos carvoeiros de 70\$000 para 80\$000; dos primeiros e segundos cozinheiros de 200\$000 e 100\$000 para 180\$00 e 90\$000, respectivamente; dos copeiros e padeiros permaneceram com 70\$000; e dos criados permaneceu em 45\$000. “A Federação Marítima e os armadores”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.417, 21 dez. 1917, p. 2.

²⁷⁰ “Início de greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.483, 26 fev. 1918, p. 1; “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.484, 27 fev. 1918, p. 4.

²⁷¹ “A greve a bordo do Zéflorêncio”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.269, 26 abr. 1920, p. 1.

²⁷² ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1920, pelo Governador Lauro Sodré*. Pará [Belém]: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920, p. 54.

comissões, etc.” e 657 em “outras espécies de comércio” – o que qualifica os comerciários, também denominados a época como caixeiros, como uma das categorias mais numerosas da cidade.

No caso dos caixeiros, haviam várias situações que dificultavam a forja de uma identidade de classe e a interposição de outras identidades, pois como menciona Fabiane Popinigis, os empregados do comércio construíram “sua luta política em torno de uma identidade de classe, mas subdivididos em categorias específicas, porque muito diferente na função, na hierarquia, nas escolhas de lazer e na sociabilidade”.²⁷³ Conforme Edilza Fontes, os proprietários dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais belemenses tinham preferência por menores de idade e, caso fossem portugueses, por patrícios no momento da “contratação” de seus empregados.²⁷⁴ Esses fatores facilitavam o estabelecimento de relações paternalistas entre patrões e trabalhadores, além de estimularem outras formas de identidade (de parentesco, de rede de clientela ou de nacionalidade) o que era um entrave, não absoluto, mas certamente poderoso, para a expressão das tensões sociais e sua vazão por meio de greves e sindicatos. A perspectiva alimentada por muitos caixeiros de ascensão social a se tornarem eles próprios proprietários de comércios era outro fator nesse sentido.

Mesmo no momento de maior agitação operária nos anos finais da década de 1910, não foram encontradas evidências de nenhum movimento grevista empreendido pelos trabalhadores comerciais, nem seu apoio/solidariedade aos movimentos paredistas de outras categorias. Apesar de dificilmente empreenderem greves, os caixeiros se expressaram por meio de outras instituições classistas, à exemplo das associações beneficentes e sindicatos, bem como se utilizaram de outras formas de ação no embate ou nas negociações com seus contratantes.

Com efeito, desde o final do século XIX os comerciários criaram instituições vinculadas à categoria e expressavam sua identidade enquanto classe, principalmente por meio da imprensa operária, já que no espaço de pouco mais de uma década eles fizeram publicar pelo menos três periódicos: *O Caixeiro* (1888), *A Voz do Caixeiro* (1890-1892) e *O Empregado no Comércio* (1899). Em 1905 foi fundada a *Associação dos Empregados no Comércio do Pará* (AECPC)²⁷⁵, de caráter mutualista e que teve uma existência bem

²⁷³ POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 23.

²⁷⁴ FONTES, E. *Preferem-se portugueses(as)*, op. cit., p. 124-127.

²⁷⁵ *ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio do Pará*. Centro de Memória da Amazônia, caixa 3-A, estante L2, disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html>. consultado em 15 fev. 2022.

longeva e estável, não apenas prestando auxílios pecuniários aos seus sócios, como também organizando eventos culturais como peças teatrais e festivais para a arrecadação de fundos.

Na conjuntura em tela, a AECP continuou em funcionamento e surgiram outras duas associações que pretendiam congregiar os trabalhadores da categoria: a *Sociedade Phenix Caixeiral*, de tendência mais moderada e reformista, fundada em 1917, e a *União do Empregados do Comércio do Pará* (UECP), próxima ao sindicalismo revolucionário e aderente à FCT, fundada em 7 de abril de 1919 e que travou disputas pela grande imprensa diária em prol do cumprimento da lei de descanso dominical, reivindicando sua ampliação aos empregados das farmácias e dos botequins.²⁷⁶

A existência de múltiplas organizações da categoria foi motivada não apenas pelo seu peso numérico, como também pela existência de projetos políticos e sociais diferenciados no seio dos seus integrantes. Por vezes, essas tensões transpareciam por meio da imprensa operária, como em meados de 1919, quando membros da UECP foram a público criticar *Phenix Caixeiral* por ter excluído os empregados em tabernas e botequins de um memorial que encaminharam à *Associação Comercial* em que solicitavam a redução e regulamentação das horas de trabalho, além de afirmarem que esta organização não representava legitimamente os empregados no comércio já que suas fileiras contavam com patrões e gerentes comerciais.²⁷⁷

Um ponto que parece ter sido comum entre todas elas foi a valorização da educação formal (grosso modo, a alfabetização) e a criação de instituições educacionais para os associados e seus filhos. A *Sociedade Phenix Caixeiral Paraense*, por exemplo, previa no artigo terceiro de seus estatutos a manutenção de um curso comercial, detalhando as disciplinas que seriam ministradas: português, francês, inglês, aritmética, escrituração mercantil e contabilidade comercial, além de uma aula de música, prevista em seu artigo quarto.²⁷⁸ O fato de que saber ler e escrever era um pré-requisito para o exercício deste ofício pode ser um fator que explique o interesse dos caixeiros pela escolaridade.

Os estatutos da *Associação dos Empregados no Comércio do Pará* estabeleciam que um dos seus objetivos era “instituir para os filhos dos mesmos [isto é, dos seus

²⁷⁶ “Da União dos Empregados no Comércio do Pará”. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*, Rio de Janeiro, nº 1, agosto de 1920, p. 12-13

²⁷⁷ “Protesto à Phenix Caixeiral”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 jun. 1919, p. 3.

²⁷⁸ *ESTATUTOS da Sociedade Phenix Caixeiral*. Belém: Typographia Gutemberg, 1917, p. 3.

associados], menores de doze anos, aulas de ensino elementar e um curso comercial”.²⁷⁹ A iniciativa parece ter prosperado, já que em 1911 o *Almanak Laemmert* informou que ela mantinha “um curso completo de comércio, regido por profissionais competentes”.²⁸⁰ Esta foi, muito provavelmente, a instituição educacional criada por uma organização de trabalhadores mais estável e longeva de Belém: na década de 1920, o *Almanak Laemmert* publicizou que “a Associação mantém a Faculdade Livre de Estudos Comerciais, moldada pelo programma das Escolas oficiais desse ensino”.²⁸¹ Neste caso, além da educação formal, também se fez esforço pelo ensino profissional, revelando a intenção da organização em estabelecer um controle sobre quem poderia exercer o ofício.

Já a *União dos Empregados no Comércio* também manteve uma instituição educacional. Pode-se conhecer alguns aspectos dessa escola por meio de uma polêmica travado por meio do *Estado do Pará*, iniciado por uma carta publicada pela redação deste diário, assinada pelo pseudônimo *Anthúlio*, um suposto ex-membro da UECP, onde se propunha o combate, por meio da imprensa e da polícia, aos militantes anarquistas que atuavam na cidade. O autor se referia à *União* nos seguintes termos:

(...) outra cousa não é que um centro de anarchistas, com escolas organizadas para instruírem os palermas que não tem ainda a noção do que seja a igualdade e fraternidade lá deles. Ali a polícia encontraria somente livros e folhetos que pregam a anarchia, sendo o seu principal professor um tal de Nazareth que sua em bicas para meter na cabeça dos babaquaras as doutrinas de Lenine.²⁸²

O caixeiro anarquista Fernando da Costa Baptista Nazareth, citado no texto anterior, respondeu aos ataques de *Anthúlio* nas páginas do mesmo periódico, por meio de uma carta aberta. Nela, Nazareth expôs que os compêndios utilizados na escola eram a *Cartilha Maternal*, de João de Deus, o livro de leitura de Olavo Bilac e M. Bonfim e a *Gramática* de Paulino de Britto. Revelou ainda que a escola possuía oito professores, sendo “alguns católicos, outros livre-pensadores, patriotas, anti-patriotas, na certeza, porém, que todos guardam sua maneira de pensar”, sendo frequentada por “indivíduos de diversas nacionalidades, cores, religiões” e, ainda segundo Nazareth, seguia o lema:

Instruir, instruir e sempre instruir, de acordo coma Ciência e a Razão, fora de preconceitos religiosos, sociais de que infelizmente o mundo está cheio. Ensinamos o Amor que ampara o desgraçado, que protege os famintos,

²⁷⁹ *ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio do Pará*. Centro de Memória da Amazônia, caixa 3-A, estante L2, disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html>. consultado em 15 fev. 2022.

²⁸⁰ *ANNUÁRIO Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Distrito Federal e Indicador 1911-1912*. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1911, p. 3.280.

²⁸¹ *ANNUÁRIO Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Distrito Federal*. Vol. III. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1926, p. 741.

²⁸² “O anarchismo em Belém”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.134, 13 dez. 1919, p. 2.

combatemos sistematicamente o analfabetismo, ensinamos, enfim, a Verdade à Luz da Ciência e da Razão.²⁸³

No relatório enviado pela UECP à Comissão Executiva do Terceiro Congresso, seus assinantes – dentre os quais o próprio Fernando Nazaré – informaram que ela foi fundada em 7 de abril de 1919 e que “em sua sede deu guarida [...] a uma escola de educação racional para os ajudar na sua obra de alevantamento dos trabalhadores”.²⁸⁴

Tal escola provavelmente foi dissolvida em meados de 1920, junto com a organização que a mantinha. Em meados do mesmo ano, seus antigos associados articularam a fundação da *Aliança dos Empregados no Comércio e Indústria do Pará*, de tendência sindicalista revolucionária e inspirada em uma homônima carioca, que também prometia lutar pelo cumprimento da lei municipal de descanso semanal e pela redução da jornada de trabalho, que segundo sua comissão provisória chegava de 14 a 16 horas diárias.²⁸⁵ Percebe-se por parte dos sindicalistas revolucionários da agremiação a tentativa de congregarem não apenas os trabalhadores de comércios propriamente ditos, mas de incluir os trabalhadores de farmácia, de botequins e os balconistas de estabelecimentos industriais, conforme o estatuto da organização carioca que serviu de base para a paraense e o convite estendido aos segmentos mencionados.

Dois militantes da categoria se destacaram, sendo encontrados de forma muito recorrente, assinando artigos na imprensa operária: o já mencionado Fernando Nazaré (as vezes grafado como Nazareth) e o também português Mário Pereira Amador. Menos como organizadores sindicais ou como coordenadores de greves, a atuação desses dois sujeitos se deu mais nos campos propagandístico e intelectual.

Fernando Nazaré foi um dos mais profícuos oradores das manifestações operárias, proferindo diversas palestras e conferências, como a intitulada “Anatomia social”, no Teatro da Paz, na ocasião do 1º de maio de 1919, onde procurou dissecar a estrutura social do capitalismo.²⁸⁶ Outra conferência, intitulada “Pela verdade e pela ciência”, no comício organizado pelo grupo *Os Semeadores* em setembro do mesmo ano, onde assumiu um viés racionalista.²⁸⁷ Ou ainda a intitulada “Instruir, eis o problema”, proferida na inauguração da Escola de Educação Racional Francisco Ferrer, em outubro de 1919,

²⁸³ “Contra o anarquismo”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.135, 14 dez. 1919, p. 2.

²⁸⁴ “Da União dos Empregados no Comércio do Pará”. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*, Rio de Janeiro, nº 1, agosto de 1920, p. 12-13.

²⁸⁵ “Aos empregados no comércio e indústria”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 6, 5 jun. 1920, p. 3; “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 9, 26 jun. 1920, p. 3-4.

²⁸⁶ Publicada em *O Semeador*, Belém, nº 4 e 5, 21 maio e 14 jun. 1919.

²⁸⁷ *O Semeador*, Belém, nº 19, 20 e 22; 27 set. a 18 out. 1919.

fazendo a propaganda da educação como tática do movimento.²⁸⁸ Todas foram transcritas integralmente em *O Semeador*. Já Mário Pereira Amador foi um assíduo colaborador da imprensa operária, escrevendo tanto em prosa, com seus artigos e editoriais, quanto em verso, publicando várias poesias nas folhas operárias.

* * *

Os *Mundos do Trabalho* da cidade das mangueiras eram muito variados e seus trabalhadores estavam submetidos a condições e relações de labuta igualmente heterogêneas, em seus vários espaços de labor: dos canteiros de obras espalhados pela cidade às oficinas, manufaturas e fábricas, passando pelos veículos urbanos (automóveis individuais ou bondes elétricos coletivos) ou nas embarcações rio acima ou oceano a fora, sem falar dos diversos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços e das próprias ruas de Belém.

Qualificados ou “não qualificados”, eles possuíam salários desiguais, as durações das suas jornadas de trabalhos poderiam variar, mesmo que todas extensas (certamente era difícil encontra quem trabalhasse menos de 12 horas) e poderiam ser remunerados por salários diários, semanais, mensais ou pagos por peças ou por empreitada. Mas, apesar de toda essa diversidade, uma parte significativa desses trabalhadores se sentiu enquanto pertencente a classe operária e eles agiram seguindo esse sentimento, superando seus interesses corporativos e demonstrando solidariedade e unidade com outras categorias em diversos momentos ao longo daqueles anos.

No entanto, a maior parte dessas categorias profissionais tinha outra característica em comum: sua composição de gênero, majoritariamente masculina. Apelando novamente para os números do censo, eles indicam que a totalidade dos 4.216 belenenses classificados na “indústria de edificação”, 6.006 dos 6.014 empregados nos transportes marítimos, 2.497 dos 2.505 nos transportes terrestres e aéreos, além dos 10.351 dos 10.583 no “comércio propriamente dito” eram homens.²⁸⁹ Esses *Mundos do Trabalho* eram majoritariamente masculinos, o que não era uma característica exclusiva de Belém.

Onde estava a outra metade da classe operária neste contexto? É precisamente esta questão que será discutida no capítulo a seguir.

²⁸⁸ *O Semeador*, Belém, nº 30, 13 dez. 1919, p. 4.

²⁸⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. 134-137.

Capítulo 3

Trabalhadoras em movimento: Mulheres no movimento operário belenense

*Alguém ouviu falar na parede das lavadeiras?
E assim se escreve a história...*²⁹⁰

A frase que serve de epígrafe a este capítulo foi pronunciada por um articulista anônimo do jornal *Estado do Pará* interessado em desmentir um telegrama enviado do Pará e publicado pelos jornais cariocas *Correio da Noite* e *O Paiz* que noticiava a preparação de uma greve de lavadeiras em Belém nas primeiras semanas do ano de 1913, supostamente “por ter a Intendência mandado uma carroça arrecadar as roupas estendidas ao sol, nos arrabaldes da cidade”. Não há informações outras sobre o assunto o que torna possível que a informação não tenha passado de boato ou de uma simples ameaça de greve, como tantas outras que foram feitas pelos trabalhadores da cidade ao longo da Primeira República, mas que jamais se concretizaram.

A epígrafe também é representativa da invisibilidade que pairava, e continua a pairar em alguma medida, sobre as mulheres na História, conforme já apontou Michelle Perrot. Nas palavras da historiadora francesa, “da História, muitas vezes a mulher é excluída” e “os campos que [os historiadores] abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. (...) privilegia as classes e negligencia os sexos”. Essa invisibilidade ocorria, em grande medida, porque os materiais que os pesquisadores se utilizam para escrevê-la são em sua maioria produzido por homens que possuíam o quase monopólio do texto e das coisas públicas. Ainda de acordo com Perrot, mesmo mulheres militantes têm dificuldades em “se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes”²⁹¹.

Felizmente, da publicação da primeira edição deste texto – e em alguma medida por causa dele – aos dias atuais, o panorama historiográfico se tornou diferente, já que os historiadores – e em especial, as historiadoras – passaram a atentar mais para o recorte de gênero. Ancorando-se em obra mais recente de Michele Perrot, Gláucia Fraccaro lembra que “no mundo do trabalho, a categoria ‘gênero’ parece mais pertinente e eficaz em todas

²⁹⁰ *Estado do Pará*, Belém, nº 656, 26 jan. 1913, p. 2.

²⁹¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 185-186.

as suas dimensões”.²⁹² Seja como for, nunca é demais lembrar, em um estudo de história social do trabalho, a chamada de atenção há muito protagonizada por Elizabeth Souza-Lobo, no sentido de que *a classe operária tem dois sexos*.²⁹³

Ao se analisar o movimento operário paraense da década 1911-1920, é necessário assinalar que ele, em suas organizações formais, era composto majoritariamente por homens, sendo eles também que ocupavam a esmagadora maioria dos cargos das diretorias dos diversos sindicatos e associações operárias de Belém. Nos estatutos destas organizações, eram frequentes artigos que indicavam a aceitação de associados independentemente “de cor, nacionalidade, religião ou credo político”, mas a maioria não mencionava a questão do gênero de seus membros. Os homens também eram os principais responsáveis pela produção e publicação dos jornais operários, bem como eram a maioria dos oradores nas manifestações públicas de greves e comícios contra a carestia ou outra demanda operária. Esta não foi, aliás, uma característica exclusiva do estado do Pará, já que conforme assinalado por Cláudio Batalha:

No que diz respeito à dimensão masculina da classe operária, de fato na Primeira República prevalecem os homens no trabalho manufatureiro e industrial. Entretanto, a mão de obra feminina foi muito significativa em ramos como o têxtil e o de vestuário, chegando a ser majoritária em alguns lugares. *De qualquer modo, o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária — suas organizações.*²⁹⁴

Isso não quer dizer, todavia, que não tenha havido participação ativa de mulheres no movimento, já que, também em Belém, a classe operária tinha dois sexos. Embora o movimento operário fosse, como mencionado, majoritariamente masculino, não o era exclusivamente, de forma que foi possível encontrar também integrantes do gênero feminino nas greves, nos comícios e em eventos públicos da capital paraense, como demonstra uma matéria publicada no *Estado do Pará* sobre as manifestações do dia dos trabalhadores em 1919:

²⁹² FRACCARO, Gláucia. Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 15.

²⁹³ SOUZA-LOBO, Elizabeth. *a classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*; São Paulo: Brasiliense, 1991.

²⁹⁴ BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva, op. cit., p. 165. (grifo nosso). Referindo-se ao contexto norte americano do final do século XIX, Angela Davis, encontrou situação similar: “No interior do movimento operário, entretanto, a influência da supremacia masculina era tão forte que apenas as categorias dos produtores de cigarro e dos gráficos abriam suas portas para as mulheres”. DAVIS, Angela. Mulheres trabalhadoras, mulheres negras e a história do movimento sufragista. In: *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 143.

As comemorações efetuadas ontem nesta capital pelo operariado em homenagem ao 1º de maio, data esta que lhe é tão cara, revestiram-se de imponência que avultou pela ordem geral.

Homens e mulheres, moços e velhos, tomaram parte nas festas, vibrando em todos eles contentamento e alegria.

Durante o dia e parte da noite a *classe proletária de ambos os sexos* percorria as ruas em demonstração de jubilo, a que prestaram solidariedade o governo, o comércio, os industriais e *todas as classes trabalhadoras de ambos os sexos*.²⁹⁵ (grifos nossos)

Como é possível perceber, não deixa de ser, no mínimo, curiosa certa ênfase dada a essa dimensão na matéria. Seja como for, o objetivo deste capítulo é resgatar a atuação das mulheres no movimento operário belenense deste período em suas manifestações mais características: nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária, procurando evidenciar suas possibilidades de ação, assim como os entraves que elas enfrentavam mesmo no interior de movimentos que diziam defender os seus direitos.

AS MULHERES NOS MUNDOS DO TRABALHO BELEMENSES: BREVE PANORAMA

No que tange às possibilidades de emprego para as mulheres em Belém de fins da década de 1910, elas poderiam ocupar os postos de trabalhos de forma majoritária em várias categorias: cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, passadeiras, vendedoras ambulantes, tacacazeiras, empregadas domésticas, prostitutas, enfermeiras, professoras, dentre outras. Na classificação dos habitantes de Belém segundo profissões, realizada pela Diretoria Geral de Estatística em 1920, as categorias com maior número de mulheres foram a indústria de “vestuário e toucador”, que empregava 7.281 operárias; o “serviço doméstico”, com 5.169 trabalhadoras; a “agricultura, etc.”, com 4.002; e o “magistério”, que empregava 1.083 professoras. Em outros ramos da indústria, como na alimentação, cerâmica e produtos químicos, elas somavam 218. Nos transportes, 66; sendo 50 em “marítimos e fluviais” e apenas 16 nos “terrestres e aéreos” e nos correios. Já nas diversas modalidades de comércio, representavam 307, cuja maioria (232) foi classificada em “outras espécies de comércio” – o que provavelmente representava o comércio ambulante ou em pequenas bancas.²⁹⁶

Quanto à última categoria mencionada, Michele Perrot já havia chamado a atenção para a presença relevante das mulheres no pequeno comércio em Paris da virada do oitocentos para o novecentos.²⁹⁷ No Brasil e sobre o Brasil a literatura historiográfica

²⁹⁵ “As festas do Trabalho”. *Estado do Pará*, Belém, n° 2910, 2 maio 1919, p. 1. Grifos nossos.

²⁹⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. 134-137

²⁹⁷ PERROT, M. *Os excluídos da história*, op. cit., p. 201, 216.

também é grande e consistente desde as abordagens pioneiras de Maria Odila Leite da Silva Dias²⁹⁸ e de June Hahner. Esta, sempre atenta a fragilidade dos dados censitários do fim do Império (1892), chamava a atenção para a forte dimensão cambiante existente no trabalho informal, e em especial nos desenvolvidos por mulheres. Assim, foi comum, diz ela, que “As vendedoras ambulantes as vezes trabalhavam em tempo parcial, quando terminavam as tarefas domésticas”.²⁹⁹

Nas ruas de Belém também se podia encontrar mulheres vendedoras de alimentos ou pequenos objetos. O escritor Abguar Bastos, descrevendo os mundos do trabalho de Belém no auge do ciclo da borracha em seu romance *Terra de Icamiba*, mencionou algumas mulheres que poderiam ser encontradas nas ruas da cidade desde a madrugada. Além das “barbadianas desnalgadas” que serviam de amas,

As mulatas fazem o comércio de cheiro, cuja nomenclatura é farta: priprioica, patichuli, casca preciosa, pau-d’Angola, macaca-puranga. Em junho, mês do santo João, é a japana, a manjerona, o mucuracaá, o cipó catinga, o trevo, o manjeriço, a pataqueira, o cumaru, a oriza, a baunilha. Passam a mulher do mingau de milho, açai da Ilha das Onças, do tacacá fervido com mandioca da Pedreira; o pequeno que apregoa a canjica; ranchos de raparigas com santos, de massa ou de pau, nas salvas, pedindo esmolhas para as ladainhas; (...) ciganas, com saias ramalhudas e coloridas, lendo a sorte nas mãos dos transeuntes (...).³⁰⁰

Os números do censo não podem, todavia, ser tomados como reflexos fiéis da realidade, pois podem comportar erros, imprecisões, elementos não incluídos e critérios questionáveis. A presença de algumas dezenas ou centenas de prostitutas em Belém, embora não indicada pelos números do censo, pode ser muito facilmente proposta e deduzida, já que desde a escravidão havia se alastrado no país como uma forma de ganho a que se lançavam mulheres pobres ou a que se impunha a escravas.³⁰¹

Por outro lado, as cerca de 58.304 mulheres maiores de 15 anos classificadas como “profissão não declarada e sem profissão” dão a dimensão da exclusão do gênero feminino no mercado de trabalho formal e público, sendo este contingente muito provavelmente formado em sua maioria por donas de casa, embora estas também pudessem labutar intermitentemente para complementar a renda da família.

Dentre as categorias profissionais com maior presença de mulheres, segundo o recenseamento de 1920, as operárias das indústrias foram as mais ativas no que tange aos

²⁹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²⁹⁹ HAHNER, J. E. *Pobreza e política*, op. cit., p. 32.

³⁰⁰ BASTOS, Abguar. *Terra de icamiaba*: romance da Amazônia. Manaus: EDUA, 1997, p. 17.

³⁰¹ HAHNER, J. E. *Pobreza e política*, op. cit., p. 56.

movimentos paredistas e à vida associativa. O que é compreensível se forem analisadas as outras categorias com forte presença feminina. Por um lado, as professoras – embora fossem assalariadas – pertenciam às franjas de classe, entre a classe trabalhadora e os segmentos médios urbanos. Na condição de alfabetizadas e formalmente educadas, grande parte delas poderia ser oriunda de famílias das classes médias ou mesmo das elites paraenses. Mesmo as de origens mais humildes poderiam encarar o magistério como uma forma de ascensão socioeconômica e de conquista de distinção social. Nesse sentido, as professoras tinham uma “respeitabilidade social” – reforçada por exercerem um trabalho intelectual – que as desestimulavam de participar dos movimentos dos trabalhadores manuais urbanos e mesmo de se identificar com eles.

No recenseamento, a categoria de “agricultura, etc.” não especifica se as mulheres ali computadas eram trabalhadoras assalariadas, pagas por empreitada, posseiras ou mesmo pequenas proprietárias que produziam para subsistência e/ou para vender os excedentes; talvez incluísse todas essas situações. Também pode ter incluído trabalhadoras sazonais, que circulavam entre os meios rurais e urbanos, trabalhando nas plantações e se estabelecendo na cidade nas entressafras.

Já as trabalhadoras domésticas, embora numerosas na capital paraense, estavam submetidas a uma disciplina e uma cobrança para que fossem “morigeradas”, tendo seu comportamento fora do local de trabalho fiscalizado pelos patrões, principalmente em relação a vida social e sexual e às formas de lazer e sociabilidade, mas que também incluía a condenação à participação delas nos movimentos de contestação social e nas organizações classistas.

Não se deve supor que tal tipo de fiscalização e controle da conduta da mulher trabalhadora estivesse restrita aos interesses patronais, uma vez que a submissão feminina estabelecida em norma costumeira pelo patriarcado era exercida também no âmbito da casa e da família, onde o pai, o marido, irmãos – e até mesmo filhos – assumia posições de rígida tutela, com o argumento da proteção da honra feminina e familiar. Em importante trabalho, Margareth Rago, com o foco no período que serve de base a esse estudo, chamava a atenção para a contínua associação que se fazia entre a figura da mulher trabalhadora e a moral social. Para ela:

No discurso de diversos setores sociais, destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. Nas denúncias dos operários militantes, dos médicos higienistas, dos juristas, dos jornalistas, das feministas a fábrica é

descrita como “antro da perdição”, “bordel” ou “lupanar”, enquanto trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva indefesa.³⁰²

Seja como for, a divisão das domésticas em unidades de trabalho restritas – as casas dos patrões – dificultava o contato direto entre elas, o que era acentuado pelo fato de que uma parte delas residia na casa dos empregadores. Essa característica dificultava sobremaneira a organização de associações e sindicatos da categoria, assim como a preparação e deflagração de greves. Isso não significa, no entanto, que, no cotidiano das relações, as domésticas não empreendessem atos de resistência ao domínio dos patrões, muito embora de forma individual.³⁰³

PRESENÇA FEMININA NAS GREVES E NOS SINDICATOS

Diferente das outras categorias profissionais em que a presença feminina era muito forte ou majoritária, as empregadas em fábricas de Belém concentravam-se às dezenas ou às centenas em estabelecimentos industriais, que preferiam essa força de trabalho, já que, em regra, seus salários eram – assim como os dos menores de idade – mais baixos do que o dos trabalhadores masculinos. São exemplos de indústria que se utilizavam da mão de obra feminina em larga escala a *Fábrica Palmeira*, fundada em 1892 e localizada na então rua Paes de Carvalho, que produzia doces, biscoitos e produtos alimentícios – em 1923, contava com 54 operários e 35 máquinas;³⁰⁴ a *Fábrica de cordas Perseverança*, reinaugurada em 1912, quando contava com cerca de “180 operários, entre homens, mulheres e crianças;”³⁰⁵ a *Fábrica de Roupas Aliança*, uma das maiores da cidade, localizada rua de Santo Antônio, nº 83-A, que ocupava em 1918 cerca de 400 “operários e operárias externas e internas”, e a *Fábrica de fumos Girafa* – localizada na rua da Indústria, 81 –, que neste mesmo ano empregava algo em torno de 200 operárias e 50 operários.³⁰⁶ Premidas por ambientes insalubres, salários de miséria, autoritarismo dos patrões e capatazes, estas trabalhadoras fabris também estiveram nas agitações trabalhistas que sacudiram Belém naquele final de década de 1910.

³⁰² RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Editora UNESP, 2001, p. 585.

³⁰³ Um bom estudo que aborda as trabalhadoras domésticas belenenses, seja em suas condições de trabalho seja em suas formas de resistência, em um contexto um pouco anterior ao abordado aqui é: LOBO, Marcelo Ferreira. O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs). *Trabalho, democracia e direitos*. Vol. 1: trabalho livre e escravizado. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. P. 359-388.

³⁰⁴ *BELÉM de todas as épocas*. s/d. p. 320-321.

Disponível em: <https://issuu.com/belemdasepoca/docs/belemdetodasepoca/189>. Consultado em 26 abr. 2021.

³⁰⁵ “Fábrica Perseverança”. *Estado do Pará*, Belém, nº 370, 15 abr. 1912, p. 1.

³⁰⁶ “A grande exposição comercial e industrial promovida pelo Grêmio Literário Comercial Português”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2506, 22 mar. 1918, p. 3.

É interessante notar que, dos segmentos mais atuantes no movimento operário belemense desta conjuntura, estas trabalhadoras eram as únicas que poderiam ser enquadradas na visão tradicional e restrita de proletariado, isto é na de trabalhadores fabris, assalariados e concentrados em grandes números nas unidades produtivas. O protagonismo das operárias fabris nas agitações operárias desta conjuntura pode ser verificado em todas as regiões do país, como em São Paulo³⁰⁷, onde as mulheres tinham grande força numérica no interior do proletariado, ou mesmo em Manaus, onde o contingente feminino nas poucas fábricas (e nas muitas oficinas) era bem menor. Mesmo ali, numa capital amazônica em meio à floresta, as operárias da *Fábrica de Roupas Amazonense* entabularam uma sequência de greves no início década de 1910.³⁰⁸ Apesar de terem antecedentes de organização e atuação em movimentos trabalhistas, foi na conjuntura em tela que as trabalhadoras industriais de Belém entabularam com maior frequência movimentos paredistas.

Em agosto de 1918, o *Jornal do Povo* noticiou em um pequeno artigo que algumas operárias da *Palmeira*, “coagidas pelas exigências de seus usurpadores patrões, querendo obrigá-las a trabalhar quase todo o dia dentro de uma estufa, onde o calor é demasiadamente asfixiante, revoltaram-se e declaram-se em greve”. A reação patronal foi rápida e impiedosa, dispensando todas elas da fábrica imediatamente e substituí-as por fura-greves, dessa forma sufocando o protesto. A mesma matéria ainda afirmou que os patrões pagavam 9\$000 por semana às trabalhadoras, justificando a quantia insignificante – basta compará-la com os números já expostos na tabela 5– pelo fato de darem às empregadas café com pão e doces para a merenda.³⁰⁹

Infelizmente, não foram encontradas outras referências sobre esta greve, mas parece importante ressaltar o fato de o estopim deste movimento ter sido a condição escorchante e insalubridade do ambiente de labuta. Mas o artigo também informa que os baixos salários das trabalhadoras e as condições de trabalho aos quais elas estavam submetidas eram muito parecidas com aquelas que José Ivanilson da Luz Rodrigues se

³⁰⁷ FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73-90, 2017.

³⁰⁸ PINHEIRO, L. B. S. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*, op. cit., p. 160-172.

³⁰⁹ “A greve das operárias da Fábrica Palmeira”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 16, 17 ago. 1918, p. 2.

deparou ao estudar as condições de trabalho femininas em Belém do Pará na primeira metade da década de 1930.³¹⁰

Em 27 de setembro de 1918, cerca de duzentas e cinquenta trabalhadoras costureiras, engomadeiras e pregadeiras da *Fábrica de Roupas Alliança* entraram em greve, reivindicando aumento salarial.³¹¹ No dia seguinte ao início da greve, as grevistas ocuparam os arredores das fábricas, tentando convencer as companheiras que ainda estavam trabalhando a aderirem ao movimento; a UGT interviu em apoio as trabalhadoras e organizou uma tabela de pagamentos a ser apresentada aos donos da fábrica.³¹² No terceiro dia de greve, as operárias se reuniram na sede da UGT para discutirem a tabela de preços a ser reivindicada e, no mesmo dia, apresentaram aos patrões; o *Estado do Pará* ainda apontou que nesta reunião “estiveram presentes, além das operárias, várias pessoas pertencentes a outras classes trabalhadoras”.³¹³

No início de outubro o movimento continuou, com as trabalhadoras em greve fazendo “guarda pelas imediações da fábrica com o fim de impedir que algumas operárias voltem ao trabalho”; em paralelo, a repressão também se intensificou: o *Estado do Pará* noticiou que cerca de 60 operárias foram detidas pelos agentes da polícia e, sem mais detalhes, afirma que “a grevista Graciana Santos deu explicações às autoridades”.³¹⁴ A ausência de referências posteriores indica que provavelmente a repressão sufocou o movimento.

Algumas semanas depois, as costureiras voltariam a paralisar o trabalho em apoio aos trabalhadores da *Pará Elétric*, na ocasião da greve geral de outubro de 1918. Antes de aderirem formalmente à greve, elas já atuavam na mobilização de solidariedade, condenando, de forma jocosa, os fura-greves. Um articulista do jornal *Estado do Pará* relatou que: “Ante-hontem [dia 9/10/18], à tarde, na avenida 15 de agosto, um grupo de costureiras vaiou o motorneiro e o condutor de um [bonde] elétrico, a quem mandaram vestir saias, por não terem os mesmos aderido aos seus companheiros de classe.”³¹⁵

O escárnio das trabalhadoras sobre seus companheiros também era uma prática comum nos movimentos classistas na França, entre o final do século XIX e o início do

³¹⁰ RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O labor feminino do lar à fábrica: lutas, práticas e representação social*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015, p. 51-74.

³¹¹ “Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.695, 28 set. 1918, p. 1.

³¹² “Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.696, 29 set. 1918, p. 1.

³¹³ “A Greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2697, 30 set. 1918, p. 2.

³¹⁴ “Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.699, 2 out. 1918, p. 2.

³¹⁵ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da Pará Elétric”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.708, 11 out. 1918, p. 1.

XX, conforme afirmou Perrot em “Inversão, derrisão: armas clássicas das mulheres”.³¹⁶ Essa característica pode ser encontrada em outros contextos brasileiros, como em Santos, onde em uma greve dos portuários em 1920 as esposas dos grevistas quiseram obrigar os fura-greves a comerem capim, por considera-los animais subservientes.³¹⁷

Alguns dias depois, o *Estado do Pará* anunciou que “As operárias costureiras da *Fábrica Alliança*, à rua Gaspar Vianna, em número de 150, abandonaram o serviço, solidárias com os motorneiros e conductores”. Além delas, os trabalhadores da *Fábrica Proença*, da fábrica de cordas e da *fábrica Girafa*, todos estabelecimentos que possuíam mulheres em seus quadros de funcionários, também se manifestaram, paralisando o serviço em solidariedade aos motoristas e condutores, o que indica que algumas operárias dessas fábricas também o fizeram.³¹⁸

No grande *meeting* do dia 15 de outubro, realizado na Praça da República em apoio aos trabalhadores da *Pará Eletric*, “falaram a propósito da greve vários oradores e duas costureiras da fábrica Alliança”. Em seguida, logo “após o *meeting*, os grevistas, em número aproximado de 3 mil com mais crianças e mulheres, perfazendo um número de 5.000 manifestantes, encaminharam-se em direção ao Palácio do Governo para falarem com o governador Lauro Sodré”. Algumas telefonistas também pretenderam acompanhar o movimento, alegando a má remuneração por um trabalho exaustivo.³¹⁹

Na mesma ocasião, o governador do estado, Lauro Sodré, recebeu uma comissão com representantes das várias categorias em greve para discutir as reivindicações dos motoristas e condutores, cujos membros incluíam Isabel Vieira da Silva, representando as costureiras, e Philomena Mata da Silva, representando as engomadeiras.³²⁰

No âmbito associativo, parte das costureiras se organizou no *Sindicato dos Artistas Alfaiates e Costureiras*, ligado à FCT, embora a comissão executiva desta entidade tenha sido formada exclusivamente por homens.³²¹ No que pese o alijamento

³¹⁶ PERROT, M. *Os excluídos da história*, op. cit., p. 211.

³¹⁷ DA SILVA, Fernando Teixeira, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 140.

³¹⁸ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da *Pará Eletric*”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2713, 16 out. 1918, p. 1.

³¹⁹ OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 76-77.

³²⁰ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da *Pará Eletric*”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2713, 16 out. 1918, p. 1.

³²¹ Em 1919 a comissão executiva desta organização era formada por Martinho Alves Ferreira, secretário geral; Domingos Luiz Cascaes, dito de expediente; Armando Baptista, dito de atas; João Villas, bibliotecário; Manoel Reis, tesoureiro; Cláudio Santos, José Alves e Antônio Silva d’Almeida, delegados. “Vida syndical”. *O Semeador*, Belém, nº 4, 21 maio 1919, p. 4. Já em 1920, era composta por Américo A. Baptista, secretário geral; Raymundo Gomes Moreira dito de expediente; Raymundo Sanches Laura, dito de atas; Manoel A. Ignácio, tesoureiro; Antônio Moraes de Maia, bibliotecário; Manoel Alípio da Fonseca, fiscal geral. “Pelos sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 6, 5 jun. 1920, p. 4.

dos cargos dirigentes, as costureiras podiam estar presentes nas assembleias e reuniões ordinárias desta organização. O sindicato dos alfaiates e costureiras muito provavelmente foi diretamente derivado da *União dos Artistas Alfaiates*, formado na capital paraense em meados de 1913. Não foi possível constatar se a inclusão das costureiras na organização foi fruto do esforço organizativo delas próprias ou da tentativa dos trabalhadores homens de mobilizarem as mulheres, embora as duas hipóteses possam ser levantadas.

Na greve geral ocorrida no final de novembro daquele ano em protesto contra o fechamento da *União Geral dos Trabalhadores* do Rio de Janeiro, as operárias de diversas fábricas de Belém também aderiram em peso. Fazendo um balanço do movimento, o *Estado do Pará* comentou que:

Em consequência da greve, ficaram paralisadas as seguintes oficinas:
Alliança, à rua da Indústria, de propriedade de Quilhó, Pinto & Cia, onde abandonaram o serviço cerca de 120 operárias.
- Fábrica Girafa, de Nicolau da Costa & C^a, com cerca de 60 operárias em greve. Ficaram trabalhando somente 4 operárias cigareiras e alguns empregados das oficinas.³²²

No dia 27 de novembro, a sede da *UGT* (paraense) foi ocupada por uma força de 20 praças do 27º batalhão de caçadores, sob o comando do segundo tenente Dr. Santanna de Medeiros; um dos jornais que noticiaram a invasão relatou que “este oficial encontrou no edifício muitos operários *de ambos os sexos*, a quem expos os fins de sua presença ali”.³²³ Sobre o tema, Adriano Craveiro de Oliveira expôs que:

As operárias das fábricas de roupas e cigarros participaram da greve. Nas imediações da União Geral dos Trabalhadores, na Travessa Ruy Barbosa com a Rua Dr. Moraes, viam-se agrupamentos de mocinhas que, em vozeria, protestavam contra o decreto do presidente da República que extinguiu a U. G. T. do Rio de Janeiro.³²⁴

Os grevistas também tentaram mobilizar as telefonistas fazendo ligações para incitar “aquelas mocinhas a abandonarem o serviço”, mas elas recusaram.³²⁵ Alguns dias depois, em um *meeting* organizado pelos paredistas, um grupo de mulheres grevistas, protestando contra o fechamento da *UGT* acabou fugindo em debandada “(...) diante de uma atitude mais ‘enérgica’ dos soldados de cavalaria”.³²⁶ Alguns dias após o encerramento da greve:

³²² “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2755, 27 nov. 1918, p. 1.

³²³ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2756, 28 nov. 1918, p. 1

³²⁴ OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 94.

³²⁵ Idem, Ibidem, p. 93.

³²⁶ Idem, Ibidem, p. 102.

Um ex-condutor da Pará Electric apareceu na fábrica Alliança, cobrando de cada mocinha que trabalhava na fábrica a quantia de 300 réis por um distintivo da União Geral dos Trabalhadores. O ex-condutor conseguiu apurar a quantia de 21\$000 réis e não entregou os distintivos e tão pouco apareceu novamente. O que fez com que a costureira Maria Silva, em nome das suas colegas, fosse apresentar queixa à polícia.³²⁷

O episódio ilustra o grau de identificação das operárias da fábrica de roupas com o movimento classista já que levou pelo menos setenta delas – se nosso cálculo e os dados informados estiverem corretos – a se interessarem por adquirir um objeto que simbolizava o pertencimento à uma entidade de classe.

As cigareiras das diversas fábricas e manufaturas de fumo da cidade também se mobilizaram junto aos seus companheiros de ofício no mesmo instante da greve geral de novembro de 1918:

Por iniciativa da União Geral dos Trabalhadores, *os cigareiros de ambos os sexos* realizaram uma reunião no dia 24 [de novembro] (...) constituindo um agrupamento que tomou a denominação de *Sindicato dos Manipuladores de Cigarro do Pará*. Este enviou às fábricas de cigarro desta praça longos ofícios, alegando que por motivo de serem algumas fábricas dotadas de maquinas dispensando por isso o serviço de operários, para manter “empregados pequenos operários *ou operárias* para carteirar e selar”, fez-se precisa a formação do sindicato.³²⁸

A oposição dos cigareiros e das cigareiras à introdução de máquinas nas fábricas e oficinas, vista como causadora de desemprego, já se expressava pelo menos desde 1914 quanto a categoria entrou em parede por este motivo.³²⁹ Neste sentido, pode-se novamente traçar um paralelo com as operárias francesas estudadas por Michelle Perrot, particularmente hostis às máquinas fabris, as quais consideravam concorrentes tanto de seus esposos quando delas mesmas, e “inimigas diretas dos trabalhos manuais a domicílio que lhes permitem completar o orçamento, mantendo um certo controle sobre o emprego do tempo”.³³⁰

No referido ofício, o sindicato estabelecia uma tabela de preços para as carteiras das diversas fábricas de cigarro (*Esmeralda, Girafa, Pará-Amazonas, Rosa Cruz, Tabacaria Matos, Tabacaria Paraense e Casa de Risca*), com o prazo de 30 horas para a resposta dos respectivos proprietários. Como alguns estabelecimentos não responderam as exigências no prazo estabelecido, o recém formado sindicato dos cigareiros declarou greve no dia 27, até que fossem atendidas as reclamações. Assinam o “comitê grevista”

³²⁷ Idem, Ibidem, p. 115.

³²⁸ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2756, 28 nov. 1918, p. 1 (grifos nossos).

³²⁹ FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 131.

³³⁰ PERROT, M. *Os excluídos da história*, op. cit., p. 198-199.

as operárias Elvira Maria Rodrigues, Isabel Paula e Angocilla Nascimento, além de Elysio Lobato, Joaquim Rezende e Raymundo Marques.³³¹ Percebe-se uma paridade dos sexos na formação do comitê.

Embora seu início tenha coincidido com o da greve geral, a parede dos cigarreiros e cigarreiras foi um movimento independente daquela. Tanto é que em 29 de novembro voltaram “aos seus labores todas as classes operárias, com exceção dos cigarreiros, ficando, pois, normalizado o movimento da cidade”. Na manhã daquele dia, a polícia recebeu a denúncia de uma reunião de operários em uma casa na rua Teodomiro Martins, bairro de Canudos: tratava-se de uma assembleia na sede do *Sindicato dos Cigarreiros*; os presentes declararam aos policiais não estarem em protesto contra o fechamento da UGT carioca, mas em consequência da parede que haviam declarado há dois dias. No dia anterior, uma comissão dos cigarreiros formada por Elysio Lobato, Raymundo Marques e a Sra. Isabel Salles esteve na redação do *Estado do Pará* para prestar esclarecimentos sobre o movimento e convenceram os redatores do jornal, que por sua vez afirmaram “(...) não ser exorbitante [a tabela proposta], atendendo a insignificância dos salários que atualmente recebem”.³³²

O movimento adentrou dezembro, sem cobertura da imprensa, mas foi derrotado. Em uma declaração publicada em um diário e direcionada aos operários e operárias cigarreiras, os proprietários das fábricas manufadoras de cigarro afirmaram que não seria possível atender às reclamações que lhes fizeram por aumento de salário e que aceitariam os trabalhadores que quisessem retornar pela tabela que vinham recebendo antes da greve.³³³

No final de abril do ano seguinte, foi a vez das operárias da *Fábrica de Cordas Perseverança* se levantarem em parede, iniciando o que talvez tenha sido o movimento protagonizado por mulheres mais significativo desta conjuntura. No dia 29 daquele mês, o subprefeito da cidade recebeu a comunicação de que elas estavam em greve, mandando imediatamente para as dependências da fábrica agentes da polícia. Estes averiguaram que a parede foi motivada pelo “boato espalhado entre as operárias de que os proprietários da fábrica pretendiam reduzir os salários”.³³⁴

³³¹ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.756, 28 nov. 1918, p. 1-2.

³³² “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.757, 29 nov. 1918, p. 1.

³³³ “Aos senhores operários e operárias cigarreiras”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.761, 3 dez. 1918, p. 4.

³³⁴ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.907, 29 abr. 1919, p. 2.

No dia seguinte, a greve se radicalizou. Mais uma vez se verificou a tentativa de interrupção da produção, a não adesão de todas as trabalhadoras do estabelecimento à parede e os conflitos entre operárias grevistas e fura-greves. Estas últimas receberam da polícia transporte em automóveis e a escolta de praças embaladas até a fábrica. Um diário local relatou que:

Ao chegarem os veículos em frente ao estabelecimento, foram assaltados pelas grevistas que, a esse tempo, já estavam acompanhadas por vários operários da fábrica, garantindo à polícia as operárias que não estavam em greve, estabelecendo-se então entre os operários e soldados uma grande confusão, tendo algumas das grevistas caído e machucado várias partes do corpo. Antes, porém, as grevistas apedrejaram o edifício da fábrica, que durante todo o dia ficou guardado por praças de infantaria e de cavalaria.³³⁵

O jornal operário *O Semeador* também registrou o conflito, apresentando uma versão diferente:

Na manhã do dia seguinte [ao início da greve], quando [as grevistas] procuravam convencer as furonas, em número de dez, a não irem prejudicar a sua causa, uma força de polícia ali postada às ordens do subprefeito Cícero correua-as, espaldeirando-as e chicoteando-as à cinturão! Ficaram gravemente feridas algumas companheiras, na cabeça, nos braços e nas mãos.³³⁶

No *meeting* do 1º de Maio daquele ano, alguns dos oradores fizeram “referências acrimoniosas ao facto lamentável” ocorrido alguns dias antes em frente à *Fábrica Perseverança*, revelando a repercussão do ocorrido no meio operário; a manifestação se realizou nas imediações do mercado São Braz, à praça Floriano Peixoto, e contou com a participação de “operários e operárias de diversas fábricas, especialmente da ‘Alliança’ e da Perseverança”.³³⁷ O jornal *O Semeador* mencionou entre os oradores que fizeram discursos nas manifestações naquele dia no *meeting* realizado na Praça Floriano Peixoto, os nomes das operárias Cecília Carvalho, Saturnina Otêro, além da professora Anna Sirene, na sessão solene no Teatro da Paz.³³⁸

Apesar da violenta repressão, o movimento das cordoeiras continuou, se imbricando com a Greve Geral de maio de 1919, que reivindicava a jornada de oito horas de trabalho. Ainda nas manifestações do 1º de maio, uma “delegação de moças que contribuíam para o bom êxito da festa do trabalho” procurou um articulista do *Estado do Pará* para denunciar as condições de labuta da fábrica de cordas e expor a reivindicação da greve: as trabalhadoras recebiam como diária, no máximo, 2\$500, e exigiam os

³³⁵ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.908, 30 abr. 1919, p. 2.

³³⁶ “Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém, nº 2, 1º maio 1919, p. 4.

³³⁷ “As festas do Trabalho”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.910, 2 maio 1919, p.1.

³³⁸ “1º de maio”. *O Semeador*, Belém, nº 4, 21 maio 1919, p. 3.

aumentos de 4\$000 para as de 1ª classe, 3\$000 para as de 2ª e 1\$000 para as de 3ª. A argumentação delas induziu o articulista a “crer que é muito justa e até merecedora de apoio a pretensão das operárias”.³³⁹

Pari passu com a greve das trabalhadoras da *Perseverança* foi formada, no fim de abril, a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*, de cuja fundação um articulista de *O Semeador* comentou:

Graças aos ingentes esforços da F.C.T, as operárias de Belém retomaram o lugar que foram forçadas a abandonar quando do fechamento da U.G.T em novembro do ano passado. Aconteceu o que sempre há acontecido: desta vez vieram mais fortes, em maior número e mais decididas!

E se dirigindo diretamente às operárias, continuou:

É assim que podereis conquistar o pão que miseravelmente nos roubaram, camaradas!
 Não estas acostumadas a essa linguagem? Ignorais que o pão que nos falta foi criminosamente roubado?
 Não temais que venham provar-nos o contrário... persisti na luta, ao lado dos vossos irmãos trabalhadores, confiantes no tempo que vos há de trazer a completa libertação da tutela patronal.³⁴⁰

A situação de quase simultaneidade entre a fundação da *Liga* e o início da greve parece ser mais que coincidência. Na edição seguinte, o mesmo periódico comentou que as trabalhadoras por trás da *Liga* continuavam “Intemeratas, fortíssimas em suas resoluções, trabalhando para o levantamento da classe, por tantos anos lançada no esquecimento. E se não, vejam a notícia que hoje damos sobre a fábrica de cordas”.³⁴¹

Já em seu terceiro número, o jornal noticiou que o *Syndicato dos A. Alfaiates e Costureiras*, em reunião de assembleia geral realizada no dia 4 de maio, considerando a gravidade dos acontecimentos ocorridos alguns dias antes na fábrica de cordas, “resolveu tornar público o seu veemente protesto contra as ações arbitrárias da polícia, como a sua incondicional solidariedade à Liga de Resistência das O. do Pará”.³⁴² Estes comentários são indícios de que as operárias da *Liga* estiveram na articulação do movimento paredista da fábrica de cordas. A FCT também expressou solidariedade a elas e nomeou uma comissão para acompanhar as grevistas, composta por Tito Salgado, J. Marques, Antônio Leite e José Barradas.

³³⁹ “A greve dos operários”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.912, 4 maio 1919, p. 2.

³⁴⁰ “Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém, nº 1, 26 abr. 1919, p. 4.

³⁴¹ “Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém, nº 2, 1º maio 1919, p. 4.

³⁴² “Diversas notícias”. *O Semeador*, Belém, nº 3, 10 maio 1919, p. 4.

A partir daquele momento, a *Liga* esteve frequentemente presente na coluna Vida Sindical³⁴³ d'*O Semeador*, do número 5, de 14 de junho, ao número 28, de 29 de novembro de 1919, sempre informando que ela se reunia aos domingos, às 2 horas da tarde, na rua Bailique, nº 49. Não foram encontradas, todavia, outras referências à organização, indicando que provavelmente ela se dispersou neste meio tempo; e o fato de ela não constar em nenhum momento na coluna Movimento Sindical³⁴⁴, do *A Voz do Trabalhador*, é um bom indicativo de que não mais existia em 1920.

No que pese os múltiplos apoios que as operárias receberam após o incidente de 29 de abril, elas continuaram a sofrer com novas repressões violentas. Na primeira semana de maio, a greve prosseguia, não passando um dia em que elas “não se apresentem rondando a Fábrica e (...) que consigam trazer duas, três, quatro e mais furonas...”³⁴⁵. No dia 22 daquele mês, o sr. Pádua Andrade – gerente da Perseverança – mandou três operários da fábrica dispersarem a bofetadas algumas grevistas que permaneciam pelas imediações do estabelecimento, tentando convencer as fura-greves a aderir. Ato contínuo:

À vista da agressão insólita desses operários, as grevistas reagiram a pedradas, uma das quais atingiu Domingos [um dos agressores]. As grevistas espancadas chamam-se Luiza Dantas, residente à rua dos Mundurucus; Maria do Carmo Souza, residente no Marco; Maria Generosa, moradora à travessa 22 de junho e Ramira Oliveira, residente à avenida de S. Jerônimo.³⁴⁶

Percebe-se que o arremesso de pedras era uma prática recorrente dessas trabalhadoras, talvez inspiradas na estratégia da “ação direta” defendida pelos anarquistas. Tanto os agressores quanto as grevistas foram parar na chefatura de polícia devido ao incidente.

As cordoeiras empregadas na *Perseverança* fizeram parte dos segmentos mais radicais da classe trabalhadora em Belém na greve geral de 1919. Em meados de maio, o *Estado do Pará* noticiou que “um grupo de operárias da fábrica de cordas quis tentar invadir-a pelos fundos. Avisada a tempo a patrulha da fábrica convidou as operárias a se retirarem”.³⁴⁷ Em matéria publicada em fins de maio, o mesmo impresso fez um balanço do final do movimento paredista, quando a maior parte das categorias já tinham retornado

³⁴³ Coluna fixa, geralmente na quarta página, onde a redação divulgava os endereços e datas das reuniões dos diversos sindicatos e organizações classistas da cidade.

³⁴⁴ Assim como a “Vida Sindical” de *O Semeador*, esta era uma coluna fixa, geralmente na quarta página, onde a redação divulgava os endereços e datas das reuniões dos diversos sindicatos e organizações classistas da cidade.

³⁴⁵ “Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém, nº 3, 10 maio 1919, p. 3.

³⁴⁶ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.931, 23 maio 1919, p. 1.

³⁴⁷ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.928, 20 maio 1919, p. 2.

ao serviço, onde pode-se ler que “as operárias da fábrica de cordas continuam em greve”.³⁴⁸ Apesar da resiliência das trabalhadoras na manutenção da greve por cerca de um mês, elas foram derrotadas. Seguiram-se demissões, como pode-se depreender de um pequeno anúncio publicado na imprensa diária onde “pede-se às ex-operárias e ex-operários desta Fábrica [de cordas Perseverança] se sirvam retirar suas roupas de trabalho”.³⁴⁹

Sem desconsiderar as especificidades de cada um, é possível estabelecer algumas generalizações nesses movimentos. Uma delas é a presença constante de fura greves, verificadas no caso das paredes nas fábricas *Palmeira*, *Aliança*, *Girafa* e *Perseverança*, revelando a dificuldade na mobilização das trabalhadoras: talvez a maioria não quisesse perder os parques ordenados, naquele momento de profunda crise econômica – o que poderia levar mesmo à fome.

Outro fator desestimulante à adesão, que também é uma característica geral, era a forte repressão que as operárias sofriam: as da *Palmeira* foram sumariamente demitidas; as da *Aliança* foram detidas às dezenas; e as da *Perseverança* sofreram sucessivos atos de repressão, inclusive com agressões físicas e ameaças.

Diferente do que ocorria com lideranças masculinas, como Tito Salgado, Júlio Clemente dos Santos, José Marques da Costa, Benito Rodrigues, Antônio Cesar de Oliveira, dentre outros, cuja atuação continuada pode ser constatada pelas referências espaçadas nos periódicos, as lideranças femininas tendiam à certa invisibilidade, e não apenas por sua identidade de gênero, tradicionalmente menosprezada por toda parte, inclusive no ambiente masculino das redações. Parte dessa invisibilidade pode também estar relacionada à uma condição militante predominantemente de ocasião, forjada de forma espontânea ou semiespontânea na luta operária, e ganhando relevo no momento de greves e protesto de alguma envergadura. Talvez essa seja a razão pela qual os nomes das costureiras Graciana Santos, Isabel Vieira da Silva e Philomena Mata da Silva; assim como das cordoeiras Maria do Carmo Souza, Luíza Dantas, Ramira Oliveira, Maria Generosa; e das cigareiras Elvira Maria Rodrigues, Isabel Paula e Angocilla Nascimento, apareçam uma única vez na documentação.

Marcel van der Linden levantou a hipótese de que as mulheres participavam menos da vida sindical e associativa por conta da dupla jornada de trabalho que eram submetidas por conta dos trabalhos domésticos: enquanto os homens tinham o tempo fora

³⁴⁸ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.935, 27 maio 1919, p. 2.

³⁴⁹ “Fábrica de cordas”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.937, 29 maio 1919, p. 8.

do local de trabalho mais livre, podendo se dedicar à formação política ou a burocracia da organização, “elas encontram uma infinidade de tarefas esperando por elas, geralmente para pessoas de quem elas têm que cuidar além de si mesmas”³⁵⁰. Este pode ser um dos fatores para não ter havido muitas mulheres entre os quadros dirigentes do movimento, que não diminui a importância destas sujeitas, já que a história da classe operária – ou mesmo de seu movimento – não pode ser resumida à atuação das lideranças mais destacadas.

Já no que tange à presença das trabalhadoras nas associações de classe em Belém, é perceptível que, embora não ocupassem os cargos nas diretorias, elas poderiam ser encontradas nas organizações das categorias onde eram numerosas, como no *Sindicato dos Artistas Alfaiates e Costureiras* e no *Sindicato dos Manipuladores de Cigarro do Pará*. No município de Alenquer, no noroeste do Pará, Maria Rita de Souza foi uma das fundadoras do *Sindicato Agrícola* e assinou, junto a outros filiados, uma carta direcionada à FCT solicitando seu apoio e a divulgação da iniciativa por meio do seu porta-voz jornalístico, no que foi atendida.³⁵¹

Nos estatutos das organizações operárias paraenses, eram frequentes artigos que indicavam a aceitação de sócios independentemente “de cor, nacionalidade, religião ou credo político”, mas a maioria não falava nada sobre o gênero. Duas exceções que podem ser citadas são os estatutos da *União dos Operários Sapateiros* e da *União dos Manipuladores de Pão*, ambas fundadas em 1913, que em seus artigos determinavam que seriam admitidos nessas sociedades sócios “sem distinção de cor, *sexos* e nacionalidade e desde que não explore por conta própria operários ou aprendizes”.³⁵² Ambas as categorias poderiam ter mulheres entre suas fileiras, como é confirmado no caso dos sapateiros por José Ivanilson da Luz Rodrigues e Lais Lauane Gaia Veras, que destacam a figura da operária sapateira Maria Ferreira no início da década de 1930.³⁵³

Por vezes, as trabalhadoras se organizavam em sindicatos específicos, principalmente nas categorias em que elas eram predominantes. Um exemplo que pode ser citado é o da *União das Cozinheiras*, que começou a ser articulada em junho de 1913 e manteve uma rotina regular de reuniões em sua sede, na rua Aristide Lobo nº 108,

³⁵⁰ LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo*, op. cit., p. 270-271.

³⁵¹ “Pelo Interior”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 9, 26 jun. 1920, p. 2.

³⁵² Cópias digitalizadas destes e de outros estatutos podem ser consultados em: <https://www.cma.ufpa.br/caixas/caixas.html> consultado em 15 abr. 2021.

³⁵³ RODRIGUES, José Ivanilson da Luz; VERAS, Lais Lauane Gaia. Operariado feminino: uma conjuntura plural em uma capital da Amazônia (Belém, 1930-1935). *Manduarisawa*, Manaus, v.1, n.1, p. 38-58, 2017.

geralmente aos domingos à noite, até pelo menos agosto daquele ano, sendo os convites para as reuniões esporadicamente publicados na coluna *Vida Operária* do *Estado do Pará*. Em meados de agosto, elas foram representadas por Maria Ernestina Ferreira e Domingas Maria da Conceição na reunião das comissões das associações de classe para a fundação da *Federação Operária de Belém*.³⁵⁴ Não se tem referências desta organização nos anos posteriores, sugerindo que tenha se desagregado nesse meio tempo.

Particularmente importante parece ter sido a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*, fundada em abril de 1919, cujas informações são escassas, mas que parecia pretender congregar apenas trabalhadoras mulheres e de diversas categorias profissionais. Infelizmente o número de referências a esta entidade é inversamente proporcional à sua importância, embora pareça ter atuado por alguns meses ao longo de 1919. Apenas no início da década de 1930 é que surgiram em Belém organizações do operariado feminino, amplas e estáveis.³⁵⁵

Um dado importante extraído da documentação do período é a fácil percepção da constante solidariedade dos trabalhadores masculinos em relação às suas companheiras: a direção da *UGT* interferiu a favor das operárias da *Alliança* na greve de setembro de 1918; cigarreiros e cigarreiras estiveram lado a lado na greve da categoria no final do mesmo ano; os redatores de *O Semeador* deram uma cobertura positiva à greve das cordoeiras da *Perseverança*. Está claro também que esta relação de solidariedade era de mão dupla, como pode-se perceber pela adesão de trabalhadoras de diversos estabelecimentos fabris em apoio aos motoristas e condutores de bonde em luta por maiores salários, em outubro de 1918.

Contudo, isso não deve significar a existência de uma plena igualdade entre os gêneros ou a ausência de conflitos e relações de poder exercidas pelos trabalhadores do sexo masculino sobre as do feminino. Isso pode ser percebido no caso citado acima, em que operários da fábrica *Perseverança*, à mando da gerência da fábrica, prestaram-se a agredir física e brutalmente suas companheiras (as cordoeiras), então envolvidas em importante movimento de greve.

Em paralelo, ocorriam tomadas de posição importantes, como a do caixeiro Fernando Nazareth, finalizando um seu artigo que abordava o dever dos trabalhadores e a beneficência, dando vivas à emancipação operária, à emancipação da mulher e ao Livre-

³⁵⁴ “Vida Operária”. *Estado do Pará*, Belém, n° 863, 22 ago. 1913, p. 2.

³⁵⁵ RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O labor feminino do lar à fábrica*, op. cit., p. 75-102.

Pensamento.³⁵⁶ No convite para a série de conferências que o grupo *Os Semeadores* promoveu ao longo do ano de 1919, os organizadores aconselhavam aos “homens do trabalho” que fossem acompanhados pelas suas respectivas famílias.³⁵⁷ No início de 1920, quando a onda de agitações operárias já iniciava seu refluxo no Estado do Pará, os redatores do *O Semeador* lastimavam que “as operárias e trabalhadoras de Belém tenham descuidado de tal forma das suas associações de classe a ponto de nunca mais ter se falado em movimento operário feminista no Pará”.

Em tempos que não vão longe, mostrou-se tão forte e unida a classe das trabalhadoras paraenses que se não terminaram, pelo menos diminuíram as explorações do patronato contra essas nossas companheiras de trabalho. Eram as costureiras, as cordoeiras, as lavadeiras, as cozinheiras, enfim, todas as mulheres que precisavam trabalhar para manter-se, que procuravam as associações dos sindicatos profissionais e vinham a praça pública, junto com os seus irmãos de trabalho em todos os movimentos grevistas e emprestavam a solidariedade do seu braço à causa comum das reivindicações proletárias.³⁵⁸

Mais do que casos isolados, esses exemplos são ilustrativos da importância que a presença das mulheres era tratada no interior do movimento operário, cujas discussões vinham a público principalmente por meio dos jornais que os grupos militantes animavam.

MULHERES E A IMPRENSA OPERÁRIA

As mulheres também marcaram presença na imprensa operária paraense daquele momento, colaborando com a produção dos conteúdos dos jornais operários, que se materializavam em artigos sobre o cotidiano de suas relações no trabalho e no movimento; e como importantes consumidoras dos conteúdos da propaganda operária. Um registro *delas* como leitoras apareceu em *O Semeador*, na forma de um “Bilhete aberto, a uma senhora que diz ler o Semeador”. Seu autor foi um articulista do próprio jornal e seu *bilhete* visava responder ao questionamento feito pela leitora que inquiria o porquê os animadores do periódico adotavam a “doutrina anárquica”.³⁵⁹ A “questão feminina” também foi temática recorrente entre os artigos e editoriais das folhas operárias, como pode-se perceber no Quadro 1, que elenca uma série de artigos assinados por mulheres e/ou cuja temática principal girava em torno de questões de gênero.

³⁵⁶ NAZARÉ, Fernando. “O dever dos trabalhadores e a beneficência”. *O Semeador*, Belém, nº 16, 6 set. 1919, p. 2-3.

³⁵⁷ “Conferências”. *O Semeador*, Belém, nº 21, 13 out. 1919, p. 3.

³⁵⁸ *O Semeador*, Belém, nº 41, 28 fev. 1920, p. 3.

³⁵⁹ “Bilhete aberto”. *O Semeador*, Belém, nº 18, 20 set. 1919, p. 2.

Quadro 1

A mulher na imprensa operária paraense (1918-1920)

Título	Autor	Jornal	Número/data
Pela Rússia Livre: A nacionalização das mulheres	–	<i>A Revolta</i>	nº 1, 26/07/1919
A Mulher	Amatoris	<i>O Semeador</i>	nº 1, 26/04/1919
“Palavras” e “Reivindicação”	“Uma grevista” e Aida Arthur	<i>O Semeador</i>	nº 5, 14/06/1919
Nossa Culpa	Catharina Karkar	<i>O Semeador</i>	nº 7, 05/07/1919
A mulher e o amor livre	Amatoris	<i>O Semeador</i>	nº 8, 12/07/1919
A Mulher	Mario Amador	<i>O Semeador</i>	nº 20, 04/10/1919 nº 23, 25/10/1919
Companheira exemplar	Gabriel Luna	<i>O Semeador</i>	nº 25, 08/11/1919
Sorvedouro de dedos	–	<i>O Semeador</i>	nº 26, 15/02/1919
O despertar da mulher	Vitória Régia	<i>O Semeador</i>	nº 28, 29/11/1919
Como eles andam	Vitória Régia	<i>O Semeador</i>	nº 29, 06/12/1919
Da mulher operária	Bruno de Menezes	<i>O Semeador</i>	nº 31, 20/12/1919 nº 33, 03/01/1920 nº 34, 10/01/1920 nº 35, 17/01/1920
A mulher	–	<i>O Semeador</i>	nº 38, 07/02/1920
As fábricas de roupas	Mário Amador	<i>O Semeador</i>	nº 39, 14/02/1920
Às trabalhistas do Pará	–	<i>O Semeador</i>	nº 42, 06/03/1920
As vítimas da fome	Amatoris	<i>O Semeador</i>	nº 43, 13/03/1920
Tem graça	Amatoris	<i>O Semeador</i>	nº 44, 20/03/1920
A emancipação feminista	H. Santos	<i>A Voz do Trabalhador</i>	nº 1, 01/05/1920
Eduquemos a mulher operária	Sócrates	<i>A Voz do Trabalhador</i>	nº 17, 21/08/1920

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Esta lista não se pretendeu exaustiva, já que as coleções dos jornais que dispomos são fragmentárias e muito provavelmente outros textos sobre a temática foram publicados por mulheres nos números que não foram preservados ou encontrados. De qualquer forma, tais artigos e editoriais são testemunhas interessantes, tanto da presença das mulheres na imprensa operária, quanto das representações masculinas que eram feitas sobre elas no meio militante.

Embora não tenham sido incluídas no quadro, as folhas trabalhistas também publicaram algumas transcrições de textos assinados por mulheres, como o da militante anarquista e pedagoga espanhola Soledad Villafranca (1880-1948) sobre a pedagogia libertária;³⁶⁰ o artigo da militante carioca que adotava o pseudônimo de Nympha de Vimnar sobre a morte de João Plácido de Albuquerque na capital federal, quando este representava os trabalhadores paraenses no III Congresso Operário Brasileiro;³⁶¹ ou ainda notícias da articulação de mulheres no meio associativo em outras localidades, como da

³⁶⁰ VILAFRANCA, Soledad. “O ensino racional”. *O Semeador*, Belém, nº 22, 18 out. 1919, p. 1.

³⁶¹ VIMNAR, Nympha. “Duro contraste”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 8, 19 jun. 1920, p. 1.

fundação do *Centro Feminino de Estudos Sociais*, no Rio de Janeiro, em princípios de 1920.³⁶²

O mais extenso dos textos a tematizar a questão da mulher foi a transcrição de uma conferência proferida por Bruno de Menezes na sede da *União dos Choferes*, em 9 de novembro de 1919, e publicada entre os números 31 e 35 do *O Semeador*. Uma análise mais detida da palestra é interessante não apenas pela sua extensão, mas pelo fato de que foi de autoria de um dos principais propagandistas do movimento naquele instante, além de ter sido assistida por uma “plateia numerosa”, o que indica que as concepções de Menezes tiveram alguma repercussão entre o operariado paraense. Outro ponto importante está no fato de ter sido uma exposição oral – mesmo que se tenha acesso a ela somente por sua transcrição para a imprensa –, demonstrando que o debate sobre a mulher operária não ficava restrito aos artigos dos jornais operários.

Menezes iniciou sua fala lamentando a apatia e quase mudez do “elemento trabalhador feminino”, criticando o movimento feminista de então por ser composto principalmente por mulheres das classes médias e altas. Em seguida, estabeleceu como as suas interlocutoras as mulheres trabalhadoras, mas não as “policiais, advogadas, políticas, parlamentares, imperatrizes, diplomáticas, conselheiras de estado”, e sim as “que fabricam, que manipulam, não tem dotes, são pobres”. Menezes asseverou: “viemos falar às últimas, deixando que as primeiras nos critiquem ou venham para o nosso lado”.³⁶³

Na continuação, criticou a falta de acesso à educação formal das filhas de famílias operárias – muitas das quais passariam aos cuidados de “madrinhas ricas” que prometeriam lhes garantir instrução, mas jamais o faziam, usando a força de trabalho das suas protegidas nas atividades laborais domésticas. Assim, lamentava que “são bem poucas as nossas companheiras que lograram ler e escrever corretamente”, já que muitos pais operários prefeririam ver “sua filhinha feita chapeleira ou costureira, muitas vezes antes de saber as quatro operações decimais”.³⁶⁴

Passando para o que ele qualificou como “o assunto mais forte e necessário do tema”, Menezes defendeu a igualdade salarial entre trabalhadores homens e trabalhadoras mulheres, descrevendo a rotina extenuante destas últimas:

³⁶² “Centro feminino de estudos sociais”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 16, 14 ago. 1920, p. 3.

³⁶³ “Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém, nº 31, 20 dez. 1919, p. 3.

³⁶⁴ “Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém, nº 33, 3 jan. 1920, p. 3.

Haverá maior esforço para uma mulher que se levantar as 6 horas da manhã e vir para uma oficina cheia de miasmas e micróbios, sem ar e luz, muitas vezes sem ingerir o primeiro alimento para o corpo e ainda trazendo para a hora do almoço a comida que irá ser tragada fria e em seco? (...) Quase sempre, todas vem dos subúrbios da capital, de longe; saem de casa pela manhã e só voltam, às vezes, quando vesper começa a brilhar; ou então altas horas da noite, que é quando terminam os tais serões, onde elas, coitadas, dispendem o máximo de atividade para acabar a encomenda, enquanto o proprietário dorme a sono solto e sonha com os lucros que aquela obra lhe há de dar.³⁶⁵

Os salários eram uma ninharia, continua, “(...) e, todavia, a mulher-operária tem dívidas a pagar, responsabilidades a cumprir, como também precisa se divertir, gozar um pouco o fruto do seu suor”. Para resolver tal estado de coisas, Menezes defendeu que ela deveria “vir reclamar, irmanada em uma classe, mais um pouco de aumento nos ordenados e salários, mais uma parcela de liberdade à vida trabalhadora”.

Em seguida, Menezes separou um momento para refletir até sobre a vestimenta das trabalhadoras, condenando expressamente o luxo e a ostentação das roupas e acessórios de mulheres da burguesia e aconselhando as operárias à sobriedade e à modéstia no vestir-se, apelando para que as companheiras “(...) olhem com olhos críticos para as aberrações deturpadoras que, de vez em quando, a moda faz surgir para as componentes da alta sociedade”. Também lançou uma crítica a imposição, por parte dos patrões, de as operárias vestirem uniformes, encarando tal imposição como mais uma forma de controle sobre os corpos das trabalhadoras.

Adentrando ao último tópico de sua intervenção, Menezes chegou ao tema que qualificou como uma das “questões mais melindrosas em relação a vida da mulher operária: a questão do amor, das ideias casamenteiras, das emancipações individuais”. Iniciou este tópico defendendo o *Amor Livre*, entendido como a não necessidade de os casais terem o aval do Estado e da Igreja para se unirem amorosamente, e lamentando o fato de que “(...) um par amante que não passou sob as palavras dos padres e dos juízes; não apregoou que se ia juntar para a vida e para a morte, não é legal, não tem cotação”.

Logo a seguir, defendeu novamente o direito da mulher trabalhadora ao lazer: “Justo é que as mulheres que mourejam uma semana inteira, muitas vezes de sol a sol, distraiam um pouco o espírito, com uma boa hora de música, de poesia, de gozo espiritual”. Mas em seguida advertia ser “inadmissível a permanência continua das operárias em tudo quanto é festejo público e tolo, onde ninguém vai divertir-se, extasiar-

³⁶⁵ *Idem, Ibidem.*

se, aprender bons exemplos, e sim mostrar um vestuário novo, uma cara mascarada, um tartufo.³⁶⁶

Menezes justificou essa preocupação com a presença das trabalhadoras em festas com o perigo que elas corriam de serem seduzidas por “Don Ruans e *Lovelaces*”, argumentando que elas seriam “sempre as vítimas de escândalos suspeitos nestas festas de arranjos”. Por fim, demonstrando o anticlericalismo característico dos anarquistas, criticou a “crença ingênua nos dogmas e nos milagres, nas feitiçarias e nas imagens ocas, que a sociedade secreta dos padres e charlatões tão bem sabe imiscuir em vossos [isto é, das mulheres] espíritos (...)”.

O orador concluiu sua fala revisando que as mulheres tinham sido até então “vítimas da educação, das modas fúteis, do amor interesseiro, das religiões caducas, em prejuízo próprio e dos filhinhos vindouros, continuadores da espécie”, e exortou as ouvintes da palestra para que transmitissem as ideias expostas por ele às companheiras que não puderam estar presentes, para que, ao fim e ao cabo, todas pudessem exclamar com orgulho e com consciência de sua posição: “eu sou uma operária e, sobretudo, sou mulher!”³⁶⁷

Ao longo de sua fala, Menezes citou passagens de livros de vários pensadores que se voltaram sobre a temática – *A mulher não pode instruir nem educar*, de M. Trombeta; *A escravidão social da mulher*, de Russomano; *A arte na educação da mulher*, de Antero de Figueiredo; e *O Amor Livre*, de Charles Albert, além dos romances *A Catedral* e *Os Jesuítas*, de Blasco Ibañes, indicando quais referências teóricas sobre o problema circulavam entre os militantes paraenses. O livro de Charles Albert citado por Menezes também consta na coluna *Leitura Proveitosa*, do periódico *A Revolta*, que expunha uma lista de livros disponibilizados pela redação do periódico ao preço de 1\$500 réis.

Alguns elementos da palestra de Menezes foram recorrentes nos artigos da imprensa operária que circulou naquele momento, a exemplo da preocupação com as condições de trabalho às quais as operárias estavam submetidas nas fábricas e oficinas da cidade, o que permite vislumbres de alguns aspectos dos mundos do trabalho femininos na capital paraense naquele momento. Em um pequeno artigo no *O Semeador*, Amatoris noticiou o falecimento de uma companheira que “desenvolvia sua preciosa atividade, mal

³⁶⁶ MENEZES, Bruno de. “Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém, nº 34, 10 jan. 1920, p. 3.

³⁶⁷ MENEZES, Bruno de. “A mulher operária”. *O Semeador*, Belém, nº 35, 17 jan. 1920, p. 4.

paga, mal remunerada” na *Fábrica Aliança*, apontando como a causa da morte o “definhamento pela falta de alimento”.³⁶⁸

Em outro artigo do *O Semeador* foi exposta a recorrência dos acidentes de trabalho na fábrica de artefatos de metal estampados de nome *Metal Gráfica* – rua Santo Antônio, nº 25 – que vitimava suas empregadas, dentre elas a operária Dalila Barboza, que teria perdido três dedos em um destes acidentes. Na visão do articulista da folha operária, esta situação se devia à ganância dos proprietários que empregavam mulheres por elas aceitarem salários mais baixos que os homens e sugeria que elas fossem substituídas por operários do sexo masculino, já que, em sua visão, estes seriam mais fortes e trabalhariam com mais cuidado.³⁶⁹

Semanas depois, em outro artigo do mesmo jornal, o comerciante português Mário Pereira Amador descreveu as condições das operárias da fábrica de roupas *União*: elas estariam sujeitadas à um ambiente anti-higiênico, eram pagas por peças produzidas; vinham “dos pontos mais distantes dos subúrbios”, cumpriam serões impostos pela direção da fábrica, tendo de fazer suas refeições – compostas de pão, bananas e farinha – no interior do próprio estabelecimento. Amador concluiu o artigo concitando essas trabalhadoras à organização em federações operárias e ligas de resistência.³⁷⁰

Esses dois últimos artigos indicam a existência de opiniões divergentes, e até mesmo conflitantes, existentes entre os militantes operários paraenses acerca da presença das mulheres nas fábricas e, em especial, sobre qual seria a solução para melhorar as condições de trabalho delas e da classe como um todo: enquanto o articulista do primeiro, provavelmente um homem, sugeria pura e simplesmente a exclusão das mulheres do ambiente fabril e a sua substituição por trabalhadores homens – chegou mesmo a responsabilizá-las pelo rebaixamento geral dos salários –, Mário Amador estimulava as operárias da fábrica *União* a formarem organizações classistas ou ingressarem nas já existentes.

A segunda visão, de estímulo as operárias se integrarem nas manifestações classistas, foi a de maior difusão entre as lideranças operárias. Com efeito, o texto mencionado acima sobre as condições das mulheres na *Metal Gráfica* foi o único dos artigos compulsados em que se propôs a exclusão delas do mercado de trabalho, sendo a

³⁶⁸ AMATORIS. “As vítimas da fome”. *O Semeador*, Belém, nº 43, 13 mar. 1920, p. 2.

³⁶⁹ “Sorvedouro de dedos”. *O Semeador*, Belém, nº 26, 15 nov. 1919, p. 4.

³⁷⁰ AMADOR, Mário. “As fábricas de roupa”. *O Semeador*, Belém, nº 39, 14 fev. 1920, p. 1.

maioria dos outros perpassados pelo estímulo as mulheres para que adentrassem nas sociedades de resistência.

A condição das mulheres, em especial das trabalhadoras, na sociedade de então, e a integração delas no movimento operário foi um tema frequente das intervenções de Mário Amador na imprensa operária, tanto em seus artigos quanto nas poesias que ele fez publicar. Em uma delas, intitulada “Mãe e filha”, escreveu:

(...)
Uma caiu no lodo, e da orgia
Outra formosa, bela, pequenita,
Surgindo pela vida ali surgia

Vendida pela mãe, canções dedilha
De noite às sombras – eternal precita
A genitora infame, a triste filha³⁷¹

Em outra ocasião, Amador assinou os seguintes versos sobre o abandono infantil:

(...)
Não tens pai? Tu não tens mãe?
- É triste não se ter pai!...
Sou filho do lupanar;
A mãe é bom possuí-la
Quando ela saiba amar.

Porém a minha, coitada!
Vivendo no lamaçal
Comerciado amor,
Amor impuro sem igual,
Desconhece o próprio filho
Concebido de algum crime!..
Coitada! Dou-lhe perdão.³⁷²

A temática que perpassa ambos os textos literários é a da prostituição – presente também na palestra de Bruno de Menezes –, sobre a qual recaí fortes condenações morais, como se percebe em adjetivadas como “lodo” e “lamaçal”, o que colocava Amador em consonância com o discurso anarquista de outros estados, como São Paulo, onde também era forte a condenação do meretrício.³⁷³

Outro tema bastante recorrente nesse conjunto de textos é a importância da educação formal e intelectual das mulheres como estratégia e dever patente dos militantes, como fica expresso pelo título do artigo assinado por “Sócrates” e publicado no número 17 de *A Voz do Trabalhador*; Honório Santos, em editorial no mesmo jornal, escreveu

³⁷¹ AMADOR, Mário. “Mãe e Filha”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 17, 24 ago. 1918, p. 1.

³⁷² AMADOR, Mário. “Abandonada”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 1, 1º maio 1920, p. 3.

³⁷³ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 108-111.

que “emancipar a mulher consiste tão somente em educá-la”, enquanto Bruno de Menezes, na já citada conferência, lamentou que “bem poucas são as nossas companheiras que lograram ler e escrever corretamente”.³⁷⁴

Neste sentido, os libertários paraenses estavam em consonância com os de outras regiões do país. Analisando o discurso da imprensa libertária de São Paulo, Margareth Rago indicou que a instrução das mulheres era vista por eles como uma “arma privilegiada de libertação” e “de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado”.³⁷⁵ Mais do que editoriais estimulando a educação das jovens oriundas da classe trabalhadora, os militantes operários paraenses se envolveram em atividades concretas neste sentido, como a criação da *Escola Racional Francisco Ferrer*, fundada na segunda metade de 1919 pelo grupo *Os Semeadores*, que aceitava estudantes de ambos os sexos no seu corpo discente, proporcionando o acesso à educação formal a algumas meninas oriundas da classe trabalhadora.

Embora os militantes libertários levantassem a bandeira da emancipação feminina, não deixaram de reproduzir parte da ideologia dominante no patriarcado, que pretendia relegar às mulheres os papéis de responsáveis quase exclusivas pela família e criação dos filhos, como bem notaram várias autoras.³⁷⁶ Nas palavras de Lygia Pracchia, abordando o discurso dos libertários do eixo Rio-São Paulo sobre a educação das mulheres, “o argumento mais importante para que o elemento feminino tenha acesso à educação racional é que, livrando-se da ignorância (...) ela poderá, como mãe, melhor educar os filhos”.³⁷⁷

Esse mesmo elemento pode ser encontrado entre os libertários paraenses, como fica expresso em artigo do primeiro número de *O Semeador*, com o sugestivo título “A mulher”, onde o articulista escreveu que “ela, antes de mais nada deveria educar-se para que o reflexo de sua educação se refletisse [sic] na prole, na ramificação vulgarmente longa de sua árvore genealógica; transmitir-se-ia a educação de família em família até a completa perfeição humana”.³⁷⁸ No entanto, como ressalta Pracchia, “esses limites

³⁷⁴ MENEZES, Bruno de. “Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém, nº 34, 10 jan. 1920, p. 3.

³⁷⁵ RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 108-111, p. 97.

³⁷⁶ Dentre outras, e além do citado livro de Margareth Rago, veja-se: PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina. *Projeto História*, São Paulo, v. 11, p. 69-78, nov. 1994.

³⁷⁷ PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina, op. cit., p. 77. Tais argumentos não eram radicalmente distintos daqueles ditados pelas e para as elites, como bem demonstraram as análises das imagens femininas presentes nas obras de José de Alencar, realizadas por SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: relações de gênero e História em José de Alencar*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

³⁷⁸ AMATORIS. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém, nº 1, 26 abr. 1919, p. 1-2.

impostos pelos libertários à luta da mulher e por ela, não invalidam a própria luta, apenas moldam seus contornos e suas nuances.”³⁷⁹

Outro elemento da mentalidade patriarcal que não deixou de ser reproduzido pelos militantes operários foi o tom tutelar dos homens sobre as mulheres que lhe eram próximas, como se vê no artigo de Honório Santos direcionado aos trabalhadores homens, embora Santos não endosse posturas tradicionais e, bem ao contrário, proponha que maridos, pais e irmãos estimulem as mulheres de sua órbita de relação familiar a aderirem às associações classistas. Em dado momento, diz ele:

(...) se a mulher se interessasse, a sério, pelas questões que dizem respeito à emancipação do proletariado, muitas dificuldades desapareceriam, muito tempo se ganharia, muito mais rápido se caminharia para vitória. E porque tudo isto se reconhece, é que se tem sempre procurado interessar a mulher no movimento social, esforçando-se os militantes por entusiasmar a sua companheira, a sua irmã ou a sua filha, pelos acontecimentos a que ele deu lugar. Eu sei que se fazem esforços para que as mulheres concorram às manifestações de propaganda; que se lhes dão livros, jornais, folhetos a ler; que em casa se conversa sobre o que se diz o jornal, de modo a fazer ver o aspecto da questão que nos apaixona.³⁸⁰

Outro artigo representativo deste tom tutelar foi publicado em *O Semeador* algumas semanas depois, tematizando o que chamou de a “questão feminina”, em artigo também sugestivamente intitulado de “A mulher”. Nele, percebe-se que os homens são tratados pelo autor como tradicionais (e legítimos) interlocutores de suas respectivas mulheres:

Parece-vos-ha extraordinário, camaradas, este modo de pensar, em meio de uma assistência por assim dizer masculina, porém vós tendes esposas e cada um será o fio porta-voz, direto ao vosso lar distante, aonde as vossas companheiras a esta hora cuidam indispensavelmente dos filhos, proibidas portanto de nos alegrarem com sua valiosíssima presença. Assimilai e transmiti.³⁸¹

Na continuação do artigo, publicado algumas edições depois, o autor insiste nesse papel masculino a desempenhar em prol da causa operária: “Trazei-as [esposas e filhas] às associações, às conferências doutrinárias, onde se preguem doutrinas boas que tenham em vista o aperfeiçoamento moral e físico da humanidade”; e conclui asseverando que “às mulheres pertencem os mesmos direitos dos homens. Aos homens pertence o dever de auxiliá-las na luta pela reivindicação dos seus direitos”.³⁸² Tal sentido de tutela dos

³⁷⁹ PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina, op. cit., p. 78.

³⁸⁰ SANTOS, Honório. “Escutae Operário”. *O Semeador*, Belém, nº 4, 21 maio 1919, p. 3.

³⁸¹ “A Mulher”. *O Semeador*, Belém, nº 20, 4 out. 1919, p. 3.

³⁸² AMADOR, Mário. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém, nº 23, 25 out. 1919, p. 1-2.

trabalhadores homens em relações as trabalhadoras mulheres, pode ser percebido em outras regiões, como em São Paulo, onde Margareth Rago expõe que

Pouco importam os artigos que na imprensa operária cobram uma maior participação feminina nos movimentos reivindicativos da classe. Na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino, que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes.³⁸³

Mais adiante, a autora explicitou as justificativas ideológicas para essa perspectiva da subordinação feminina: “(...) o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido a sua ‘débil constituição física’ seja devido à falta de combatividade que caracteriza a ‘natureza feminina’”.³⁸⁴ Em que pese o mérito do estudo, é preciso não tomar as posições da autora como um absoluto, e a pesquisa histórica pode relativizar aquelas posições ou pelo menos reconhecer a existência de pontos fora da curva, como na atuação das trabalhadoras belenenses nas greves e manifestações operárias havidas entre 1917 e 1920.

Mais do que meras temáticas de artigos e editoriais, algumas mulheres assumiram o desafio de também publicarem textos pelos periódicos de trabalhadores, como foi o caso dos pequenos artigos intitulados “Palavras” e “Reivindicação” que vieram a lume no quinto número de *O Semeador*, assinados, respectivamente, por “uma grevista” e por Aida Arthur. O primeiro, provavelmente escrito por uma operária da *Fábrica Perseverança*, foi enviado como carta anônima aos redatores do jornal, lamentando o fato do vigário de Nazaré ter cedido pessoal para normalizar o serviço daquela fábrica de cordas, e, assim, ter sabotado o movimento. A carta aponta as “convicções inabaláveis” e as “ideias firmes, seguras e cheias de probidade” da autora como as principais armas na luta contra a burguesia. Já no segundo artigo, Aida Arthur concita os “homens que trabalham para mais cedo ou mais tarde não enxergarem a miséria” a não esmorecerem na luta, mesmo com a repressão que porventura venham a sofrer, já que “a obra está quase completa”.³⁸⁵ Ou ainda, o breve artigo “Guerra a hipocrisia”, escrito por uma “devota da boa moral” que assinou como Mary (provavelmente um pseudônimo), que condenava a hipocrisia em geral.³⁸⁶

³⁸³ RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 64.

³⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 67.

³⁸⁵ Uma grevista. “Palavras”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 jun. 1919, p. 2; ARTHUR, Aida. “Reivindicação”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 jun. 1919, p. 2-3.

³⁸⁶ Mary. “Guerra a hipocrisia”. *O Semeador*, Belém, nº 24, 1º nov. 1919, p. 3.

O envio de cartas de mulheres às redações dos jornais não era uma prática incomum naquele final de década, momento em que elas passaram a se envolver bem mais com a leitura e a escrita, não apenas de romances, mas também de revistas e jornais.³⁸⁷ Embora pareça certo que, em certos casos, o anonimato de algumas contribuições e a atribuição de sua autoria a uma mulher pudesse não passar de ardid perpetrado pelo corpo redacional (masculino) dos periódicos, ele ainda era corrente no periodismo – que até hoje reproduz em profusão conteúdos não assinados – e trazia o bônus de, ao preservar a identidade de seu autor ou autora, preservá-lo(la) de qualquer tipo de julgamento público que a defesa de certas ideias não convencionais podia acarretar. Já no primeiro número d’*O Semeador*, foi publicado um pequeno anúncio, no canto inferior direito da última página, onde era possível ler:

Temos em nosso poder uma carta demonstrativa da má organização existente nos avisos de instrução primária do Estado do Pará.

Essa carta, *subscrita por uma distinta professora oficial*, coloca-nos ao par do grande ódio que o Estado Constituído, o inimigo do progresso, devassa às doutrinas livres.

No próximo número deste jornal dir-vos-emos mais sobre tal assunto, o que não podemos agora devida à absoluta falta de espaço.³⁸⁸ (grifo nosso)

O número seguinte foi todo dedicado às comemorações do 1º de maio e não deu publicidade à carta anunciada, mas na terceira edição do jornal o assunto foi retomado e, embora a carta ainda não tenha sido publicada, os redatores esclareceram que:

Essa carta colocava-nos ao par das muitas arbitrariedades praticadas pela Comissão superior escolar contra as professoras que por espírito de renovação e progresso, teem ministrado às crianças doutrinas livres e humanitárias. Muitas, dizem-nos, têm sido suspensas por tentarem expurgar da infância a seu cargo preconceitos que em tudo concorrem para o grande atraso da humanidade.³⁸⁹

Dando prosseguimento, os redatores transcreveram integralmente o ofício “da mesma senhora, cujo nome escondemos para salvaguardar sua identidade”. Tal ofício dizia:

Companheiros, membros da “Federação das classes trabalhadoras do Pará”. Em 10 de abril de 1919.

Chegada aqui por telegrama a notícia que acabais de dar o passo acertado e gigantesco em benefício a infância operária desta terra, envio-vos daqui minhas sinceras felicitações com centenas de votos para que a felicidade vos cubra com o manto progressivo da liberdade da vida.

³⁸⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014; JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

³⁸⁸ “À última hora!”. *O Semeador*, Belém, nº 1, 26 abr. 1919, p. 4.

³⁸⁹ “Pela instrução pública”. *O Semeador*, Belém, nº 3, 10 maio 1919, p. 4.

Que o espírito do imortal professor Francisco Ferrer nos anime, na continuação da grande obra, que teve como iniciador o condenado de Montynich (sic), o grande reformador da instrução primária.

Eu, como operária do paciente trabalho da educação infantil, trabalharei ao vosso lado, animada pela vivificadora esperança, de ver um dia a nossa obra grandiosa concluída no meio de sorrisos e cantos infantis.

Da professora municipal: * * * ³⁹⁰

Apesar das referências serem vagas, chamam a atenção a menção que a professora – protegida pelo anonimato por meio de asteriscos – fez a Francisco Ferrer y Guardía, pedagogo catalão executado pela Coroa espanhola no castelo de *Montjuic*, em 1909, o que indica que as tais “doutrinas livres” reprimidas pela Comissão de Ensino se ligavam ao racionalismo pedagógico da Escola Moderna; além da autoidentificação dela como “operária do paciente trabalho da educação infantil”, reforçada pelo tratamento dos membros da FCT como “companheiros”. Infelizmente, o jornal não retornou mais ao caso nos números posteriores.

É interessante perceber como uma professora, profissão tida como “respeitável”, fez uso da imprensa operária, de trabalhadores “manuais”, para entabular suas reivindicações, que no caso não se referiam à pautas econômicas (aumento do salário ou redução da carga horária), mas ao que hoje chamaríamos de “liberdade de cátedra”. A participação de professoras no movimento operário paraense não foi tão frequente, embora vez ou outra elas pudessem ser encontradas nas hostes operárias. Um exemplo foi o de Anna Sirene (por vezes grafado como Sireni), professora que fez um discurso no Teatro da Paz, na ocasião das manifestações de 1º de maio. Não se pode afirmar que ela tenha sido a mesma professora que enviou as correspondências ao jornal alguns dias antes.

Seja como for, a articulista que teve o papel mais destacado na imprensa operária paraense assinou dois artigos no *O Semeador* como Vitória Régia, provavelmente um pseudônimo. Ambos falavam sobre questões ligadas ao gênero feminino, e logo no primeiro ela reflete sobre a condição da mulher para, logo a seguir e em tom intimista, revelar a insegurança que a afetava ao se jogar na arena jornalística, ao mesmo tempo em que afirma seu espaço no periodismo:

Qual criança a tremer quando ensaia os primeiros passos no caminho da vida; assim eu tremo. E por que? Porque sou mulher, mas porventura as mulheres não terão os mesmos direitos que têm os que pertencem ao sexo forte? Tem! Nós é que nos supomos fracas e por isso que vivemos subjugadas à qualquer joguete; influenciadas por outras pessoas que julgamos poderosas, deixamos

³⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

germinar em nosso cérebro, como um cancro devastador, a sua peçonha venenosa; eis o nosso erro.³⁹¹

Chama a atenção o fato de ambos os textos serem perpassados pelo anticlericalismo. No primeiro, a autora comentou um episódio que teria acontecido na vila de Pinheiro (Maranhão), onde um padre que era o diretor de uma instituição educacional (não especificada) obrigou as professoras e discípulas a usarem vestidos longos de golas altas, “por ter medo de ser tentado por um colo de virgem”; com isto provando “que não tem força moral sobre si”, afirma Vitória Régia. No segundo, comentou um telegrama de Teresina, no Piauí, reproduzido em um dos diários belemenses (não especificado) que contava o caso do reverendo Clarindo Lopes, que teria contraído matrimônio em Campo Maior, cidade onde fora vigário, mas que foi exortado pelo bispo de lá a abandonar a esposa em nome do celibato católico. Vitória Régia execrou o ocorrido, qualificando-o como “monstruosidade” e afirmando que “parece incrível que uma religião que legaliza o matrimônio seja a primeira a aconselhar (...) a quebra de um contrato feito entre duas pessoas que não sofrem das faculdades mentais”, finalizando o texto desejando muitas felicidades e prole numerosa a Clarindo Lopes.³⁹²

O tema do anticlericalismo também está presente na carta da grevista anônima da *Fábrica Perseverança*, já que ela critica diretamente o vigário de Nazaré, e no artigo assinado sob o pseudônimo de *Amatoris* que faz severas críticas às freiras, condenando-lhes fortemente os hábitos e “absolutamente o modo hipócrita de viver”.³⁹³ Tanto o anticlericalismo quanto a questão da mulher foram assuntos recorrentes nos textos de *Amatoris*, como pode-se notar no Quadro 1. Como mencionado, o pseudônimo não nos permite deduzir se *Amatoris* se tratava mesmo de uma mulher, ou de um homem, já que o termo em latim significa “um amante”. No limite, pode-se até mesmo especular que a autoria do texto seja do já mencionado Mário Amador, devido tão somente a semelhança entre o seu sobrenome e o pseudônimo escolhido.

O anticlericalismo parece ter sido uma das chaves da participação feminina nas movimentações operárias em Belém e, na verdade, a associação entre a emancipação feminina e o combate à influência da Igreja na sociedade ou o levantamento do anticlericalismo por mulheres nos jornais operários foram bastante recorrentes no

³⁹¹ RÉGIA, Vitória. “O despertar da mulher”. *O Semeador*, Belém, nº 28, 29 nov. 1919, p. 1.

³⁹² RÉGIA, Vitória. “Como eles andam”. *O Semeador*, Belém, nº 29, 6 dez. 1919, p. 1

³⁹³ AMATORIS. “Tem Graça!”. *O Semeador*, Belém, nº 44, 20 mar. 1920, p. 1.

movimento operário de diversos lugares naquele momento.³⁹⁴ Uma década antes de Vitória Régia e Amatoris escreverem seus textos anticlericais, Maria Lages Guerra – esposa de Eduardo Guerra, um chofer português expulso do Pará em 1915 – enviou uma carta ao jornal anticlerical e libertário paulistano *A Lanterna*, onde comentou o Círio de Nazaré, comemoração tradicional de Belém e expressão do catolicismo regional. Nesta carta ela lamenta a multidão de maltrapilhos que “dá ideia da ignorância e do atraso do nosso povo.”³⁹⁵

Nos anos seguintes, Maria Guerra esteve envolvida nas organizações classistas da cidade, assinando, em julho de 1912, junto a outros militantes, uma carta de protesto enviada à *Lanterna* contra o espancamento do militante paulista Francisco Calvo, vítima de violência policial.³⁹⁶ Alguns meses depois, foi ainda uma das assinantes – a única mulher – da ata de fundação do *Centro Sindicalista das Classes Trabalhadoras do Pará*, organização de orientação sindicalista revolucionária cujo fim era “fazer uma ativa propaganda do ideal de emancipação humana no seio dos trabalhadores”.³⁹⁷

Maria Guerra foi uma das principais lideranças femininas no movimento operário paraense do início do novecentos. Quando da expulsão de seu marido em 1915, ela empreendeu uma campanha de protesto, indo à imprensa denunciar a deportação ilegal de Eduardo³⁹⁸ e apelando ao cônsul de Portugal em Belém para que impedisse a deportação. Não foram encontradas outras referências a ela depois desta data, o que nos faz levantar a hipótese de que ela possa ter voltado à Portugal para reencontrar seu companheiro.³⁹⁹

Mais ou menos no mesmo período, algumas mulheres participaram da articulação e funcionamento do *Centro Humanitário Amor, Sciencia e Liberdade* – CACL (depois perderia o “Humanitário” do nome) –, fundado em 1º de maio de 1912 e que tinha por

³⁹⁴ Ver por exemplo: MARTINS, Pablo dos Santos. O anticlericalismo anarquista durante a primeira república Brasileira (1899-1920). *Revista Cantareira*, Niterói, (28), p. 150-160, 2018; PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina, op. cit.; SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: *La Voz de la Mujer* como estudo de caso (Buenos Aires, 1896). *Pergaminho*, Patos de Minas, MG, (9): 27-44, 2018.

³⁹⁵ GUERRA, Maria. “A ‘Lanterna’ no Pará”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 63, 24 dez. 1910, p. 2.

³⁹⁶ “Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 152, 17 ago. 1912, p. 3.

³⁹⁷ “Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 156, 14 set. 1912, p. 4.

³⁹⁸ “Torpe invenção”. *Estado do Pará*, Belém, n° 1.448, 31 mar. 1915, p. 2.

³⁹⁹ Fernando Teixeira da Silva, discutindo as possibilidades de pesquisa relacionadas a imigração portuguesa e ao movimento operário brasileiro, menciona como um filão a ser explorado a busca e identificação nos arquivos de Lisboa de militantes e lideranças operárias lusitanas que foram alvo de deportações no Brasil. Infelizmente, não nos foi possível realizar uma tal investigação nas circunstâncias atuais e nos limites institucionais desta pesquisa. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. Imigração portuguesa e movimento operário: fontes e arquivos de Lisboa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n° 2, p. 85-98, jul/dez 1997, p. 86.

fim principal “manter uma biblioteca e uma escola prática para o desenvolvimento intelectual e a educação racional de seus associados e alunos, compostos exclusivamente de livres-pensadores”.⁴⁰⁰

A organização também trocava correspondência com os redatores do *A Lanterna*, com parte dela sendo publicada em dezembro de 1912: em uma carta de protesto dos membros do *Centro Amor Ciência e Liberdade* e dos alunos da “*Escola livre Século XX*” – “compostos de operários e filhos de operários livres-pensadores” – contra a realização do congresso operário convocado por Hermes da Fonseca naquele ano; assinam a carta quase trinta pessoas⁴⁰¹, entre os quais consta os nomes de Lucila Monteiro, Clara de Almeida e Ana Monteiro; no dia 13 de outubro, não por coincidência, no aniversário do assassinato de Francisco Ferrer, os signatários do protesto fundaram a *Liga Anticlerical do Pará*, anexa ao Centro; Lucila Monteiro ocupava o cargo de secretário-correspondente do CACL.⁴⁰²

Embora os militantes do *Centro* pautassem assuntos educacionais, religiosos – o livre-pensamento – ou francamente anticlericais, a questão operária também ocupou lugar em suas preocupações, como pode-se perceber no protesto contra o congresso “dos falsos operários”, de 1912; na indicação de que os estudantes de sua escola eram filhos de operários; na manifestação do “desejo de entrar em relações com todos os jornais, sociedades e grupos operários e de propaganda do Brasil e também do exterior”⁴⁰³ e, por fim, na presença de conhecidos militantes operários, como o chofer Eduardo Guerra e o sapateiro Antonino Domingues, em suas fileiras.

Os sobrenomes das participantes são indicativos de parentesco com outros membros do *Centro*. Lucila Monteiro e Ana Monteiro podem ter ligações com Manoel Monteiro, bibliotecário do CACL; já Clara de Almeida parece ter, mais claramente, ligação com José de Almeida, tendo em vista que os nomes de ambos aparecem lado a lado nas assinaturas de protesto contra o Congresso operário de 1912, embora as evidências não permitem identificar ou sugerir se eram irmãos, cônjuges ou tinham outro grau de parentesco. Eduardo Guerra foi um dos articuladores do *Centro*, assinando a carta

⁴⁰⁰ “Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 169, 14 de dezembro de 1912, p. 4.

⁴⁰¹ André Lobo, Lucila Monteiro, Clarindo Castro, Esmeraldo Mota, A. Castelo Branco, Alberto Abreu, Diocécio Banhos, Alberico Aguiar, Alcides Silva, Júlio Carneiro, Lincoln Pires, Manoel Monteiro, Nestor Galvão, José de Almeida, Clara de Almeida, Djalma Caldas, Anatólio Caldas, Ana Monteiro, Eduardo Guerra, José Loureiro, José Cezar, Artur Aguiar, Abel Nogueira, José Nogueira, Adolfo Ferron, José Conde, Júlio Barbarro, Manoel Salgado e Antônio Dominguez.

⁴⁰² “Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 169, 14 dez. 1912, p. 4.

⁴⁰³ “Núcleos de Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 154, 31 ago. 1912, p. 4.

de protesto contra o Congresso operário de 1912 e, embora seu nome não conste nas referências sobre o *Centro*, é factível a hipótese de que Maria Guerra acompanhasse as atividades desta organização, tendo em vista seu expreso anticlericalismo.

Talvez os Monteiros e os Almeidas fossem, assim como Eduardo e Maria Guerra, “*una familia radical en la que ambos sexos y más de una generación formaron parte de la dirigencia local*”, como aquelas que eram comuns no movimento operário inglês do século XIX, conforme os estudos de Dorothy Thompson.⁴⁰⁴ Para a São Paulo do mesmo período, também há o registro de famílias cujos membros de ambos os sexos eram militantes do movimento operário, como os Montorsos e as Cerqueiras, demitidos de fábricas paulistanas na década de 1920 por conta do envolvimento em protestos de trabalhadores, identificados por Gláucia Flaccaro⁴⁰⁵ ou ainda, a família Magrassi, cuja mãe e filho, Matilde e Luigi Magrassi, eram militantes anarquistas, conforme demonstrado por Edilene Toledo.⁴⁰⁶

* * *

De acordo com Fraccaro “(...) é preciso abordar a presença das mulheres no movimento operário tendo em vista as suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe.”⁴⁰⁷ Neste sentido, o anticlericalismo foi uma pauta assumida com especial ênfase pelas mulheres na cidade de Belém nesta conjuntura de fim da década de 1910, evidenciando uma atuação política no movimento operário de contestação e de resistência a outras modalidades de opressão que não as exclusivamente econômicas.

Premidas pelas jornadas de trabalho diárias escorchantes, pelas exigências do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, pressionadas pelo patriarcado sempre tendente a relegá-las ao espaço privado – com o apoio e aquiescência, inclusive, de muitos homens trabalhadores –, diversas operárias não encontravam tempo ou interesse pela vida sindical e associativa ou por outras manifestações classistas, como a imprensa operária.

⁴⁰⁴ THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada. *Mora*, n. 19, p. 65-82, 2013.

⁴⁰⁵ FRACCARO, G. C. C. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo, op. cit., p. 84-85.

⁴⁰⁶ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 23.

⁴⁰⁷ FRACCARO, G. C. C. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo, op. cit., p. 76.

No entanto, as trabalhadoras cidadinas também marcaram presença nas agitações trabalhistas de Belém naqueles conturbados anos; inclusive, com um grau de radicalidade que contrasta com as representações de brandura geralmente difundidas pela imprensa que as apresentavam como, dóceis, passivas, moderadas e ordeiras; o “sexo frágil”.

Participando das manifestações de Primeiro de Maio; das assembleias ou de *meetings*; consumindo ou colaborando com a imprensa operária; paralisando o trabalho por aumento de salários, em solidariedade à outras categorias ou reivindicando condições mais dignas para o trabalho que desenvolviam; arremessando pedras ou ridicularizando os trabalhadores fura-greves, elas também fizeram parte da história da classe trabalhadora na capital amazônica. Uma história, como se viu, preta de processos de dominação, de todas as formas e modalidades (econômicas, políticas, de gênero), mas também de ações de lutas e resistências, individuais e coletivas, à essas estruturas, onde classe e gênero se cruzavam de forma promissora.

Capítulo 4

“Nossa Pátria é o Mundo Inteiro (?)”: Nacionais e estrangeiros no movimento operário belenense

O tema do movimento operário na Primeira República foi tradicionalmente associado pela historiografia ao da imigração estrangeira, sobretudo europeia, sendo os imigrantes ali vistos e apontados, desde os primeiros trabalhos historiográficos sobre o tema, como elementos idealizadores e dinamizadores das manifestações dos trabalhadores no Brasil no início do século XX, a eles sendo atribuída o impulsionamento dos sindicatos, da imprensa operária e das agitações trabalhistas verificadas em todo o país.⁴⁰⁸

Claudio Batalha foi um dos historiadores do trabalho que percebeu e assinalou essa identificação pontual que se fazia, sobretudo, entre os *militantes* operários e imigrantes estrangeiros – com destaque para os italianos –, no período da Primeira República, e isto antes mesmo do desenvolvimento mais pujante do campo da História Social do Trabalho a partir da década de 1980.⁴⁰⁹ No mesmo diapasão, Edilene Toledo, outra historiadora do trabalho no Brasil, estudando a difusão do sindicalismo revolucionário na capital paulista no início do século XX, afirmou que sua pesquisa “também é sobre imigração, visto que a grande maioria dos trabalhadores em São Paulo naquele período era composta por imigrantes”.⁴¹⁰

No entanto, nos últimos anos alguns estudos vêm salientando o forte peso do operariado de origem nacional na classe e no movimento operário brasileiro, mesmo em regiões onde a presença de imigrantes estrangeiros foi, de fato, bastante significativa, como foi o caso de São Paulo⁴¹¹, matizando desta forma a visão daqueles primeiros estudos sobre a temática. Aldrin Castellucci, por exemplo, analisando o movimento operário da Bahia, indicou que naquele estado “a origem étnico-nacional [era] essencialmente brasileira, com predomínio de negros e mestiços, tanto dos artífices

⁴⁰⁸ Ver: BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos César. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁴⁰⁹ BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República*, op. cit., p. 7.

⁴¹⁰ TOLEDO, E. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*, op. cit., p. 11.

⁴¹¹ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

quanto dos operários”.⁴¹² Os trabalhadores imigrantes, vindos de diferentes países como Portugal, Espanha e Itália – que por sua vez tinham diferenças regionais acentuadas em seus interiores – compartilhavam os espaços de trabalho e de vivências urbanas com os trabalhadores de origem nacional, que também eram heterogêneos em termos étnicos, englobando negros (sobre os quais pesava o passado escravagista), brancos pobres, mestiços, tapuias e descendentes de indígenas.

Isto fazia com que a classe trabalhadora fosse, sobretudo na região Norte do país, um mosaico de pessoas com origens étnicas e nacionais bastante variadas, o que, ao fim e ao cabo, não chegava a ser uma exclusividade regional ou mesmo brasileira, uma vez que, conforme salientado por Eric Hobsbawm, as classes operárias ditas “nacionais” afiguravam-se como quebra-cabeças de grupos heterogêneos e cuja identidade de classe não excluía, mas convivía e se relacionava com outras formas de identidade, dentre as quais a da nacionalidade, uma das mais significativas e politicamente relevantes.⁴¹³

As relações entre trabalhadores de origem nacional com os de origem estrangeira, ou mesmo as internas aos estrangeiros, eram variadas: por vezes geraram conflitos, atritos e desconfianças, manifestações que atualmente chamaríamos de xenofóbicas por parte dos nacionais e de hostilidades por parte dos imigrantes.⁴¹⁴ Além do mais, as barreiras linguísticas e culturais poderiam ser entraves para a organização classista comum destes sujeitos. Sidney Chalhoub evidenciou as tensões e conflitos entre imigrantes e brasileiros, especialmente os de cor, derivados da disputa pela própria reprodução da vida na cidade do Rio de Janeiro da República Velha: muitas vezes, grupos de imigrantes e de nacionais travavam rixas que iriam parar na chefatura de polícia, cuja documentação o autor usou para analisar aquelas disputas.⁴¹⁵

Guardadas as devidas proporções, inclusive em termos demográficos, a história operária de Belém possuía semelhanças e afinidades maiores com a da então capital federal, do que com a de São Paulo: o mercado de trabalho era formado majoritariamente por nacionais, com uma forte presença de imigrantes lusitanos e algumas outras minorias

⁴¹² CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador”. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; MAC CORD, Marcelo (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. CAMPINAS: Editora da Unicamp, 2014, p. 56.

⁴¹³ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 89-112.

⁴¹⁴ RIBEIRO, Gladys Sabino. *Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴¹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 64-89.

expressivas (como espanhóis e italianos), conforme demonstrado por Edilza Fontes ao estudar a presença dos portugueses nos mundos do trabalho de Belém.

Em outros momentos, no entanto, estas diferenças eram superadas pelos laços de solidariedade classista, quando nacionais e estrangeiros planejavam e entravam em greves, lado a lado, ou quando conviviam no interior dos sindicatos e organizavam manifestações culturais comuns. Assim sendo, o objetivo deste último capítulo é refletir acerca da origem étnica e nacional dos militantes que atuaram no contexto em tela, bem como as múltiplas relações – fossem de tensão, fossem de solidariedade – entre os operários de origem nacional e os estrangeiros nas manifestações trabalhistas ocorridas na cidade de Belém no contexto desta pesquisa.

OS IMIGRANTES NA CLASSE E NO MOVIMENTO OPERÁRIO PARAENSES

A presença de imigrantes estrangeiros na Amazônia se intensificou entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, devido principalmente, mas não exclusivamente, à atração que a economia da borracha exercia nestes contingentes, somada a situações específicas em seus países de origem, como crescimento demográfico rápido, desemprego, desastres naturais e fatores econômicos que afetaram países como Portugal e a Itália.

Em termos numéricos, os contingentes mais significativos deste fluxo foram de portugueses, espanhóis, italianos e de sírio-libaneses, secundados por outros de origem europeia: franceses, ingleses e alemães. Tais sujeitos poderiam ter destinos distintos em território paraense: para os seringais, para as colônias agrícolas ou para os centros urbanos, e ocuparem posições entre os diferentes extratos sociais, desde as camadas populares, passando pelos segmentos médios urbanos e, em menor grau, entre as elites políticas e econômicas, neste caso, quase sempre como grandes comerciantes ou representantes de empresas estrangeiras.⁴¹⁶

O escritor Abgvar Bastos fez um rico retrato dos mundos do trabalho de Belém no romance *Caminho de icamiaba*, publicado originalmente em 1932 com o título “Amazônia que ninguém sabe”. No enredo do livro, o protagonista Bepe passou um tempo no seminário de Belém, em um momento não precisado cronologicamente pelo

⁴¹⁶ Sobre os processos migratórios para a Amazônia na virada do oitocentos para o novecentos ver: EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013. STAEVIE, Pedro Marcelo. Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 153-172, 2018.

autor, mas no contexto do *boom* da exportação da borracha. Descrevendo a cidade, Bastos escreveu:

Desde a madrugada começa o trânsito dos trabalhadores. Turcos ambulantes, teque-teque no punho, caixa às costas, conduzem fazendas e quinquilharias. Peixeiros lusitanos, com tabuleiros, e peixeiros nacionais, com carrinhos de mão, oferecem à freguesia o produto das pescas marítimas e lacustres. Italianos sapateiros trazem paus, sobre os ombros; nas extremidades crivam-se cabides curtos, onde oscilam sapatos, botas, chinelos, alpercatas, tamancos. Engraxates, também italianos, nas esquinas, alçam, a tiracolo, as caixas de serviço. Espanhóis agricultores empurram carros com verduras e frutas. (...) Japoneses itinerantes percorrem as habitações e mostram brinquedos, cortinas, ventarolas com faisões estampados, cintos com inscrições, bengalas dos colégios de Tóquio. Russos soturnos compram ouro, prata e pedra preciosas [sic]. Francos belgas oferecem roupas feitas, de linho ou seda, tapetes, colchas, toalhas. Chins [sic] abrem as portas das tascas e engomam para os homens. Barbadianos britadores trabalham nas linhas dos bondes e barbadianas desnalgadas servem de amas ou vão ao aos mercados (...).⁴¹⁷

Parte dos estrangeiros que se estabeleceram nas cidades eram trabalhadores qualificados e com algum grau de educação formal, sendo um dos vetores da difusão das ideias socialistas de diversos matizes, como o marxismo, o anarquismo e as diversas vertentes do reformismo, ou até mesmo o positivismo, que circulavam nas classes trabalhadoras dos países da Europa. No caso específico do Estado do Pará, a bibliografia disponível, embora pouco numerosa, traz alguns exemplos: é o caso do litógrafo e impressor de origem alemã Hans Karl Wiegandt (adaptado para João Carlos Wiegandt), que se instalou na então província do Pará, em 1870, permanecendo ali até a sua morte em 1908. Vicente Salles analisou a trajetória de Wiegandt, tanto quanto artista quanto como militante. No que tange a sua atuação no movimento dos trabalhadores, Salles expõe que Wiegandt:

Em 15/8/1879 foi um dos fundadores da Sociedade Beneficente Mecânica Paraense, de cuja diretoria participou em várias ocasiões, assim como, mais tarde, foi membro do Clube de Artistas Nacionais, criado em 1891, e depois do Partido Operário do Pará, 1891, como também do Partido de Artistas e Operários do Pará. Esse partido editou em 1901 *O Trabalho*, que estampou, no cabeçalho, a efígie de Karl Marx, desenho de João Carlos Wiegandt.⁴¹⁸

Outro exemplo neste sentido foi o de Armando Schivazappa, anarquista de origem italiana residente do Pará nos anos finais do século XIX, autor da peça de cunho social intitulada *A Greve dos Ferreiros*, representada em Belém em 1897 pelo grupo teatral *Luz e União* e que, nas palavras de Salles, “muito deu o que falar” na cidade.⁴¹⁹ Italianos

⁴¹⁷ BASTOS, A. *Terra de Icamiba*, op. cit., p. 17-18.

⁴¹⁸ SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e militantes excluídos*: capítulos da história do Pará. Belém: Paka-tatu, 2001, p. 99-100.

⁴¹⁹ SALLES, Vicente. Canto orfeónico no Pará. *Música em contexto*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57-71, 2007.

também foram responsáveis pela publicação em Belém da folha de edição única *Un Anniversário: Rivendicazione*, que veio a lume no ano de 1901, em memória do anarquista Gaetano Bresci, que no ano anterior tinha assassinado o rei italiano Humberto I. Este foi, pelo menos pelo que se tem conhecimento até o momento, o único periódico declaradamente operário publicado em língua estrangeira na atual Região Norte do país no período da Primeira República. Os trabalhadores imigrantes traziam para as terras amazônicas, fosse em suas bagagens ou em suas cabeças, ideias, práticas e experiências que ajudavam a forjar uma identidade de classe junto aos trabalhadores nacionais.

Isto não significa, todavia, que os trabalhadores imigrantes estrangeiros fossem os únicos a organizar instituições classistas no século XIX. Dos nove fundadores da *Sociedade Artística Paraense*, uma das primeiras associações beneficentes de trabalhadores em Belém, inaugurada em 1867, cinco eram paraenses, um era pernambucano, um era maranhense e um era natural do Rio de Janeiro, dos quais pelo menos três se declararam como negros e um como mulato.⁴²⁰

Os imigrantes também não foram os únicos emissários das ideias socialistas na Amazônia. Elas poderiam chegar na região por outras mãos e outras cabeças. É o caso, por exemplo, de alguns jovens provenientes de segmentos médios urbanos, ou mesmo das elites, que estudaram na Europa ou outras regiões do país, lá entrando em contato com estas ideias e as trazendo ao Pará, ou ainda por meios de leituras realizadas no próprio estado, já que estes eram segmentos que tinham acesso maior a livros, jornais e revistas estrangeiras. Outros agentes que poderiam ser divulgadores das correntes de pensamento socialistas no Pará e no Brasil, se bem que em menor número, foram os trabalhadores nacionais autodidatas, que a partir de suas leituras e experiências sociais passavam a aderir a essas ideias.

No Estado do Pará, um exemplo do primeiro caso parece ter sido José Veríssimo – escritor, jornalista, crítico literário e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras –, que foi livre-pensador, anticlericalista, antimilitarista e leitor entusiasta de Piotr Kropotkin, a quem qualificava de “doce anarquista”, e León Tolstói, a quem cognominou “anarquista evangélico”, autores para quem, inclusive, dedicou alguns textos.⁴²¹ No Rio de Janeiro, cidade para qual se mudou permanentemente e ganhou projeção intelectual,

⁴²⁰ BRANDÃO, Mathias Ferreira. *Filhos do trabalho, irmãos na beneficência: A Sociedade Artística Paraense, 1867-1874*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 39-40.

⁴²¹ SALLES, V. *Memorial da Cabanagem*, op. cit., p. 181-198

Veríssimo fez parte do corpo docente da *Universidade Popular de Ensino Livre*, instituição de ensino fundada em 1904 por líderes sindicais e direcionada à classe operária carioca.⁴²²

Quanto ao segundo caso, é possível incluir o tipógrafo e poeta Bruno de Menezes como um exemplo bastante significativo, já que se formou intelectual e politicamente de forma autodidata, trabalhando como encadernador na *Livraria Moderna* no início da década de 1910, aproveitando a oportunidade para ler os livros que ali chegavam para encadernação. Como destacou Aldrin Moura de Figueiredo, “foi lá que conheceu a obra de Vicente Blasco Ibáñez (1867-1928), Liev Tolstoi (1828-1910), Maksin Gorki (1860-1904), Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895) e toda uma linhagem respeitável de autores reverenciados no universo anarquista”.⁴²³

No entanto, a forte atuação de estrangeiros no movimento operário em Belém se estendeu até o início da década de 1910, como pode ser percebido pelas trajetórias de um conjunto de militantes que foram expulsos da cidade para seus países de origem devido aos seus papéis nos movimentos de contestação da classe trabalhadora, conforme detalhado por Edilza Fontes. Trata-se de Antônio da Costa Carvalho (quitandeiro, português), Antonino Domingues (sapateiro, espanhol), Manoel Pereira Bastos, Manoel Martins e Gentil da Cunha Santos – com profissões e nacionalidades não identificadas – que foram expulsos em 1914, devido a participação deles em greves de diversas categorias profissionais (sapateiros, carroceiros, quitandeiros, trabalhadores da construção civil) engendradas nos primeiros meses daquele ano, além dos choferes portugueses Júlio Durval e Eduardo Guerra, do alfaiate espanhol Adolfo Alonso e do horteleiro espanhol José Rocha, nestes casos devido a participação na greve dos carroceiros, em abril de 1915.⁴²⁴

Três dos trabalhadores expulsos, Manoel Pereira Bastos, Manoel Martins e Gentil da Cunha Santos, não tiveram suas nacionalidades e profissões identificadas pela historiadora, embora se possa especular, devido tão somente aos seus nomes, que fossem portugueses. Manoel Pereira Bastos representou o *Sindicato dos Carroceiros* no ato de fundação da UGT em 11 de janeiro de 1914,⁴²⁵ o que é apenas um indicativo de sua profissão (que contava, aliás, como uma forte presença portuguesa). Nota-se a

⁴²² HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, op. cit., p. 326.

⁴²³ FIGUEIREDO, A. M. *Rubra poesia*, op. cit., p. 70.

⁴²⁴ FONTES, E. *Preferem-se portugueses(as)*, op. cit., p. 246-280

⁴²⁵ “No Estado do Pará”. *Onze de Janeiro*, Belém, nº único, 11 jan. 1918, p. 1.

exclusividade da presença de portugueses e espanhóis entre os expulsos nas duas levas, o que não chega a surpreender já que estas eram as comunidades de imigrantes mais numerosas na cidade.

Alguns destes sujeitos estavam atuando desde os anos iniciais da década de 1910 na organização da classe operária na cidade, por meio da correspondência com jornais de outros estados (principalmente com o *A Lanterna*, de São Paulo), na distribuição desses mesmos jornais ou de panfletos e outras publicações entre os trabalhadores de Belém, na organização de sindicatos e federações sindicais (como a própria UGT), além de comporem grupos anticlericais e escolas racionalistas destinadas à filhos de operários, ou ainda como oradores em *meetings* e manifestações públicas.

A expulsão do país não cortou laços deles com o movimento operário paraense, já que eles continuaram trocando correspondência e jornais com os militantes de Belém, além prestarem outras formas de apoio. É o caso de Antônio da Costa Carvalho que, já no ano seguinte a sua deportação do Pará, atuaria em seu país de nascimento na criação da *Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal*, como suplente no Conselho Fiscal dessa organização.⁴²⁶

A manutenção desse contato fica mais evidente na publicação, em 1918, do *Onze de Janeiro*, edição comemorativa do quarto aniversário de fundação da UGT, onde foi publicada uma carta aberta de Silvestre Costa – trabalhador da construção civil e militante residente em Belém – dirigida a Costa Carvalho, que nela é qualificado como amigo, mestre e camarada. Na mesma publicação apareceu também uma pequena nota que informava o falecimento de Júlio Durval, expulso do Brasil em 1915, por tuberculose, na Espanha.⁴²⁷

Gentil da Cunha Santos, também expulso do país em 1914, retornaria a Belém pouco tempo depois, voltando a atuar como uma liderança destacada no meio operário. Ele já se encontrava no Pará no início de 1917, quando endereçou de lá uma carta destinada à redação do jornal paulistano *Guerra Sociale*, se apresentando como responsável pela correspondência do grupo de afinidade anarquista belemense *Os Perseguidos*.⁴²⁸ No contexto da greve dos motorneiros e condutores da *Pará Eletric*, de 1918, o jornal *Estado do Pará*, um dos diários de maior circulação da cidade, se referiu à Gentil da Cunha nos seguintes termos:

⁴²⁶ “Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal”. *Estado do Pará*, Belém, nº 1.373, 15jan.1915, p.2.

⁴²⁷ *Onze de Janeiro*, Belém, Edição única, 11 jan. 1918, p. 2 e 4.

⁴²⁸ “*Bolletino dell’Alleanza Anarchica*”. *Guerra Sociale*, São Paulo, nº 38, 27 jan. 1917, p. 1.

Os motorneiros e conductores que se recusaram ao trabalho foram a isso levados pelas insinuações de Gentil da Cunha, secretário da União Geral dos Trabalhadores. Este indivíduo, que é dotado de espírito de verdadeiro anarchista, tem sido em nossa capital a cabeça de várias greves, como ainda ultimamente, em que desempenhou papel saliente, na dos operários da *Port of Pará*, em Val-de-Cães. Gentil da Cunha, que é por demais conhecido entre o proletariado, foi o companheiro dos célebres grevistas há tempos deportados de Belém, Antônio Mota de Carvalho [sic] e Alonso Guerra [sic], dois elementos perturbadores que foram da ordem pública. Seria bom se as autoridades voltassem suas vistas para Gentil da Cunha, que constitui uma série ameaça à tranquilidade da população.⁴²⁹

Outro dos trabalhadores expulsos do Pará em 1914 e que retornaria anos mais tarde ao Brasil foi o sapateiro espanhol Antonino Domingues – por vezes teve o nome grafado como “Antônio” e o sobrenome como “Domingues” ou “Dominguez”. Nascido na região de Ourense, não se sabe ao certo quando ele imigrou para o Brasil, mas ao que tudo indica ele era ainda muito jovem quando se instalou no país. Na primeira metade da década de 1910 já exercia o ofício de sapateiro e militância política em Belém, participando das greves dos sapateiros, carroceiros e horteleiros ocorridas em 1914, quando então foi expulso do país devido a essa atuação. Na década de 1920, Domingues voltou ao Brasil, se instalando desta vez em São Paulo e continuando militância muito ativa, tanto nos sindicatos dos sapateiros quanto na imprensa operária, o que lhe rendeu nada menos que seis prisões entre 1921 a 1924.⁴³⁰

As trajetórias erráticas e instáveis destes sujeitos vão ao encontro “a mobilidade geográfica e ideológica dos militantes e o papel fundamental da imigração na constituição do sindicalismo como um fenômeno transnacional”, já asseverada por Edilene Toledo. A autora pontuou ainda que “essa circulação de ideias era de mão dupla: os imigrantes traziam e levavam ideias e experiências”.⁴³¹ Desta forma, alguns dos trabalhadores imigrantes que se engajaram no movimento operário tiveram seus primeiros contatos com a vida sindical e com a militância política quando já residiam no Brasil, vindo a exercer o ativismo em seus países de origem quando regressavam, deportados ou espontaneamente, ou ainda em outros países em processos de (re)emigração. Além disso, também atuavam como fios na rede de contatos que se formavam entre os núcleos militantes de diversos países, dinamizando troca de jornais, correspondências e

⁴²⁹ “A Greve de Motorneiros e Conductores da Pará Electric”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.708, 11 out. 1918, p. 1.

⁴³⁰ BELLO JÚNIOR, Demétrio Quiros. Sapateiros militantes em São Paulo na década de 1920: lutas, debates, caminhos. *Escrita da História*, Juiz de Fora, MG, 60-87, 2017.

⁴³¹ TOLEDO, E. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*, op. cit., p. 17.

experiências, quase sempre movidos pelo internacionalismo que animava parte significativa das lideranças de trabalhadores no período anterior a Grande Guerra.

Um exemplo dessa circulação de mão dupla de militantes foi o de José Maria Ferreira de Castro, jornalista e escritor autor do romance *A Selva*. Ferreira de Castro migrou para a Amazônia em 1911, com apenas 12 anos de idade, para trabalhar como seringueiro e depois como caixeiro no seringal *Paraíso*, nas margens do Rio Madeira. Permaneceu na região amazônica, entre Belém e Manaus, vivendo de pequenos bicos e de sua atividade jornalística, até 1919 quando regressou para sua pátria de origem. Na década de 1920, deu vazão à sua militância anarquista, ideal que cultivou até o fim da sua vida, passando a escrever para jornais operários como *Renovação* e *A Batalha*, ambos ligados a *Confederação Geral do Trabalho* (CGT) portuguesa, de tendência anarco-sindicalista. Na mesma década, também assumiu alguns cargos no sindicato dos jornalistas de Portugal.⁴³²

A passagem de Ferreira de Castro pela Amazônia ainda é obscura, já que recebeu relativamente pouca atenção dos estudiosos e críticos literários, mas alguns indícios apontam para o contato do jornalista e escritor lusitano com as ideias socialistas libertárias ainda no Brasil. É o caso de um artigo publicano em um jornal manauara, no ano anterior ao seu regresso a Portugal, cuja temática era a comunidade lusitana na capital do Amazonas; em determinado momento do texto, o escritor escreveu que:

O movimento associativo português em Manaus, suplanta sem embargo algum o movimento associativo de Belém, do Maranhão, do Ceará, de Pernambuco e de muitos outros estados. E é sem dúvidas pelas sociedades transcendentemente orientadas que se consegue o alevantamento em conjunto duma colônia, como nas comunas práticas idealizadas pelos anarquistas.⁴³³

A citação indica um contato de Ferreira de Castro com as ideias do socialismo libertário; e a comparação com juízo de valor positivo entre as “comunas práticas anarquistas” e a comunidade lusitana em Manaus indicam a simpatia do jornalista pela corrente de pensamento pela qual iria militar nos anos seguintes. Abrahin Baze registrou que em sua estadia em Belém, “(...) a despeito de concentrado e tímido, Ferreira de Castro

⁴³² CABRITA, Maria João. No rasto da passagem de Ferreira de Castro pelos suplementos e revista de A Batalha (1919-1927). *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa (Portugal), v. 26, 119-137, 2009; ALVES, Ricardo António. *Anarquismo e Neo-Realismo: Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*. Lisboa (Portugal): Âncora Editora, 2002.

⁴³³ CASTRO, Ferreira de. “A União Portuguesa em Manaus: Impressões de um jornalista luso”: *Imparcial*, Manaus, nº 139, 17 maio 1918, p. 1 (Grifo nosso).

participou, com sua oratória, da Associação Operária Paraense e fez propaganda das suas generosas ideias de emancipação humana”.⁴³⁴

Embora não tenham sido encontrados nos jornais operários indícios de uma aproximação mais ativa e próxima de Ferreira de Castro com as organizações operárias e com as greves em Manaus ou em Belém, é presumível que ele não estivesse alheio a elas, já que muitos de seus compatriotas estavam envolvidos nas agitações trabalhistas. Ele acabou por levar em sua bagagem algumas vivências que iriam o influenciar a militar nos movimentos operário e anarquista em seu país de origem. Mapeando a produção de jornais portugueses na Amazônia no período de abrangência da dissertação, Geraldo Sá Peixoto Pinheiro também aponta para os vínculos de intelectuais portugueses e o anarquismo. Diz ele:

De 1913 até o período compreendido entre os anos de 1917 e 1919, quando circulou, na cidade de Belém, o jornal *Portugal*, existem informações dando conta da existência de alguns outros jornais, a exemplo do *Portugal Moderno* (1915), da *Gazeta Lusitana* (1916), do *Record* (1918), e d’*O Lusitano* (1919). Os jornais *A Revolta*, editado em Belém no ano de 1919, *O Gráfico*, que circulou em 1929 como órgão da União Gráfica do Pará, e o hebdomadário *A luta*, de 1935, não eram jornais propriamente exclusivos da colônia portuguesa, não obstante reunirem em seus quadros uma expressiva presença de imigrantes portugueses letrados de orientação anarquista, como, por exemplo, Marques da Costa, figura central do Grupo Aurora Libertária e diretor do jornal *A Revolta*.⁴³⁵

Outro exemplo bastante representativo de imigrante estrangeiro que atuou no movimento operário brasileiro e teve grande mobilidade geográfica, ajudando a construir redes sociais e teias de contatos entre militantes de diferentes estados foi José Marques da Costa (imagem 3), de origem portuguesa, tinha o ofício de carpinteiro quando chegou ao Brasil, entre o fim de 1917 e o começo de 1918, fixando-se inicialmente em Manaus. Não foram encontradas referências a atuação dele em Portugal, embora a hipótese de ter trazido em sua bagagem alguma experiência sindical e militante não deva ser descartada.⁴³⁶ Na capital amazonense, Marques da Costa não tardou em contribuir para a fundação da organização corporativa de sua área de trabalho, sendo eleito e ocupando o

⁴³⁴ BAZE, Abrahim. *Ferreira de Castro: um imigrante português na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2012, p. 185.

⁴³⁵ PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras / Universidade do Porto, Porto (Portugal), 2012, p. 109.

⁴³⁶ Cf. <https://marquesdacosta.wordpress.com/about/> consultado em 28/08/2020, as 15:03 hrs.

cargo de 1º Secretário da *Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil no Amazonas*.⁴³⁷

Imagem 3
José Marques da Costa



Fonte: <https://marquesdacosta.wordpress.com/about/> consultado em 27/03/2023.

No mesmo ano, ele se utilizou de um jornal de grande circulação da cidade para rebater ataques xenofóbicos contra lusitanos publicados na *Gazeta da Tarde* por um dos seus redatores, Ageu Ramos.⁴³⁸ Em tréplica publicada no mesmo jornal, novamente respondendo a ataques da *Gazeta*, Marques da Costa escreveu, provavelmente respondendo a “acusação” de ser socialista, que: “a política que professo não é a socialista, portanto, faltais a verdade asseverando que eu tenho apregoado a divisa de tais políticos”.⁴³⁹ Esta passagem pode indicar tanto um período de formação política inicial quanto uma adesão ao anarquismo – vertente a qual irá se filiar nos anos seguintes. Seja por conta dos atritos causados por sua posição anti-xenofóbica seja em busca de melhores condições de vida ou emprego, ainda em 1918, Marques da Costa se mudou para Belém.

Na capital do Estado do Pará, onde se estabeleceu entre o final de 1918 e o início de 1919, o carpinteiro lusitano intensificou sua militância, se integrando ao grupo de afinidade *Aurora Libertária* e se tornando ali o redator-principal do periódico porta-voz da organização, o *A Revolta*, que circulou na segunda metade de 1919, sendo dedicado principalmente aos trabalhadores da construção civil. Além d’*A Revolta*, ele contribuiu com outros jornais operários publicados em Belém no período, assinando artigos em *O*

⁴³⁷ *A Capital*, Manaus, n° 252, 29 mar. 1918

⁴³⁸ COSTA, J. Marques. “O Sr. Ageu Ramos, a sua gazeta e a colônia portuguesa”. *A Capital*, Manaus, n° 319, 6 jun. 1918, p. 2.

⁴³⁹ COSTA, J. Marques. “O caso da Gazeta”. *A Capital*, Manaus, n° 319, 6 jun. 1918.

Semeador e no *A Voz do Trabalhador*. Também atuou nos meios sindicais como delegado da *Federação das Classes da Construção Civil* na *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará*, proferindo um discurso nas manifestações do dia dos trabalhadores de 1919⁴⁴⁰ e concedendo uma entrevista ao *Estado do Pará* em defesa dos trabalhadores que empreendiam uma greve pela jornada de oito horas em maio do mesmo ano.⁴⁴¹

A migração de Marques da Costa pode ter servido para intensificar os contatos entre os trabalhadores de ambas as capitais amazônicas. Com efeito, talvez não por coincidência, em meados de 1919 um jornal operário belemense noticiou o recebimento de um telegrama dos trabalhadores do ramo da construção civil de Manaus informando que se encontravam em greve reivindicando a jornada de oito horas e que alguns mestres de obras se dirigiam à Belém para contratarem pessoal como forma de abortar o movimento. Rogavam também pelo apoio dos trabalhadores da capital do estado vizinho, no que foram atendidos: a *FCT* distribuiu um boletim chamando a atenção dos trabalhadores belemenses para esse fato.⁴⁴²

Em 1920, Marques da Costa migrou novamente, desta vez para a então capital do país. Naquela cidade, foi indicado como secretário-geral da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e colaborou com os jornais operários na primeira metade da década de 1920, como *Renovação*, *O Emancipado*, *Spartacus*; também assinou a seção trabalhista do comercial-diário *A Pátria*. Em 1924 foi expulso do país, no bojo da repressão a revolta tenentista paulista daquele ano.⁴⁴³

ALGUNS PERCURSOS SINGULARES

As trajetórias de Marques da Costa e Ferreira de Castro também coincidem em outro fenômeno histórico: a saída de estrangeiros da região amazônica no final da década de 1910. Apesar deste peso inegável nos períodos iniciais de formação da classe operária em Belém, no que tange a conjuntura de agitações trabalhistas nos anos finais da década, alguns fatores apontam para o declínio da participação dos imigrantes e o predomínio dos nacionais, fosse na composição da classe fosse em seus movimentos. Além das expulsões de importantes lideranças entre 1914 e 1915, a crise econômica pela qual a região passava foi um fator importante para a diminuição do fluxo migratório – e mesmo sua inversão – devido a perda do principal atrativo para os deslocamentos para a região (a pungência da

⁴⁴⁰ “1º de maio”. *O Semeador*, Belém, nº 4, 21 maio 1919, p. 3.

⁴⁴¹ “Movimento Operário”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.918, 10 maio 1919, p. 2.

⁴⁴² “De Manaus”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 jun. 1919, p. 1.

⁴⁴³ <https://marquesdacosta.wordpress.com/about/>

economia da borracha), que por sua vez foi agravada devido a Guerra, além de gerar processos de (re)emigração, com novos deslocamentos, seja dos que estavam estabelecidos na Amazônia e decidiam voltar para os seus países de origem, seja dos que, da Amazônia optavam para outras regiões do Brasil – como Ferreira de Castro e Marques da Costa – e do mundo, sempre em busca de emprego e de melhores condições de vida e trabalho.

As perseguições e expulsões, aliás, não cessaram após as greves de 1914 e 1915, como atestam algumas notas na imprensa operária. Em outubro de 1919, o periódico *O Semeador* publicou a seguinte nota de falecimento:

Tivemos notícia de Orence [sic] (Espanha) participando o falecimento do nosso velho companheiro de lutas Lourenço, que por motivos de perseguições na última greve, foi obrigado a embarcar.
Aos camaradas marceneiros, cujo quadro pertencia o morto, enviamos os nossos pezames.⁴⁴⁴

A greve referida provavelmente foi a greve geral de maio, na qual os marceneiros tiveram uma participação ativa. A pequena nota não detalhou se Lourenço foi expulso ou se embarcou por conta própria, para escapar da repressão ou do desemprego que se abateu sobre aqueles que aderiram ativamente às greves. A migração de trabalhadores engajados não era uma exclusividade dos estrangeiros, mas também afetava os nacionais: é o caso dos marceneiros José Arias, primeiro secretário do grupo de propaganda *Os Semeadores* e filiado à *União dos Marceneiros e Artes Correlativas*, e David Ottoni, secretário de expediente da *União dos Marceneiros*, que rumaram para Pernambuco após serem incluídos em uma lista negra por terem participado da última greve, e posteriormente para o Rio de Janeiro, onde Arias também acabou falecendo no final de setembro de 1919.⁴⁴⁵

Seja pelos fatores econômicos ou seja perseguição política, a tendência parece ter sido de redução na presença de estrangeiros entre o operariado amazônico. Segundo o recenseamento geral empreendido pelo Departamento de Estatística do Brasil no ano de 1920, dos 236.402 habitantes de Belém enumerados naquele ano, 218.184 eram brasileiros natos, ao passo que apenas 17.847 – menos de 10% da população da cidade – eram estrangeiros (371 pessoas tiveram sua nacionalidade ignorada). Os estrangeiros eram majoritariamente oriundos de países dos continentes europeu e americano. Em números absolutos, a maior comunidade diaspórica na cidade – pelos números oficiais do

⁴⁴⁴ “Falecimentos”. *O Semeador*, Belém, nº 23, 25 out. 1919, p. 2.

⁴⁴⁵ “José Arias”. *O Semeador*, Belém, nº 19, 27 set. 1919, p. 4; “Jozé Árias”. *A Revolta*, Belém, nº 6, 4 out. 1919, p. 3-4.

censo – continuava sendo a dos portugueses, com cerca de 12.083 pessoas (a esmagadora maioria, portanto); os espanhóis ficavam em segundo lugar, com 2.903 imigrantes, bem acima dos italianos que somavam 781 e que eram, por sua vez, seguidos de perto pelos “turco-asiáticos” (isto é, sírios e libaneses) com 773 indivíduos.⁴⁴⁶ Nota-se um predomínio acentuado de imigrantes da Europa Meridional e especificamente de países de fala latina, com cerca de 88% de todos os imigrantes residentes em Belém naquele ano, sendo oriundos de Portugal, Espanha e Itália.

Na capital paraense, os imigrantes estrangeiros poderiam compor tanto a classe trabalhadora quanto seus segmentos médios e mesmo as elites econômicas e sociais. Dessa forma, havia no Pará em 1920, ainda segundo o censo daquele ano, 10 estabelecimentos comerciais pertencentes individualmente a italianos, que empregavam 156 operários; 45 estabelecimentos pertencentes a portugueses, que empregavam 321 trabalhadores; 18 pertencentes a espanhóis, que empregavam 90 assalariados; e 2 estabelecimentos cujos proprietários eram sírios, que empregavam 8 trabalhadores.⁴⁴⁷ Os gerentes das firmas prestadoras de serviços, que mantinham laços sociais e de amizade com a alta sociedade belemense, frequentemente, eram estrangeiros, como Walter Binns, gerente da *Pará Elétric*, além do português José Pádua Andrade, gerente da fábrica de cordas *Perseverança*, ambos se envolveram em conflitos trabalhistas naquela conjuntura, conforme visto em capítulos anteriores.

Já no relatório anual enviado à Assembleia Legislativa em 1918, pelo então governador do estado Lauro Nina Sodré, é afirmado que havia 2.242 operários empregados nas fábricas e manufaturas no Estado do Pará, dos quais 1.788 eram brasileiros natos e 454 (cerca de 20% do total), estrangeiros.⁴⁴⁸ O relatório da Marinha, datado do mesmo ano, indicou que haviam se matriculado na Capitania do Porto do Pará 896 homens, sendo 713 brasileiros e 19 estrangeiros na primeira categoria, e 164 brasileiros na segunda categoria.⁴⁴⁹ Em conjunto, esses dados são indicativos fortes de que estrangeiros compunham uma parcela pequena da classe trabalhadora local naquele momento de crise.

⁴⁴⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. 328.

⁴⁴⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926, p. LXI-LXIV.

⁴⁴⁸ ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1918, pelo Governador Lauro Sodré*. Pará [Belém]: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1918, p. 40.

⁴⁴⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918, p. 197.

Seja como for, é importante salientar que haviam imigrantes de algumas nacionalidades que tendiam a ocupar profissões específicas. Edilza Fontes aponta para o fato de que os portugueses que haviam migrado para o Pará alguns anos antes, entre a década final do século XIX e a inicial do XX, tenderam a se concentrar em algumas atividades específicas, como caixeiros no comércio local – que era dominado em grande medida por comerciantes lusitanos – padeiros, carroceiros, aguadeiros, dentre outros. Comentários na imprensa belemense levam a inferir que os espanhóis tendiam a trabalhar como empregados em hotéis e restaurantes. Theodoro Braga, em obra de exposição sobre a cidade de Belém publicada em 1916, referindo-se ao serviço de carregadores, afirmou se ele “feito por essa classe de trabalhadores, em sua maioria de portugueses” e o considerava “satisfatório”⁴⁵⁰; já em relação aos engraxadores, Braga expôs que “este serviço é[ra] feito exclusivamente por italianos com uma perícia e limpeza já conhecidas”.⁴⁵¹ Como de todas essas categorias não se dispõe de dados quantitativos, o quadro resultante é bem mais opaco.

A identidade de classe não era a única alternativa que se colocava a esses sujeitos, nem mesmo o único critério para a formação de organizações coletivas. Abordando a constituição de sociedades mutualistas de cunho étnico dos espanhóis em Belém do Pará, Aline de Kássia Malcher Lima explicou que:

O surgimento de associações de auxílio mútuo correspondeu a formas de reconstrução de suas teias de sociabilidade, de identidade e uma rede de suporte em caso de necessidade. De certo que nem todos os imigrantes de fato constituíram-se membros de tais associações, pois durante as primeiras décadas do século XX o fortalecimento do movimento sindical também possibilitava mecanismos de sociabilidade, estas atreladas ao mundo do trabalho. Contudo, diante de um contexto de sérios embates no mundo do trabalho, a opção de estar vinculado ao associativismo indica que os elos de identidade étnica eram tão fortes quanto os de classe, mesmo diante de múltiplas identidades.⁴⁵²

Ainda segundo Lima, embora tais entidades não ficassem restritas ao campo da seguridade e assistência – mas algumas atuaram em prol de melhores condições de trabalho, “deixando a dualidade entre mutuais e sindicatos mais tênues” – e formassem entre os seus membros uma “consciência de pertencimento” à nação de origem, isso não correspondia necessariamente à realidade, tendo em vista a existência de disputas internas

⁴⁵⁰ BRAGA, T. *Guia do Estado do Pará*, op. cit., p. 169.

⁴⁵¹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵² LIMA, Aline de Kássia Malcher, “*Em auxílio dos seus*”: mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação e História Social da Amazônia. Belém, 2021, p. 104.

dos grupos em seu interior, quase sempre materializadas em tensões regionalistas, além do fato de que elas eram também compostas por indivíduos de classes sociais distintas.⁴⁵³

No entanto, não se verificou no Estado do Pará a frequência da formação de sindicatos e associações classistas com vieses étnicos, como em outros estados do Brasil em que a imigração de trabalhadores estrangeiros foi significativa – como no caso de São Paulo, onde foram relativamente comuns organizações (como sindicatos, centros socialistas, associações mutualistas, jornais, grupos recreativos e cooperativistas, etc.) compostas majoritariamente ou exclusivamente por italianos, que compunham por sua vez o maior contingente de imigrantes estrangeiros na cidade, por exemplo.⁴⁵⁴

Adriano Craveiro de Oliveira, com base em 159 estatutos de sociedades mutualistas que foram fundadas no Estado do Pará entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do novecentos, classificou apenas três delas como sendo “sociedades étnicas” e apenas uma como “etno-classista”, correspondendo respectivamente a 5% e 1,7% do total.⁴⁵⁵ Com base nesses dados, nos parece legítimo afirmar que em Belém do Pará, na conjuntura em tela, os trabalhadores imigrantes tenderam a se organizar muito mais em sociedades de classe do que em associações étnicas ou nacionais, o que não significa a inexistência das primeiras.

Muitos imigrantes estrangeiros residiam há vários anos no estado do Pará, alguns mesmo chegaram em tenra idade, o que possibilitou o seu enraizamento na região, com a constituição de laços familiares com brasileiros e brasileiras, o que talvez borrasse o sentimento de pertença nacional. Com efeito, é exatamente o que expressa um trabalhador estrangeiro por meio de um jornal operário paraense, em um artigo contrário as manifestações xenofóbicas que então se verificavam no final da década de 1910:

(...) O trabalhador estrangeiro que, a meu ver, reside há menos tempo no Pará, é o que vai traçando estas linhas e que já perdeu até a sua nacionalidade, visto que constituiu família com mulher brasileira e já tem dois filhos, residindo nesta terra, onde tem trabalhado honestamente, assiduamente, há 8 anos.⁴⁵⁶

⁴⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 68-70.

⁴⁵⁴ BIONDI, Luigi. Desenraizados e integrados: classe, etnicidade e nação na atuação dos socialistas italianos em São Paulo (1890-1930). *Nuevo mundo, mundos nuevos*, Aubervilliers (França), p. 1-13, 2007. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/3720>; BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 131-162, 2000.

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, A. C. *Trabalhadores na Primeira República no Pará*, op. cit., p. 32-34.

⁴⁵⁶ Kepler. “Ódio, jacobinismo e mentira”. *O Semeador*, Belém. nº 26, 15 nov. 1919, p. 1.

Seja como for, os imigrantes continuaram a compor, no final da década de 1910, tanto a classe operária quanto o seu movimento, ocupando cargos nas diretorias das associações classistas e participando as greves e, por vezes, as liderando. Alguns exemplos bastante expressivos que podem ser mencionados – além do já citado Gentil da Cunha Santos – são os do alfaiate anarquista de origem portuguesa Ayres Azevedo Pimentel, autor de peças teatrais e colaborador assíduo da imprensa operária; o do caixeiro anarquista de origem portuguesa Fernando Nazaré, também presente no sindicato de sua categoria e um dos principais oradores operários; o do caixeiro português Mário Pereira Amador, que colaborou com a imprensa operária com suas poesias⁴⁵⁷ e parte da associação dos caixeiros,⁴⁵⁸ além de ter sido eleito Tesoureiro do clube de futebol *Luso Brasileiro*⁴⁵⁹; o do trabalhador do ramo da construção civil de origem portuguesa Antônio Leite, que chegou a ser secretário da UGT, liderando as greves do final de 1918⁴⁶⁰ e ocupou o cargo de tesoureiro da FCT,⁴⁶¹ além de vários outros participantes menos expressivos das greves, cuja prisão foi noticiada pela imprensa.

OS “INDESEJÁVEIS” NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA PARAENSE

A participação de estrangeiros no movimento operário de Belém foi utilizada pela grande imprensa como forma de deslegitimar as aspirações dos trabalhadores e de seus movimentos paredistas, já que, por ela, se difundia o discurso de que as agitações trabalhistas eram obras de “estrangeiros desordeiros”, de “aves de arribação” que contaminavam o operariado nacional, que por sua vez seria pacato e ordeiro.

Tais discursos não foram, entretanto, exclusivo da grande imprensa paraense, pois conforme Sheldon Leslie Maram argumentou, na conjuntura de 1917/1920 esse tipo de discurso se intensificou na imprensa por ele analisada, que também atribuía as agitações operárias daquele período à uma “conspiração estrangeira”. Ainda segundo o Maram, esta

⁴⁵⁷ “Infelizes”. *Onze de Janeiro*, Belém. Edição única, 11 jan. 1918, p. 4; “Mãe e filha”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 17, 24 ago. 1918, p. 1; “Misérias”. *O Semeador*, Belém, nº 11, 2 ago. 1919, p. 1; “Vida efêmera”. *O Semeador*, Belém, nº 12, 9 ago. 1919, p. 1; “As irmãs de caridade”. *O Semeador*, Belém, nº 14, 23 ago. 1919, p. 1. “Os açambarcadores”. *O Semeador*, Belém, nº 33, 3 jan. 1920, p. 1; “A Fome”. *O Semeador*, Belém, nº 41, 28 fev. 1920, p. 1; “Abandonada”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 1, 1º maio 1920, p. 2; “Pátria Nossa”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 20, 18 set. 1920, p. 1.

⁴⁵⁸ Mário Pereira Amador e Fernando Nazareth assinam, respectivamente, como secretário-geral e secretário de expediente da *União dos Empregados no Comércio de Belém*, o relatório enviado por essa associação à COB. “Da União dos Empregados no Comércio de Belém, Pará”. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*, São Paulo. nº 1, ag. 1920, p. 12-13.

⁴⁵⁹ “Vida Sportiva”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.113, 19 fev. 1917, p. 4.

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 98; 109; 117.

⁴⁶¹ *ESTATUTOS da Federação das Classes Trabalhadoras*. *O Semeador*, Belém, nº 10, 26 jul. 1919, p. 2.

acusação, propagada por autoridades políticas, pela polícia e pela grande imprensa, consistia em duas partes: a negação da existência da “questão social” no Brasil – ou seja, se propagava a ideia de que no país não haveria razões para protestos sociais, já que supostamente as relações entre patrões e trabalhadores seriam harmoniosas – e a atribuição da agitação operária que se espalhava por todo o país ao incitamento de elementos estrangeiros expulsos de seus países de origem. Esta visão serviria tanto para justificar a repressão aos segmentos organizados da classe trabalhadora quanto para dividi-la ao instigar ressentimentos dos trabalhadores nacionais em relação aos imigrantes.⁴⁶²

Não custa lembrar que Maram tomou como base os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, consultando os jornais da grande imprensa daquelas localidades. No caso do Estado do Pará, verificou-se a propagação destes discursos nos jornais de maior tiragem, resultando da análise argumentos muito parecidos com os congêneres da região Sudeste. Na greve geral de maio de 1919, por exemplo, o *Estado do Pará* noticiou que:

A patrulha da cavalaria, que fazia o policiamento das oficinas Freitas Dias, prendeu ontem, pela manhã, à travessa Benjamin Constant, o operário José Fernandes, português, de 17 anos, morador a rua 28 de setembro, 21, e que na ocasião vociferava insultos às autoridades.⁴⁶³

Meses antes, na ocasião da greve geral de novembro de 1918, o mesmo periódico publicou uma carta anônima de um suposto “operário nacional” que condenou fortemente o movimento e as ideias anarquistas, que, segundo ele, teriam sido “trazidas para o nosso meio por esses elementos perversos e deportados do estrangeiro”. Em sua argumentação, o autor anônimo se dirige diretamente aos trabalhadores imigrantes, instigando seus sentimentos patrióticos como estímulo ao retorno a seus países de origem:

Portuguezes – já esquecestes que sobre as vossas cabeças tremula o abençoado pavilhão do velho Portugal heróico e valoroso, a grandeza moral de vossa tradição?

Hespanhóis – por ventura, aqui no Brasil, longe de vossas lindas paisagens, do convívio de vossos entes, viestes esquecer a vossa Pátria? Desconheceis que aquela bandeira amarelo-vermelha, que desafia os ventos e os homens, é da Hespanha, a pátria de vossos avós?

Italianos – já caiu no esquecimento a Pátria de Garibaldi, a bandeira sacrossanta de vossos exércitos?

Francezes, belgas, ingleses, não conheceis a vossa bandeira?⁴⁶⁴

Ainda cobrindo o mesmo movimento, o *Estado do Pará* fez questão de informar que seis dos nove operários que compuseram a comissão da UGT que se reuniu com o

⁴⁶² MARAM, S. L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, op. cit., p. 59-68.

⁴⁶³ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.917, 9 maio 1919, p. 1.

⁴⁶⁴ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.756, 28 nov. 1918, p. 2.

chefe de polícia para discutir o fechamento da *União* eram estrangeiros.⁴⁶⁵ No número seguinte, o jornal ainda publicou outra “carta anônima”, que também teria sido enviada por um trabalhador nacional à sua redação, na qual se pode ler que “(...) o elemento predominante [na UGT], [era] composto de portugueses, espanhóis, exaltados, quase analfabetos e metidos a reformadores de regimes, apreciadores a anarquia russa como Gentil da Cunha, José Leite e outros”.⁴⁶⁶

Consultando os periódicos *Folha do Norte e Estado do Pará*, Adriano Craveiro de Oliveira expôs que no dia 9 de outubro, durante a greve dos motoristas e condutores da *Pará Elétric*

O agente de polícia Francisco Augusto Peres prendeu às 9 horas da manhã, em um bonde da Linha Circular, que trafegava pela Rua 28 de Setembro, o *motorneiro espanhol Domingos Dias* que tentou impedir o serviço daquele veículo e também quis agredir os empregados de serviço (...). Foi preso no mesmo local e pelo mesmo motivo, o *motorneiro português Henrique da Conceição*.⁴⁶⁷

Já na madrugada do dia seguinte,

(...) achava-se na esquina da Avenida da Independência com a Travessa 22 de Junho o *português Bernardino Dias Maia*, provocando “desordens” e aliciando gente para impedir que os condutores e motorneiros se apresentassem ao trabalho. O subprefeito de polícia Salustiano Silva mandou prendê-lo.⁴⁶⁸

Após a greve geral de novembro de 1918, a repressão se abateu sobre os trabalhadores que haviam aderido aos protestos, principalmente contra os imigrantes. No início de dezembro, “os industriais José Soares de Freitas & C.^a, proprietários da fábrica Freitas Dias, dispensaram 5 empregados, sendo 3 carpinteiros e 2 serventes, e dentre eles, 4 eram estrangeiros”⁴⁶⁹.

Já o diretor do serviço de Limpeza Pública da Intendência municipal demitiu vários funcionários que aderiram ao protesto, apontando como fomentadores da greve na repartição os seguintes indivíduos: “Annibal Teixeira, Manoel Balladas, Francisco Chagas, Constantino Rodrigues, Antonio Vasques, Manoel Seára, Felipe Bandeira, Jose Campello, Manoel Sabino, Manoel Fernandes, Benito Seára e A. Bandeira. Eram quase todos estrangeiros, exceto Francisco Chagas”. Alguns deles fizeram parte de uma

⁴⁶⁵ Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.756, 29 nov. 1918, p. 1.

⁴⁶⁶ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.757, 29 nov. 1918, p. 2.

⁴⁶⁷ OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 65-66.

⁴⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 65.

⁴⁶⁹ OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 111.

comissão que foi até o 1º subprefeito, Nogueira de Farias, para solicitar intervenção destes no sentido de garantir a readmissão de empregados demitidos.⁴⁷⁰

Semanas depois, noticiando a assembleia de articulação da *Federação Operária do Norte* – que deveria suceder a UGT após esta ter sido encerrada e proibida de funcionar pela polícia – a *Folha do Norte* informou que “dos cerca de 130 operários que participaram da reunião, a maioria era de estrangeiros”.⁴⁷¹

Já em 1920, noticiando um *meeting* contra a carestia de vida promovido por “demagogos inconscientes, agitadores, bolchevistas costumazes e anarquistas de meia tigela”, e onde supostamente se teria estimulado o saque como remédio contra majoração dos preços, o articulista do *Estado do Pará* chamou a atenção para o fato de que “(...) são estrangeiros que incitam o povo a saquear as casas de comércio, estrangeiras em grande maioria”.⁴⁷²

No ano anterior, ao longo da greve geral de maio 1919, a tendência continuou, com o *Estado do Pará* fazendo questão de citar a nacionalidade dos grevistas estrangeiros que eram presos, como o pedreiro português Sebastião José, abordado pela polícia ao supostamente atacar os operários que estavam trabalhando em uma obra na Travessa 3 de Maio⁴⁷³, e os espanhóis Antônio Simões, Paulo Braga e Antônio Côrrea, detidos enquanto supostamente se preparavam para atacar uma obra na praça Batista Campos.⁴⁷⁴ Ao mesmo tempo, o periódico destacou que a *Liga Operária*, organização fundada em Belém em 1911, que na parede geral atuou furando a greve e defendendo que os trabalhadores aguardassem a aprovação no Congresso de uma lei das oito horas diárias, tinha entre seus “associados na maioria nacionais”.⁴⁷⁵

A *Liga Operária* atuou organizando os trabalhadores fura-greves para substituírem os grevistas demitidos. Esse não foi um caso isolado, já que, quando os trabalhadores em hotéis, cafés e restaurantes aderiram ao movimento:

Os novos paredistas foram imediatamente substituídos nos hotéis de primeira ordem *por empregados nacionais de ambos os sexos*, sendo a maioria composta de copeiros da marinha mercante. No Café da paz, o pessoal quase todo hespanhol, declarou que trabalharia continuamente sob garantias e depois abandonou o serviço, de surpresa. *Todos os empregados nacionais*, em

⁴⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 113.

⁴⁷¹ Apud OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 118.

⁴⁷² “O ‘*meeting*’ de ante-hontem”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.263, 20 abr. 1920, p. 1.

⁴⁷³ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.928, 20 maio 1919, p. 2.

⁴⁷⁴ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.929, 21 maio 1919, p. 1.

⁴⁷⁵ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.924, 16 maio 1919, p. 1.

oposição aos paredistas, ficaram sendo auxiliados vantajosamente por suas famílias.⁴⁷⁶ (grifos nossos)

Os trabalhadores marítimos atuaram na substituição dos empregados em hotéis, restaurantes e botequins. Sobre a atuação das associações marítimas na greve, pode-se ler no *Estado do Pará*: “estas não atenderam ao pedido que lhe fez uma comissão grevista para que não prestassem auxílio aos proprietários dos hotéis, sendo por isso muito elogiada pelo público a magnífica atitude dos marítimos”.⁴⁷⁷ Tais ações indicam que os conflitos e tensões entre trabalhadores nacionais e estrangeiros foram contínuos e se tornaram um dos fatores relevantes para explicar o fracasso do movimento. Como pano de fundo, havia uma das questões mais latentes: a disputa pelos postos de trabalho entre os operários de nacionalidades distintas.

A BANDEIRA VERDE-OLIVA: O NACIONALISMO ENTRE OS TRABALHADORES PARAENSES

As tensões nacionais no interior da classe trabalhadora se agudizam em momentos de crise e dificuldades econômicas, como aquele pelo qual a região amazônica atravessava devido à queda no preço da borracha, quando a disputa por vagas nos postos de emprego as tornava mais acirradas. Estas tensões poderiam se expressar de diversas formas, desde micro conflitos cotidianos, comoções populares seguidas de “arruaças” até a criação de organizações de trabalhadores com critérios étnicos ou nacionais para a admissão de sócios, ou que pretendessem estabelecer vantagens para trabalhadores de determinada origem étnica ou nacional.

Quanto ao último ponto, ao longo desta década foram criadas algumas organizações de trabalhadores exclusivamente nacionais. Na segunda metade de 1913 surgiu o *Comitê de Propaganda dos Operários Nacionais*, articulado em 31 de agosto a partir de uma reunião de um “grande número de operários nacionais” no prédio nº 9, Avenida Gentil Bitencourt.⁴⁷⁸ Dias depois, a organização trocou seu nome, adotando o título de *Comitê Central de Propaganda dos Interesses dos Brasileiros*, quando o *Estado do Pará* noticiou a realização de uma sessão, ocorrida no mesmo local que a anterior, em que foram escolhidos o presidente, cargo que coube a Lourenço F. Cantão, e a comissão administrativa, composta por Afonso Pereira, Luiz Amorim, José Moura, Cornélio Moura, Dionísio Santos, Manoel de Souza, José J. Pereira, Manoel Freire e João F. de Sá.

⁴⁷⁶ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.920, 12 maio 1919, p. 1.

⁴⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁷⁸ “Vida Operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 874, 2 set. 1913, p. 2.

A comissão ainda convidou “todos os cidadãos brasileiros que fazem parte da classe laboriosa, sem distinção de classe [isto é, de categoria/ofício] e cor política” para a sessão de fundação formal do *Comitê*, no dia seguinte.⁴⁷⁹

Na manifestação organizada pelo *Comitê* na ocasião do Sete de Setembro, ocorreram alguns tumultos. O *Estado do Pará* noticiou o ocorrido, argumentando que:

Os operários e proletários nacionais movimentam-se, julgando-se prejudicados em seus direitos pela preferência do elemento estrangeiro. Pensam eles assim, e, encarando as coisas por esse modo, vêm ainda se insurgindo contra o fato de serem preteridos quando se apresentam ao trabalho.⁴⁸⁰

Prosseguindo o relato, o jornal narrou que após a sessão os operários saíram à rua para saudar a imprensa (mais precisamente, os jornais *Estado do Pará* e *Folha do Norte*) e “(...) quando já havia dispersado o cortejo, alguns dos manifestantes mais exaltados constituíram pequenos grupos, que seguiram rumos opostos, dando-se então, em diferentes pontos da cidade, pequenos conflitos”, como aqueles que ocorreram nas praças Ilha Moreira e da República e na Doca do Ver-o-Peso, com a polícia intervindo e prendendo cinco indivíduos.

Dias depois, o *Comitê* apresentou aos vogais do Conselho Municipal um abaixo-assinado com algumas sugestões para combater a crise econômica que se abatia sobre a cidade, cujo texto foi reproduzido integralmente na imprensa.⁴⁸¹ Os pontos defendidos no documento eram:

- Outorgar aos membros do *Comitê* a faculdade de exercerem as mesmas funções que os fiscais municipais (ainda que sem receber o respectivo ordenamento);
- Regulamentar a imigração de estrangeiros ao criar mecanismos para exigir “a garantia prévia de que ele [o imigrante] não viria a aumentar a corrente de desocupados”, comparando com os Estados Unidos, onde os imigrantes recém chegados tinham de garantir “possuírem pelo menos o indispensável para assegurar a sua manutenção durante os primeiros dias de residência nas cidades”;
- Exigir atestados de capacidade e de aptidões técnicas dos trabalhadores do ramo de construção civil, argumentando que “o artista nacional é preterido pelo artista estrangeiro, por ser atrasado no seu ofício ou arte, por ser enfim [visto pelos contratantes como] menos hábil que aquele”.

⁴⁷⁹ “Vida Operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 878, 6 set. 1913, p. 4.

⁴⁸⁰ “Os operários e proletários”. *Estado do Pará*, Belém, nº 879, 8 set. 1913, p. 2.

⁴⁸¹ “Vida operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 891, 19 set. 1913, p. 2.

Esperava-se que a exigência dos exames de habilitação viesse a pôr termo no conceito negativo que supostamente se fazia do trabalhador nacional. O abaixo-assinado foi subscrito por dezessete nomes e não foi possível verificar se ele foi discutido ou se alguma das sugestões foi aprovada pelo Conselho Municipal.

Em outra ocasião, o *Comitê* foi à imprensa congratular o senador Virgílio de Mendonça pela emenda apresentada ao projeto nº 1.160 da Câmara dos Deputados. O referido projeto previa a montagem de uma fábrica de papel no Estado do Pará e a emenda de Mendonça estipulava a obrigatoriedade do concessionário desta fábrica contratar dois terços dos operários entre trabalhadores nacionais. Convidou ainda “as classes operárias e proletárias” para uma reunião afim de discutir a criação de uma cooperativa e do jornal *O Nacional*, este último “para a defesa e propaganda dos interesses brasileiros e das classes operárias e proletárias do estado”.⁴⁸²

As diversas medidas apoiadas pelo *Comitê* visavam combater o que eles viam como preferência dos patrões, tanto estrangeiros quanto nacionais, por operários de origem estrangeira, procurando, desta forma, diminuir a concorrência pelos postos de trabalho e quem sabe aumentar o poder de barganha dos trabalhadores nacionais.

Para tal, as táticas empregadas foram o legalismo, o diálogo com políticos e autoridades estaduais – por meio de petições, abaixo-assinados, apelos escritos, artigos e editoriais nos jornais – para consubstanciar em leis as suas aspirações. Na sessão do dia 7 de setembro, por exemplo, “foram aclamados [pelo *Comitê*] para defender os seus direitos o senador Virgílio de Mendonça, no senado, e os Drs. Amaral Brazil e Dejad de Mendonça, junto às autoridades do estado”⁴⁸³. A escolha pelos meios políticos institucionais se expressou também pelo providenciamento “para o alistamento dos sócios que ainda não são eleitores e cuidando também de fazer o depósito dos títulos eleitorais dos que já o são”⁴⁸⁴, provavelmente visando eleger deputados alinhados com os interesses dos membros e da direção do *Comitê*. O apoio reiterado do *Comitê* a Virgílio de Mendonça ajuda a explicar o porquê do *Estado do Pará* ter lhe dado tanta publicidade, já que o jornal pertencia ao mesmo grupo político que o senador, o dos “lauristas”.

Edilza Fontes relatou que a greve dos varredores de rua, ocorrida em novembro de 1913 teve como motivo a substituição de trabalhadores italianos por nacionais, conforme noticiado sem maiores informações pela *Folha do Norte*; no decorrer da greve,

⁴⁸² “Vida operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 899, 27 set. 1913, p. 2.

⁴⁸³ “Os operários e proletários”. *Estado do Pará*, Belém, nº 879, 8 set. 1913, p. 2.

⁴⁸⁴ “Vida operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 906, 4 out. 1913, p. 2.

o varredor italiano Francisco Culesi foi preso em um conflito entre os varredores demitidos e os recém-contratados.⁴⁸⁵ Não foi possível verificar se a substituição dos varredores estrangeiros ocorreu em atendimento às demandas do *Comitê*, mas tanto a greve quanto o próprio *Comitê* se inserem no contexto de acirramento de tensões entre estrangeiros e nacionais.

No ano seguinte, o *Comitê de Propaganda* continuou suas atividades regulares, com a emissão de convites para as suas assembleias sendo veiculados pelo *Estado do Pará*. Frederico S. Santos Miranda, se apresentando como construtor civil e presidente do *Comitê*, foi à imprensa protestar contra as greves que ocorriam naquele momento [as mesmas em que o grupo de portugueses e espanhóis expulsos naquele ano ajudou a organizar] – citando a dos carroceiros –, sugerindo aos trabalhadores a instrução como meio de emancipação e a fundação de um “congresso dos operários”, formado por representantes de cada categoria profissional e para o qual deveriam recorrer “todas as classes trabalhadoras quando se julgarem prejudicadas em seus interesses, e por sua vez o congresso intervirá perante quem de direito e reclamará dentro da lei e da razão” até que se chegasse a um acordo “honroso para todas as partes”.⁴⁸⁶

No início de 1915, Miranda foi novamente a imprensa para comentar e responder um artigo publicado no *Correio de Belém* em nome dos trabalhadores ambulantes. Não foi possível verificar o que dizia tal artigo, mas seu conteúdo deixou Miranda indignado. Em sua resposta, Miranda comentou que:

(...) como se sabe essa classe de trabalhadores [dos vendedores ambulantes] é composta em sua maioria de estrangeiros, e estou certo de que eles não se esquecerão de que nós, filhos deste país, que lhes damos hospedagem e meios de subsistência, não concordaremos em que venham ditar leis em um país onde são simples hóspedes.⁴⁸⁷

E finalizou conclamando “(...) a todos os operários nacionais que já é tempo de apontarmos a quem de direito a necessidade de nacionalizarmos ao menos essas pequenas industriais, já que não é possível fazer o mesmo com o comércio a retalho em geral”. As atividades do *Comitê* se estenderam até pelo menos 1920, embora a imprensa não o tenha dado mais tanta visibilidade.⁴⁸⁸

⁴⁸⁵ FONTES, E. *Preferem-se portuguesas(as)*, op. cit., p. 262.

⁴⁸⁶ MIRANDA, Frederico Santos. “Coluna Operária”. *Estado do Pará*, Belém, nº 1.138, 25 maio 1914, p.2.

⁴⁸⁷ MIRANDA, F. “Opinião Livre”. *Estado do Pará*, Belém, nº 1432, 15 mar. 1915, p. 4.

⁴⁸⁸ Entre esses anos, o *Estado do Pará* continuou anunciando assembleias, reuniões e participação em eventos públicos do *Comitê*. A última referência encontrada sobre ele foi um convite aos seus membros para uma reunião em maio de 1920. “Ineditoriais”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3296, 23 maio. 1920, p. 5.

A existência de organizações político sociais no Pará que defendiam a nacionalização do mercado de trabalho não era uma novidade. Ainda em meados da década de 1890 esteve em atividade o *Club dos Brasileiros Natos*, que fez publicar o periódico *Artista*, que, segundo Edilza Fontes visava defender a República e a nacionalização do trabalho e do comércio no Pará, “afirmando-se vinculado aos jacobinos do Rio de Janeiro, este Club promoveu na cidade de Belém manifestações (passeatas) de apoio a Floriano Peixoto, bem como questionou o predomínio dos portugueses nas atividades comerciais no Estado do Pará”.⁴⁸⁹

No entanto, com o advento da Grande Guerra, o sentimento nacionalista recrudescceu em várias partes do mundo, muitas vezes em detrimento da identidade de classe operária, fazendo com que as tensões de raízes étnicas e nacionais também se intensificassem. Um exemplo amplamente conhecido deste processo foi a capitulação da *Segunda Internacional* diante do conflito e o apoio que os partidos socialistas e operários aos seus respectivos países, aprovando os créditos para a Guerra, apesar de toda a campanha pacifista, antimilitarista e internacionalista feita nos anos imediatamente anteriores pelos partidos socialistas e sindicatos.

No caso da Amazônia, a esses fatores internacionais somou-se o contexto local da crise da borracha, que aumentou o desemprego e conseqüentemente os conflitos por postos de trabalho, principalmente quando a divisão étnica influenciava nas possibilidades de emprego. Analisando as disputas étnico-nacionais em Manaus, cidade que, guardadas as devidas proporções, possuía muitas analogias com Belém – como o fato de ambas serem cidades portuárias e comerciais e atravessarem, naquele momento, a crise da borracha –, Luís Balkar Pinheiro explicou que:

Assim, enquanto a conjuntura de franca expansão econômica possibilitou o acolhimento da força de trabalho estrangeira sem provocar grandes deslocamentos nos postos já ocupados pelos nacionais, as tensões mantiveram-se arrefecidas. Inversamente, a conjuntura de decadência econômica desencadeada com a queda abissal dos preços da borracha – inaugurada em meados da primeira década do século XX e agudizada na década seguinte, não apenas pela franca derrocada do produto nativo em um mercado mundial que já se mostrava saturado, mas também pela retração geral das exportações causada pela Grande Guerra – tendeu a dar maior vazão aos conflitos étnicos.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ FONTES, E. *Preferem-se portugues(es)*, op. cit., p. 132-133.

⁴⁹⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Tensões, disputas e conflitos étnicos no Norte do Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 1-15, set-dez 2021, p. 8.

Um exemplo dessas tensões em Manaus é o dos estivadores da firma inglesa *Manáos Harbour Limited* ao longo da década de 1910, que se queixavam continuamente que a firma inglesa recrutava trabalhadores para a estiva primeiramente entre os estrangeiros recém-chegados à cidade, sobretudo aos lusitanos.⁴⁹¹ Em 1917, os dois mestres cervejeiros alemães da *Fábrica de Cerveja Miranda Correia* foram hostilizados em protestos populares que exigiam a deportação deles.⁴⁹² No ano seguinte, surgiu em capital amazonense os *Centro Operário do Amazonas*, cujos estatutos estabeleciam como critério de admissão “ser brasileiro nato, de ambos os sexos, artista ou operário em qualquer ramo da atividade humana”.⁴⁹³

Na capital paraense, um evento que trouxe à tona as tensões de caráter étnico e nacional entre a classe trabalhadora ocorreu na madrugada do dia 20 para o 21 de fevereiro de 1920, quando grupos de populares percorreram a região portuária e comercial de Belém atacando, saqueando e depredando estabelecimento cujos proprietários fossem estrangeiros, sobretudo portugueses, chegando mesmo a agredir fisicamente alguns imigrantes. Um evento menor – um pescador português supostamente teria amassado a bandeira do Brasil – foi o estopim para essa série de manifestações, embora a causa mais profunda fosse o a própria tensão entre nacionais e estrangeiros nos mundos do trabalho da cidade, em um momento de crise e dificuldade econômica como aquele que a cidade atravessava.⁴⁹⁴

Entre os populares que participaram destas ações, destacaram-se os estivadores de origem nacional, que chegaram a obrigar seus colegas de categoria, os portugueses empregados na companhia *Booth Line*, a participarem de um cortejo dando “vivas ao Brasil!”. Os trabalhadores nacionais aproveitaram a ocasião para levarem a cabo um protesto contra o que eles consideravam a preferência da *Booth* pelos trabalhadores lusitanos e pelo fato de que a gerência da empresa mantinha um grupo de lusitanos fixos, assalariados, ao passo que a maioria do trabalho da estiva era avulso. Os manifestantes conseguiram da empresa, ao fim do movimento, o compromisso de manterem, doravante,

⁴⁹¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Portugueses e Ingleses no Porto de Manaus (1880-1920). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p. 807-826, set/dez 2014.

⁴⁹² PINHEIRO, L. B. S. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*, op. cit., p. 37-38.

⁴⁹³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, p. 346.

⁴⁹⁴ FERREIRA, Marcelo Benedicto; LIMA, Aline de Kassia Malcher. Jacobinos da Amazônia: nacionalismo, trabalho e violência no Pará (1890-1920). *Maracanan*, Rio de Janeiro, nº 26, p. 119-145, 2021.

somente as turmas já estabelecidas de trabalhadores lusitanos e a partir dali contratar apenas operários nacionais.⁴⁹⁵

Conforme Marcelo Ferreira Lobo e Aline de Kassia Malcher Lima, a presença do comandante Frederico Villar, que então liderava uma missão federal pela nacionalização da pesca, presente em Belém desde dezembro do ano anterior, foi o fator que catalisou as manifestações xenofóbicas, já que ele encampava uma propaganda nativista e gerava animosidades contra os lusitanos. Villar interveio nas ações dos estivadores nacionais, atuando como um mediador entre eles a *Booth*. Além disso, suas ações também geraram tensões entre outra categoria profissional, a dos pescadores, já que ele atuou na prisão de geleiros portugueses e liderava um movimento que defendia o monopólio desta atividade pelos nacionais.⁴⁹⁶

A equipe redacional do *O Semeador* reagiu a esses eventos do dia 20 para o 21 de fevereiro e os dois números que se seguiram a eles dedicaram muito espaço a comentários e editoriais combatendo o “jacobinismo”, que os redatores consideravam crescer entre os trabalhadores da capital amazônica. Em um artigo direcionado aos estivadores, o caixeiro anarquista de origem portuguesa Fernando Nazareth lamentou a participação de membros desta categoria nas agitações que se passaram e sugeriu que, caso os trabalhadores da estiva seguissem a orientação da FCT, “havíamos naturalmente de evitar que, em nome do *Sindicato dos Estivadores*, se percorressem as ruas da cidade dando vivas à um déspota (...) – tal é o sr. Frederico Villar – e morras aos portugueses e à Portugal (...)”.⁴⁹⁷

Já o tipógrafo brasileiro Bruno de Menezes atribuiu os conflitos à “ação jacobínica do sr. Frederico Villar”, acusou a polícia de ter sido conivente com aqueles atos – ou pelo menos de não reagir contra a ação dos jacobinos da mesma forma que reagia quando os operários iam à praça pública reivindicar os seus direitos – e argumentou que “não foi um só operário emancipado e livre (...) que maculou as mãos partindo uma garapeira, quebrando uma vidraça, forçando uma porta, esbofeteando um estrangeiro”, mas que os desatinos foram praticados por “indivíduos suspeitos, asseclas de autoridades hipócritas”.⁴⁹⁸

A historiografia da classe operária, ou mesmo a de seu movimento, tradicionalmente tem se concentrado nas organizações mais à esquerda com tendências

⁴⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 119-145.

⁴⁹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴⁹⁷ NAZARETH, Fernando. “A união proletária: Aos camaradas Estivadores”. *O Semeador*, Belém, nº 40, 20 fev. 1920, p. 3.

⁴⁹⁸ MENEZES, Bruno de. “As patriotadas”. *O Semeador*, Belém, nº 41, 28 fev. 1920, p. 4.

revolucionárias, fossem anarquistas, socialistas ou comunistas. Mais recentemente, alguns estudos vêm tratando de setores mais moderados do movimento, qualificados como reformistas ou colaboracionistas.⁴⁹⁹ No entanto, as organizações dos trabalhadores não se restringiram aos posicionamentos *de esquerda*, mas podiam incluir também as de viés religioso, como algumas ligadas ao catolicismo que podiam ser encontradas no Brasil, ou mesmo francamente conservadoras e nacionalistas. Esta não é uma exclusividade do Brasil, pois conforme Hobsbawm “o que é menos conhecido, já que o internacionalismo dos historiadores do movimento operário não insistiu sobre esse ponto, é a forte corrente de chauvinismo encontrada em algumas classes operárias politicamente radicais”.⁵⁰⁰

No caso específico do Estado do Pará, na conjuntura em tela, um pequeno número das organizações sindicais compôs uma organização auto identificada como nacionalista e fez franca oposição as anarquistas, sindicalistas revolucionárias e socialistas ligadas aos sindicatos federados à UGT e à FCT. A *Liga Nacionalista do Pará* atraiu muitos trabalhadores, sobretudo do ramo dos transportes marítimos e fluviais. Este nome, na verdade, serviu para designar duas organizações políticas formadas em Belém entre 1919 a 1920.

A primeira, fundada por volta de novembro, foi mais ligada aos segmentos médios urbanos e às elites letradas: em sua sessão de instalação foi escolhido um conselho provisório para dirigi-la composto, dentre outros, por João Alfredo de Mendonça, redator do *Folha do Norte*, Eduardo Chermont, membro de uma família tradicional de políticos do Pará, e Genaro Pontes Souza, redator do *Estado do Pará*, além de contar com a presença e o apoio de militares, como o 1º tenente da Armada Gumercino Loreti e o tenente da Armada Benjamin Sodré (filho do governador do estado). Nesta primeira sessão, a *Liga* ainda discutiu assuntos relacionados aos trabalhadores: foi lido o projeto apresentado à Câmara Federal pelo deputado mineiro Camillo Prates “sobre o emprego de brasileiros nas casas estrangeiras” e em seguida foi aprovado o envio de um telegrama a Prates expressando o apoio da *Liga* paraense a ele aos seu projeto.⁵⁰¹

⁴⁹⁹ BATALHA, C. H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920), op. cit., p. 111-124; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre reformismo e colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro da Primeira República. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, ano III, n. 5, p. 26-59, 2012; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O positivismo e a questão social na Primeira República*. Guarapari, ES: Ex-Libris, 2006. Convém lembrar que a tese de doutorado assinada por Cláudio Batalha e que abordou centralmente o assunto é de meados dos anos 1980.

⁵⁰⁰ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 101.

⁵⁰¹ “Liga Nacionalista”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.122, 1 dez. 1919, p. 2.

Logo abaixo da notícia que descreveu a sessão de fundação da *Liga*, o *Estado do Pará* também noticiou a instalação da *Associação dos Artistas, Operários, Empregados e Trabalhadores Nacionais*, com a presença de “56 cidadãos brasileiros”. Os presentes aclamaram o deputado Camillo Prates presidente de honra da *Associação* e foi deliberado o envio de telegramas à bancada paraense na Câmara Federal pedindo o apoio desta ao projeto de Prates.⁵⁰² Apesar de terem sido buscadas, não foram encontradas quaisquer outras referências sobre esta entidade, dificultando uma análise mais aprofundada sobre ela. Seu surgimento, no entanto, parece estar associado ao recrudescimento da identidade nacional entre os trabalhadores brasileiros e às disputas mais antigas por postos de emprego destes com os imigrantes.

Voltando a primeira *Liga*, a questão do trabalhador urbano parece ter sido uma de suas principais preocupações, já que dentre suas várias comissões executivas (de propaganda nacional, instrução e comércio, cultura cívica, sufrágio nacional, defesa nacional) havia uma de “defesa do proletariado”. Além disso, seus estatutos estabeleciam dentre seus objetivos o combate ao anarquismo, a defesa da nacionalização do comércio a retalho e da marinha mercante e “apoiar a reivindicação dos direitos de proletariado nacional, de acordo com a orientação nacionalista”. Já entre seus “meios de ação”, expostos no capítulo dois dos estatutos, eram previstos:

“b) (...) a obrigatoriedade para as casas comerciais e empresas de navegação, nacionais ou estrangeiras, do país, de terem pelo menos metade de seus empregados e guarnições constituída por brasileiros natos.

(...)

f) a regulamentação da hora de trabalho; a fiel execução da lei sobre os acidentes no trabalho; a obrigatoriedade para os estabelecimentos industriais de terem pelo menos metade de seus operários e aprendizes brasileiros natos; a intervenção imediata da LIGA NACIONALISTA em qualquer conflito entre patrões e operários”.⁵⁰³

No que pese sua intensa atividade inicial, a entidade fundada em 1919 parece ter se dispersado entre o final deste mesmo ano e o início do seguinte, já que em meados de 1920 o *Estado do Pará* noticiou que a *Associação Beneficente dos Marinheiros da Amazônia* tomou a iniciativa da refundação da *Liga Nacionalista do Pará*, convidando a classe trabalhadora em geral, e especialmente os trabalhadores marítimos, para uma reunião o seria discutido tal fim, em sua sede na travessa Santo Antônio, nº 15. Neste convite, são citadas nominalmente diversas organizações trabalhistas como sendo bem

⁵⁰² “Associação dos artistas, operários, empregados e trabalhadores nacionais”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.122, 1 dez. 1919, p. 2.

⁵⁰³ “A Liga Nacionalista e a sessão eleitoral”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.129, 8 dez. 1919, p. 2.

vindas na reunião: além das sociedades marítimas de Belém, foram convidados diretamente a *Confederação dos Pescadores*, os sindicatos dos estivadores, dos caldeireiros de ferro, dos carpinteiros e calafates, dos marceneiros e artes correlativas, dos cigarreiros, a *Imperial Artística Paraense*, a *Mecânica Paraense*, a *União dos Sapateiros* e a *Cooperativa Tipográfica*.⁵⁰⁴

A inserção da *Liga* no meio dos trabalhadores marítimos pode ainda ser constatada em uma assembleia da *Federação Marítima*, em meados de 1920, que discutiu um imbróglgio desta com os armadores da cidade acerca da quantidade de tripulantes a serem escalados por viagem em cada embarcação.⁵⁰⁵ Dada a palavra ao presidente da *Sociedade dos Marinheiros*, segundo a descrição do jornal que a noticiou, este “(...) atribui o fato à fundação da *Liga Nacionalista* na sede da *Federação* e da adesão de todas as sociedades federadas à mesma, porque só depois da fundação da *Liga* que o movimento atual se manifestou”; em seguida, o Sr. Carlos Damasceno, presidente do *Clube dos Maquinistas*, tomou a palavra e “(...) lembrou também que a atual campanha era obra do estrangeiro audacioso e que contra ela todos os brasileiros deviam se levantar”, afirmando que em muitas embarcações os comandantes eram apenas manequins e quem comandava de fato era o caixeiro estrangeiro; por fim, falou França e Silva – outra recorrente liderança marítima – que também era da “(...) opinião que a questão havia sido provocada pelo estrangeiro audacioso e aventureiro (...) [que] quer somente amontoar dinheiro à custa do suor do brasileiro”.⁵⁰⁶

Percebe-se neste episódio de enfrentamento entre trabalhadores marítimos e armadores um interessante entrecruzamento entre as identidades nacional e de classe: os trabalhadores marítimos brasileiros se contrapondo aos patrões armadores, e seus prepostos, estrangeiros. O fato de que muitos dos patrões também eram estrangeiros foi mobilizado outras vezes pelos trabalhadores em seus embates: na ocasião da greve dos mecânicos e metalúrgicos de Val-de-Cães em setembro de 1918, o *Jornal do Povo* teceu críticas ao gerente das oficinas da *Port of Pará* por “tirar da bolsa desses humildes operários, para encher a algibeira de seus patrões, estrangeiros nesta terra hospitaleira” e em seguida afirmou que “não deve, portanto, o sr. Paiva, como já tem feito, oprimir o operário em benefício do capital estrangeiro”.⁵⁰⁷ Os trabalhadores de Santos, na mesma

⁵⁰⁴ “Gazetilha”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.323, 19 jun. 1920, p. 2.

⁵⁰⁵ Os armadores afirmaram que a quantidade de tripulantes por embarcação estipulada pela *Federação Marítima* era demasiadamente grande.

⁵⁰⁶ “A navegação fluvial e a classe marítima”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.340, 6 jul. 1920, p. 1.

⁵⁰⁷ “A greve de Val de Cans”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 19, 7 set. 1918, p. 1.

conjuntura, agiram de forma parecida, respondendo ao “nacionalismo antioperário” da *Liga Patriótica*, levantado na ocasião da greve dos motoristas e condutores da *Companhia City* em outubro de 1919, a um “nacionalismo antiempresarial” que evidenciava a origem estrangeira de grande parte do patronato.⁵⁰⁸

Não foram encontrados os estatutos da *Liga Nacionalista* organizada pelos marítimos paraenses, mas aparentemente ela compartilhava muitos pontos com a fundada no ano anterior. Um artigo publicado em um jornal da grande imprensa, em referência ao 7 de Setembro e assinado pelo seu presidente e pelos 1º e 2º secretário, fornece algumas pistas de seu programa político:

A Liga Nacionalista do Pará tem por escopo principal se interessar pela mudança da capital da República para o planalto central; a emancipação da mulher brasileira; acirrado combate ao analfabetismo; o cerceamento do álcool e do jogo; a liberdade do voto; a nacionalização da pesca, do nosso teatro, do comércio, das indústrias, das artes e das ciências.⁵⁰⁹

Associações classistas estiveram presentes em eventos e festividades promovidas pela *Liga Nacionalista*: em 24 de fevereiro de 1921, nas comemorações do aniversário da promulgação da constituição de 1891, a *Liga* organizou um préstito cívico em que estiveram presentes comissões da *Federação Marítima*, da *Sociedade Beneficente dos Marinheiros* e da *Associação dos Práticos da Amazônia*; abrindo o cortejo, uma senhorita empunhava a bandeira da *Federação dos Pescadores do Pará* ao lado das do Brasil, da *Liga Nacionalista* e da do Estado do Pará.⁵¹⁰

Já em 13 de maio do mesmo ano, a *Liga* organizou uma passeata em comemoração do aniversário da promulgação da Lei Áurea, onde estiveram presentes comissões de representantes e delegações de sócios do *Club Naval*, da *Federação Marítima*, da *Associação dos Oficiais Aduaneiros*, da *Associação dos Práticos da Amazônia* e da *Associação Beneficente União dos Empregados de Câmara*.⁵¹¹

Na ocasião do aniversário da independência, naquele mesmo ano, a passeata da *Liga Nacionalista* contou com comissões que levavam as bandeiras da *Associação dos Práticos da Amazônia*, do *Club Naval*, da *Associação Beneficente São João Batista*, da *Sociedade Beneficente União dos Empregados da Port of Pará*, da *União Protetora dos Estivadores* e da *Federação Marítima*.⁵¹²

⁵⁰⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, op. cit., p. 299-300.

⁵⁰⁹ “Sete de Setembro”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.401, 5 set. 1920, p. 1.

⁵¹⁰ “24 de fevereiro”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.574, 25 fev. 1921, p. 1.

⁵¹¹ “As festas de 13 de maio”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.653, 14 maio 1921, p. 1.

⁵¹² “As festas da independência”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.766, 8 set. 1921, p. 1.

No segundo semestre do mesmo ano, a *Liga* promoveu uma série de comícios em bairros populares da periferia de Belém: o *Estado do Pará* anunciou brevemente o quarto deles, que ocorreria no bairro dos Jurunas, no dia 4 de setembro.⁵¹³ O mesmo diário noticiou também, embora muito brevemente, o quinto comício de propaganda, que ocorreria algumas semanas depois, no bairro da Usina da Cremação, onde o jornalista Lára Caballero, diretor do *A Razão*, falou sobre a extinção do analfabetismo e sobre a emancipação da mulher.⁵¹⁴

A fundação e a atividade das duas ligas nacionalistas do Pará se insere em um contexto mais amplo da “emergência de um movimento nacionalista que, por suas características, tornou-se um interlocutor poderoso para o movimento sindical e anarquista”.⁵¹⁵ Na então capital federal, a maior representante desta nova vertente foi a *Ação Social Nacionalista*, fundada em 1920, além da *Liga de Defesa Nacional* e da *Propaganda Nativista*, fundadas alguns anos antes e que foram antecedentes daquela.⁵¹⁶ Já no estado de São Paulo, principal centro do movimento operário do país, esteve em atuação entre 1917 e 1924 a *Liga Nacionalista de São Paulo*, formada sobretudo por indivíduos oriundos dos segmentos médios urbanos que, ao defender uma reforma eleitoral que tornasse o voto secreto, tinha entre seus objetivos “(...) constituir-se em proposta alternativa ao anarquismo junto às classes trabalhadoras”.⁵¹⁷

Todas essas organizações combinavam a defesa de algumas reformas sociais localizadas – como a ampliação do direito ao voto, a expansão do sistema público de educação, algumas leis com regulação mínima das condições de trabalho e o voto secreto – com uma profunda ojeriza às vertentes mais à esquerda do movimento operário, como o anarquismo e o bolchevismo, então em expansão. Se por um lado elas receberam apoio de setores da classe dominante e da grande imprensa pelo combate que empreendiam contra os setores revolucionários organizados da classe operária, por outro receberam adesão genuína de uma parte dos trabalhadores nacionais.

A *Liga* paraense esteve em atividade pelo menos até os primeiros anos da década de 1930, quando ainda tentava ter uma inserção no meio do proletariado belemense, empreendendo campanhas pela melhoria das condições de trabalho para as operárias

⁵¹³ “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.762, 3 set. 1921, p. 4.

⁵¹⁴ “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.776, 19 set. 1921, p. 4.

⁵¹⁵ GOMES, A. C. *A invenção do Trabalhismo*, op. cit., p. 146.

⁵¹⁶ Idem, *Ibidem*. Cabe também conferir, o importante estudo de OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 147.

⁵¹⁷ LEVI-MOREIRA, Sílvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, nº 116, p. 67-74, 1984, p. 72.

fabris da cidade, além da reivindicação da construção de moradias populares para a classe operária e algumas melhorias pontuais nas condições de trabalho.⁵¹⁸

Eric Hobsbawm, em seu ensaio sobre as relações entre a identidade da classe trabalhadora e as identidades nacionais, já explanou que as identidades classista e de nacionalidade não são, necessariamente, excludentes e que “estas identificações múltiplas fazem surgir algo como um problema ‘nacional’ em meio às classes trabalhadoras somente quando se entrecrocaram seriamente”.⁵¹⁹ Hobsbawm lembra de três circunstâncias em que divisões comunitárias, em especial em relação a nacionalidade, podem desagregar as classes operárias:

(...) a influência de movimentos nacionalistas ou de outros movimentos políticos de fora das classes operárias; das mudanças rápidas e importantes na composição dessa classe (ou de forma mais ampla na sociedade), cujos padrões estabelecidos não podem absorver; e da tentativa de manter condições desproporcionalmente favoráveis, através de limitações rígidas ao ingresso na classe operária.⁵²⁰

Todos estes fatores parecem estar de alguma forma presentes em Belém: as condições favoráveis – reais ou imaginadas – que os estrangeiros tinham em relação aos nacionais na hora de conseguirem emprego, decorrente da suposta preferência dos patrões, gerava uma antipatia dos últimos em relação aos primeiros. A crise da borracha e todas suas consequências – uma mudança rápida na sociedade mais ampla – intensificou essas tensões. E por fim, a onda de nacionalismo que varreu vários centros urbanos brasileiros no finalzinho da década de 1910, somada à pesada propaganda dos jornais da grande imprensa contra os trabalhadores estrangeiros, influenciou uma parcela significativa dos operários nacionais.

No entanto, estas organizações nacionalistas não deixam de ser, de certa maneira, expressões da identidade de classe, já que a principal reivindicação delas, que seja o fim da preferência dos patrões em empregarem estrangeiros, era uma pauta do interesse prioritário dos próprios trabalhadores de origem nacional. Se por um lado elas geravam tensões e as vezes hostilidades francas entre trabalhadores de origens nacionais distintas, por outro forneciam uma pauta, um fator de união e identidade para os trabalhadores brasileiros natos, em sua maioria negros, pardos e descendentes de indígenas e preteridos pelos imigrantes, que os fazia agir coletivamente e politicamente.

⁵¹⁸ RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O labor feminino do lar à fábrica*, op. cit.

⁵¹⁹ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*, op. cit., p. 91 (Capítulo: “Qual é o país dos trabalhadores?”).

⁵²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 97.

Além disso, somadas àquela reivindicação principal, elas também defendiam melhorias nas condições e relações de trabalho, como a jornada de oito horas, o acesso à educação para os trabalhadores e seus filhos, dentre outras, mesmo que para alcançá-las tenham adotado táticas de conciliação e negociação com os patrões e com o Estado. Desta forma, defende-se aqui que essas organizações ditas nacionalistas e formadas por trabalhadores fizeram parte do próprio processo de constituição da classe operária em Belém do Pará, um processo conflitivo e por vezes contraditório, onde nem sempre o internacionalismo da luta operária imperou.

Isso não significa, entretanto, atribuir posicionamentos políticos específicos ao conjunto dos trabalhadores de origens nacionais distintas. Conforme a argumentação de Maria Cecília Velasco e Cruz, estudando a atuação dos “homens de cor” brasileiros no movimento operário carioca no pós-abolição:

Os operários nacionais brancos, negros ou pardos foram vistos [pela historiografia de então] como abertos a práticas paternalistas ou clientelistas, mais passivos, moderados, e pouco inclinados a seguir o slogan de que a emancipação operária era obra dos próprios trabalhadores.⁵²¹

Neste sentido, foram se estruturando as representações que opunham o trabalhador estrangeiro, associado a radicalidade política, e o trabalhador nacional, associado a moderação e aderente prioritário do reformismo. Conforme pesquisas posteriores, constatou-se que estas associações não podiam ser tomadas de forma automática e muito menos absoluta, sendo possível identificar trabalhadores de origem nacional que adotaram posturas de enfrentamento mais radicais, como os operários do ramo da construção civil da Bahia, em sua maioria de origem nacional e negros, que aderiram em peso ao anarquismo e ao sindicalismo revolucionário no início da década de 1920.⁵²²

Assim sendo, na conjuntura belenense em tela foi possível verificar alguns exemplos que ajudam a matizar bastante aquelas representações. Se grande parte das lideranças da UGT e da FCT, de orientação sindicalista-revolucionária eram formadas por estrangeiros, nem todos os trabalhadores imigrantes adotavam posturas radicais, como, por exemplo, fizeram os estivadores da *Booth Line*, em número de trinta e dois, todos portugueses, que não seguiram a orientação do *Sindicato dos Estivadores* para os

⁵²¹ VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: "homens de cor" brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 114-135, 2010.

⁵²² GUIMARÃES, L. Negros e vermelhos, op. cit., p. 73-84.

trabalhadores da categoria aderirem à greve geral em solidariedade aos motoristas e condutores de bondes em outubro de 1918.⁵²³

Por outro lado, apesar de organizações classistas com forte presença de trabalhadores nacionais, como dos portuários e dos marítimos, terem aderido à uma organização que se auto intitulava como nacionalista, também foi possível encontrar muitos trabalhadores de origem nacional em organizações anarquistas e sindicalistas-revolucionárias, pregando o internacionalismo e a superação de identidades nacionais em favor da identidade de classe, como o já mencionado Bruno de Menezes, negro e neto de ex-escravizados, nascido em 1893, no bairro dos Jurunas, em Belém do Pará, e que exerceu o ofício de tipógrafo, tornando-se, em paralelo, um poeta e escritor que aderiu ao anarquismo na década de 1910 e, nesta condição, assinou diversos artigos e poesias em jornais operários (*Jornal do Povo*, *O Semeador* e *A Voz do Trabalhador*), além de ter sido professor na *Escola de Educação Racional Francisco Ferrer* e proferido palestras em sindicatos para plateias compostas majoritariamente por trabalhadores.

Embora Menezes seja o mais conhecido (muito mais por causa de sua carreira literária posterior), outros exemplos podem ser mencionados, como o de José da Silva Gama, também tipógrafo e anarquista, que atuou de maneira bastante ativa nesta conjuntura: foi 2º secretário da *Cooperativa Tipográfica* em 1918⁵²⁴, integrou o grupo de propaganda sindicalista revolucionária *Os Semeadores*⁵²⁵, assinou diversos artigos nos jornais *O Semeador* – sendo responsável pela respondência deste periódico a partir do seu vigésimo terceiro número – e *A Voz do Trabalhador*, foi um dos delegados da *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará* no *III Congresso Operário Brasileiro* que se realizou no Rio de Janeiro⁵²⁶, proferindo uma série de palestras nas sedes dos sindicatos belemenses para expor as deliberações do Congresso⁵²⁷, além de ter sido eleito secretário geral da *Associação Gráfica do Pará*.⁵²⁸ Os tipógrafos do *O Imparcial* saíram em sua defesa quando os grandes jornais diários de Belém noticiaram que ele havia sido preso por roubo no Rio de Janeiro, enquanto participava do III COB, o qualificando “moço correto e que nesta terra pertence a uma das mais distintas famílias”.⁵²⁹

⁵²³ OLIVEIRA, A. C. As lutas operárias em Belém da Primeira República, op. cit., p. 80; 84-85.

⁵²⁴ “Associações”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.754, 26 nov. 1918, p. 2.

⁵²⁵ Seu nome consta em uma lista de membros do grupo quites com suas mensalidades que foi publicada em: “Grupo os Semeadores”. *O Semeador*, Belém, nº 6, 28 jun. 1919, p. 4.

⁵²⁶ LONER, B. A. 3º Congresso Operário Brasileiro, op. cit.

⁵²⁷ “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 8, 9 jun. 1920, p. 4.

⁵²⁸ “Associação Gráfica do Pará”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 16, 14 ago. 1920, p. 4.

⁵²⁹ “O protesto dos typographos d’O Imparcial”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 1, 1º maio. 1920, p. 4.

Outro nome que pode ser lembrado é o de João Plácido de Albuquerque, trabalhador do ramo da manipulação do fumo e ativo militante paraense que atuou na organização do *Sindicato dos Manipuladores de Fumo* e do *Sindicato de Ofícios Vários*, ocupando os cargos secretário geral da *Federação das Classes Trabalhadoras do Pará* e de professor na *Escola de Educação Racional Francisco Ferrer* no início de 1920, mesmo ano em que faleceu no Rio de Janeiro enquanto representava, ao lado de Silva Gama, os trabalhadores paraenses no III COB.⁵³⁰ Seu nome consta na lista de membros do grupo *Os Semeadores*, mencionada linhas acima, embora já militasse nas fileiras anarquistas pelo menos desde de 1915, quando integrou o grupo libertário *Os Perseguidos*, do qual era correspondente da revista *A Vida* no Estado do Pará.⁵³¹

Plácido de Albuquerque assinou diversos artigos em *O Semeador*, cujas temáticas mais recorrentes eram o anticlericalismo e a propaganda do anarquismo, além de ter colaborado para a edição especial *Onze de Janeiro*, com um texto em que tratava justamente do internacionalismo a partir de um diálogo fictício e pedagógico (gênero literário que usava com frequência) entre dois trabalhadores cujos respectivos países estavam em guerra. Em tais textos, era possível ler trechos como: “os trabalhadores não têm pátria” e “– E os estrangeiros são teus irmãos? – Nenhum homem pra mim é estrangeiro, todos são meus irmãos”.⁵³² Em um artigo sobre a repressão que então se abatia sobre os libertários de São Paulo, Plácido escreveu: “eu me injurio de ter nascido nessa barbara colônia dos Wilsons”, se referindo ao Brasil, e concluiu: “abaixo todos os capatazes do Brasil colônia”.⁵³³

Mais um exemplo que pode ser citado é o de Honório Santos. Embora não tenhamos conseguido identificar sua ocupação profissional, ele foi um militante bem articulado, ocupando o cargo de secretário de atas do *Sindicato dos Ofícios Vários*⁵³⁴, fazendo parte em 1920 da comissão executiva do grupo *Os Semeadores*⁵³⁵ e atuando ao lado dos portugueses Fernando Nazareth e Mário Amador na articulação da *Aliança dos Empregados no Comércio e Indústria do Pará*.⁵³⁶ No âmbito da imprensa operária, foi um dos mais assíduos colaboradores do *O Semeador* e do *A Voz do Trabalhador*, assinando diversos artigos; em um deles, respondendo a uma matéria do *Estado do Pará*

⁵³⁰ “João Plácido”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 1, 1º maio 1920, p. 2.

⁵³¹ “Vida Anarquista”. *A Vida*, Rio de Janeiro, nº 3, 31 jan. 1915, p. 16.

⁵³² PLÁCIDO, João. “Palestrando”. *Onze de Janeiro*, Belém. Número único, 11 jan. 1918, p. 3.

⁵³³ PLÁCIDO, João. “Colônia Barbara”. *O Semeador*, Belém, nº 6, 20 dez. 1919, p. 2.

⁵³⁴ “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 9, 26 jun. 1920, p. 3.

⁵³⁵ “Convite”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 18, 28 ago. 1920, p. 3.

⁵³⁶ “Aos empregados do comércio e indústria”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 6, 5 jun. 1920, p. 3.

sobre a naturalização como brasileiro do violinista russo Mischa Violin, assinou abaixo de seu nome, entre parênteses, “brasileiro e indesejável”⁵³⁷, se apropriando se um dos adjetivos depreciativos que eram utilizados com frequência pela grande imprensa para designar os trabalhadores estrangeiros que atuavam no movimento operário brasileiro.

Outros tantos indivíduos de origem nacional aparecem nas diretorias dos sindicatos os nas páginas dos jornais operários. Os mencionados acima apenas se destacaram pela dedicação ao movimento, atuando em várias frentes e conseqüentemente deixando uma quantidade maior de rastros.

ESFORÇOS EM BUSCA DO INTERNACIONALISMO

A descrição das tensões entra trabalhadores nacionais e estrangeiros em Belém do Pará na conjuntura em tela não deve levar à visão de que eles fossem irreconciliáveis, pois na prática também foram identificados muitos momentos em que o apoio mútuo e solidariedade prevaleceram, como na própria greve geral de 1919, quando, apesar de trabalhadores nacionais terem substituído os grevistas estrangeiros que eram demitidos,

Grupos de operários percorreram as ruas ontem, convidando os companheiros refratários à greve para aderirem ao movimento paredista.
*Um desses grupos, composto de quatro operários portugueses, impediu de sair de sua casa, à avenida Serzedelo Côrrea, um operário português que pretendia comparecer à Fábrica Freitas Dias, onde trabalha. Esteve iminente um conflito. Outro grupo formado de dois nacionais e dois portugueses postou-se na esquina daquela avenida com a de São Braz e ali ameaçou os empregados em reparar a casa do sr. Bernardino Lobato.*⁵³⁸

Nas situações descritas, verifica-se trabalhadores portugueses em greve em conflito com um outro trabalhador português que estava furando greve, bem como um grupo misto – formado de nacionais e estrangeiros – atuando contra os fura-greves, estes também possivelmente incluíam nacionais e estrangeiros. Neste caso, o sentido de necessidade econômica e a identidade de classe parecem ter prevalecido sobre as identidades étnicas e nacionais. Alguns meses depois, a polícia prendeu três militantes anarquistas por terem distribuído pela cidade um “boletim subversivo”, dois deles – o jornalista Carlos Amorim, apontado como o líder do grupo, e o sapateiro Deolindo Martins – eram paraenses, ao passo que o outro – o sapateiro Aurélio Pereira – era português.⁵³⁹

⁵³⁷ SANTOS, Honório (Brasileiro e indesejável). “Mischa Violin”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 5, 29 maio 1920, p. 3.

⁵³⁸ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2.914, 6 maio 1919, p. 1.

⁵³⁹ “Contra o anarquismo”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.127, 6 dez. 1919, p. 1.

Através dos estatutos dos sindicatos e associações operárias do Pará que estiveram em funcionamento naquele momento, foi possível perceber o esforço da maior parte dos trabalhadores que se organizavam naquele momento para superar diferenças nacionais, políticas e religiosas, com o intuito de forjar uma identidade comum de classe. O primeiro artigo dos estatutos da *União dos Choferes do Pará*, fundada no final de maio de 1913, determinava que esta organização aceitava sócios “sem distinção de nacionalidades, cor, religião ou lema político”,⁵⁴⁰ Já no terceiro artigo dos estatutos da *Sociedade Beneficente União dos Cigarreiros do Pará*, fundada no início de 1917, pode-se ler que para a admissão dos sócios “não terá distinção de nacionalidade, cor, profissão e crenças”,⁵⁴¹ Por sua vez, o terceiro artigo do estatuto da *União dos Operários Sapateiros*, também fundada em 1913, determinou que ela seria composta por sócios “sem distinção de cor, sexos e nacionalidade e desde que não explore por conta própria operários ou aprendizes”.⁵⁴² O estatuto da *União dos Manipuladores de Pão*, fundada no mesmo ano, possui um artigo idêntico ao do dos sapateiros.⁵⁴³ No que tange à admissão dos sócios na *Sociedade Phenix Caixeiral Paraense*, o quarto artigo de seus estatutos indicavam que não havia distinção “de culto, de política, de nacionalidade”.⁵⁴⁴

Foi encontrado apenas um exemplo de restrição a admissão de estrangeiros em uma associação operária paraense neste período, o da *Sociedade União Protetora dos Estivadores*, fundada em 1916, cujo primeiro *caput* do quarto artigo de seus estatutos estabelecia que só seriam admitidos sócios que fossem “brasileiros natos”, indicando que casos como esse eram raros, uma exceção e não a regra, e que, aliás, foi suprimida quando da reforma estatutária de 1922, quando os critérios para admissão dos sócios era o bom comportamento moral, maiores de dezoito e menores de cinquenta anos, “sem distinção de nacionalidade”.⁵⁴⁵

O discurso a favor da superação das diferenças nacionais e “raciais” em favor de uma união por classe não ficava restrita aos acordos sociais dos sindicatos e associações classistas, mas também era verbalizada em manifestações públicas. Na transcrição do

⁵⁴⁰ *ESTATUTOS da União dos Chauffeurs. Diário Oficial*, Belém, nº 6.326, 1º de jun. 1913, p. 432.

⁵⁴¹ *ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União dos Cigarreiros do Pará*. Belém: Ateliê Gráfico da fábrica Pará-Amazonas, s/d, p. 1.

⁵⁴² *ESTATUTOS da União dos Operários Sapateiros. Diário Oficial*, Belém, nº 6.300, 30 abr. 1913, p. 231-232.

⁵⁴³ *ESTATUTOS da União dos Manipuladores de Pão. Diário Oficial*, Belém, nº 6.312, 16 maio 1913, p. 326-327.

⁵⁴⁴ *ESTATUTOS da Sociedade Phenix Caixeiral*. Belém: Typographia Gutemberg, 1917, p. 3.

⁵⁴⁵ *ESTATUTOS da Sociedade União Protetora dos Estivadores. Diário Oficial*, Belém, nº 7.207, 24 maio 1916, p. 383.

comício organizado pela FCT e que deveria ser realizado no Largo de São Brás em setembro de 1920, mas que foi impedido pela polícia, o orador registrou:

Necessário, porém, se faz que todos esqueçam pequenos preconceitos, como sejam, nacionalidade, política, cor e religião, que todos os trabalhadores fiquem convencidos de uma vez, que estes preconceitos, que podemos classificar de maléficos, só tem um fim afastar um dos outros, pondo-os em campos diferentes, promover em vez da união indissolúvel o constante acirrar de malquerença, o avivar de ódios adormecidos, esquecidos mesmos, afastá-los um dos outros, para poderem ser mais explorados, extorquidos e roubados, enfim não se organizando não concorram para a emancipação proletária que se vem realizando pelo mundo afora.⁵⁴⁶

Já na conferência proferida por Fernando Nazareth sobre a Escola Moderna e a pedagogia racionalista, na segunda metade de 1919, o caixeiro português argumentou que seria com a educação que se haveria de acabar “com o ódio de raça, de religião, que tantos crimes têm praticado, os mais monstruosos por vezes, que tem enlameado de sangue, e enlameia ainda o mundo inteiro”.⁵⁴⁷

Nos artigos e editoriais dos jornais operários também eram muito recorrentes as conclamações para que os trabalhadores superassem as diferenças de cor, de nacionalidade e daquilo que no período era chamado de “raça”. Comentando a notícia da rejeição do embaixador brasileiro, na época Epitácio Pessoa, ao projeto de “igualdade das raças” apresentada pela delegação japonesa na *Conferência da Paz de Paris* – realizada entre janeiro e julho de 1919 – um articulista d’*O Semeador* escreveu que “nós, os libertários, procuramos fazer esquecer os pequenos ressentimentos que ainda existam, para a melhor fusão das raças”; além de lembrar que os Estados Unidos levaram aos campos de batalha da França “batalhões de homens de cor” e que na África “exércitos de pretos” lutaram contra os alemães, todos defendendo a civilização que agora lhes negava o direito à igualdade, o que foi qualificado pelo articulista como “o crime mais monstruoso contra o direito das gentes”.⁵⁴⁸

Ainda em meados de 1919, outro articulista do mesmo jornal noticiou a preparação de uma greve internacional da Europa, comentando que “o homem trabalhador, de lá, já tem a compreensão nítida de que a sua *Pátria*, é o *Mundo inteiro*, e que todos nós, somos irmãos e que não devemos ter distinção de raças”.⁵⁴⁹ Em um

⁵⁴⁶ “O comício do Largo de S. Braz aos trabalhadores”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 19, 12 set. 1920, p. 4.

⁵⁴⁷ NAZARETH, Fernando. “A Escola Moderna”. *O Semeador*, Belém, nº 11, 2 ago. 1919, p. 1.

⁵⁴⁸ MALON, Benoit. “Ao correr da penna”. *O Semeador*, Belém, nº 3, 10 maio 1919, p. 2-3.

⁵⁴⁹ H. S. “A greve internacional”. *O Semeador*, Belém, nº 9, 19 jul. 1919, p. 1 (grifos do redator do jornal).

editorial conclamando os trabalhadores a se associarem aos seus respectivos sindicatos, Silva Gama escreveu ser

Necessário que atirando para a nirvana do esquecimento todos os pequeninos preconceitos, de religião, de raça, de nacionalidade, de cor, unamo-nos em torno das nossas associações de classe, dando-lhes força, coesão, para que assim possamos impor aos nossos inimigos, Capital e Estado, as nossas reclamações, os nossos direitos, tirar-lhes, enfim, o que nos pertence e o que nos é roubado.⁵⁵⁰

Em todas as citações mencionadas, tanto dos estatutos quanto nos artigos da imprensa operária, os temas da nacionalidade, da cor e da raça vêm associados, evidenciando a consciência dos trabalhadores militantes da complexidade da questão das relações entre a identidade de classe e a étnico-nacional. As menções a *cor* e a *raça* indicam a intenção de englobar também os trabalhadores de origem nacional, cuja maioria, é necessário salientar novamente, era formada por negros (entre pretos e pardos), além dos indígenas e seus descendentes.

A questão do combate ao racismo, se não recebeu nenhuma palestra específica ou artigo que discorresse de forma mais pormenorizada, era pelo menos mencionada com bastante frequência pelas falas das lideranças operárias, tanto na imprensa quanta nas manifestações públicas, o que é o indicativo de que havia um consenso tácito de condenação aos preconceitos étnicos e raciais pelos militantes operários, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Outra forma de fomento ao internacionalismo, e talvez a mais recorrente, foi a publicação pelos jornais operários locais, de notícias sobre greves e outras formas de manifestações operárias em países dos continentes europeu e americano. A *Revolução Russa* recebeu bastante atenção⁵⁵¹ – o que é compreensível, tendo em vista que ela foi, sem dúvidas, o evento mais significativo para o movimento operário mundial naquele momento –, mas houve espaço para outros eventos, como a frustrada revolução alemã, cujo o manifesto da *Liga Espartaquista* foi reproduzido integralmente.⁵⁵² Nas colunas “No mundo operário”, de *O Semeador*, e “Nossos telegramas”, do *A Voz do Trabalhador*, foram publicadas notas e comentários sobre eventos relativos aos movimentos operários

⁵⁵⁰ GAMA, Silva. “O momento”. *O Semeador*, Belém, nº 32, 27 dez. 1919, p. 1.

⁵⁵¹ Apenas à título de exemplos, ver: “A revolução russa”. *Jornal do Povo*, Belém, nº 17, 24 ago. 1918, p. 1; “Pela Rússia livre”. *A Revolta*, Belém, nº 1, 26 jul. 1919, p. 1-2; “O esforço dos Soviets Russos”. *O Semeador*, Belém, nº 35, 17 jan. 1920, p. 3; “Rússia-Polônia”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 17, 21 ago. 1920, p. 1.

⁵⁵² “Um manifesto espartaquistas aos operários de todos os países”. *O Semeador*, Belém. 19 jul. 1919, p.2.

ocorridos na Espanha, Portugal, França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Suécia e até na Turquia e na África do Sul.

Mais do que ficar restrito às páginas dos jornais, o internacionalismo do operariado belenense também foi expresso em manifestações públicas. Nas comemorações do 1º de maio em 1919, o comício ocorrido na Praça Floriano Peixoto – organizado pela FCT e com a presença de cerca de 3.500 trabalhadores das 18 associações operárias que lhe eram filiadas, segundo o articulista que o descreveu – foi encerrado com uma moção de protesto apresentada pelo carpinteiro português José Marques da Costa e aprovada pela “grande multidão operária reunida”, trazendo em uma das resoluções, a de “assegurar a sua solidariedade ao operariado de todo o mundo empenhado na grande luta libertadora, à que notáveis como Lenine têm sacrificado os melhores dias de sua vida”.⁵⁵³

Na ocasião da já mencionada greve internacional planejada pelos operários europeus, além de apoiar textualmente, os redatores do *O Semeador* informaram que a FCT havia feito uma reunião extraordinária no dia 15 de julho, atendendo ao telegrama da Federação do Rio de Janeiro, que solicitava o seu apoio à este movimento, “(...) ao menos por meio de um *meeting*”, o que foi marcado para o dia 21 do mesmo mês. A FCT deliberou nessa reunião realizar na “(...) noite desse dia, em cada sede dos sindicatos existentes, uma reunião extraordinária, no qual será explicado o motivo da referida greve e lavrado o nosso protesto em solidariedade aos nossos irmãos europeus”.⁵⁵⁴

O assunto não foi retomado nas edições seguintes e não foi noticiado se as reuniões chegaram a ocorrer, mas a intensão de realizá-las já demonstra o sentimento de solidariedade internacional. Eventos de solidariedade a greve internacional chegaram a ocorrer nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro, verificando-se até mesmo uma greve parcial nesta última⁵⁵⁵, o que evidencia as articulações interestaduais do movimento.

No ano seguinte, o *A Voz do Trabalhador* reproduziu o preâmbulo da *Industrial Workers of the World (IWW)*, onde foi afirmada a luta de classes, criticada a organização dos trabalhadores por ofício (sugerindo sua organização por ramo de indústria) e estabelecido como meta da organização a abolição do regime de salário. Menos pelo conteúdo em si, este documento é interessante pela nota do redator que vem logo abaixo,

⁵⁵³ “1º de Maio”. *O Semeador*, Belém, nº 4, 21 maio 1919, p. 3.

⁵⁵⁴ “Aos trabalhadores em geral: convite”. *O Semeador*, Belém, nº 9, 19 jul. 1919, p. 4.

⁵⁵⁵ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 e 1921*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 73.

informando que ele foi “enviado ao nosso camarada Silva Gama pelo secretário Ramo [ilegível], da União Industrial dos Trabalhadores de Todo o Mundo de New York”⁵⁵⁶, indicando a rede de contatos tecida pelos trabalhadores, além de dar um instigante testemunho de como as ideias e táticas podiam circular e influenciar as práticas de trabalhadores de locais longínquos: o articulista que escreveu a nota comparou a forma de organização adotada pelos trabalhadores paraenses (por ofício) com a da *IWW* (por indústria), demonstrando curiosidade e interesse por aquele.

Já no quarto comício contra a carestia de vida, ocorrido em maio de 1920 na *Praça da República*, Adolfo Braña, membro da *Federação dos Trabalhadores da América do Norte*, que estava “em trânsito” pela capital paraense naquele momento, fez um discurso⁵⁵⁷, reforçando as evidências do contato dos trabalhadores paraenses com organizações estadunidenses. Não foi possível identificar qual o objetivo de Braña na capital paraense, mas aparentemente ele recebeu acolhimento entre os militantes locais.

Conforme Marcel van der Linden, “o termo ‘internacionalismo proletário’ descreve fenômeno mais multiforme e menos consistente do que muitas vezes se supõe, incluindo também a solidariedade para com os trabalhadores imigrantes dentro do próprio país”.⁵⁵⁸ No caso específico em tela, uma das manifestações desse internacionalismo foi a condenação contra as expulsões de estrangeiros que se envolviam em movimentos operários no Brasil. Um caso que repercutiu no Pará e mobilizou os redatores do *O Semeador* foi o da prisão e posterior expulsão de Everardo Dias, imigrante de origem espanhola que se estabeleceu no Brasil quando tinha apenas dois anos de idade e que se tornou um trabalhador gráfico e assíduo militante em São Paulo, sendo preso, espancado e deportado do Brasil no bojo da repressão às greves de 1919, enviado à Espanha, de onde, posteriormente, foi finalmente repatriado ao Brasil.⁵⁵⁹

Militantes de origem nacional tiveram destaque nessa campanha: Silva Gama escreveu um editorial condenando as deportações⁵⁶⁰ e Bruno de Menezes proferiu uma conferência na sede da *União dos Operários Sapateiros*, em 17 de janeiro de 1920, com o título de “prisões, castigos e expulsões”, em que abordou as formas de repressão empregadas contra o operariado naquele momento e condenou fortemente as expulsões

⁵⁵⁶ “Preambulo da I.W.W”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 7, 12 jun. 1920, p. 2.

⁵⁵⁷ “Um grande comício”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 4, 22 maio 1920, p. 3.

⁵⁵⁸ LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo*, op. cit., p. 291.

⁵⁵⁹ MENEZES, Bruno de. “Everardo Dias”. *O Semeador*, Belém, nº 30, 13 dez. 1919, p. 2; “Carta que Everardo Dias enviou de bordo do Benevente a um seu amigo”. *O Semeador*, Belém, nº 31, 20 dez. 1919, p. 1; “Repatriado!”. *O Semeador*, Belém, nº 37, 31 jan. 1920, p. 1.

⁵⁶⁰ GAMA, Silva. “Deportação”. *O Semeador*, Belém, nº 28, 29 nov. 1919, p. 1.

de estrangeiros.⁵⁶¹ Neste sentido, pode-se dizer que eles lutaram pela ampliação da cidadania aos trabalhadores estrangeiros residentes no Brasil, defendendo seus direitos civis e políticos (de consciência, expressão e reunião).

Com o advento de organizações nacionalistas que procuravam uma penetração no meio operário, alguns segmentos reagiram contra elas. Esses setores se utilizaram do *A Voz do Trabalhador* para combater os nacionalistas, especialmente a atuação destes entre os trabalhadores marítimos: comentando o aparecimento do jornal *Correio Marítimo*, lê-se que “(...) tende este órgão a levar os marítimos para o patriotismo, que no fundo, só visa o ódio contra o trabalhador estrangeiro”.⁵⁶² Meses depois, *A Voz do Trabalhador* publicou uma carta enviada por um “brasileiro nato” respondendo a um artigo publicado no jornal *Marítimo* que teria informado que a *Liga* iria enviar um ofício ao governador Lauro Sodré para acabar com os “operários anarquistas”.⁵⁶³

Esses segmentos contrários ao operariado revolucionário, que por vezes eram designados pejorativamente de *jacobinos*⁵⁶⁴, se concentraram no *Núcleo de Propaganda Internacionalista*, fundado no segundo semestre de 1920. Foi por meio porta-voz da FCT que os idealizadores do *Núcleo* lançaram o convite para “todos os homens do trabalho, quer nacionais quer estrangeiros”, para uma reunião de preparação desta organização que teria como objetivo “combater o ‘jacobinismo’ existente neste estado, visando principalmente, prejudicar os portugueses”.⁵⁶⁵

O *Núcleo* foi instalado oficialmente, e talvez não por acaso, devido ao simbolismo da data, no dia 7 de setembro de 1920, na sede da *Associação dos Empregados em Comércio, Hotéis e Restaurante* – entidade classista ligada aos trabalhadores de um ramo com a forte presença de imigrantes espanhóis⁵⁶⁶ – e sua primeira comissão executiva foi formada por Agostinho Alves, como secretário geral; Ernani Vieira, como secretário de expediente e Elias Brito, como secretário de atas, sendo ainda nomeada uma comissão de

⁵⁶¹ A conferência foi transcrita integralmente em *O Semeador*, números 37 e 38 de 24 e 31 de janeiro de 1920, respectivamente.

⁵⁶² AZEDO. “Defendendo os trabalhadores marítimos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 8, 19 jun. 1920, p. 2.

⁵⁶³ S. L. “Ao público”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 18, 28 ago. 1920, p. 2-3.

⁵⁶⁴ Desde os primórdios da República, o conceito de Jacobinismo foi usado no país de uma forma extremamente vaga e quase sempre negativa, como sinônimo de radicalismo político deletério e frequentemente associado à fase do “terror” da Revolução Francesa. Também foi usado indistintamente para identificar espectro largo de pessoas, desde tradicionais republicanos, até lideranças operárias. Cf.: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁵⁶⁵ SANTOS, Honório. “Convite”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 17, 21 ago. 1920, p. 3.

⁵⁶⁶ LIMA, A. K. M., “*Em auxílio dos seus*”, op. cit., p. 56-65.

propaganda composta por “Honório Santos, Raimundo Oliveira, Pedro Hilário, Aurélio Pereira e Fernandes”. No artigo que noticiou a eleição, foi acentuado que toda a comissão executiva foi formada por trabalhadores nacionais e que três integrantes da comissão de propaganda também o eram, além de ser comentado que “na reunião estiveram presentes elevado número de companheiros, notadamente a maioria de nacionais”.⁵⁶⁷

Nas semanas seguintes, eles empreenderam uma série de ações de propaganda, como a publicação de poesias críticas ao nacionalismo nos jornais operários⁵⁶⁸, além da organização de uma conferência na sede da *Aliança dos Empregados no Comércio e Indústria*, com o sugestivo título “nacionalismo e internacionalismo”.⁵⁶⁹ Um nome que se destacou nesta organização foi o do tipógrafo, músico e poeta Ernani Vieira⁵⁷⁰, que além de ser indicado como secretário de expediente do *Núcleo* e publicar uma poesia – sob o pseudônimo de *Laluet de Freitas* – de cunho internacionalista, também preparou uma conferência com o título “internacionalizemo-nos”, programada para o fim de setembro, mas adiada devido a uma moléstia que ele sofreu.⁵⁷¹

Ainda no *A Voz do Trabalhador*, foi acentuado que dos 46 trabalhadores da limpeza pública que se declararam em greve em setembro de 1920, 30 eram nacionais⁵⁷², evidenciando que a presença de trabalhadores estrangeiros nas greves ainda era utilizada como uma forma de deslegitimação das aspirações classistas.

As tensões entre os grupos nacionalistas e internacionalistas no movimento operário belenense se agudizaram no final de 1920. Em uma pequena nota publicada no *A Voz do Trabalhador*, S. Gama (provavelmente José da Silva Gama), comentou ter lido na imprensa que os membros da *Liga Nacionalista* teriam dito que “(...) a mesma se propõe a dar combate ao anarquismo existente nesta capital” e mandou um recado a eles:

Por hora nada queremos dizer da campanha dos srs. nacionalistas, mas não podemos deixar de dizer-lhes duas palavras, visto a nossa franqueza nunca desmentida, é que os anarquistas têm a tibia um pouquinho dura e o tacão da bota bastante forte, portanto um pouco de cuidado com os dentes, pois que estes podem ser partidos.
Enquanto nós de vigeira [sic] erguida ficamos à espera. E até a vista srs. nacionalistas.⁵⁷³

⁵⁶⁷ “Núcleo de Propaganda Internacionalista”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 19, 13 set. 1920, p. 3.

⁵⁶⁸ AMADOR, Mário. “Pátria Nossa”; FREITAS, Laluet. “Internacionalizemo-nos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 20, 18 set. 1920, p. 1; 3.

⁵⁶⁹ “Núcleo de Propaganda Internacionalista”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 20, 18 set. 1920, p. 2.

⁵⁷⁰ SALLES, V. *Memorial da Cabanagem*, op. cit., p. 246.

⁵⁷¹ “Aviso importante”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 21, 25 set. 1920, p. 2.

⁵⁷² *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 21, 25 set. 1920, p. 2.

⁵⁷³ *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 17, 21 ago. 1920, p. 1.

Logo na edição da semana seguinte, o mesmo jornal alertou que “paira sobre as cabeças de nossos companheiros Silva Gama e Honório Santos a ameaça de linchamento em plena rua, pelos agremiados da Liga Nacionalista”⁵⁷⁴, pelo fato dos dois serem conhecidos militantes anarquistas. O articulista saiu em defesa de ambos, que eram colaboradores do próprio jornal, argumentando que a constituição vigente lhes garantia a liberdade de consciência.

No mês seguinte, noticiando uma assembleia da *Liga Nacionalista*, um jornalista do *Estado do Pará* escreveu que:

Tendo corrido o boato de que elementos anarquistas projetavam um assalto à sede daquela associação, a polícia mandou várias praças de cavalaria e infantaria permanecer nas imediações afim de impedirem o atentado, tendo também policiado os arredores das sociedades onde se dizia haverem elementos perturbadores da ordem pública.⁵⁷⁵

Embora não tenha dado mais detalhes e mesmo que não se tenha efetivamente ocorrido enfrentamentos, os “boatos” são reveladores da tensão existente entre os grupos nacionalistas e internacionalistas no interior das organizações operárias paraenses naquele início dos anos 1920. Aparentemente, o conflito ficou restrito às provocações pelos jornais, não indo às vias de fato.

* * *

Para finalizar este capítulo, trazemos uma discussão levantada nos últimos anos acerca desses conflitos e sobre se eles eram realmente de caráter nacional. Cláudio Batalha, matizando a visão de que os conflitos étnicos seriam um entrave muito forte à organização do proletariado brasileiro de inícios do novecentos, afirmou que “(...) resta saber em que medida se trata de um fenômeno derivado da xenofobia e de identidades nacionais antagônicas dentro do movimento operário ou se se trata de um fenômeno conjuntural, relacionado, por exemplo, com momentos de maior disputa pelo mercado de trabalho”.⁵⁷⁶

Maria Cecílio Velasco da Cruz, na mesma direção que Batalha, fez uma reinterpretação de um dos episódios mais conhecidos e citados pela historiografia sobre os conflitos nacionais no movimento operário: a eleição da *Sociedade de Resistência dos*

⁵⁷⁴ “Ameaças”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 18, 28 ago. 1920, p. 3.

⁵⁷⁵ “Liga Nacionalista”. *Estado do Pará*, Belém, nº 3.416, 20 set. 1920, p. 1.

⁵⁷⁶ BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva, op. cit., p. 116.

Trabalhadores em Trapiche e Café do Rio de Janeiro, em 1908, onde saiu vitoriosa uma chapa composta por imigrantes em uma categoria majoritariamente nacional, o que fez com que o pleito terminasse em tiroteio e, posteriormente, houvesse uma desfiliação em massa dos seus associados.

Segundo Velasco, o conflito naquela eleição não se deu por causa da xenofobia dos trabalhadores nacionais em relação à chapa estrangeira, mas sim à discordância dos membros do sindicato em relação ao decreto federal nº 1.637, de 5 de julho de 1907, que regulava a criação de sindicatos e cooperativas no Brasil, estabelecendo normas para o seu reconhecimento legal; já a debandada dos sócios não ocorreu por causa do conflito no pleito, mas por uma ofensiva dos patrões, com a demissão em massa dos filiados à organização. A autora concluiu exortando os historiadores ao cuidado na abordagem dos conflitos supostamente de caráter étnicos nos mundos do trabalho brasileiros da Primeira República, alertando para que fossem analisados à luz de uma base empírica e não da pré-suposição dos conflitos de caráter étnico.⁵⁷⁷

Trazendo esse debate ao âmbito do Estado do Pará na conjuntura em tela, é possível afirmar que, apesar de organizações externas terem conseguido com algum sucesso instigar os brios patrióticos e a mobilização de segmentos da classe operária local, o principal fator de tensão entre os trabalhadores nacionais e os estrangeiros não foi o das diferenças étnicas, culturais ou linguísticas⁵⁷⁸, mas sim a percepção dos nacionais de serem preteridos pelos patrões, em favor dos estrangeiros nos mundos do trabalho paraenses, em geral ocupando os empregos mais precarizados e instáveis – uma característica decorrente da marginalização que pesava sobre os trabalhadores nacionais, mesmo já decorridas quase três décadas da abolição da escravidão. A própria luta por empregos mais estáveis acabou se tornando um elemento da identificação desses sujeitos como pertencentes à uma classe social, já que era a pauta recorrente das organizações que os congregavam, como o *Comitê de Defesa dos Interesses dos Brasileiros* e da segunda *Liga Nacionalista*.

⁵⁷⁷ VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, nº 68, p. 188-209, 2006.

⁵⁷⁸ Até porque a maior grupo de imigrantes falava o mesmo idioma que os brasileiros e, como havia a relação anterior de colonização, bem ou mal havia muitos pontos de similaridade entre a cultura portuguesa e a brasileira, sobretudo no Pará, que desde o período colonial mantinha uma relação mais próxima da metrópole se comparado ao Sudeste da colônia.

Considerações Finais

Os anos finais da década de 1910 foram marcados em Belém do Pará por uma profunda crise econômica, derivada da queda do preço da borracha no mercado internacional e somada aos efeitos deletérios da Grande Guerra na economia global. Como era de esperar, a crise econômica foi acompanhada de instabilidades políticas e de grande agitação social empreendida pela classe operária na cidade, que havia iniciado seu processo de organização desde as décadas finais do século anterior e que, portanto, já possuía algumas experiências de conformação de associações classistas, de mobilizações, e do empreendimento de greves. Na conjuntura abordada nessa dissertação, compreendendo os anos 1917-1920, foram entabuladas de pelo menos três grandes greves gerais e vários outros movimentos paredistas de categorias profissionais específicas, acompanhados de *meetings* e comícios contra a carestia de vida e de celebrações do 1º de Maio, além dos eventos culturais organizados pelas diversas associações classistas; sendo todas elas atividades que mobilizavam centenas ou mesmo milhares de pessoas, que, por sua vez, podem hoje ser conhecidas através da leitura analítica dos jornais operários que circularam naquele momento.

Na presente pesquisa, procuramos penetrar nos meandros dessa classe operária, sobretudo em seu segmento organizado, e conhecer um pouco mais de sua composição em termos profissionais, nacionais e de gênero; segmentações estas que serviram de mote para a estruturação do segundo, quarto e terceiro capítulo, respectivamente.

No que tange às categorias profissionais, foi possível perceber que os trabalhadores qualificados/especializados, de ofícios associados a terminologia de época definidas como “artistas” e/ou “artífices”, sempre estiveram associados ao movimento operário da virada do século XIX para o século XX, tendo nele um papel fundamental naquele contexto da agitações trabalhistas, com algumas categorias, a exemplo dos sapateiros, das categorias da construção naval (mecânicos, metalúrgicos, carpinteiros navais e calafates) e dos trabalhadores do ramo da construção civil (pedreiros, carpinteiros, marceneiros e assim por diante) possuindo algumas das organizações mais numerosas e estáveis daquele momento, como a *Federação das Classes da Construção Civil*, o *União dos Sapateiros* e o *Sindicato dos Carpinteiros Navais e Calafates*, além de terem sido protagonistas de muitas das greves que estouraram ou seus coadjuvantes ao aderirem às paredes de solidariedade.

Entretanto, ponderamos que o papel sem dúvidas importante dos trabalhadores qualificados, não devia levar ao apagamento da atuação de trabalhadores de outros ramos, como os do setor terciário (serviços, transportes e comércio), também muito atuantes naquele momento, afinal os campeões de greve foram os motoristas e condutores de bondes da *Pará Elétric*; os motoristas de veículos particulares foram tão propensos quanto os sapateiros a aderirem às greves de solidariedade; os trabalhadores marítimos, mesmo que a partir de posturas francamente colaboracionistas ou reformistas (quando não nacionalistas), também formaram um poderoso movimento, com diversas associações congregadas na *Federação Marítima* a partir de 1917. Os empregados no comércio também mantinham suas organizações, apesar de dificilmente iniciarem ou aderirem às greves, sendo uma das categorias mais numerosas em uma capital comercial como era Belém.

Embora essas categorias tenham sido identificadas como as mais mobilizadas, isso não significa dizer que o movimento como um todo se restringia a atuação delas, já que trabalhadores de outros ofícios – estivadores, carroceiros, jornaleiros, dentre outros – também estiveram presentes.

A classe operária belenense, naquela época como agora, possuía diversidade de gênero, embora a atuação e a participação de sua metade feminina nas mobilizações não tenham ganhado tanta atenção na época quanto a da masculina. Isso decorre, em parte, pelo fato de que as mulheres estavam, em grande medida, afastadas dos mundos do trabalho remunerados (assalariados ou não), exercendo atividades laborais domésticas, que eram fundamentais para a reprodução da vida das famílias trabalhadoras, mas que acabavam relegadas ao espaço privado do lar, em oposição ao espaço público das fábricas, dos sindicatos e associações e mesmo da imprensa.

Isso não quer dizer que não houvesse trabalho remunerado feminino, como demonstrado pelas crônicas jornalísticas e pelos números do recenseamento geral de 1920, mas mesmo esse era concentrado em atividades que mimetizavam os afazeres domésticos – empregadas domésticas, costureiras, lavadeiras, cuidadoras, amas de leite, dentre outras – ou de cuidados, como as enfermeiras e professoras. Essas mulheres certamente formularam estratégias múltiplas de vivências e de resistências ao longo de suas trajetórias – que ainda carecem de mais pesquisas específicas –, mas as que nos interessaram especificamente aqui foram aquelas expressas através dos canais institucionais do movimento operário, como nos sindicatos e associações classistas, nas greves, e incorporadas e visibilizadas nos/pelos jornais operários.

Nesse sentido, o segmento feminino que mais se destacou nas manifestações classistas na conjuntura abordada foi o das trabalhadoras fabris de estabelecimentos industriais relativamente grandes, como as costureiras e engomadeiras da *Fábrica de Roupas Aliança*, as cigarreiras das diversas fábricas e manufaturas de fumo espalhadas por Belém e as cordoeiras da *Fábrica de Cordas Perseverança*. Elas acompanharam a onda de agitação trabalhista e entabularam uma série de greves entre o final de 1918 e o primeiro semestre de 1919, aderindo em peso às greves gerais que sacudiram a cidade, tendo mesmo se configurado nos segmentos mais radicais de tais movimentos, como foi o caso das cordoeiras na greve geral de maio de 1919.

Por outro lado, no que tange a ocupação de cargos diretivos nos sindicatos e associações classistas, foi fácil constatar que elas estiveram quase que completamente alijadas. Com efeito, não foram encontradas quaisquer mulheres em cargos diretivos das organizações trabalhistas, exceto quando estas congregavam apenas trabalhadores do sexo feminino, o que sugere que essa foi uma prática bastante rara. No entanto, elas compuseram comitês *ad hoc*, como aquele formado para conferenciar com Lauro Sodré na greve geral de outubro de 1918, o formado pelos cigarreiros na greve da categoria, ocorrida entre novembro e dezembro do mesmo ano, ou ainda aquele formado para falar com a imprensa na greve das cordoeiras entre o final de abril e maio de 1919. Além disso – caso raro na história do trabalho feminino em todo o país –, as operárias belenenses fundaram organizações operárias especificamente femininas, como a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*, que esteve em atividade durante alguns meses ao longo de 1919.

Em boa medida é possível afirmar que, em essência, o movimento operário se preocupava com a emancipação da integralidade do gênero humano, não deixando de dedicar atenção especial às particularidades da opressão sexo feminino, por exemplo, como pode-se depreender dos vários artigos veiculados em sua imprensa, cuja temática central foi por vezes a situação da mulher e, em especial, da mulher trabalhadora e sua emancipação. Em tais artigos se estimulava a participação delas nas associações classistas, defendia-se o direito ao livre matrimônio – e outros relacionamentos amorosos –, sem interferência do Estado ou da Igreja, mas, sobretudo, se enfatizava a ideia da importância da educação como a grande mola propulsora da tão almejada emancipação delas.

Os militantes operários, no entanto, não deixaram de reproduzir parte do discurso de superioridade masculina, então em voga, traduzido no tom tutelar de estímulo às mulheres para que participassem das movimentações e na visão da mulher como

responsável exclusiva pela criação dos filhos, assim como no argumento recorrente de que as trabalhadoras deveriam ter acesso à educação formal para que melhor criassem sua prole. Tais considerações não podem tirar o mérito de certo pioneirismo do movimento operário em relação ao entabulamento da questão da emancipação feminina e de explícito apoio a ele. Com efeito, dificilmente se encontraria em outros lugares da política paraense – na verdade, de todo o país – afirmações como a do caixeiro Mário Amador, para quem “à mulher pertencem os mesmos direitos que o homem”.⁵⁷⁹

Tema e objeto da atenção e da fala operária belenense, algumas mulheres operárias de Belém assumiram o desafio da escrita (propagandista ou não), sendo autoras de artigos na imprensa operária daquela cidade, e, desta forma, participando do debate de amplos temas e questões que as motivavam ou incomodavam enquanto mulheres e trabalhadoras. Com efeito, o fato de alguns de seus textos versarem sobre o anticlericalismo, demonstra que o movimento não se restringia ao combate à exploração econômica, mas se preocupava com outras formas de opressão, como a religiosa, o que parece ter sido uma demanda de especial interesse das mulheres, já que desde os anos anteriores elas já vinham participando de organizações operárias de caráter anticlerical. Para os pesquisadores e pesquisadoras atuais, tomados em conjunto, tais registros proporcionam valiosas fontes acerca de suas aspirações e visões de mundo.

Enquanto região que passava por um período de relativa prosperidade econômica, a Amazônia como todo, mas sobretudo seus centros urbanos, acabou atraindo uma leva significativa de imigrantes oriundos de diversas partes do Mundo, em especial da Europa Meridional (Espanha, Portugal e Itália). Os imigrantes ocuparam os mais diversos estratos da sociedade amazônica, das classes subalternas às elites políticas e econômicas, passando pelos segmentos médios urbanos.

Nos mundos dos trabalhos urbanos, os imigrantes tiveram um papel fundamental na organização dos movimentos e instituições da classe operária – talvez maior do que nos estados da Bahia e de Pernambuco, por exemplo, e menor do que em São Paulo e no Rio Grande do Sul –, se configurando em alguns dos principais – mas jamais exclusivos – intermediários entre as ideias socialistas de origem europeia e os trabalhadores nacionais de Belém. Essa presença e participação, aliás, foi amplamente utilizada pelas autoridades políticas e policiais e também pelos grandes jornais comerciais diários, como o *Estado do Pará*, para tentar deslegitimar as aspirações e as formas de atuação do

⁵⁷⁹ AMADOR, Mário. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém. n° 23, 25 de outubro de 1919, p. 1-2.

operariado, já que propagavam o discurso de que no Pará (e no Brasil) se vivia em harmonia social, e a chamada “questão operária” era uma pauta importada de outros países pela figura do agitador estrangeiro.

Um aspecto a ser ressaltado na atuação dos imigrantes foi a instabilidade de suas trajetórias, uma vez que muitos trabalhadores que saíam de seus países em busca de trabalho no *Novo Mundo* viviam nos espaços de acolhimento uma vida móvel, migrando e (re)emigrando em busca de melhores condições econômicas. Esse processo foi ainda mais acentuado entre os militantes do movimento operário, pois esses, além da busca por empregos melhor remunerados, também tinham de enfrentar as deportações e perseguições políticas, e isto quando não tinha de fugir da repressão por conta própria. Esse fator favorecia e fortalecia o estabelecimento de contatos entre núcleos militantes de diversos estados, ou mesmo de diversos países, já que eles não necessariamente cortavam relações com seus camaradas dos locais onde haviam residido previamente, mas poderiam continuar mantendo contato com esses, o que favorecia a circulação de livros, cartas, notícias, jornais e outros materiais entre grupos de locais distintos. A esse respeito, os casos de José Marques da Costa, Ferreira de Castro, Gentil da Cunha Santos, Antonino Domingues e Antônio da Costa Carvalho foram bem representativos.

Os trabalhadores de origem nacional também não estiveram ausentes nas agitações, participando das greves e dos sindicatos e até fundando entidades como o *Comitê de Propaganda dos Interesses Brasileiros*, a *Liga Nacionalista* e a *Sociedade de Trabalhadores, Artistas e Operários Nacionais*, que atuaram politicamente reclamando fundamentalmente o acesso igualitário aos postos de trabalho, já que sobre eles pesava o processo de marginalização no mercado de trabalho regional desde o fim da escravidão, ao mesmo tempo em que reivindicavam melhorias pontuais nas condições e relações de trabalho.

A questão nacional, debatida à época por todos os lugares e por diversos segmentos sociais, foi um dos fatores de dissenso no interior da classe operária em Belém, gerando conflitos em alguns eventos, com a contraposição ou o franco enfrentamento entre trabalhadores de origens nacionais distintas, como no 7 de setembro de 1914, na revolta popular da madrugada do dia 20 para 21 de fevereiro de 1920 ou na substituição de trabalhadores paredistas, sobretudo estrangeiros, por operários nacionais na greve geral de 1919. Em nossa opinião, perceber a emergência de uma organização como a *Liga Nacionalista*, que recebeu a adesão de parcelas expressivas do operariado belenense, ajuda a afastar uma visão idílica e idealizada do proletariado como essencialmente

internacionalista ou alheio a conflitos de caráter étnicos ou nacionais, lembrando que, por vezes, o movimento pendeu para posturas conservadoras ou mesmo nacionalistas.

Isso não significa, no entanto, que todos os nacionais adotassem posturas xenofóbicas ou de hostilidade aos estrangeiros, já que muitos defenderam genuinamente o internacionalismo proletário e posturas revolucionárias, como os casos mencionados dos tipógrafos José da Silva Gama, Bruno de Menezes, do cigarreiro João Plácido de Albuquerque e Honório Santos. Ou pelo menos estiveram lado a lado dos trabalhadores estrangeiros nas atividades culturais promovidas por eles e nos movimentos grevistas, e convivendo ainda no cotidiano das atividades dos sindicatos ou outras formas de associações classistas, onde a aceitação de sócios independentemente da cor, raça ou nacionalidade foi estabelecida pela maioria das entidades da classe.

Enfim, a classe operária em Belém afigurou-se complexa e heterogênea em seu *fazer-se*, sendo formada por pessoas de diversas origens, faixas etárias, nacionalidades, etnias, gêneros e sexualidades. Se tivermos conseguido demonstrar uma fração dessa diversidade, assim como de suas mobilizações e lutas, ficaremos satisfeitos por ter cumprido o objetivo estabelecido.

* * *

O conhecimento histórico é também ele historicamente condicionado, no sentido em que o historiador está inserido em um contexto dado e os debates políticos e sociais deste contexto influenciam, consciente e deliberadamente ou não, em seu trabalho de pesquisa. Ele não é neutro ou imparcial, sendo impregnado pelo presente em que ele pode ser produzido. Se não pode ser neutro, pode, todavia, ser honesto, respeitando os fatos e os registros que servem de matéria prima para o seu estabelecimento. Mesmo assim o risco de cometer anacronismos e produzir análises ideologicamente enviesadas é real em toda pesquisa histórica e, nesse sentido, um importante mecanismo de controle está na clara explicitação das questões do presente que influenciaram nas escolhas feitas pelo historiador. Tendo isso em vista, esses parágrafos finais pretendem explicitar quais os debates da atualidade influenciaram, de alguma forma, as reflexões e perguntas feitas ao passado ao longo de toda a pesquisa.

Duas discussões principais influenciaram nas perguntas e no recorte feito ao longo dessas páginas: o primeiro deles discorre sobre a problemática da pesquisa (a heterogeneidade do movimento operário e articulação da identidade de classe com outras formas de identidade) e o segundo acerca do recorte temporal proposto.

Em relação ao primeiro, conforme apontado por diversos autores, é possível argumentar que na segunda metade do século XX, ocorreu o fortalecimento dos denominados *Novos Movimentos Sociais* (NMS), principalmente, mas não exclusivamente, nos países do capitalismo avançado da América do Norte e da Europa Ocidental. Uma das principais características dos NMS – e a mais importante para nossa discussão – seria a de que eles mobilizam pessoas e defendem os interesses a partir de outras formas de identidade que não a de classe, como a de gênero, a de raça, de sexualidade, as étnico-nacionais e de religião, dentre muitas outras.⁵⁸⁰

O feminismo, o movimento negro, movimentos de minorias étnicas (como a dos Curdos, no Oriente Médio, ou a dos Catalães, na Espanha), de imigrantes em países do dito primeiro mundo (como na França e na Inglaterra), os movimentos dos povos originários nas Américas (como o dos Mapuche no Chile, zapatistas no sul do México ou dos povos indígenas no Brasil) são todos exemplos desses *Novos Movimentos Sociais*, cujas pautas e reivindicações tomam o palco central da esfera do debate público atualmente, dos jornais televisivos às discussões de leis nos parlamentos de cada país, além de suas respectivas cortes judiciárias superiores.⁵⁸¹

Esses debates influenciam também o espaço acadêmico, sobretudo na área das humanidades – e principalmente àqueles que defendem que o conhecimento acadêmico não é neutro, mas é influenciado e pode influenciar as discussões políticas na sociedade. No caso específico da *História Social do Trabalho*, tais debates marcaram a emergência de estudos que matizaram a visão do proletariado na Primeira República como sendo essencialmente branco, fabril, masculino e formado por imigrantes europeus, fornecendo uma visão mais ampla sobre o processo histórico, evidenciando a participação das mulheres, o fato de que nem todos os militantes serem italianos e lembrando da ação de categorias profissionais antes tidas como apáticas.

A relação dos NMS com os movimentos ditos “tradicionais”, isso é os movimentos socialistas em suas diversas vertentes, também variou com o tempo. Por um lado, alguns socialistas mais “ortodoxos” rejeitaram *in totum* esses novos atores políticos, qualificando-os como “degenerações pequeno burguesas” ou coisa que o valha. Por outro, alguns militantes e teóricos desses novos movimentos sociais criticaram o movimento operário tradicional, com razão em alguma medida, por não ter dado a devida atenção às

⁵⁸⁰ GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

⁵⁸¹ GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (org.). *Movimentos sociais na era global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

pautas específicas de outros sujeitos, como o debate das teóricas feministas atuais sobre o trabalho doméstico não remunerado, deixado de lado pela maior parte das formulações acerca da classe. Enfim, há aqueles que reconhecem algumas falhas do movimento operário tradicional em relação a esses sujeitos e defendem uma ação político-social que leve em conta essas diversas formas de identidade, com suas respectivas demandas e reivindicações, à exemplo das feministas marxistas e das abordagens interseccionais.⁵⁸²

Frente à essa multiplicidade de movimentos que buscam atender as demandas de grupos específicos com identidades também múltiplas (gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, faixa etária, dentre muitas outras), defendemos que o movimento baseado na identidade de *Classe* pode ser uma espécie de estação onde as reivindicações de vários desses grupos podem se encontrar, já que algo como isso ocorreu ao longo do processo histórico: O *Partido Trabalhista* inglês, em um exemplo exposto por Hobsbawm, não se tornou um partido de massas apenas baseado nos trabalhadores braçais, mas porque teve um caráter popular que mobilizou os povos minoritários da Grã-Bretanha (galeses, escoceses e irlandeses).⁵⁸³ O mesmo autor chamou atenção, em outra ocasião, para o fato de que

Os movimentos socialistas do final do século XIX e do século XX – especialmente em seus primeiros dias – forneceram (...) um dos poucos ambientes nos quais, por exemplo, as mulheres emancipadas, os judeus e as pessoas de cor podiam esperar ser aceitas, por seus méritos, como seres humanos, e não sofrer discriminação formal: talvez o único ambiente deste tipo para os que não tivessem muito dinheiro, nem boas ligações familiares.⁵⁸⁴

Ao longo do processo histórico é possível verificar que o movimento operário nunca ficou restrito à pautas puramente econômicas, mas que, na prática, se opôs à outras formas de opressão e exploração e levantou bandeiras de segmentos específicos da classe trabalhadora, como pretendemos ter demonstrado com o caso da cidade de Belém do Pará de fins da década de 1910. Ali, além das pautas econômicas (como a greve geral pela jornada de oito horas e as greves específicas por aumento dos salários ou melhorias nas condições de trabalho), os operários que se movimentaram naquele momento também defenderam pautas específicas em defesa das mulheres – como a ampliação do acesso à

⁵⁸² BENHABIB, Seyla et al. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora UNESP, 2018. Além da autora citada, a obra inclui reflexões de Nancy Fraser, Drucilla Cornell e Judith Butler.

⁵⁸³ HOBSBAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 47-48.

⁵⁸⁴ HOBSBAWM, E. *Mundos do Trabalho*, op. cit., p. 510-511 (Cap. “O operariado e os direitos humanos”).

educação a elas, o fim do domínio religioso e a não necessidade de ordenamentos jurídicos para se relacionarem amorosamente ou se separarem (o *Amor Livre*) –, e de grupos étnico-nacionais específicos, com o combate ao racismo e a xenofobia, a defesa dos direitos políticos básicos (de reunião, expressão e pensamento) aos imigrantes e o próprio acesso à empregos aos trabalhadores nacionais marginalizados.

Não queremos pintar um quadro idílico, uma vez que tal processo não foi isento de contradições e conflitos, como acreditamos ter demonstrado também, ao salientar o tom tutelar dos trabalhadores homens sobre as mulheres ou as tentativas de alguns trabalhadores nacionais de colocarem barreiras à entrada de estrangeiros. Mas também houve esforços genuínos de congregar pessoas de diversos segmentos e dar atenção às reivindicações específicas de cada grupo no interior do movimento mais amplo.

No que diz respeito ao recorte temporal, apesar de o período da Primeira República ter sido e talvez continue sendo aquele que mais recebeu e recebe estudos acadêmicos, acreditamos que seu estudo continua mais atual do que nunca, mesmo com as transformações pelas quais os mundos do trabalho vêm passando nas últimas décadas, tanto no Brasil quanto no mundo. De tais mudanças, Ricardo Antunes enumerou de forma bastante pertinente as que considera as mais importantes:

- 1) Diminuição numérica do operariado fabril, manual, do tipo fordista (concentrados aos milhares em grandes unidades produtivas), ao mesmo tempo em que há um crescimento no número de trabalhadores assalariados, sobretudo no setor dos serviços;
- 2) Aumento acentuado da subproletarização e precarização do trabalho, como terceirização, uberização, contrato zero-hora, trabalhos temporários e intermitentes, etc.;
- 3) Aumento expressivo da presença feminina no interior da classe trabalhadora, em escala mundial;
- 4) Enorme expansão dos assalariados médios;
- 5) Intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização do trabalho dos imigrantes e expansão dos níveis de trabalho infantil;
- 6) Níveis explosivos de desemprego estrutural com o aumento do exército industrial de reserva.⁵⁸⁵

⁵⁸⁵ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 188-189. Também expostos em: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.

Ora, muitas das transformações apontadas por Antunes fazem com que os mundos do trabalho do Brasil neste início do século XXI possuam, em alguma medida, situações análogas àquelas do final do século XIX e do início do século XX. Nesse período, o Brasil presenciou o surgimento de um movimento operário relativamente vigoroso – que em alguns momentos, como na conjuntura entre 1917 e 1920, teve um papel político e social central no país, apesar de não ser, em absoluto, um país industrializado e, portanto, não contar com um proletariado fabril do tipo fordista que fosse numericamente expressivo.

Grande parte dos trabalhadores que empreenderam a movimentação no alvorecer da República era do setor terciário, dos transportes (como marítimos, motorneiros, condutores de bondes e choferes), do comércio (como os caixeiros) ou dos serviços em geral (estivadores, trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes); ou de trabalhadores de pequenas oficinas e manufaturas, unidades produtivas que empregavam números reduzidos de trabalhadores. Segundo Antunes, uma das tendências atuais é justamente a redução de operários por unidades produtivas. A presença das mulheres na mercantilização da força de trabalho, embora esteja em expansão conforme os dados apresentados por Antunes, não é uma novidade, tampouco sendo a mobilização delas em entidades classistas.

Estes sujeitos labutavam em condições muito precárias antes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da regulamentação das relações de trabalho pelo Estado, pelos quais eles lutaram (basta lembrar a campanha dos caixeiros pelo fechamento das portas aos domingos ou dos construtores civis pela efetivação da lei dos acidentes do trabalho) e que atualmente estão sobre pesados ataques das “reformas”, ou contra-reformas, como a da previdência (Emenda Constitucional 103/2019), a trabalhista (Nº 13.467 de 2017) e a Lei de Terceirização (Lei Nº 13.429/2017), todas tendo prejudicado sobremaneira a geração atual e as futuras gerações de trabalhadores brasileiros.

O discurso e as políticas públicas neoliberais de hoje lembram muito também “os tempos do liberalismo excludente” da Primeira República, quando as relações e condições de trabalho não eram reguladas pelo Estado e o “negociado prevalecia sobre o legislado”, o que na prática conferia um arbítrio enorme aos patrões. Isto não quer dizer, todavia, que estejamos vivenciando, literalmente, um “retorno ao passado” – algo efetivamente impossível – mas, apesar das diferenças⁵⁸⁶, o período da República Velha possui, sem

⁵⁸⁶ Para citar uma de extrema importância, na Primeira República o operariado urbano era numericamente uma parcela muito minoritária da população, que em sua maioria vivia no âmbito rural, ao passo que atualmente a maior parte da população brasileira vive nas cidades.

dúvidas, muitas características análogas ao que se quer implantar, ou se está implantando, no Brasil das primeiras décadas do século XXI. O desemprego estrutural, na Primeira República como hoje em dia, foi e é uma condição fundamental para a manutenção das condições precárias de trabalho, já que para cada trabalhador que se opunha à essas condições, há vários outros desempregados e dispostos a substituí-lo.

Por fim, não se pode negar que ao procurar compreender as formas de atuação dos trabalhadores urbanos da Amazônia naquele momento de crise, em sua heterogeneidade, esta pesquisa não está de todo dissociada da busca da compreensão da ação destes sujeitos históricos no presente, já que, seguindo Michel Löwy, “a relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente”.⁵⁸⁷

⁵⁸⁷ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 61.

Referências

FONTES:

A) OFICIAIS:

BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. Lauro Sodré, 1916.

BRASIL. Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919.

Consultado em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacao-original-94096pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Consideram%2Dse%20accidentes%20no,parcial%2C%20permanente%20ou%20temporaria%2C%20da>

BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. IV (1ª Parte): População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920*. Vol. V (1ª Parte): População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brazil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brazil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1916.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório Apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brazil por Alexandrino Faria de Alencar*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918.

ESTADO DO PARÁ. Biblioteca Pública do Pará. *Jornais Paraoaras*: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1918, pelo Governador Lauro Sodré*. Pará [Belém]: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1918.

ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1919, pelo Governador Lauro Sodré*. Pará [Belém]: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1919.

ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1920, pelo Governador Lauro Sodré*. Pará [Belém]: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920.

ESTADO DO PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 14ª legislatura a 7 de setembro de 1930, pelo Governador Eurico de Freitas Valle*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1930.

B) ESTATUTOS DE ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS:

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Commercio do Pará. Centro de Memória da Amazônia, caixa 3-A, estante L2.

Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/estatutos.html>. consultado em 15 de fevereiro de 2022.

ESTATUTOS da Federação das Classes Trabalhadoras. *O Semeador*, Belém. nº 10, 26 jul. 1919.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União dos Cigarreiros do Pará. Belém: Ateliê Gráfico da fábrica Pará-Amazonas, s/d.

ESTATUTOS da Sociedade Phenix Caixeiral. Belém: Typographia Gutemberg, 1917.

ESTATUTOS da Sociedade União Protetora dos Estivadores. *Diário Oficial*, Belém. nº 7.207, 24 maio 1916.

ESTATUTOS da União dos Chauffeurs. *Diário Oficial*, Belém. nº 6.326, 1 jun. 1913.

ESTATUTOS da União dos Manipuladores de Pão. *Diário Oficial*, Belém. nº 6.312, 16 maio 1913, p. 326-327.

ESTATUTOS da União dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas.

Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/caixas/caixas.html>.

ESTATUTOS da União dos Operários Sapateiros. *Diário Oficial*, Belém. nº 6.300, 30 abr. 1913, p. 231-232.

ESTATUTOS do Centro Industrial e Commercial do Pará. Belém: Tavares Cardoso&Cia, 1919.

ESTATUTOS do Centro Internacional dos Motoristas do Pará.

Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/caixas/caixaestatutos3A/caixa%203A.htm> Consultado em 26/02/2022.

ESTATUTOS do Sindicato dos Caldeireiros de Ferro.

Disponível em: <https://www.cmaufpa.br/caixas/caixas.html>.

C) IMPRENSA:

“1º de Maio”. *O Semeador*, Belém. nº 4, 21 maio 1919, p. 3.

“24 de fevereiro”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3.574, 25 fev. 1921, p. 1.

“A carestia da vida”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2245, 2 jul. 1917, p.1.

“A carestia da vida”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 19, 7 set. 1918, p. 3.

“A Federação Marítima e os armadores”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2417, 21 dez. 1917, p. 2.

“A fome”. *O Semeador*, Belém. nº 41, 28 fev. 1920, p. 1;

“A grande exposição comercial e industrial promovida pelo Grêmio Literário Português”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.506, 22 mar. 1918, p. 3.

“A greve a bordo do Zéflorencio”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3.269, 26 abr. 1920, p. 1.

“A greve das operárias da Fábrica Palmeira”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 16, 17 ago. 1918, p. 2.

“A greve de motorneiros e condutores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2714, 17 out. 1918, p. 1-2.

“A Greve de Motorneiros e Condutores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.713, 16 out. 1918, p. 1.

“A Greve de Motorneiros e Condutores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2708, 11 out.1918, p.1.

“A Greve de ontem”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2113, 19 fev. 1917, p.1.

“A greve de Val de Cans”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 19, 7 set. 1918, p. 1.

“A Greve de Val-de-Cães”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 20, 14 set. 1918, p. 1.

“A greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2419, 23 dez. 1917, p. 1.

“A greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2421, 25 e 26 dez. 1917, p. 6.

“A Greve dos Motorneiros e Condutores da Pará Eletric”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2708, 11 out. 1918, p. 1.

“A Greve dos operários da Port”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2672, 5 set. 1918, p. 1.

“A Greve dos Operários”. *Estado do Pará*, Belém. nº 02885, 6 abr. 1919.

“A greve dos operários”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2912, 4 maio 1919, p. 2.

“A Gréve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 02712, 15 out. 1918, p. 1.

“A Greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2228, 15 jun. 1917, p.1.

“A Greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2229, 16 jun. 1917, p. 1.

“A Greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2697, 30 set. 1918, p. 2.

“A Liga Nacionalista e a sessão eleitoral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3129, 8 dez. 1919, p. 2.

“A Mulher”. *O Semeador*, Belém. nº 20, 4 out. 1919, p. 3.

“A navegação fluvial e a classe marítima”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3340, 6 jul. 1920, p. 1.

“A nossa miséria”. *O Semeador*, Belém. nº 16, 6 set. 1919, p.2.

“A revolução russa”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 17, 24 ago. 1918, p. 1.

“À última hora!”. *O Semeador*, Belém. nº 1, 26 abr. 1919, p. 4.

“Abandonada”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 1, 1º maio 1920, p. 2;

“Acidentes de trabalho”. *A Revolta*, Belém, nº 5, 20 set. 1919.

“Acidentes no trabalho”. *A Revolta*, Belém. nº 3, 23 ago. 1919, 4.

“Acidentes no Trabalho”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 8, 9 jun. 1920, p. 2.

“Actos e Factos”. *Onze de Janeiro*, Belém. ed. Única, 11 jan. 1918, p. 3.

“Ainda greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2125, 3 mar. 1917, p. 2.

“Ameaças”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 18, 28 ago. 1920, p. 3.

“Ao público: a garage Apollo”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2686, 19 set. 1918, p. 3.

“Ao público”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 18, 28 ago. 1920, p. 2-3.

“Aos chauffeurs”. *Onze de Janeiro*, Belém. Nº único, 11 jan. 1918, p. 4.

“Aos empregados do comércio e indústria”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 6, 5 jun. 1920, p. 3.

“Aos motorneiros e condutores”. *O Semeador*, Belém. nº 6, 28 jun. 1919, p. 2.

“Aos senhores operários e operárias cigarreiras”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2761, 3 dez. 1818, p. 4.

“Aos trabalhadores em geral: convite”. *O Semeador*, Belém. nº 9, 19 jul. 1919, p. 4.

“Apelo d’O Semeador”. *O Semeador*, Belém. nº 7, 5 jul. 1919, p. 4.

“As festas da independência”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3.766, 8 set. 1921, p. 1.

“As festas de 13 de maio”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3653, 14 maio 1921, p. 1.

“As festas do Trabalho”. *Estado do Pará*, Belém, nº 2910, 2 maio 1919, p.1.

“As irmãs de caridade”. *O Semeador*, Belém. nº 14, 23 ago. 1919, p. 1.

“Associação dos artistas, operários, empregados e trabalhadores nacionais”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3122, 1 dez. 1919, p. 2.

“Associação Gráfica do Pará”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 16, 14 ago. 1920, p. 4.

“Associações”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2754, 26 nov. 1918, p. 2.

“Aviso importante”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 21, 25 set. 1920, p. 2.

“Balancete do nº 13 da Voz do Trabalhador. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 18, 28 ago. de 1920, p.4.

“Bilhete aberto”. *O Semeador*, Belém. nº 18, 20 set. 1919, p. 2.

“Boletim Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3270, 27 abr. 1920, p. 5.

“Bolletino dell’Alleanza Anarchica”. *Guerra Sociale*, São Paulo, nº 38, 27 jan. 1917, p. 1.

“Carestia da vida”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2245, 2 jul. 1917, p. 1.

“Carta que Everardo Dias enviou de bordo do Benevente a um seu amigo”. *O Semeador*, Belém. nº 31, 20 dez. 1919, p. 1.

“Centro feminino de estudos sociais”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 16, 14 ago. 1920, p. 3.

“Chauffeurs em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2418, 22 dez. 1917, p. 4.

“Chicote. Aos Marceneiros”. *A Revolta*, Belém, nº 2, 9 ago. 1919, p. 1.

“Conferências”. *O Semeador*, Belém. nº 21, 13 out. 1919, p. 3.

“Conta Corrente”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 19, 7 de set. 1918, p. 3.

“Conta Corrente”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 5, 29 maio 1920, p. 3.

“Contra o anarquismo”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3127, 6 dez. 1919, p. 1.

“Contra o anarquismo”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3135, 14 dez. 1919, p. 2.

“Convite”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 18, 28 ago. 1920, p. 3.

“Cortar o mal bem pelo fundo”. *O Semeador*, Belém. 34, 10 jan. 1920, p. 4.

“Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém. nº 31, 20 dez. 1919, p. 3.

“Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém. nº 33, 3 jan. 1920, p. 3.

“Da União dos Empregados no Comércio de Belém, Pará”. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*, São Paulo. n.º 1, agosto de 1920, p. 12-13.

“De leve...”. *A Revolta*, Belém. nº 1, 26 jul. 1919, p. 3.

“De Manaus”. *O Semeador*, Belém. nº 5, 14 jun. 1919, p. 1.

“Diversas notícias”. *O Semeador*, Belém. nº 3, 10 maio 1919, p. 4.

“Do Pará proletário”. *A Plebe*, São Paulo. nº 254, 25 jun. 1927, p. 2.

“Ecos da greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2853, 5 mar. 1919, p. 2.

“Escola de E. Racional Francisco Ferrer”. *O Semeador*, Belém. nº 39, 14 fev. 1920, p. 3.

“Escola Racional Francisco Ferrer”. *O Semeador*, Belém. nº 42, 6 mar. 1920, p. 4.

“Fábrica de cordas”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2937, 29 maio 1919, p. 8.

“Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém. nº 2, 1º maio 1919, p. 4.

“Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém. nº 3, 10 maio 1919, p. 3.

“Fábrica Perseverança”. *Estado do Pará*, Belém. nº 370, 15 abr. 1912, p. 1.

“Falecimentos”. *O Semeador*, Belém. nº 23, 25 out. 1919, p. 2.

“Federação das Classes Trabalhadoras do Pará”. *Guajarina*, Belém. nº 50, 1º maio 1931.

“Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2315, 10 set. 1917, p. 2.

“Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2340, 5 out. 1917, p. 3.

“Feio&forte”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 9, 22 jun. 1920, p. 2.

“Gazetilha”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3.323, 19 jun. 1920, p. 2.

“Gréve de Sapateiros”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2832, 12 fev. 1919, p. 1.

“Greve dos ‘Chauffeurs’”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2852, 4 mar. 1919, p. 2.

“Greve dos chauffeurs”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2422, 27 dez. 1917, p. 1.

“Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2755, 27 nov. 1918, p. 1.

“Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2756, 28 nov. 1918, p. 1

“Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2757, 29 nov. 1918, p. 1.

“Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2758, 30 nov. 1918, p. 1-2.

“Greve nas oficinas A. Gonçalves Rodrigues & C^{ma}”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 16, 17 ago. 1918, p. 2.

“Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2695, 28 set. 1918, p. 1.

“Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2696, 29 set. 1918, p. 1.

“Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2699, 2 out. 1918, p. 2.

“Greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2789, 31 dez. 1918, p. 1.

“Grupo os Semeadores”. *O Semeador*, Belém, nº 6, 28 jun. 1919, p. 4.

“Ineditoriais”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3296, 23 maio. 1920, p. 5.

“Infelizes”. *Onze de Janeiro*, Belém. Edição única, 11 jan. 1918, p. 4;

“Início de greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.483, 26 fev. 1918, p. 1;

“João Plácido”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 1, 1º maio 1920, p. 2.

“José Arias”. *O Semeador*, Belém. nº 19, 27 set. 1919, p. 4; “Jozé Árias”. *A Revolta*, Belém. nº 6, 4 out. 1919, p. 3-4.

“Jozé Árias”. *A Revolta*, Belém, nº 6, 4 out. 1919.

“Liga Nacionalista”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3122, 1 dez. 1919, p. 2.

“Liga Nacionalista”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3416, 20 set. 1920, p. 1.

“Mãe e filha”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 17, 24 ago. 1918, p. 1;

“Misérias”. *O Semeador*, Belém. nº 11, 2 ago. 1919, p. 1;

“Movimento Operário”. *Estado do Pará*, Belém. nº 02918, 10 maio 1919. p.2

“Mundo Operário”. *A Plebe*, São Paulo. nº 247, 12 mar. 1927, p. 4.

“No Estado do Pará”. *Onze de Janeiro*, Belém. Nº único, 11 jan. 1918, p. 1.

“Núcleo de Propaganda Internacionalista”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 19, 13 set. 1920, p. 3.

“Núcleo de Propaganda Internacionalista”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 20, 18 set. 1920, p. 2.

“Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 169, 14 dez. 1912, p. 4.

“Núcleos de Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 154, 31 ago. 1912, p. 4.

“O ‘meeting’ de ante-hontem”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3.263, 20 abr. 1920, p. 1.

“O 1º de maio”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3275, 2 maio 1920, p. 3.

“O anarchismo em Belém”. *Estado do Pará*, Belém. nº 3134, 13 dez. 1919, p. 2.

“O comício do Largo de S. Braz aos trabalhadores”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 19, 12 set. 1920, p.4.

“O esforço dos Soviets Russos”. *O Semeador*, Belém. nº 35, 17 jan. 1920, p. 3.

“O protesto dos typographos d’O Imparcial”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 1, 1º maio. 1920, p. 4.

“Ocorrências policiais”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2455, 29 jan. 1918, p. 4.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.907, 29 abr. 1919, p. 2.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.908, 30 abr. 1919, p. 2.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.914, 6 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.917, 9 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.920, 12 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.921, 13 maio 1919, p. 2.

“operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.922, 14 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2.924, 16 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.926, 18 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.928, 20 maio 1919, p. 2.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.929, 21 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.930, 22 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.931, 23 maio 1919, p. 1.

“Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.935, 27 maio 1919, p. 2.

“Os açambarcadores”. *O Semeador*, Belém. n.º 33, 3 jan. 1920, p. 1;

“Os motorneiros e conductores da Pará Electric: vae rebentar nova greve”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2255, 12 jul. 1917, p.2.

“Os motorneiros e conductores da Pará Electric”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2256, 13 jul. 1917, p.2.

“Os operários e proletários”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 879, 8 set. 1913, p. 2.

“Pátria Nossa”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 20, 18 set. 1920, p. 1.

“Pela instrução pública”. *O Semeador*, Belém. n.º 3, 10 maio 1919, p. 4.

“Pela Pará Electric”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 17, 21 ago. 1920, p. 3.

“Pela Rússia livre”. *A Revolta*, Belém. n.º 1, 26 jul. 1919, p. 1-2.

“Pelo Interior”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 9, 26 jun. 1920, p. 2.

“Pelos Sindicatos” *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 4, 22 maio 1920, p. 4.

“Pelos sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 6, 5 jun. 1920, p. 4.

“Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 8, 9 jun. 1920, p. 4.

“Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 9, 26 jun. 1920, p. 3.

“Preambulo da I.W.W”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 7, 12 jun. 1920, p. 2.

“Protesto à Phenix Caixeiral”. *O Semeador*, Belém. n.º 5, 14 jun. 1919, p. 3.

“Repatriado!”. *O Semeador*, Belém. n.º 37, 31 jan. 1920, p. 1.

“Rússia-Polônia”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n.º 17, 21 ago. 1920, p. 1.

“Sapateiros e Semeadores”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 17, 21 ago. 1920, p. 4.

“Sete de Setembro”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 3.401, 5 set. 1920, p. 1.

“Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 1373, 15 jan. 1915, p.

“Sorvedouro de dedos”. *O Semeador*, Belém. n.º 26, 15 nov. 1919, p. 4.

“Teatro Moderno”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 21, 25 set. 1920, p. 3.

“Torpe invenção”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 1448, 31 mar. 1915, p. 2.

“Um grande comício”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 4, 22 maio 1920, p. 3.

“Um manifesto espartaquistas aos operários de todos os países”. *O Semeador*, Belém. 19 jul. 1919, p. 2.

“Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2452, 26 jan. 1918, p. 4.

“Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 3378, 13 ago. 1920, p. 4.

“Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 2.484, 27 fev. 1918, p. 4.

“Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 3762, 3 set. 1921, p. 4.

“Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 3776, 19 set. 1921, p. 4.

“Vida Anarquista”. *A Vida*, Rio de Janeiro, n.º 3, 31 jan. 1915, p. 16.

“Vida efêmera”. *O Semeador*, Belém. n.º 12, 9 ago. 1919, p. 1;

“Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. n.º 152, 17 ago. 1912, p. 3.

“Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 156, 14 set. 1912, p. 4.

“Vida Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 863, 22 ago. 1913, p. 2.

“Vida Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 874, 2 set. 1913, p. 2.

“Vida Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 878, 6 set. 1913, p. 4.

“Vida operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 891, 19 set. 1913, p. 2.

“Vida operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 899, 27 set. 1913, p. 2.

“Vida operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 906, 4 out. 1913, p. 2.

“Vida Sportiva”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2113, 19 fev. 1917, p. 4.

“Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém. nº 1, 26 abr. 1919, p. 4.

“Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém. nº 2, 1º maio 1919, p. 4.

“Vida syndical”. *O Semeador*, Belém. nº 4, 21 maio 1919, p. 4.

A Capital, Manaus, nº 252, 29 mar. 1918

A Voz do Trabalhador, Belém. nº 17, 21 ago. 1920, p. 1.

A Voz do Trabalhador, Belém. nº 21, 25 set. 1920, p. 2.

Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, 1919, p. 3.118;

Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, 1921, p. 3.560;

Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, 1924, p. 3.582.

AMADOR, Mário. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém. nº 23, 25 out. 1919, p. 1-2.

AMADOR, Mário. “Abandonada”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 1, 1º maio 1920, p. 3.

AMADOR, Mário. “As fábricas de roupa”. *O Semeador*, Belém. nº 39, 14 fev. 1920, p. 1.

AMADOR, Mário. “Mãe e Filha”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 17, 24 ago. 1918, p. 1.

AMADOR, Mário. “Pátria Nossa” e FREITAS, Lalue. “Internacionalizemo-nos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 20, 18 set. 1920, p. 1; 3.

AMATORIS. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém. nº 1, 26 abr. 1919, p. 1-2.

AMATORIS. “As vítimas da fome”. *O Semeador*, Belém. nº 43, 13 mar. 1920, p. 2.

AMATORIS. “Tem Graça!”. *O Semeador*, Belém. nº 44, 20 mar. 1920, p. 1.

Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal e Indicador 1911-1912. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1911.

Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal. Vol. III. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1926.

ARTHUR, Aida. “Reivindicação”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 jun. 1919, p. 2-3.

AZEDO. “Defendendo os trabalhadores marítimos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 8, 19 jun. 1920, p. 2.

AZEVEDO, Cezar de. “À Luta!”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 16, 14 ago. 1920, p. 2.

BARRROS, Manoel Ferreira. “Companheiros redatores do jornal A Revolta”. *A Revolta*, Belém, nº 4, 6 set. 1919.

CASTRO, Ferreira de. “A União Portuguesa em Manaus: Impressões de um jornalista luso”: *Imparcial*, Manaus. nº 139, 17 maio 1918, p.1.

CHICOTE. “Aos Marceneiros”. *A Revolta*, Belém, nº 2, 09 ago. 1919.

COSTA, J. Marques. “O caso da Gazeta”. *A Capital*, Manaus, nº 0319, 06 jun. 1918.

COSTA, J. Marques. “O sr. Aggeo Ramos, a sua gazeta e a colônia portuguesa”. *A Capital*, Manaus. nº 0319, 06 jun. 1918, p. 2.

COSTA, Marques da. “O pão”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 3, 15 maio 1920, p. 2.

Estado do Pará, Belém. nº 2.113 e 2114, de 19 e 20 fev. 1917.

Estado do Pará, Belém. nº 3.399, 3 set. 1920, p. 1.

GAMA, Silva. “Deportação”. *O Semeador*, Belém. nº 28, 29 nov. 1919, p. 1.

GAMA, Silva. “O momento”. *O Semeador*, Belém. nº 32, 27 dez. 1919, p. 1.

GUERRA, Maria. “A ‘Lanterna’ no Pará”. *A Lanterna*, São Paulo. nº 63, 24 dez. 1910, p. 2.

H. S. “A greve internacional”. *O Semeador*, Belém. nº 9, 19 jul. 1919, p. 1.

LOUREIRO, João Baptista. “Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2387, 21 nov. 1917, p. 2.

MALON, Benoit. “Ao correr da penna”. *O Semeador*, Belém. nº 3, 10 maio 1919, p. 2-3.

MENEZES, B. de. “As patriotadas”. *O Semeador*, Belém. nº 41, 28 fev. 1920, p. 4.

MENEZES, Bruno de. “A mulher operária”. *O Semeador*, Belém. nº 35, 17 jan. 1920, p. 4.

MENEZES, Bruno de. “Da mulher operária”. *O Semeador*, Belém. nº 34, 10 jan. 1920, p. 3.

MENEZES, Bruno de. “Everardo Dias”. *O Semeador*, Belém. nº 30, 13 dez. 1919, p. 2.

MIRANDA, F. “Opinião Livre”. *Estado do Pará*, Belém. nº 1432, 15 mar. 1915, p. 4.

MIRANDA, Frederico Santos. “Coluna Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 1138, 25 maio 1914, p. 2.

NAZARÉ, Fernando. “O dever dos trabalhadores e a Beneficência”. *O Semeador*, Belém. nº 16, 6 set. 1919, p. 2-3.

NAZARETH, Fernando. “A Escola Moderna”. *O Semeador*, Belém. nº 11, 2 ago. 1919, p. 1.

NAZARETH, Fernando. “A união proletária: Aos camaradas Estivadores”. *O Semeador*, Belém. nº 40, 20 fev. 1920, p. 3.

O Semeador, Belém. nº 41, 28 fev. 1920, p. 3.

O Semeador, números 37 e 38 de 24 e 31 jan. 1920, respectivamente.

O Semeador, números 4 e 5, de 21 de maio e 14 jun. 1919.

OLIVEIRA, R. “Misérias”. *O Semeador*, Belém. nº 27, 22 nov. 1919, p. 1.

Onze de Janeiro, Belém Edição única, 11 jan. 1918, p. 2 e 4.

PLÁCIDO, João. “Colônia Barbara”. *O Semeador*, Belém, nº 6, 20 dez. 1919, p. 2.

PLÁCIDO, João. “Palestrando”. *Onze de Janeiro*, Belém. Número único, 11 jan. 1918, p. 3.

RÉGIA, Vitória. “Como eles andam”. *O Semeador*, Belém. nº 29, 6 dez. 1919, p. 1

RÉGIA, Vitória. “O despertar da mulher”. *O Semeador*, Belém. nº 28, 29 nov. 1919, p. 1.

S.L. “Ao público”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 18, 28 ago. 1920, p. 2-3.

SANTOS, Honório (Brasileiro e Indesejável). “Mischa Violin”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 5, 29 maio 1920, p. 3.

SANTOS, Honório. “Convite”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 17, 21 ago. 1920, p. 3.

SANTOS, Honório. “Escutae Operário”. *O Semeador*, Belém. nº 4, 21 maio 1919, p. 3.

Uma grevista. “Palavras”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 jun. 1919, p. 2.

VILAFRANCA, Soledad. “O ensino racional”. *O Semeador*, Belém, nº 22, 18 out. 1919, p. 1.

VIMNAR, Nympha. “Duro contraste”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 8, 19 jun. 1920, p. 1.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Ricardo António. *Anarquismo e Neo-Realismo: Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*. Lisboa (Portugal): Âncora Editora, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: O impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BASTOS, Abgvar. *Terra de icamiaba: romance da Amazônia*. 3ª ed. Manaus: EDUA, 1997.
- BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos César. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (col. O Brasil Republicano, vol. 1).
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, 1991.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Qual futuro para a história social? *Trashumante. Revista Americana de História Social*, nº 20, 2022, p. 287.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, 1997.
- BATALHA, Cláudio et al (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906. Porto Alegre. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 4, p. 181-224, 2003.
- BAZE, Abrahim. *Ferreira de Castro: um imigrante português na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2012.
- BELÉM de todas as épocas. s/d. p. 320-321 Disponível em: <https://issuu.com/belemdasepoca/docs/belemdetodasasepocas/189>. Consultado em 26 abr. 2021.

- BELLO JÚNIOR, Demétrio Quiros. Sapateiros militantes em São Paulo na década de 1920: lutas, debates, caminhos. *Escrita da História*, Juiz de Fora, MG, 60-87, 2017.
- BENHABIB, Seyla et al. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- BIONDI, Luigi. Desenraizados e integrados: classe, etnicidade e nação na atuação dos socialistas italianos em São Paulo (1890-1930). *Nuevo mundo, mundos nuevos*, Aubervilliers (França), p. 1-13, 2007. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/3720>
- BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 131-162, 2000.
- BITTENCOURT, Ícaro. O operariado no Brasil da primeira república: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, RS, v. 20, n. 1, p. 141-151, 2007.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.
- BRAGA, Marcos Lucas Abreu. A cultura operária em Belém do Pará nos “anos vermelhos” (1917-1920). *Muiraquitã: revista de Letras e Humanidades*, v. 10, n. 2, 2022.
- BRANDÃO, Mathias Ferreira. *Filhos do trabalho, irmãos na beneficência: A Sociedade Artística Paraense, 1867-1874*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, PR, v. 20, n. 2, p. 27, 2015.
- CABRITA, Maria João. No rasto da passagem de Ferreira de Castro pelos suplementos e revista de A Batalha (1919-1927). *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa (Portugal), v. 26, 119-137, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. *Anais do Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo: FFCH-USP, p. 225-239, 1971.
- CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 e 1921*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém - 1870-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.
- CÁNOVAS, Marília Klaumann. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana (1890-1920)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador”. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; MACCORD, Marcelo (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e*

- mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). CAMPINAS: Editora da Unicamp, 2014, p. 47-82.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COIMBRA, Adriana Modesto. O clarão que iluminou a cidade: as concessões Bolonha e a derrocada da “era lemos” - modernização e disputas políticas na cidade de Belém do Pará. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-154, 2013.
- CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu comércio e indústrias de 1719 a 1920*. Belém: Tavares Cardoso & CA, 1920.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-27, 2007.
- DAVIS, Angela. Mulheres trabalhadoras, mulheres negras e a história do movimento sufragista. In: *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Difel, 1986.
- FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FERREIRA, Maria de Nazaré. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, Marcelo Benedicto; LIMA, Aline de Kassia Malcher. Jacobinos da Amazônia: nacionalismo, trabalho e violência no Pará (1890-1920). *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 119-145, 2021.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Rubra poesia: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. *Asas da palavra*, Belém, v. 10, nº 1, p. 69-77, 2005.
- FONTES, Edilza Joana. *Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimentos sociais em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73-90, 2017.
- FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (org.). *Movimentos sociais na era global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos de cárcere*. vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, Luciano de Moura. Pela lei e contra a lei: lutas e organização dos trabalhadores da construção civil de Salvador (1919-1922). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-30, 2020.
- GUIMARÃES, Luciano. Negros e vermelhos: classe, raça e anarquismo no pós-abolição da Bahia (1920-1922). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, PR, v. 22, n. 234, p. 73-84, 1 maio 2022.
- HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: UDUNB, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1814)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEVI-MOREIRA, Sílvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, nº 116, p. 67-74, 1984.
- LIDA, Clara E. Desigualdades y jerarquías en el mundo del trabajo. Ingresos y género en los albores del anarquismo español. *Trashumante. Revista Americana de História Social*, n. 20, p. 300-304, 2022.
- LIMA, Aline de Kássia Malcher. “*Em auxílio dos seus*”: mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação e História Social da Amazônia. Belém, 2021.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013.

- LINDEN, Marcel van der. O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.6, n1: 87–110, abril, 2016.
- LOBO, Marcelo Ferreira. O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs). *Trabalho, democracia e direitos*, vol. 1: trabalho livre e escravizado. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. P. 359-388.
- LONER, Beatriz Ana. 3º Congresso Operário Brasileiro: Relato de Santos Barboza. História em Revista, Pelotas, v. 4, 161-199, dezembro de 1998.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Maria José Moraes. *A gripe espanhola em Belém, 1918: cidade, cotidiano e medicina*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação e História Social da Amazônia. Belém, 2018.
- MARTINS, Pablo dos Santos. O anticlericalismo anarquista durante a primeira república Brasileira (1899-1920). *Revista Cantareira*, Niterói, (28), p. 150-160, 2018.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: protesto, crime e expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- NASCIMENTO, Sérgio da Silva do. *Trabalhadores de Belém: tempos de modernização na virada do século XIX para o XX*. Monografia (Licenciatura em História), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade da Amazônia, Belém, 2017.
- OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *As lutas operárias em Belém da Primeira República: As Greves de 1917 a 1919*. Monografia (Graduação) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Graduação em História, Belém, 2013.
- OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela Reforma, Contra a revolução: notas sobre reformismo e colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro da Primeira República. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, ano III, n. 5, p. 26-59, 2012.
- PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. Culturas de trabalho e associações de práticos em Manaus e Belém (anos finais do século XIX). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-22, 2019.

- PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2022.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Vol. II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968, p. 207.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras / Universidade do Porto, Porto (Portugal), 2012, p. 109.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Tensões, disputas e conflitos étnicos no Norte do Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 1-15, set-dez 2021.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Portugueses e Ingleses no Porto de Manaus (1880-1920). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p. 807-826, set/dez 2014.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina. *Projeto História*, São Paulo, v. 11, p. 69-78, nov. 1994.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O positivismo e a questão social na Primeira República*. Guarapari, ES: Ex-Libris, 2006.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Desvarios anarquistas na Rússia rio-grandense”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Luzia Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Editora UNESP, 2001, p. 578-606.
- RIBEIRO, Gladys Sabino. *Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O labor feminino do lar à fábrica: lutas, práticas e representação social*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- RODRIGUES, José Ivanilson da Luz; VERAS, Lais Lauane Gaia. Operariado feminino: uma conjuntura plural em uma capital da Amazônia (Belém, 1930-1935). *Manduarisawa*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 38-58, 2017.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária: 1930-1964. In: FAUSTO, Bóris. (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1997.
- SALLES, Vicente. Canto orfeônico no Pará. *Música em contexto*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57-71, 2007.
- SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e militantes excluídos: capítulos da história do Pará*. Belém: Paka-tatu, 2001.
- SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário do Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992, p. 149-153.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- SANTOS, Manuela; RAFAEL, Gina Guedes (org.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Vol. II. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas criando a Belle Époque*. Belém: Paka-tatu, 2002.
- SILVA, Fernando Teixeira da. Imigração portuguesa e movimento operário: fontes e arquivos de Lisboa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, p. 85-98, jul/dez 1997.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVA, Fernando Teixeira da; GITAHY, Maria Lúcia Caira. O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial. *História Social*, Campinas, SP, nº 3, p. 87-124, 1996.
- SILVER, Beverly J. *Forças do Trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: relações de gênero e História em José de Alencar*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.
- SOUSA, Rosana de Fatima Padilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. 2009. 112f. 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: La Voz de la Mujer como estudo de caso (Buenos Aires, 1896). *Pergaminho*, Patos de Minas, MG, (9): 27-44, 2018.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *a classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*; São Paulo: Brasiliense, 1991.

- STAEVIE, Pedro Marcelo. Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 153-172, 2018.
- THOMPSON, Dorothy. *Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada*. *Mora*, n. 19, p. 65-82, 2013.
- THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, nº 68, p. 188-209, 2006.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: "homens de cor" brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 114-135, 2010.
- VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural*. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.
- VIEIRA, Maria do Pilar et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História*, São Paulo, v. 3, p.47-54, 1984.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha da Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 4, p.89-102, 1985.